

Relatório Anual do Secretário-Geral 2008



Organização dos
Estados Americanos

TABLA DE CONTENIDO

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS	5
1.1 ASSEMBLÉIA GERAL	6
1.2 CONSELHO PERMANENTE	14
1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL.....	18
II. SECRETARIA GERAL	22
2.1 SECRETARIA GERAL	23
2.1.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral.....	23
2.1.1.1 Departamento de Assessoramento Jurídico.....	23
1.1.1.2 Departamento de Imprensa.....	27
2.1.1.3 Escritório do Cerimonial	28
2.1.2 Secretaria de Cúpulas.....	29
2.2 ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO.....	32
2.2.1 Chefe de Gabinete do Secretario-Geral Adjunto	34
2.2.1.1 Departamento de Conferências e Reuniões.....	35
2.2.1.2 Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros	36
2.2.1.3 Biblioteca Colombo.....	37
2.2.1.4 Comissão Interamericana De Portos	40
2.3 SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS	43
2.3.1 Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DECO)	43
2.3.2 Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME).....	46
2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG).....	48
2.4 SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (SEDI).....	52
2.4.1 Departamento de Educação e Cultura.....	56
2.4.2 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego.....	58
2.4.3 Departamento de Ciência e Tecnologia	60
2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS).....	61
2.4.5 Departamento de Comércio e Turismo	64
2.4.6 Departamento de Desenvolvimento Humano	66
2.5 SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL.....	77
2.5.1 Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional	79

2.5.2	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)	80
2.5.3	Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo.....	83
2.5.4	Departamento de Segurança Pública	86
2.6	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SAF).....	90
2.6.1	Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF)	90
2.6.2	Departamento de Recursos Humanos (DRH).....	92
2.6.3	Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS)	94
2.6.4	Departamento de Planejamento e Acompanhamento	94
2.6.5	Escritório de Serviços de Compras	96
2.6.6	Escritório de Serviços Gerais.....	97
2.7	SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	100
2.7.1	Departamento de Direito Internacional (DDI)	101
2.7.2	Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)	103
2.7.3	Departamento de Programas Jurídicos Especiais	104
2.7.4	Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (<i>em nível de Departamento</i>).....	104
2.8	SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS	105
2.8.1	Departamento de Assuntos Internacionais (DAI)	105
2.8.2	Departamento De Comunicações E Imagem Institucional (DCII)	111
2.8.3	Departamento de Assuntos Culturais (DAC).....	112
III.	ENTIDADES, ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMAS E DESCENTRALIZADAS	115
3.1	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	116
3.2	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	119
3.3	TRIBUNAL ADMINISTRATIVO.....	122
3.4	ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL	124
3.5	JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS	126
3.6	JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA	128
3.7	COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS	130
3.8	COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA.....	132
3.9	FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO	134
3.10	COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES	137
3.11	CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS	140

IV ORGANISMOS ESPECIALIZADOS	146
4.1 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES	147
4.2 INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (III).....	151
4.3 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA	153
4.4 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	156
4.5 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA.....	158
4.6 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE.....	161
V. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE EM.....	163
VI. ANEXO.....	170
A. ORGANIGRAMA	171
B. PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDO ACADÊMICAS E DE TREINAMENTO	172
C. ESTADOS FINANCIEROS	176
D. OBSERVADORES PERMANENTES	180

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

1.1 ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. É constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm direito a nela se fazer representar e a emitir um voto cada um. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização tem origem na Assembléia Geral. Suas atribuições acham-se dispostas no Capítulo IX da Carta, que, no artigo 57, estabelece que a Assembléia se reúna anualmente na época que determine o Regulamento e na sede escolhida conforme o princípio de rodízio. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral.

Trigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral

O Trigésimo Quinto Período Extraordinário foi realizado em 26 de março de 2008 na sede da Organização com o objetivo de criar a Secretaria de Assuntos Jurídicos e a Secretaria de Relações Externas.

Foi aprovada a seguinte resolução: AG/RES. 1 (XXXV-E/08) Estabelecimento da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Secretaria de Relações Externas

Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral

O Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral teve lugar de 1º a 3 de junho de 2008, em Medellín, Colômbia. A Assembléia aprovou três declarações e 104 resoluções. Os resultados da Assembléia Geral encontram-se publicados no volume Atas e Documentos (OEA/Ser.P/XXXVIII-O.2), que se divide em duas partes: Volume I, com os textos certificados das declarações e resoluções aprovadas; e Volume II, com as atas das sessões plenárias, as atas resumidas da Comissão Geral e outros documentos referentes a esse período de sessões.

Declarações

No Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral aprovou as seguintes declarações:

AG/DEC. 57 (XXXVIII-O/08) DECLARAÇÃO DE MEDELLÍN: JUVENTUDE E VALORES DEMOCRÁTICOS

Reafirma o compromisso dos Estados membros de promover e fortalecer na juventude do Hemisfério os valores, princípios e práticas para a vida em democracia, inclusive a liberdade e a justiça social, o progresso, o respeito aos direitos humanos em seu caráter universal, indivisível e interdependente e o Estado de Direito, em conformidade com a Carta da Organização dos Estados Americanos e a Carta Democrática Interamericana, e solicita ao Conselho Permanente e à Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) que considerem a convocação de uma reunião interamericana de ministros e altas autoridades responsáveis pela juventude anteriormente ao Quadragésimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral de 2010.

AG/DEC. 58 (XXXVIII-O/08) DECLARAÇÃO SOBRE A QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS

Manifesta satisfação pela reafirmação do governo argentino de continuar a analisar todas as vias possíveis para a solução pacífica da controvérsia e pela atitude construtiva em prol dos habitantes das Ilhas Malvinas. Reafirma a necessidade de que os governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para essa prolongada controvérsia. Decide, por conseguinte, continuar a examinar a questão das Ilhas Malvinas nos sucessivos períodos de sessões da Assembléia Geral, até a solução definitiva.

AG/DEC. 59 (XXXVIII-O/08) RECONHECIMENTO AO SISTEMA NACIONAL DE ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS DA VENEZUELA E PROMOÇÃO DAS INICIATIVAS CULTURAIS PARA A JUVENTUDE

Considera que o Sistema Nacional de Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela constitui uma experiência pioneira e inovadora no mundo, que vem formando na música mais de um milhão de crianças e jovens, nos âmbitos nacional e internacional, convertendo-se num projeto de inclusão e desenvolvimento social, conhecido amplamente dentro e fora da Venezuela e recomenda ao Conselho Permanente e à Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) que convoquem uma sessão especial conjunta em reconhecimento ao Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da República Bolivariana da Venezuela, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros no orçamento-programa da Organização e de outros recursos.

Resoluções

A Assembléia Geral acordou, no Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, importantes decisões relacionadas com temas como democracia, direitos humanos, aperfeiçoamento jurídico, desenvolvimento social, segurança hemisférica, terrorismo, corrupção, sociedade civil, remoção de minas antipessoal, desastres naturais, comércio, turismo, bolsas de estudo, mulher, infância e indígenas. A Assembléia também aprovou resoluções atinentes a temas de que se encarregam os órgãos, organismos e entidades da Organização bem como resoluções sobre temas de administração da Secretaria-Geral. As resoluções aprovadas foram as seguintes:

- AG/RES. 2354 (XXXVIII-O/08) Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM) da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).
- AG/RES. 2355 (XXXVIII-O/08) Apoio à ação contra as minas antipessoal no Equador e no Peru.
- AG/RES. 2356 (XXXVIII-O/08) Populações migrantes e fluxos de migração nas Américas.
- AG/RES. 2357 (XXXVIII-O/08) Acompanhamento da Conferência Especial sobre Segurança.
- AG/RES. 2358 (XXXVIII-O/08) Apoio à implementação no âmbito hemisférico da Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- AG/RES. 2359 (XXXVIII-O/08) Apoio interamericano ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

- AG/RES. 2360 (XXXVIII-O/08) A educação para o desarmamento e a não-proliferação.
- AG/RES. 2361 (XXXVIII-O/08) Sexagésimo aniversário da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.
- AG/RES. 2362 (XXXVIII-O/08) Programa Interamericano de Registro Civil Universal e “Direito à Identidade”.
- AG/RES. 2363 (XXXVIII-O/08) Carta Social das Américas: Renovação do Compromisso Hemisférico de Combate à Pobreza na Região.
- AG/RES. 2364 (XXXVIII-O/08) Promoção do Tribunal Penal Internacional.
- AG/RES. 2365 (XXXVIII-O/08) Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016) e apoio à sua Secretaria Técnica.
- AG/RES. 2366 (XXXVIII-O/08) Apoio à Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.
- AG/RES. 2367 (XXXVIII-O/08) Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.
- AG/RES. 2368 (XXXVIII-O/08) Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- AG/RES. 2369 (XXXVIII-O/08) Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.
- AG/RES. 2370 (XXXVIII-O/08) Futuro do Instituto Indigenista Interamericano.
- AG/RES. 2371 (XXXVIII-O/08) Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará.
- AG/RES. 2372 (XXXVIII-O/08) Coordenação do voluntariado no Hemisfério para a resposta aos desastres naturais e a luta contra a fome e a pobreza – Iniciativa Capacetes Brancos.
- AG/RES. 2373 (XXXVIII-O/08) Força-Tarefa Humanitária Simón Bolívar.
- AG/RES. 2374 (XXXVIII-O/08) Apoio à Comissão Interamericana de Mulheres.
- AG/RES. 2375 (XXXVIII-O/08) A Comissão Interamericana de Telecomunicações e a integração dos povos da América à sociedade global da informação.
- AG/RES. 2376 (XXXVIII-O/08) Liberdade de comércio e de investimento no Hemisfério.

- AG/RES. 2377 (XXXVIII-O/08) Consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).
- AG/RES. 2378 (XXXVIII-O/08) Observações e recomendações sobre o relatório anual da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.
- AG/RES. 2379 (XXXVIII-O/08) Execução do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Fortalecimento da Cooperação Hemisférica.
- AG/RES. 2380 (XXXVIII-O/08) Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas criminosas.
- AG/RES. 2381 (XXXVIII-O/08) Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.
- AG/RES. 2382 (XXXVIII-O/08) Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais.
- AG/RES. 2383 (XXXVIII-O/08) Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no Âmbito do CIDI.
- AG/RES. 2384 (XXXVIII-O/08) Relatório sobre a Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho.
- AG/RES. 2385 (XXXVIII-O/08) Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua.
- AG/RES. 2386 (XXXVIII-O/08) Relatório da Quinta Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI.
- AG/RES. 2387 (XXXVIII-O/08) Erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral.
- AG/RES. 2388 (XXXVIII-O/08) Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia no Âmbito do CIDI.
- AG/RES. 2389 (XXXVIII-O/08) Erradicação da fome: 2008 - Ano Internacional da Batata.
- AG/RES. 2390 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento da cooperação solidária: Diálogo político, cooperação técnica, estrutura e mecanismos.
- AG/RES. 2391 (XXXVIII-O/08) Reunião Interamericana: Melhorando a Disponibilidade e o Acesso à Água Potável e aos Serviços de Saneamento.

- AG/RES. 2392 (XXXVIII-O/08) Pobreza, equidade e inclusão social: Seguimento da Declaração de Margarita.
- AG/RES. 2393 (XXXVIII-O/08) Apoio e seguimento do processo de Cúpulas das Américas.
- AG/RES. 2394 (XXXVIII-O/08) Acompanhamento da Declaração de Recife.
- AG/RES. 2395 (XXXVIII-O/08) Aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no processo de Cúpulas das Américas.
- AG/RES. 2396 (XXXVIII-O/08) Apoio ao trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo.
- AG/RES. 2397 (XXXVIII-O/08) Preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares do Caribe.
- AG/RES. 2398 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento da confiança e da segurança nas Américas.
- AG/RES. 2399 (XXXVIII-O/08) As Américas como zona livre de minas terrestres antipessoal.
- AG/RES. 2400 (XXXVIII-O/08) Apoio às atividades da Junta Interamericana de Defesa.
- AG/RES. 2401 (XXXVIII-O/08) Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado.
- AG/RES. 2402 (XXXVIII-O/08) Proteção dos solicitantes da condição de refugiado e dos refugiados nas Américas.
- AG/RES. 2403 (XXXVIII-O/08) Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão.
- AG/RES. 2404 (XXXVIII-O/08) A educação em direitos humanos na educação formal nas Américas.
- AG/RES. 2405 (XXXVIII-O/08) Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional.
- AG/RES. 2406 (XXXVIII-O/08) Direito à verdade.
- AG/RES. 2407 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento dos sistemas de direitos humanos em seguimento dos mandatos derivados das Cúpulas das Américas.
- AG/RES. 2408 (XXXVIII-O/08) Observações e recomendações sobre o relatório anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- AG/RES. 2409 (XXXVIII-O/08) Observações e recomendações sobre o relatório anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

- AG/RES. 2410 (XXXVIII-O/08) Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção.
- AG/RES. 2411 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento dos sistemas nacionais de direitos humanos dos Estados membros e apoio ao trabalho dos defensores do povo, defensores dos habitantes, procuradores ou comissários de direitos humanos (Ombudsmen).
- AG/RES. 2412 (XXXVIII-O/08) Defensoras e defensores de direitos humanos: Apoio às tarefas realizadas pelas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas.
- AG/RES. 2413 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento das atividades do Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA).
- AG/RES. 2414 (XXXVIII-O/08) Observações e recomendações sobre o relatório anual da Comissão Jurídica Interamericana.
- AG/RES. 2415 (XXXVIII-O/08) A proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo.
- AG/RES. 2416 (XXXVIII-O/08) As pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares.
- AG/RES. 2417 (XXXVIII-O/08) Deslocados internos.
- AG/RES. 2418 (XXXVIII-O/08) Acesso à informação pública: fortalecimento da democracia.
- AG/RES. 2419 (XXXVIII-O/08) Apoio à maior cooperação inter-regional com a União Africana.
- AG/RES. 2420 (XXXVIII-O/08) Contribuições voluntárias para o funcionamento do Fundo Oliver Jackman para financiamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
- AG/RES. 2421 (XXXVIII-O/08) Fortalecimento do papel das instituições nacionais para a promoção e proteção de direitos humanos na Organização dos Estados Americanos.
- AG/RES. 2422 (XXXVIII-O/08) Promoção e fortalecimento da democracia: acompanhamento da Carta Democrática Interamericana.
- AG/RES. 2423 (XXXVIII-O/08) Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas.
- AG/RES. 2424 (XXXVIII-O/08) Apoio ao fortalecimento da estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico do Haiti.

- AG/RES. 2425 (XXXVIII-O/08) Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero.
- AG/RES. 2426 (XXXVIII-O/08) Criação do Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
- AG/RES. 2427 (XXXVIII-O/08) Nomeação de mulheres para cargos executivos de nível superior na Organização dos Estados Americanos.
- AG/RES. 2428 (XXXVIII-O/08) Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério.
- AG/RES. 2429 (XXXVIII-O/08) Direitos humanos e mudança climática nas Américas.
- AG/RES. 2430 (XXXVIII-O/08) Protocolo de San Salvador: Composição e funcionamento do Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar os Relatórios Periódicos dos Estados Partes.
- AG/RES. 2431 (XXXVIII-O/08) Prevenção da criminalidade e da violência nas Américas.
- AG/RES. 2432 (XXXVIII-O/08) Prevenção e erradicação da exploração sexual comercial e do tráfico ilícito de crianças e adolescentes.
- AG/RES. 2433 (XXXVIII-O/08) Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário.
- AG/RES. 2434 (XXXVIII-O/08) Direito à liberdade de pensamento e expressão e a importância dos meios de comunicação.
- AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08) Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero.
- AG/RES. 2436 (XXXVIII-O/08) Voto de agradecimento ao povo e Governo da Colômbia.
- AG/RES. 2437 (XXXVIII-O/08) Diretrizes para o orçamento-programa da Organização para 2009.

Trigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral

O Trigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral teve lugar em 30 de setembro na sede da Organização, com o objetivo de determinar o financiamento do orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2009.

Foi aprovada a seguinte resolução: G/RES. 1 (XXXVI-E/08) Orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2009, fixação de cotas e contribuições para o FEMCIDI 2009

Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores

A reunião foi convocada em conformidade com a resolução CP/RES. 930 (1632/08) para receber o relatório da comissão chefiada pelo Secretário-Geral da OEA, analisar os fatos ocorridos no sábado, 1º de março de 2008, na província de Sucumbíos, Equador, e formular as recomendações pertinentes. Foi realizada na sede da Organização em 17 de março de 2008 e aprovou a seguinte resolução:

RC. 25/RES. 1/08 rev. 1: Resolução da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores

Em 3 de junho de 2008 foi realizada uma sessão em Medellín, Colômbia, com o objetivo de receber o relatório do Secretário-Geral sobre o cumprimento da resolução da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

1.2 CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente, um dos órgãos mediante os quais a Organização realiza seus fins (artigo 53 da Carta), subordina-se diretamente à Assembléia Geral. É constituído por um representante de cada Estado membro, nomeados especialmente pelo respectivo governo, em nível de embaixador, cujas funções e atribuições são definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarregue a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como órgão de consulta, de acordo com o disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Zela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda a solucionar pacificamente suas controvérsias. Atua também como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que esta decida o contrário.

Presidências e vice-presidências

A presidência é exercida, sucessivamente, pelos representantes na ordem alfabética dos nomes dos respectivos países em espanhol e a vice-presidência de maneira idêntica, seguindo-se a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos por um período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre.

No período a que se refere este relatório presidiram o Conselho Permanente os seguintes embaixadores:

Janeiro a março de 2008:

Presidente: Embaixador Cornelius Smith, Representante Permanente das Bahamas.
Vice-Presidente: Embaixador Arístides Royo, Representante Permanente do Panamá.

Abril a junho de 2008:

Presidente: Embaixador Michael I. King, Representante Permanente de Barbados.
Vice-Presidente: Embaixador Denis Ronaldo Moncada Colindres, Representante Permanente da Nicarágua.

Julho a setembro de 2008:

Presidente: Embaixador Néstor Méndez, Representante Permanente de Belize.
Vice-Presidente: Embaixador Gustavo Albin, Representante Permanente do México.

Outubro a dezembro de 2008:

Presidente: Embaixador Reynaldo Cuadros, Representante Permanente da Bolívia.
Vice-Presidente: Embaixador Anthony Johnson, Representante Permanente da Jamaica.

Exposições

No período a que se refere este relatório, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto dirigiram-se em diversas ocasiões ao Conselho Permanente para informar sobre as atividades executadas nos países da Região e as Missões de Observação Eleitoral realizadas pela Secretaria-Geral nos Estados membros da OEA.

Visitas ao Conselho Permanente

O Conselho recebeu várias personalidades das Américas, inclusive Juan Evo Morales Ayma, Presidente da República da Bolívia; Jacques Edouard Alexis, Primeiro-Ministro da República do Haiti; Bruce Golding, Primeiro-Ministro da Jamaica; Fernando Armino Lugo Méndez, Presidente da República do Paraguai; David Choquehuanca Céspedes, Ministro das Relações Exteriores e Cultos da Bolívia; Fernando Araújo Perdomo, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia; Ángel Edmundo Orellana Mercado, Ministro das Relações Exteriores de Honduras; Paula Gopee-Scoon, Ministra das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago; Luis Alberto Arce Catacora, Ministro da Fazenda da República da Bolívia; Carlos Villegas Quiroga, Ministro de Planejamento do Desenvolvimento da República da Bolívia; Felipe Michellini, Vice-Ministro de Educação e Cultura do Uruguai; Xiomara Castro de Zelaya, Primeira-Dama de Honduras; e Vivian Fernández de Torrijos, Primeira-Dama da República do Panamá.

As sessões do Conselho tiveram a presença de representantes de organizações internacionais e interamericanas, como o Escritório de Washington da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Escritório Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Organizações da sociedade civil também fizeram exposições perante o Conselho.

Declarações e resoluções

O Conselho Permanente aprovou, em 2008, uma declaração e quatorze resoluções, cujos textos completos podem ser consultados na página eletrônica do Conselho:

<http://www.oas.org/consejo/sp/resoluções/Resoluções2008.asp>

Declarações

CP/DEC. 38 (1656/08)	Operação de resgate na Colômbia de um grupo de pessoas seqüestradas pelas FARC
----------------------	--

Resoluções

CP/RES. 925 (1624/08)	Comemoração do quinquagésimo aniversário da Voz da OEA (serviço de rádio)
-----------------------	---

CP/RES. 926 (1625/08)	Instalação no Panamá da Secretaria Técnica para o Desenvolvimento do “Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016)”
-----------------------	--

CP/RES. 927 (1627/08)	Sede e data da Sétima Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VII)
CP/RES. 928 (1627/08)	Sede e data da Reunião de Altas Autoridades Nacionais em Matéria de Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos
CP/RES. 929 (1629/08)	Convocação da Reunião Técnica para Elaborar um Projeto de Documento Integral sobre o Processo das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores- Gerais das Américas (REMJA), em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 2266 (XXXVII-O/07) e nas recomendações da REMJA-VI
CP/RES. 930 (1632/08)	Convocação da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e nomeação de uma comissão
CP/RES. 931 (1634/08)	Convocação do Encontro Interamericano de Peritos e Representantes de Organismos Eleitorais
CP/RES. 932 (1634/08)	Convocação do Trigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/RES. 933 (1644/08)	Convites para o Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/RES. 934 (1644/08)	Realização da Primeira Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas
CP/RES. 935 (1648/08)	Apoio à institucionalidade democrática, ao diálogo e à paz na Bolívia
CP/RES. 936 (1650/08)	Concessão ao Governo da Islândia do <i>status</i> de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos
CP/RES. 937 (1651/08)	Convocação da Segunda Conferência dos Estados Partes no Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” (MESECVI)
CP/RES. 938 (1654/08)	Ação da OEA com relação à Diretiva de Retorno da União Européia sobre migração
CP/RES. 939 (1660/08)	Denominação de salas na Organização dos Estados Americanos
CP/RES. 940 (1660/08)	Denominação de salas de reunião em homenagem a nacionais ilustres de Estados membros da Comunidade do Caribe

CP/RES. 941 (1661/08)	Comemoração do 60º aniversário del Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
CP/RES. 942 (1662/08)	Octogésimo aniversário da criação da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
CP/RES. 943 (1662/08)	Convocação do Trigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
CP/RES. 944 (1666/08)	Concessão à República de Vanuatu da condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos
CP/RES. 945 (1666/08)	Concessão à República de Benin da condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos

No decorrer do ano, o Conselho e seus órgãos subsidiários realizaram as sessões abaixo discriminadas.

Conselho Permanente:	Sessões ordinárias:	25
	Sessões extraordinárias:	15
	Sessões protocolares:	7
	Sessões fechadas:	1
	Sessões conjuntas:	4
Comissão Geral:		10
Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários:		9
Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos:		27
Comissão de Segurança Hemisférica:		24
Comissão de Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA		7
Comissão Especial sobre Assuntos de Migração		16

O ano de 2008 registrou um empenho especial destinado a fortalecer a capacidade instalada de processar os seguintes documentos oficiais (serviços de transcrição, revisão e edição): 1) os volumes do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, do Trigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral e do Trigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral; 2) as sessões da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; e 3) as sessões da Comissão Preparatória da Assembléia Geral.

Novas atas foram concluídas, aprovadas pelo Conselho Permanente e publicadas.

1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão diretamente subordinado à Assembléia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi criado com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua, em 29 de janeiro de 1996 (Capítulo XIII). É constituído pelos seguintes órgãos que a ele se subordinam: a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e as Comissões Interamericanas.

O CIDI realizou em 2008 a Décima Terceira Reunião Ordinária e três reuniões setoriais no âmbito ministerial: desenvolvimento social, cultura e ciência e tecnologia. A Comissão Interamericana de Educação realizou a Quarta Reunião Ordinária, enquanto as autoridades das comissões de cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento social e portos prosseguiram a implementação de seus programas de trabalho.

A Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) centrou suas atividades no processo de reflexão e consulta para o fortalecimento do CIDI e da cooperação solidária, em atendimento aos mandatos da Assembléia Geral e do CIDI.

Como complemento a essa tarefa o CIDI manteve um diálogo com as autoridades das Comissões Interamericanas e da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) a fim de conhecer diretamente suas realizações, desafios e propostas, com vistas a uma melhor articulação do trabalho de todos os órgãos do CIDI. A CEPCIDI também instalou um Grupo de Trabalho com o mandato de “considerar as diferentes alternativas de fortalecimento do CIDI e seus órgãos e melhorar seu funcionamento” e realizou uma Reunião Técnica Especial de Autoridades Nacionais e Peritos em Cooperação a fim de dialogar sobre a possibilidade de implementar mecanismos e modalidades de cooperação que possibilitem utilizar da maneira mais eficiente as possibilidades da OEA como organismo multilateral.

A Junta Diretora da AICD aprovou a programação do FEMCIDI 2008 e iniciou a consideração de seu esquema de trabalho, que recebeu contribuições da reunião de autoridades de cooperação e procura apoiar os diálogos para o fortalecimento do CIDI.

Com respeito ao Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, a CEPCIDI reativou a Comissão do Fundo de Capital de Bolsas de Estudo, que realizou sua primeira reunião, ficando ainda pendente a eleição das autoridades. Também recebeu o relatório anual do Departamento de Desenvolvimento Humano sobre todos os aspectos relevantes do funcionamento e da eficácia do Programa, inclusive uma análise de impacto e recomendações de políticas e estratégias para melhorar seu funcionamento. Essas políticas vêm sendo consideradas pela Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento.

Reuniões do CIDI

- a) Décima Terceira Reunião Ordinária. (Washington, D.C., 14 e 15 de maio)

A reunião foi presidida pela Representante Permanente de El Salvador, Embaixadora Abigail Castro de Pérez, tendo como vice-presidente o Representante Permanente do Equador, Embaixador Efrén A. Cocios.

Pela primeira vez no âmbito do CIDI foi realizado um diálogo com as autoridades das Comissões Interamericanas, órgãos subsidiários do CIDI, bem como com o Presidente da Décima Quinta CIMT, a fim de conhecer as atividades e mecanismos de cooperação e diálogo que cada setor tenha implementado. Houve um intercâmbio de opiniões acerca dos obstáculos, desafios e oportunidades presentes no trabalho das Comissões, analisaram-se possibilidades de articulação e salientou-se a necessidade de prosseguir esse diálogo com o CIDI e entre os setores.

- b) Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social (Reñaca, Chile, 9 e 10 de julho)

Centrou-se no tema “Proteção social e governabilidade democrática nas Américas” e analisou quatro eixos: a institucionalidade da política social; a cooperação interamericana para promover estratégias efetivas de proteção social; a superação da fome e da desnutrição infantil; e a promoção do emprego como preocupação transversal das políticas sociais. O objetivo da reunião foi promover um intercâmbio de idéias e experiências referentes à formulação e implementação de políticas públicas que levem a uma significativa redução da pobreza e da desigualdade no Hemisfério. A reunião aprovou um “Comunicado dos Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social”, que oferece diretrizes e prioridades a serem incluídas no Plano de Trabalho 2008-2010 da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES). A Delegação da Colômbia foi eleita presidente da CIDES, enquanto as delegações do Panamá e Trinidad e Tobago foram escolhidas para a primeira e segunda vice-presidências, respectivamente. O Governo da Colômbia também fez oferecimento de sede para a Segunda Reunião Ministerial a ser realizada em 2010.

- c) Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia (Cidade do México, México, 27 e 28 de outubro)

A reunião centrou o diálogo em “Ciência, tecnologia, engenharia e inovação (CTII) como instrumentos para a prosperidade”, mediante as seguintes discussões: (i) CTII e as políticas públicas para o desenvolvimento integral, especialmente as que promovam a inclusão social e a produção sustentável de alimentos; (ii) CTII como instrumentos para a gestão sustentável dos recursos naturais (biodiversidade, meio ambiente, biotecnologia e recursos energéticos); e (iii) CTII para elevar a produtividade, com ênfase na formação e capacitação de recursos humanos e na inovação tecnológica. Ao término da reunião foram aprovados a Declaração e o Plano de Ação do México, CIDI/REMICYT-II/DEC.1/08 e CIDI/REMICYT-II/doc.6/08 rev. 1. Na ocasião a Delegação da Argentina assumiu a presidência da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT).

- d) Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura (Bridgetown, Barbados, 20 e 21 de novembro)

A reunião teve como tema central “A economia da cultura nas Américas: um roteiro para o crescimento sustentável e a inclusão social” e caracterizou-se por uma troca de experiências acerca das políticas públicas em vigor para a promoção e sustentabilidade de um setor cultural dinâmico. Também se analisou o papel dos setores público, privado e internacional na criação de associações e parcerias na economia da cultura bem como a participação dos jovens na economia da cultura. Foram aprovados um comunicado e uma resolução que dispõem diretrizes e prioridades para a Comissão Interamericana de Cultura (CIC) no período 2009-2010.

Órgãos subsidiários do CIDI

a) Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI)

De janeiro a maio de 2008 a Embaixadora Abigail Castro de Pérez, Representante Permanente de El Salvador, e o Embaixador Efrén A. Cocios, Representante Permanente do Equador, atuaram como presidente e vice-presidente da CEPCIDI. A partir de maio o presidente foi o Embaixador Cocios e o vice-presidente o Embaixador Cornelius A. Smith, Representante Permanente das Bahamas.

O trabalho da CEPCIDI ao longo de 2008 centrou-se no processo de reflexão e consulta para o fortalecimento da cooperação solidária em atendimento aos mandatos da resolução AG/RES. 2390 (XXXVIII-O/08), “Fortalecimento da cooperação solidária: diálogo político, cooperação técnica, estrutura e mecanismos”, que reitera e renova a vigência dos conteúdos e mandatos das resoluções sobre o tema, acordados em 2007. Foram realizadas várias reuniões extraordinárias e um “retiro” de Embaixadores e Representantes Permanentes, ao término do qual foi constituído um grupo de trabalho da CEPCIDI com o mandato de “considerar as diferentes alternativas de fortalecimento do CIDI e seus órgãos e melhorar seu funcionamento”, presidido pela Delegada Suplente dos Estados Unidos, Margarita Riva-Geoghehan.

A CEPCIDI apoiou os processos preparatórios das reuniões ministeriais bem como da Reunião Interamericana “Melhorando a disponibilidade e o acesso à água potável e aos serviços de saneamento” e da Reunião Técnica Especial de Autoridades Nacionais e Peritos de Cooperação” (Cancún, México, 16 e 17 de outubro). Após receber o relatório da reunião de cooperação, a CEPCIDI aprovou a resolução CEPCIDI/RES. 152 (XVII-E/08) que referenda o Curso de Ação de Playa do Carmen, aprovado em Cancún, e salienta a importância da consolidação da AICD como foro de diálogo e consulta entre as autoridades nacionais e os peritos em cooperação técnica, com o objetivo de incentivar uma agenda hemisférica técnica e política efetiva que ressalte o valor agregado da OEA bem como contribuir para o processo de reflexão e consulta para o fortalecimento do CIDI.

Em 2008, a CEPCIDI manteve dois Grupos de Trabalho Conjuntos com o Conselho Permanente: o primeiro dedicado ao Projeto de Carta Social das Américas e o segundo para negociar o Projeto de Declaração de Medellín: Juventude e Valores Democráticos.

b) Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento

A Junta Diretora da AICD realizou a Vigésima Primeira Reunião Ordinária (Washington, D.C., 12 de maio), presidida pelo Professor Máximo Romero Jiménez, Diretor-Geral de Cooperação

Técnica e Científica da Secretaria das Relações Exteriores do México. Foi aprovada a programação de atividades de cooperação solidária FEMCIDI 2007, conforme se expõe abaixo.

Projetos aprovados em 2007		
Conta setorial	Número de projetos	Montantes (US\$)
Educação	29	2.041.834
Desenvolvimento social	13	870.817
Desenvolvimento sustentável	13	1.208.898
Ciência e tecnologia	15	1.363.310
Comércio	8	701.375
Cultura	3	121.583
Democracia	6	373.789
Turismo	13	783.690
Desenvolvimento integral	0	0
TOTAL	100	7.465.296

A Junta Diretora realizou uma reunião informal (Washington, D.C., 16 de dezembro) para apresentar as conclusões da reunião de autoridades nacionais de cooperação e discutir diretrizes para o Plano de Trabalho desse órgão. Esse plano foi posteriormente apresentado pelo Presidente como documento AICD/JD/doc.109/08 e, ao final do relatório, aguardaram-se os comentários dos Estados membros.

c) Comissões Interamericanas.

No decorrer de 2008 reuniu-se a Comissão Interamericana de Educação (CIE) (Quito, Equador, 14 e 15 de outubro) para analisar o Plano de Trabalho 2008-2009 bem como as realizações, desafios, parcerias e planos futuros em formação docente, educação para a cidadania democrática, indicadores educacionais, educação da primeira infância, alfabetização e educação de adultos. Também se discutiu a possível colaboração entre a CIE e a Comissão Interamericana de Cultura (CIC), o texto da educação que se apresentará na Quinta Cúpula das Américas e os temas a serem considerados na Sexta Reunião de Ministros da Educação a ser realizada no Equador em 2009.

d) Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES).

As CENPES reuniram-se de 5 a 13 de fevereiro de 2008 para avaliar um total de 121 propostas de projeto apresentadas por 33 países membros. Dos 121 projetos apresentados 47 eram continuação e 74, propostas novas; 56 eram projetos multilaterais e 65, nacionais. Do total, 100 foram recomendados e aprovados pela Junta Diretora da AICD.

II. SECRETARIA GERAL

2.1 SECRETARIA GERAL

O Capítulo XVI da Carta determina as atribuições e funções da Secretaria Geral, órgão central e permanente da OEA, com sede em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria Geral, tem representação legal e participa com voz, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode submeter à consideração da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, em sua opinião, afete a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Cabe ao Secretário-Geral criar as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los e regulamentar suas atribuições e deveres.

Escritório do Secretário-Geral

O Escritório do Secretário-Geral apóia as funções de alta direção que competem ao Secretário-Geral, vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais nos Estados membros da Organização.

Em 2008 o Escritório do Secretário-Geral apoiou e complementou as atividades executadas pelos diferentes órgãos, secretarias, departamentos e unidades da Organização. Também promoveu pesquisas, preparou minutas dos discursos do Secretário-Geral e manteve articulações com as Missões Permanentes, os organismos governamentais e a sociedade civil. Organizou as missões do Secretário-Geral fora da sede, inclusive as visitas oficiais a Chefes dos Estados membros, bem como sua participação em conferências ministeriais e outras conferências e eventos internacionais.

2.1.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral

2.1.1.1 Departamento de Assessoramento Jurídico

O Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL) é subordinado ao Escritório do Secretário-Geral. O Diretor do DAL é o Assessor Jurídico do Secretário-Geral e também assessora organismos especializados e outras entidades, entre as quais a Assembléia Geral (inclusive a Comissão Preparatória), o Conselho Permanente, especialmente a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), além das comissões, grupos especiais e missões da OEA. Assessora também a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), a Comissão do Fundo de Desenvolvimento Humano, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Interamericana de Portos (CIP), a Junta Interamericana de Defesa (JID), a Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Escritório do Inspetor-Geral, o Tribunal Administrativo, a Fundação para as Américas e o Fundo de Jovens Empresários das Américas.

Os serviços prestados pelo Departamento de Assessoramento Jurídico compreendem:

- a) Representação legal em litígios, arbitragens e demais disputas;
- b) Preparação e negociação de contratos e acordos com entidades privadas, governamentais, multilaterais, ong, estados membros, observadores permanentes etc., de natureza comercial, imobiliária, de cooperação, de contribuição, de observação eleitoral, etc;
- c) Aplicação do direito internacional e do direito dos estados membros e das normas da secretaria-geral a assuntos tributários, trabalhistas, migratórios, contratuais, comerciais, de propriedade intelectual, falências, privilégios e imunidades etc.;
- d) Elaboração de instrumentos normativos da secretaria-geral e de outros órgãos da organização, como ordens executivas, memorandos administrativos, diretrizes, regulamentos etc.;
- e) Condução de investigações internas bem como participação nessas investigações;
- f) Assessoria em áreas especializadas como fideicomissos, direito tributário e pensões;
- g) Participação como membro de comissões permanentes e ad hoc e prestação de assessoramento jurídico a essas comissões, como a comissão mista de seguros, a comissão de seleção, a comissão de adjudicação de contratos, a comissão de avaliação de projetos, a comissão de ética, a junta de publicações, a comissão de vendas, a junta de fideicomissários do fundo de benefícios médicos, a comissão de aposentadoria e pensões e o leo rowe memorial fund; colabora com a comissão assessora de disciplina e a secretaria-geral nos casos submetidos à comissão assessora de reconsideração e à comissão de redução de pessoal;
- h) Participação em conferências e contatos com setores multilaterais públicos e privados.

Atividades em 2008

O DAL recebeu em 2008 das dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações dos Estados membros aproximadamente 1.900 consultas, inclusive assistência a reuniões. Mais de 900 foram pareceres jurídicos por escrito (esses totais não incluem as consultas verbais respondidas por telefone ou pessoalmente). Os advogados do DAL prestaram assistência ou assessoramento jurídico a aproximadamente 500 reuniões e revisaram mais de 500 acordos.

Cumprе salientar os serviços abaixo.

- a) Aos órgãos políticos:
 - Assessoramento nas reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e da CAAP sobre assuntos administrativos, orçamentários, trabalhistas e processuais;
 - Participação nas reuniões preparatórias da Assembléia Geral da Colômbia.

b) À Secretaria-Geral:

- Colaboração na modificação do Regulamento do Pessoal e na redação e revisão das ordens executivas sobre a “Estrutura da Secretaria-Geral”, a “Secretaria Técnica para o Desenvolvimento do ‘Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e a Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016)’” bem como na modificação do Memorando Administrativo “Utilização dos Edifícios e Instalações da Secretaria-Geral”;
- Participação em reuniões vinculadas à Missão Especial da OEA no Haiti e assessoramento em assuntos de responsabilidade civil e de acordos de cooperação e licitação para a compra de um sistema de expedição de carnês de identificação e votação;
- Assessoramento ao Secretário-Geral Adjunto sobre a reestruturação do CIDI, a administração dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros, a gestão da Comissão de Seleção e outros assuntos;
- Assistência à SEDI na preparação e negociação de acordos para a execução de projetos nos diferentes Estados membros, inclusive os financiados pelo Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI); representação das dependências da SEDI junto ao Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos, para o registro de marcas;
- Assessoramento ao Departamento de Desenvolvimento Sustentável na preparação, revisão e negociação de acordos para a execução de vários projetos em curso;
- Colaboração com a SAP como assessor jurídico de Missões de Observação Eleitoral e como observador em missões bem como na revisão de acordos de cooperação e de contribuição financeira para a execução de projetos e sobre observação eleitoral na Bolívia, Equador, Honduras e outros Estados membros;
- Assessoramento, diretamente da sede e in situ, à MAPP/OEA na Colômbia em assuntos contratuais, internos e sobre privilégios e imunidades; colaboração na solução de assuntos internos do Escritório da Secretaria-Geral no Equador;
- Assistência à SAF na preparação e negociação de vários documentos, inclusive contratos de arrendamento, licitações e contratos, assuntos impositivos e gestão do Plano de Aposentadoria 401(m), para o qual redigiu um projeto de atualização;
- Assessoramento ao Departamento de Recursos Humanos na preparação e negociação de acordos conciliatórios e liquidações trabalhistas, na preparação das modificações do Regulamento do Pessoal e na interpretação das normas aplicáveis a casos concretos;
- Colaboração com a Secretaria de Relações Externas sobre marcas e projetos para fortalecer e projetar a imagem institucional da Organização;
- Assessoramento a várias comissões ad hoc da Secretaria-Geral na formulação de recomendações sobre temas específicos como modalidades de contratação de pessoal, bens e serviços, centenário do Edifício Principal; e manutenção, melhoramento e disposição dos imóveis da Secretaria-Geral;

- Assistência ao Departamento de Comércio e Turismo e preparação da respectiva documentação para o fechamento da Secretaria Administrativa da Área de Livre Comércio das Américas em Puebla, México, e a liquidação do fideicomisso criado em 2002;
- Defesa do Secretário-General perante o Tribunal Administrativo em quatro casos: um em que o Tribunal manteve a decisão do Secretário-General de não renovar o contrato e não aceitou as reclamações do demandante relativas à incapacidade permanente causada pela natureza do trabalho executado na Secretaria-Geral; e outros três casos relativos a reclassificações, em que o Tribunal confirmou os resultados das auditorias externas e julgou improcedentes os pedidos de indenização apresentados pelos demandantes.

c) Aos organismos especializados e outras entidades

- assessoramento à Diretora-Geral do IIN em assuntos trabalhistas e ao Secretário Executivo da CITEL em acordos de cooperação e regulamentos das Comissões de Consulta Permanente;
- colaboração com o Escritório do Inspetor-Geral em auditorias e investigações em vários escritórios da Secretaria-Geral e em outros assuntos;
- assessoramento a instituições sem fins lucrativos como a Fundação para as Américas e o Fundo de Jovens Empresários das Américas;
- participação na Comissão Mista de Seguros, na Comissão de Seleção, na Comissão de Adjudicação de Contratos, na Junta de Publicações, na Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários, na Comissão de Vendas, na Junta de Fideicomissários do Fundo de Benefícios Médicos, no Leo Rowe Memorial Fund e na Comissão de Avaliação de Projetos;
- colaboração no registro da revista da Comissão Interamericana de Portos no Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos;
- elaboração de projetos de resolução, apresentação de pareceres escritos sobre assuntos normativos e processuais e prestação de assessoria às reuniões do CIDI, da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) e da Junta Diretora da AICD; elaboração de documentos de trabalho para o Grupo de Trabalho da CEPCIDI para o Fortalecimento do CIDI e assessoramento às reuniões do Grupo;
- participação como consultor jurídico nas reuniões dos organismos especializados e das entidades da OEA, realizadas nos diferentes Estados membros, como reuniões da CIM e da Comissão de Consulta Permanente da CITEL;
- assistência a comissões do IICA e ao Diretor-General e ao pessoal desse instituto em assuntos administrativos, orçamentários, tributários e institucionais; redação de projetos de resolução, pareceres jurídicos e outros documentos de trabalho; elaboração e negociação de um novo projeto de acordo sobre privilégios e imunidades com a Jamaica e outro semelhante com a Espanha, país associado ao IICA;

- assessoramento à Comissão de Aposentadoria e Pensões e ao seu secretário-tesoureiro sobre assuntos impositivos, limitações do Plano e direitos dos pensionistas e participantes do Fundo; revisão e negociação de contratos entre a Comissão e seus consultores financeiros e auditores;
- cooperação com o trabalho da Comissão de Avaliação de projetos e assistência à Comissão do Fundo Rowe com relação à política vinculada à cobrança de dívidas não pagas e acordos de pagamento com devedores morosos; e
- assessoramento à JID sobre assuntos estatutários, administrativos e trabalhistas, inclusive assistência ao Presidente do Conselho de Delegados e à Diretora do Colégio Interamericano de Defesa e ao seu pessoal em assuntos administrativos e de cooperação com outras instituições de educação.

1.1.1.2 Departamento de Imprensa

O Departamento de Imprensa da Secretaria-Geral tem como objetivo principal manter e melhorar a posição, perante a opinião pública do continente, da mensagem política da Organização, constante das declarações e discursos do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos que decorram das sessões do Conselho Permanente.

O objetivo do Departamento de Imprensa cumpre-se, principalmente, pela busca permanente de mais e melhores espaços nos meios de comunicação do continente. Ao iniciar suas atividades, o universo de receptores da mensagem da OEA era de aproximadamente 900 jornalistas. Atualmente os comunicados emitidos pelo Departamento são recebidos por 3.272 profissionais de jornais, rádios e estações de televisão.

A elaboração dos comunicados foi aperfeiçoada, embora possa melhorar ainda mais, e conseguiu-se estabelecer um estilo que é bem recebido pelo jornalismo da grande e da pequena mídia da Região.

É fácil comprovar que a presença da OEA na imprensa internacional aumentou significativamente nos últimos quatro anos. Deve-se reconhecer, no entanto, que, não obstante o fato de o Departamento de Imprensa cobrir o máximo de atividades da Organização, somente um percentual menor dessas atividades é finalmente publicado.

Nessas circunstâncias o Departamento decidiu não apenas ampliar o horizonte dos meios de imprensa a serem alcançados, mas também editar um boletim para “colocar”, com estilo menos conceitual e mais acessível ao grande público, notícias que, apesar de serem distribuídas, tendem a não ser captadas por jornais e rádios. Com esse propósito, ademais, foi elaborada uma relação de destinatários que inclui revistas, jornais especializados, universidades e centros de estudos, que vêm recebendo esse serviço. Os Escritórios Nacionais foram grandes aliados nesse objetivo, constatando que, também na pequena mídia de lugares distantes, esse resumo noticioso teve grande receptividade.

A agilidade na divulgação da mensagem é outro ponto forte que o Departamento conseguiu desenvolver. A disponibilidade de um servidor exclusivo possibilitou ao Departamento alcançar, por correio eletrônico, do escritório em Washington, um jornal da Patagônia ou uma agência no Alasca, em apenas um minuto. Trata-se de uma vantagem indiscutível quando se compete por espaço na mídia, num mundo complexo em que a má notícia vende e a boa notícia não é notícia.

2.1.1.3 Escritório do Cerimonial

O Escritório do Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos departamentos da Secretaria-Geral. É o elemento de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro e aos vistos do pessoal das Missões e aos privilégios e imunidades do pessoal diplomático que nelas atua. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal em atividades de natureza protocolar ou sociocultural e imprime e mantém em dia na Intranet o Catálogo de Missões.

Protocolo e Cerimonial

O Escritório preparou sessões protocolares para as visitas dos Chefes de Estado do Paraguai, Jamaica e Bolívia e prestou apoio às sessões extraordinárias convocadas pelo Conselho Permanente. Organizou cerimônias e sessões protocolares para o Dia das Américas e o aniversário de Simon Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América - Encontro de Dois Mundos. Coordenou a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes da Costa Rica, Peru, Estados Unidos, Venezuela, Belize, Santa Lúcia, São Vicente, Trinidad e Tobago, Guatemala, República Dominicana e Jamaica. Coordenou também a apresentação de credenciais do Observador Permanente da Espanha e as visitas de cortesia de vários Observadores Permanentes. Organizou recepções para a despedida dos embaixadores da Costa Rica, Peru, Venezuela, Barbados, Santa Lúcia, São Vicente, Trinidad e Tobago, Guatemala e Jamaica. Atuou como coordenador nas cerimônias de mudança do Presidente do Conselho e preparou e enviou cartas de felicitações pelo dia nacional aos Representantes e Observadores Permanentes.

Sob a coordenação do Escritório do Cerimonial foram realizadas dez “Semanas dos Países”, um programa em que os países membros e Observadores Permanentes promovem eventos culturais ou acadêmicos durante uma semana. O Escritório prestou apoio de natureza protocolar a algumas inaugurações de exposições do Museu de Arte das Américas. Com poucas exceções, todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e de outros acordos entre a Organização e os países membros ou outras entidades foram organizadas pelo Escritório.

Durante a Assembléia Geral realizada na Colômbia o Escritório colaborou estreitamente com o país sede na organização da cerimônia de abertura. Além de planejar as assinaturas e cerimônias que tiveram lugar nessa oportunidade, foram organizados dois almoços institucionais, dois cafés da manhã e um almoço, oferecidos pelo Secretário-Geral e pelo Secretário-Geral Adjunto, bem como uma recepção oferecida pelo Secretário-Geral para 800 convidados. Coordenou com o Cerimonial da Colômbia os preparativos para um almoço oferecido pelo Prefeito de Medellín e um almoço oferecido pelo Presidente Uribe.

Administração do Edifício Principal

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Escritório do Cerimonial. No decorrer do ano foram realizadas cerca de 90 recepções, almoços, jantares e conferências. Prevê-se que a arrecadação com o aluguel do edifício em 2008 chegue a US\$153.800. O Escritório também colaborou na organização do Festival de Comida das Américas e na recepção de Natal organizada pela Organização de Mulheres das Américas (OMA), que reúne as diplomatas da OEA.

Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e articulação com o Departamento de Estado

Antes de remetê-los ao Departamento de Estado, o Escritório do Cerimonial revisou e introduziu no sistema ‘e-gov’, criado pelo Departamento de Estado para a apresentação de solicitações, cerca de 4.000 pedidos das Missões Permanentes e seu pessoal. Esses pedidos compreendiam credenciamentos, mudanças e renovações de vistos e prorrogações de permanência; autorizações de trabalho e renovação dessas autorizações; importação e aquisição de artigos isentos de impostos; concessão de autorização de trabalho para dependentes; obtenção e renovação de cartões de exoneração de imposto e de carteiras de motorista; e pedidos relacionados com o registro, renovação de registros, verificação de seguros, venda ou exportação de veículos. Foram redigidas e enviadas cartas a consulados dos Estados Unidos solicitando vistos no exterior para pessoal e outros, relacionados com as Missões Permanentes. O Escritório intermediou a concessão de vistos para altos funcionários da OEA e encaminhou cerca de 150 cartas referentes a carteiras de motorista para pessoal da OEA e para pessoal não diplomático das Missões Permanentes; articulou com o Escort Service do Departamento de Estado e com as empresas aéreas providências referentes às viagens do Secretário-Geral nos Estados Unidos.

Catálogo de Missões

O “Catálogo de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários de Governo, Órgãos da OEA e Entidades Filiadas” foi atualizado e publicado pela Intranet da OEA. Foi mantido um calendário mensal de atividades no edifício e a cada duas semanas publica-se a gazeta diplomática.

Notas verbais

O Escritório enviou notas verbais às Missões e ao Departamento de Estado para informar sobre solicitações e trâmites relacionados com credenciamentos, veículos, uso do Edifício e felicitações pelo dia nacional dos países.

2.1.2 Secretaria de Cúpulas

A Secretaria de Cúpulas (SCA) tem como objetivos principais manter a memória institucional do processo de Cúpulas; criar mecanismos e executar atividades relacionadas com o acompanhamento dos mandatos; prestar apoio técnico e logístico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC); presidir o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC); prestar assessoramento técnico à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC) e coordenar a participação da sociedade civil no processo de Cúpulas.

A maior parte das atividades da SCA em 2008 concentrou-se no processo de negociação da Quinta Cúpula das Américas e sua preparação. Nesse mesmo período, a SCA promoveu mecanismos de acompanhamento do cumprimento dos mandatos decorrentes das Cúpulas das Américas, mediante estudos, publicações e o Sistema de Acompanhamento das Cúpulas das Américas (SISCA).

No período a que se refere este relatório, em virtude dos preparativos da próxima Cúpula das Américas, a SCA, por intermédio do GRIC, manteve estreita relação de cooperação e apoio com os Coordenadores Nacionais, com o Governo de Trinidad e Tobago – sede da Quinta Cúpula das Américas (17 a 19 de abril de 2009) – e com a Secretaria Nacional. Manteve contatos também com o

Escritório da OEA no país, com a finalidade de apoiar e promover as negociações do Projeto de Declaração de Compromisso de Port-of-Spain entre os Estados membros da OEA.

A SCA assegurou que a sistematização das informações, dos documentos e das intervenções por parte das Altas Autoridades da Organização, relacionados com a preparação da Quinta Cúpula, se mantivesse de acordo com as normas da OEA. Com esse propósito esteve presente na preparação, realização e acompanhamento das reuniões ministeriais e das reuniões periódicas do GRIC bem como na sessão especial do Conselho Permanente realizada em 2008.

Em 2008 o GRIC realizou seis reuniões ordinárias e uma Reunião Ministerial por ocasião da Assembléia Geral. Essas reuniões possibilitaram a apresentação do Projeto de Declaração de Compromisso de Port-of-Spain intitulado “Assegurando o futuro de nossos cidadãos mediante a promoção da prosperidade humana, da segurança energética e da sustentabilidade ambiental” e o andamento do processo de negociação por parte dos países membros. A SCA participou, ademais, junto ao Governo de Trinidad e Tobago, da sessão extraordinária do Conselho Permanente em que foi apresentado o documento conceitual e da reunião de âmbito ministerial realizada em Medellín, Colômbia, em que se definiu a data e a sede da Cúpula.

O Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) apoiou plenamente a preparação da Quinta Cúpula, prestando assistência técnica e orientação nas áreas pertinentes e participando ativamente das seis reuniões ordinárias do GRIC e das reuniões de âmbito ministerial. Com a finalidade de informar sobre os temas relevantes da próxima Cúpula, instituições como o BID, a OPAS, o Banco Mundial e o IICA fizeram exposições para os países membros e a eles prestaram assistência técnica nas áreas de interesse.

O GTCC apresentou também uma compilação de comentários e observações sobre o Projeto de Declaração de Compromisso de Port-of-Spain, apresentada num compêndio distribuído e submetido à consideração dos países membros. Foram também distribuídas as publicações editadas em colaboração com o GTCC: “Realizações das Cúpulas das Américas. Avanços desde Mar del Plata” e “Rumo à Quinta Cúpula das Américas. Desafios regionais”.

O GTCC reuniu-se dez vezes no decorrer de 2008, com o objetivo de planejar atividades e estratégias e prestar informações sobre as realizações, o acompanhamento e as tarefas mais relevantes, o que possibilitou um benéfico aumento da sua participação nos processos ministeriais interamericanos e no processo de preparação da Quinta Cúpula.

Em colaboração com a Secretaria de Relações Externas e os departamentos da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, a SCA organizou uma série de mesas-redondas de política com o objetivo de promover um diálogo construtivo nas principais áreas políticas relacionadas com os principais temas da Quinta Cúpula. Essas reuniões tiveram a participação de instituições e organismos regionais. Essa contribuição consolidou-se posteriormente em relatórios colocados à disposição dos países membros e outras partes interessadas envolvidas no processo de negociação da declaração da Quinta Cúpula.

Em colaboração com a Secretaria Nacional da Quinta Cúpula foi realizado em 1º e 2 de maio de 2008 em Miami, Flórida, o Fórum Hemisférico com a Sociedade Civil, “Assegurando o futuro de nossos cidadãos mediante a promoção da prosperidade humana, da segurança energética e da sustentabilidade ambiental”. Em colaboração com o Departamento de Assuntos Internacionais da

Secretaria de Relações Externas, a SCA organizou o Fórum Sub-Regional da Sociedade Civil do Caribe, no mês de outubro, em Trinidad e Tobago, e o Fórum Sub-Regional da Sociedade Civil da América Central, México e República Dominicana, no mês de dezembro, em El Salvador. As recomendações decorrentes desses fóruns foram submetidas à consideração dos Estados membros na Sexta Reunião do GRIC de 2008 e encaminhadas para análise da CISC.

A SCA realizou três fóruns virtuais sobre as principais áreas temáticas do Projeto de Declaração de Compromisso de Port-of-Spain, no âmbito do processo preparatório da Quinta Cúpula, por meio da Plataforma Virtual de Cúpulas, que entrou em funcionamento em setembro, em colaboração com o Portal de Educação das Américas. A Plataforma possibilitou pela primeira vez que a sociedade civil canalizasse comentários e recomendações aos países por intermédio da SCA.

Graças aos esforços envidados, a SCA conseguiu ampliar e melhorar a participação de atores da sociedade civil no processo, promovendo uma dinâmica de intercâmbio de informações entre a Secretaria-Geral, os Estados membros e as organizações da sociedade civil na implementação dos mandatos das Cúpulas.

A SCA, na qualidade de assessor técnico da CISC, atuou em estreita colaboração com a Missão Permanente da República de Trinidad e Tobago. Atuou também em coordenação com a Secretaria de Assuntos Políticos, a Secretaria de Segurança Multidimensional, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, a CIM e o Secretário da Comissão na programação e preparação das reuniões mensais da CISC; nessas reuniões apresentaram-se as contribuições para o processo de Cúpulas que decorreram das reuniões ministeriais e setoriais de 2008 bem como os relatórios das atividades realizadas em coordenação com o GTCC e a sociedade civil.

Com o objetivo de buscar mecanismos para melhorar o processo de Cúpulas e fazer o acompanhamento dos mandatos delas decorrentes, a SCA propôs o Sistema de Acompanhamento das Cúpulas das Américas (SISCA). Esse sistema informático foi concebido levando em conta as diferentes necessidades dos usuários. Foram coletados e selecionados informações, dados e indicadores que figurarão no sistema como ferramentas de apoio aos países membros durante o processo de acompanhamento de mandatos.

A fim de estabelecer bases de trabalho eficazes e práticas para o novo Sistema de Acompanhamento das Cúpulas das Américas (SISCA) e facilitar o acesso aos sistemas de comunicação vinculados aos mandatos e às respectivas Cúpulas, analisou-se a totalidade dos mandatos das Cúpulas, de Miami (1994) a Mar del Plata (2005).

A SCA contabilizou um total de 778 parágrafos em planos de ação e 245 parágrafos em declarações, somando um total de 1.023 parágrafos consensuais, reagrupados em 31 áreas temáticas. Os dados obtidos desse modo foram calculados com o propósito de proporcionar informações estatísticas precisas sobre os mandatos e os respectivos temas. Esses resultados foram transformados em gráficos estatísticos e quadros interativos, possibilitando um melhor entendimento e acompanhamento desses mandatos e das respectivas Cúpulas. A classificação possibilitou à SCA a organização e o reagrupamento dos mandatos em documentos temáticos práticos, que permitem o acesso a uma leitura de fundo simplificada e rápida. Os documentos foram publicados em inglês e espanhol.

2.2 ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Em conformidade com o artigo 115 da Carta da OEA, e de acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as respectivas resoluções dos Conselhos, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços consultivos ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades que este lhe atribui.

Escritório do Secretário-Geral Adjunto

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto, no decorrer de 2008, prestou serviços de assessoramento ao Secretário-Geral, apoiou as atividades de várias dependências da Secretaria-Geral e envidou esforços por colaborar com os Estados membros na busca de soluções para os assuntos que para eles revistam importância crítica.

Como resultado da entrada em vigor da Ordem Executiva 08-01, em 2008, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto passou a ter sob sua responsabilidade o Escritório da Secretaria da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, do Conselho Permanente e de Órgãos Subsidiários (SGAPC), o Departamento de Conferências e Reuniões, o Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros, a Biblioteca Colombo, a Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e a Secretaria da Comissão Interamericana de Portos (CIP).

No decorrer do ano, o Secretário-Geral Adjunto incentivou especialmente as ações destinadas a aumentar a eficiência e a eficácia de iniciativas para apoiar as deliberações dos Estados membros e a melhor utilização de inovações tecnológicas nos meios audiovisuais. Também aprovou uma série de iniciativas para reduzir os custos relacionados com a realização de reuniões, em especial os referentes à redução das despesas de reprodução.

A SGAPC colaborou com os Representantes Permanentes dos Estados membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Permanente bem como das sessões protocolares de recepção a Chefes de Estado e de Governo. Prestou apoio às reuniões conjuntas do Conselho Permanente com a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) e às reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas e do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI Encarregado da Negociação do Projeto de Declaração de Medellín “Juventude e Valores Democráticos”.

Esse apoio e coordenação foram também estendidos a outras instâncias, como a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), a Conferência dos Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA); às reuniões da Comissão Consultiva da CIFTA, do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância; da Comissão Especial sobre Assuntos de Migração e do Órgão

Consultivo Conjunto da Comissão de Segurança Hemisférica e da CEPCIDI sobre a Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos.

Também coordenou os serviços técnicos e operacionais para a realização do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2008 em Medellín, Colômbia, e dos períodos extraordinários de sessões da Assembléia Geral em Washington, D.C. Coordenou ainda a Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores na sede da Organização e a continuação da mesma reunião em Medellín, Colômbia. Supervisionou o início dos serviços técnicos preparatórios do Trigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se em San Pedro Sula, Honduras, em junho de 2009.

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por atribuição do Secretário-Geral, continua a coordenar as atividades da Secretaria na área de desastres naturais. Nesse campo trabalhou com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e com os órgãos, organismos e entidades pertinentes do Sistema Interamericano. Dispensou especial atenção a casos particulares de desastres em determinados países. Promoveu a adaptação de medidas para dinamizar as contribuições do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência aos países afetados por desastres naturais. Com o apoio da Secretaria de Administração e Finanças (SAF), a Secretaria-Geral destinou US\$125.000 a seis Estados membros, Belize, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras e Saint Kitts e Nevis. A Secretaria-Geral fortaleceu, ademais, o processo de cooperação com outros membros do Sistema Interamericano como a Organização Pan-Americana da Saúde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

A Assembléia Geral, mediante a resolução AG/RES. 2306 (XXXVII-O/07), “Apoio ao fortalecimento das instituições democráticas e ao desenvolvimento socioeconômico do Haiti”, solicitou à Secretaria-General que “apóie o Governo do Haiti na formulação de políticas de desenvolvimento, em coordenação com as Nações Unidas, a Comunidade do Caribe (CARICOM) e outras instituições e entidades internacionais”. Nesse contexto, uma missão do Conselho Permanente da OEA visitou o Haiti em fevereiro de 2008 e manteve conversações com autoridades haitianas do mais alto nível, inclusive o Presidente René Préval, o Primeiro-Ministro Jacques Edouard Alexis, os presidentes de ambas as câmaras do Parlamento e representantes do Conselho Eleitoral Provisório (CEP), dos partidos políticos, do setor privado, das organizações da sociedade civil e dos parceiros da comunidade internacional.

As conversações ajudaram a avaliar o progresso registrado no Haiti, especialmente no âmbito da segurança, a melhor conhecer e compreender as prioridades fixadas pelo governo do país e a definir formas eficazes de prestar apoio aos esforços que vêm sendo envidados.

O Secretário-Geral Adjunto continua a presidir o Grupo de Amigos do Haiti, em Washington, D.C., constituído pelos Estados membros, Observadores Permanentes, autoridades de instituições financeiras e organizações regionais, congregando esforços que contribuem para enfrentar, de maneira unificada, os desafios nacionais. O SGA viajou ao país para reunir-se com autoridades governamentais e outras partes interessadas. Nessa viagem, constatou os prejuízos provocados pelos furacões Fay, Gustav, Hannah e Ike e autorizou o desembolso de US\$25.000 para a DPC (Direction de la Protection Civile) para colaborar nos esforços de recuperação dos danos causados pelas tempestades.

No decorrer do ano o Secretário-Geral Adjunto concentrou-se em melhorar o nível educacional do Haiti mediante várias iniciativas destinadas à promoção da situação socioeconômica do país por meio

da educação do cidadão. Por exemplo, chefiou um projeto para examinar possibilidades de colaboração entre a UWI (Universidade das Índias Ocidentais) e universidades no Haiti para que essas universidades se beneficiem do intercâmbio de experiências e conhecimentos. O Secretário-Geral Adjunto também prestou apoio à preparação de um programa executivo da OEA em colaboração com o INAGHEI (Institut National d'Administration, de Gestion et des Hautes Etudes Internationales), que será lançado no decorrer de 2009. O programa no Haiti consistirá na educação multidisciplinar de alunos do INAGHEI e de funcionários numa série de seminários organizados pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), pela Secretaria de Assuntos Políticos e pela Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ).

2.2.1 Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto

A Chefia de Gabinete articula os assuntos administrativos entre o Escritório do Secretário-Geral Adjunto e as dependências a ele subordinadas (a Biblioteca Colombo, a Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres, a Secretaria da Comissão Interamericana de Portos, o Departamento de Conferências e Reuniões, o Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros e o Escritório da Secretaria da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, do Conselho Permanente e de Órgãos Subsidiários). Dirige, administra e supervisiona a execução do orçamento-programa da área conforme as instruções do Secretário-Geral Adjunto, as resoluções pertinentes da Assembléia Geral, os requisitos estabelecidos pelos doadores de fundos externos e as normas e regulamentos da Secretaria-Geral. Também representa o Secretário-Geral Adjunto perante os órgãos políticos da OEA, em missões, reuniões internacionais e em outros eventos que consideram assuntos relacionados com sua área de competência, prepara relatórios especiais e desempenha outras tarefas a ela confiadas pelo Secretário-Geral Adjunto.

Prosseguiram em 2008 os esforços por racionalizar e fortalecer os departamentos, escritórios e unidades subordinados ao Escritório do Secretário-Geral. No decorrer desse ano, a Chefa de Gabinete trabalhou com o novo Diretor do Departamento de Conferências e Reuniões, para melhorar o funcionamento e a gestão do Departamento e garantir aos órgãos políticos todos os serviços necessários para o bom exercício dos mandatos a eles confiados. A Chefa de Gabinete trabalhou também com a Biblioteca Colombo, para melhorar os serviços oferecidos pela Biblioteca, investigar o uso de novas tecnologias, revisar políticas operacionais e assegurar que continue a atender aos Estados membros e à Secretaria-Geral de maneira eficiente.

Juntamente com a administração do Escritório do Secretário-Geral Adjunto, a Chefa de Gabinete do Secretário-Geral Adjunto concentrou-se na condução das reuniões do Conselho Permanente e do período ordinário de sessões anual da Assembléia Geral. No decorrer de 2008 supervisionou mais de 200 reuniões do Conselho Permanente, comissões e grupos de trabalho. Com o propósito de fortalecer o apoio à presidência do Conselho Permanente, designou uma coordenadora da Secretaria desse Conselho para coordenar suas atividades, as comissões e os grupos de trabalho.

Em junho de 2008, coordenou a Assembléia Geral em Medellín, Colômbia, colaborando estreitamente com a Chancelaria da Colômbia nos acordos logísticos da Assembléia, a primeira a avançar no uso da tecnologia para reduzir o uso de papel e adotar práticas de conservação do meio ambiente.

2.2.1.1 Departamento de Conferências e Reuniões

O Departamento de Conferências e Reuniões (DCR) é constituído por três seções: Seção de Serviços de Conferências, Seção de Serviços de Idiomas e Seção de Serviços de Imprensa, Distribuição e Informação. Sua função primordial é prestar à Organização a grande variedade de serviços necessários à realização de conferências e reuniões. Entre suas funções encontram-se as negociações iniciais, a preparação de orçamentos e o planejamento da disposição física de salas para conferências e reuniões, a preparação de calendários anuais de conferências e reuniões, a contratação de pessoal permanente e temporário, a atualização da relação de tradutores e intérpretes independentes, a prestação de serviços de interpretação e a tradução e distribuição de documentos.

Seção de Serviços de Conferências

A Seção de Serviços de Conferências apoiou o gerenciamento e a coordenação logística de aproximadamente 750 reuniões. Na sede foram realizadas cerca de 700 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, entre elas reuniões do Conselho Permanente, do CIDI e seus órgãos subsidiários e dos demais órgãos e organismos especializados como o CICTE, a CIDH, a CIM, a CITEL, a CICAD e o IIN. Foram realizadas também 50 reuniões ministeriais e de caráter técnico nos Estados membros. Nesse período o DCR manteve atualizado um calendário semestral das reuniões na sede e fora da sede, como instrumento para a racionalização do uso dos recursos de pessoal e dos orçamentos aprovados para cada reunião.

Seção de Serviços de Idiomas

Prestou serviços de tradução e interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais para as reuniões de órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros, cujo número chegou a mais de 750. Foram traduzidas cerca de 50.000 páginas para os quatro idiomas oficiais, aproximadamente 12 milhões de palavras.

Foi criado um calendário eletrônico de disponibilidade de intérpretes e implementado um novo procedimento para o pagamento de serviços de interpretação, que teve como resultado uma economia de tempo e recursos financeiros.

A biblioteca eletrônica de documentos da OEA foi ampliada e prosseguiu o trabalho de atualização do Glossário OEA.

Seção de Serviços de Imprensa, Distribuição e Informação

Por meio da digitalização de todas as suas atividades, reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, inclusive a impressão dos documentos originais e respectivas cópias, distribuição e armazenamento eletrônico. Em 2008 foram implementadas as políticas de *paper light* e *printing on demand* e iniciada a distribuição dos documentos das reuniões em formato eletrônico (CD e e-mail), tanto na sede quanto fora da sede.

Foram impressos e distribuídos mais de 9.400 documentos, que representam uma tiragem total de mais de 6.540.000 páginas; também foram impressos e distribuídos 8.700 convites para o Museu de Arte das Américas e o Escritório do Cerimonial e mais de 2.000 cópias de atas. Foram modernizados os equipamentos, os procedimentos de armazenamento de informação e o manejo de documentos

mediante o sistema de banco de dados da Organização. Manteve-se, ademais, o programa de permanente aperfeiçoamento dos arquivos da Biblioteca Colombo.

Desde o início na prática das políticas de *paper light* e *printing on demand*, em agosto de 2008, diminuiu em 20% o número de cópias, em comparação com 2007. Espera-se em 2009 reduzir o número de impressões em pelo menos outros 60%. Também foi introduzida a impressão a cor, a fim de suprir uma série de necessidades que no passado a Organização delegava a empresas externas.

Assembléia Geral de 2009

Como parte das atividades preparatórias do próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral da OEA, três visitas preliminares foram realizadas à sede de San Pedro Sula e foi assinado o Acordo de Sede entre a Secretaria-Geral e o Governo de Honduras.

2.2.1.2 Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por intermédio do Escritório de Coordenação, monitora o trabalho dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral da OEA nos Estados membros.

A fim de atender às necessidades materiais, de gestão e de recursos humanos dos Escritórios e Unidades da SG/OEA nos Estados membros, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto introduziu em 2008 um sistema de apoio mútuo no âmbito administrativo. De acordo com esse sistema, permite-se ao pessoal de um escritório viajar a outro escritório que venha experimentando problemas ou deficiências de natureza administrativa ou operacional, o que possibilita assegurar que esses problemas administrativos e operacionais locais possam ser solucionados no âmbito regional com considerável economia, uma vez que não há necessidade de enviar uma pessoa da sede. Prosseguiu, ademais, o uso da capacitação pela Internet a fim de prestar apoio administrativo e assegurar que o pessoal utilize o sistema Oracle. Não obstante isso, o fato de que haja pessoal sem a devida capacitação nos Escritórios continua a ser um grande desafio.

Com o objetivo de melhorar o apoio técnico e aprimorar o cuidado na preparação dos relatórios anuais, os Escritórios da SG/OEA nos Estados membros receberam uma planilha, que se espera ajude os Escritórios a avaliar com precisão os resultados alcançados no ano de que se trate ou os que se antecipem para o ano seguinte. Trata-se também de uma ferramenta que possibilitará que o Escritório de Coordenação controle e avalie os resultados anuais de cada Escritório da OEA nos Estados membros.

Embora seja primordial promover as atividades operacionais, a garantia da integridade financeira e da segurança e da precisão contábeis continua a ser elemento chave na gestão dos Escritórios da OEA nos Estados membros. O Escritório de Coordenação continuou a trabalhar, agora mais estreitamente, com o Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros e o Escritório do Inspetor-Geral para definir e reparar qualquer caso de insegurança financeira.

Em 2006 e 2007, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por intermédio do Escritório de Coordenação, dotou os Escritórios da OEA nos Estados membros da tecnologia necessária à maior eficiência e redução dos custos operacionais. Como parte desse esforço, a maioria dos Escritórios recebeu computadores e escâneres novos. Além disso, para a maioria das comunicações entre o

Escritório de Coordenação e os Escritórios da OEA nos Estados membros foi utilizada em 2008 a telefonia por Internet (VoIP), que reduziu os custos de fax e correio de entrega imediata. Estima-se que a economia conseguida mediante o uso dessa telefonia chegue a US\$35.000,00. No entanto, em 2008, esse programa enfrentou um problema inesperado: as empresas de telecomunicações privadas e públicas de vários países bloquearam o acesso, pois, em alguns casos, determinaram que é ilegal o uso desse tipo de programa.

A partir de 2007 o Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por intermédio do Escritório de Coordenação e em consulta com o Secretário-Geral, conduziu um processo de rodízio do pessoal dos Escritórios da OEA nos Estados membros. Até esta data foram realizados rodízios em Barbados, Commonwealth da Dominica, Grenada, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago. Também foram nomeados representantes novos em Belize, Equador, Grenada, Haiti, Honduras, Panamá e Santa Lúcia. O Escritório de Coordenação continua a analisar os pacotes de remuneração do pessoal dos Escritórios da OEA nos Estados membros, as contribuições dos Estados membros para o Fundo 18 (em efetivo e em espécie) e os acordos de sede entre a OEA e os Estados membros, com o propósito de adaptá-los às necessidades diversas do funcionamento nos países. O Escritório de Coordenação vem também realizando uma análise de custo-benefício cujos resultados deverão estar disponíveis em fins de março de 2009.

O Secretário-Geral Adjunto continua a examinar a possibilidade de promover outra reunião de Representantes da OEA, seja na sede, seja numa das sub-regiões. No ano próximo, o Escritório de Coordenação planeja continuar as visitas aos Escritórios em que haja problemas de natureza administrativa ou de supervisão. As visitas terão por objetivo dar andamento às consultas com os Estados membros, por meio da CAAP, sobre o melhoramento da gestão de custos e da eficiência e de um maior número de sinergias bem como continuar a atualizar o perfil e as diretrizes de gestão estratégica destinadas a melhorar a supervisão e a eficácia administrativa.

2.2.1.3 Biblioteca Colombo

A Biblioteca Colombo foi criada pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. É a unidade mais antiga e constante da Secretaria-Geral, à qual presta informações essenciais, do mesmo modo que às Missões Permanentes, à comunidade diplomática e ao usuário externo. É depositária da memória institucional da OEA, da União Pan-Americana e do Sistema Interamericano. Presta, ademais, os seguintes serviços: a) Serviços de Referência e Pesquisa, que proporcionam acesso rápido e eficiente às informações que apóiam as funções da Secretaria-Geral e das missões e informa sobre a OEA e as instituições que a antecederam ao público em geral; b) Serviços de Controle de Documentos, responsável por preservar, classificar e tornar acessíveis os documentos oficiais da OEA; c) Serviços Técnicos, que promovem o acesso eletrônico às coleções por meio dos módulos de aquisição e catalogação do Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada e de iniciativas de digitalização; d) Serviços de Administração de Arquivos de Registros, responsável pela administração ordenada e econômica dos arquivos administrativos da OEA e por identificar, preservar e tornar acessíveis os registros de valor permanente (arquivos históricos) da Organização; e) Colaboração interinstitucional em todas as Américas.

Projeto de Biblioteca Digital Mundial

Em cerimônia na sede da Organização, em 11 de setembro de 2008, o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, assinou o “Acordo de Contribuição” com o Bibliotecário do Congresso, Doutor James Billington, para que a Biblioteca Colombo colabore nesse projeto.

Liderada pela Biblioteca do Congresso, em colaboração com a UNESCO e outras instituições, a Biblioteca Digital Mundial colocará na Internet, gratuitamente e em formato multilíngüe, importantes matérias básicas das culturas de todo o mundo, inclusive manuscritos, mapas, livros raros, partituras musicais, gravações, filmes, fotografias, desenhos arquitetônicos e outros materiais culturais significativos.

Projeto de Preservação e Digitalização

Prosseguiu o Projeto de Preservação e Digitalização, que proporcionará imagens digitais para um grupo seletivo de resoluções e declarações do Conselho Permanente e atas e documentos da Assembléia Geral. Já foram definidas 50.000 imagens para digitalização. Esse projeto oferece acesso on-line ao texto completo dos documentos da OEA, o que implica sua conversão a objeto digital e a texto legível por máquina.

Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada

A Biblioteca Colombo utiliza o programa Library Solution para facilitar sua participação num Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada. O sistema permite que a Biblioteca preste serviços que irão automatizar todas as suas funções, para incluir as aquisições, as séries, a circulação, os documentos da OEA e a catalogação, o que oferecerá acesso à rica coleção sobre o Sistema Interamericano de que dispõe. O pessoal da Biblioteca colocou 8.300 códigos de barra em materiais que já se encontram no banco de dados do Catálogo de Acesso Público On-line da Biblioteca (OPAC).

Aquisições

No decorrer de 2008 a Biblioteca recebeu 646 publicações, a título de doação, num valor de US\$49.450. A Unidade de Aquisições processou 1.823 livros e publicações periódicas e preparou 17 ordens de compra de requisições recebidas de outros departamentos da OEA para a aquisição de livros e outros materiais. A unidade também preparou as atualizações dos bancos de dados e a relação de doações on-line.

Catalogação

A Unidade de Catalogação continua a oferecer novos materiais acessíveis eletronicamente. Em consequência do uso do módulo de catalogação do Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada aumentou o acesso do usuário aos materiais da Biblioteca. Uma vez que o material tenha sido catalogado, ingressa no banco de dados do Catálogo de Acesso Público On-Line da Biblioteca (OPAC). A Biblioteca continua a atribuir o Número Internacional Normalizado de Livros (ISBN). Foram atribuídos 69 números e 20 dados de catalogação na fonte (Cataloging-in-Publication) foram preparados para as novas publicações e documentos da OEA.

Serviços de Referência

Como parte do Serviço de Alerta de Últimas Notícias foram compilados perfis de membros do pessoal e 11.977 artigos relacionados com a respectiva área de interesse foram enviados eletronicamente ao pessoal da Secretaria-Geral. A Unidade de Referência emprestou 1.193 livros, enviou 1.868 documentos da OEA e emprestou 546 publicações periódicas. A unidade recebeu 4.002 pedidos de informação, cuja resposta demandou 171 metros cúbicos de fotografias históricas. Foram processados 221 pedidos de empréstimos interbibliotecários; 633 materiais bibliotecários foram mudados de contêiner, 945 novos materiais foram incorporados aos arquivos verticais e 6.268 volumes de boletins e 945 publicações periódicas, documentos e livros foram descartados e retirados da coleção. Foram feitas 7.726 fotocópias para a Secretaria-Geral, as Missões e usuários externos. A Unidade de Controle de Documentos respondeu a 1.024 pedidos de informação

A Biblioteca é assinante da First Search e pode oferecer acesso às informações de 70 bancos de dados. A versão de busca do Hispanic American Periodicals Index (HAPI) oferece informação sobre a América Latina, a região fronteira Estados Unidos-México e os hispânicos nos Estados Unidos. A Biblioteca, por meio do WorldCat, tem acesso a mais de 88 milhões de registros bibliográficos e a um bilhão de registros únicos. A Biblioteca também assina a The Economic Intelligence Unit e a Lexis-Nexis.

Documentos e publicações da OEA

Um total de 20.420 documentos foi recebido, processado e distribuído. Foram preparadas ajudas de busca para colaborar na recuperação desses documentos. A Coleção de Documentos compreende 329.160 arquivos históricos em papel dos anos 1960-2008. Foram preparadas 55 novas classificações para documentos da OEA e 75 publicações da OEA foram enviadas a bibliotecas depositárias e a instituições que solicitaram doações ou mantêm programa de intercâmbio com a Biblioteca Colombo. A Unidade recebeu 10.735 publicações de diferentes escritórios da Secretaria-Geral. Algumas das publicações foram incorporadas à coleção e outras foram descartadas, de acordo com a política de aquisições.

Preservação

A Biblioteca processou, microfilmou e distribuiu a bibliotecas universitárias e especializadas a Série de Arquivos Oficiais da OEA. Essas vendas e as vendas de fotografias históricas permitem que a Biblioteca cumpra o mandato de buscar fontes externas de financiamento, o que se traduziu em depósitos na conta do Convênio Hipólito Unanue no montante de US\$28.594,40.

Serviço de Administração de Arquivos e Registros (ARMS)

O ARMS foi gravemente prejudicado este ano em virtude da eliminação do cargo de arquivista/especialista em arquivos administrativos e de técnico em arquivos e registro. O ARMS manteve o contrato com a Iron Mountain e a Paxton Records Retention para a armazenagem dos documentos da Organização numa localização fora da sede e preserva a custódia de 12.000 metros cúbicos de expedientes da Secretaria-Geral.

Exposições

A Biblioteca Colombo montou 17 exposições, inclusive doações do Grupo de Amigos da Biblioteca dos seguintes países: Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Panamá e Venezuela. As exposições incluíram o Canal do Panamá; as Iniciativas de Paz da OEA; o Encontro de Dois Mundos; o Fundo Leo S. Rowe; o Centenário da Colocação da Pedra Fundamental do Edifício Principal da OEA; o Octogésimo Aniversário da Associação do Pessoal da OEA; o Sexagésimo Aniversário da Carta da OEA; o Octogésimo Aniversário da Comissão Interamericana de Mulheres; e as Memórias de Valerie T. McComie.

Grupo de Amigos da Biblioteca Colombo

O Grupo de Amigos da Biblioteca foi criado em 1994 e é constituído principalmente pelos Embaixadores das Missões Permanentes e das Missões Observadoras Permanentes. O Grupo reuniu-se freqüentemente em 2008. Várias cerimônias de doação de livros e fóruns foram realizadas na Biblioteca.

Na sessão do Conselho Permanente de 17 de dezembro de 2008 o Embaixador Arístides Royo, Representante Permanente do Panamá, passou a presidência do Grupo ao Embaixador José Enrique Castillo Barrantes, Representante Permanente da Costa Rica. A Biblioteca Colombo deixa consignado seu agradecimento ao Embaixador Royo pelo valioso apoio aos programas da Biblioteca.

2.2.1.4 Comissão Interamericana De Portos

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) foi criada pela resolução AG/RES. 1573 (XXVIII-O/98), do Vigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998, e tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros para o fortalecimento da cooperação destinada ao desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado.

A fim de dar cumprimento aos mandatos da Assembléia Geral, da Cúpula das Américas, da Reunião de Ministros da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental (ITHO), do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e do Plano de Ação 2008-2011, a CIP realizou em 2008 as atividades abaixo descritas, destinadas ao aprimoramento do diálogo portuário interamericano, da cooperação para o desenvolvimento portuário e da divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP.

Fortalecimento do diálogo portuário interamericano

A CIP é a única instância de diálogo entre as autoridades máximas governamentais nacionais portuárias das Américas, o que é fundamental para que se dê tramitação ao cumprimento dos mandatos acima citados bem como aos mandatos de outros foros e instâncias do setor portuário das Américas. Para essa finalidade, a Secretaria da CIP organizou e promoveu a realização da Terceira Conferência Hemisférica sobre Proteção Portuária (Punta Cana, República Dominicana, abril de 2008), com o apoio do Corpo Especializado em Segurança Portuária (CECEP) e da Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM). Nessa ocasião foi também realizada a Décima Primeira Reunião do Comitê Técnico Consultivo sobre Proteção Ambiental Portuária, presidido pelos Estados Unidos.

Cooperação para o desenvolvimento portuário

Foram executados três tipos de atividade: capacitação, assistência técnica direta e cooperação regional, todos eles destinados à consecução da modernização e do desenvolvimento dos portos do Hemisfério.

Capacitação

Trata-se da principal atividade de cooperação da CIP e destina-se a incentivar, promover e desenvolver programas de capacitação que elevem os níveis acadêmicos e técnicos do pessoal portuário, para fazer frente à modernização dos portos. A Secretaria planejou, programou e executou atividades diretamente e geriu a captação de recursos externos complementares necessários à execução das seguintes atividades: Segundo Curso de Gestão Portuária (São Domingos, República Dominicana, janeiro de 2008); Seminário Internacional sobre Gestão Estratégica Portuária: ferramenta para o desenvolvimento a dez anos da modernização (Santiago, Chile, abril de 2008); Nono Curso Ibero-Americano de Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental em Portos (Santander, Espanha, maio e junho de 2008); Seminário Internacional sobre Gestão de Terminais Portuários Agroalimentares: tecnologias e impacto econômico (Cidade do Panamá, Panamá, julho de 2008); Seminário Internacional sobre Desenvolvimento de Portos Fluviais e Hidrovias (Iquitos, Peru, agosto de 2008); Décimo Terceiro Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (Madrid, Espanha, outubro de 2008); Seminário sobre ISO 14001 em Sistemas de Gestão Ambiental Portuária (Bridgetown, Barbados, dezembro de 2008).

Também concedeu bolsas de estudo para profissionais portuários que tentavam obter o Certificado de Professional Port Manager (PPM) Latino, projeto do Banco Mundial e da AAPA (na modalidade pedagógica combinada a distância e presencial) e para o Mestrado em Gestão e Transporte Intermodal, em Valência, Espanha. Além disso, patrocinou outros eventos de formação, dos quais fez parte e para os quais contribuiu. Esses eventos foram organizados por organismos nacionais, regionais e internacionais sobre assuntos portuários, entre eles: Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), Associação Marítima do Caribe (CSA), Associação de Administrações Portuárias do Caribe (PMAC), Associação entre Cidades e Portos (RETE), Portos do Estado da Espanha, Barbados Ports Inc., Empresas Portuárias do Sistema de Empresas Públicas (SEP) do Chile, Autoridade Marítima do Panamá (AMP), Autoridade Portuária Nacional (ANP) do Peru, Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM) e Autoridade Portuária de Santander, Espanha.

Assistência técnica direta

A Secretaria colaborou no atendimento de demandas específicas de algumas autoridades e administrações portuárias ou outras entidades vinculadas às atividades portuárias, tanto públicas como privadas. A Secretaria atua como entidade catalisadora, coordenando as contribuições necessárias com outras entidades de cooperação. Dentre elas destacaram-se o assessoramento a duas entidades da República Dominicana, a Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM), sobre a participação estatal e o setor privado na esfera portuária e as normas necessárias, e a Direção-Geral de Alfândegas (DGA), na preparação, gestão e execução do projeto OEA sobre comércio, alfândegas e portos.

Cooperação regional

Prosseguiu a promoção do Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas, que até esta data foi assinado por 19 países membros (Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, Suriname, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai (e ratificado por quatro desses governos (Argentina, Equador, México e Peru). Foram assinados também memorandos de entendimento sobre cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA, por intermédio da CIP, e cada uma das seguintes entidades: Associação de Administrações Portuárias do Caribe (PMAC), Porto Autônomo de Le Havre e a empresa SOGETT (ambos da França) e Associação Marítima do Caribe (CSA). Finalmente, foram iniciadas as consultas para atualizar acordos de cooperação com a Organização Marítima Internacional (OMI) e o Conselho Centro-Americano de Transporte Marítimo (COCATRAM).

Divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP

A Secretaria divulgou e promoveu informações sobre os principais portos comerciais dos países membros e das atividades da CIP mediante os seguintes instrumentos: i) o portal da CIP (www.oas.org/cip), que apresenta as informações e as características desses portos, suas autoridades e projetos de desenvolvimento bem como do conjunto de projetos e atividades que a CIP executa; ii) a Revista CIP, publicação com distribuição global em espanhol e inglês, que divulga e promove as atividades da Comissão e ensaios escritos por autoridades portuárias e especialistas sobre temas especializados e projetos de interesse setorial; iii) o Boletim informativo da CIP, documento eletrônico de distribuição global, com informações de curto e médio prazo sobre as principais atividades dos portos da CIP e que também informa sobre atividades de outras entidades regionais com as quais tenham sido estabelecidas linhas de cooperação; iv) consultas, atendimento de pedidos de informação por via eletrônica (cip@oas.org) sobre os portos do Hemisfério e as atividades da Comissão; ademais de documentos, estudos, relatórios e outros materiais técnicos especializados, produzidos para atender a trabalhos específicos sobre portos do Hemisfério e temas relevantes do setor portuário.

2.3 SECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A Secretaria de Assuntos Políticos (SAP) é constituída por três departamentos: Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME) e Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG), além do Escritório Executivo. O trabalho da SAP é orientado fundamentalmente pela Ordem Executiva 08-01 Rev. 2, da Secretaria-Geral (SG), e pela Carta Democrática Interamericana. Sua principal tarefa é contribuir para o fortalecimento da democracia no Hemisfério.

2.3.1 Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DECO)

O DECO assessora e mantém informados o Secretário-Geral e o Secretário de Assuntos Políticos sobre todas as questões relacionadas com sistemas e instituições eleitorais e com a realização de eleições democráticas na região americana. O Departamento é constituído por três seções operacionais: a) a Seção de Observação Eleitoral, que desenvolve e mantém um serviço permanente e profissionalizado de observação eleitoral e organiza, coordena e executa as Missões de Observação Eleitoral a pedido dos Estados membros; b) a Seção para a Cooperação Técnica Eleitoral, que planeja e presta assessoramento e assistência técnica especializada em assuntos eleitorais; e c) a Seção de Projetos e Estudos Eleitorais, que executa atividades de análise, pesquisa aplicada e organização de fóruns de discussão, destinados a contribuir para o aperfeiçoamento das instituições e processos eleitorais da Região.

A Carta Democrática Interamericana, em especial o Capítulo V, referente à democracia e às Missões de Observação Eleitoral, dispõe o fundamento principal das atividades conduzidas pelo Departamento. Esse mandato foi reafirmado nas resoluções:

AG/RES 2254 (XXXVI-O/06), “Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério”;
AG/RES. 2337 (XXXVII-O/07), “Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério”; e
AG/RES. 2422 (XXXVIII-O/08), “Promoção e fortalecimento da democracia: acompanhamento da Carta Democrática Interamericana”.

Observação Eleitoral

Foram realizadas seis Missões de Observação Eleitoral (MOE), com a participação de 350 observadores e peritos em temas eleitorais. As MOE realizadas foram as seguintes:

- Paraguai: eleições gerais e departamentais, presidente e vice-presidente, senadores, deputados, parlamentares do MERCOSUL, governadores e membros de juntas departamentais (20 de abril de 2008);
- República Dominicana: eleições gerais presidenciais (16 de maio de 2008);
- Grenada: eleições gerais (8 de julho de 2008);
- Bolívia: referendo revogatório de mandato popular (10 de agosto de 2008);
- Equador: referendo para a aprovação ou rejeição da nova Constituição Política (28 de setembro de 2008);
- Honduras: eleições primárias (30 de novembro de 2008).

O Secretário-Geral recebeu convite da Comissão Nacional Eleitoral de Angola para observar as eleições legislativas programadas para 5 de setembro de 2008. O Departamento enviou quatro especialistas, que coordenaram esforços com a Missão Eleitoral da União Africana. Esse esforço representa uma atividade de acompanhamento da conferência “Ponte democrática”, entre a OEA e a União Africana, que acordou a colaboração em várias áreas estratégicas, entre elas a eleitoral.

O Departamento elaborou, juntamente com o Tribunal Supremo Eleitoral da Guatemala e a Corte Nacional Eleitoral da Bolívia, um plano operacional com o objetivo de colocar em prática as recomendações decorrentes dos relatórios finais das Missões de Observação Eleitoral realizadas em cada país. As recomendações consistiram em medidas relativas à educação cívica, capacitação eleitoral, participação cívica, atualização do registro eleitoral e prestação de contas pelos partidos políticos.

Cooperação Técnica Eleitoral

- El Salvador:

Foi executado o projeto de cooperação técnica para a verificação e assessoramento da implementação de duas recomendações da auditoria integral do cadastro eleitoral salvadorenho pelo Tribunal Supremo Eleitoral. Em outubro de 2008 fez-se entrega ao TSE da versão final dos manuais de funções institucionais para regulamentar as responsabilidades de auditoria de sistemas e serviços informáticos, do manual de acesso ao registro e cadastro eleitoral e do manual de projeto de plano institucional, cuja implementação estará a cargo do TSE.

- Haiti:

Foram ministrados treinamentos a sete membros do Departamento de Tecnologia do Conselho Eleitoral Provisório para o desenvolvimento, manutenção e adaptação de sistemas de informação. Houve progresso no fortalecimento da infra-estrutura tecnológica do Conselho, inclusive: instalação de um sistema de arquivo eletrônico de documentação; organização de uma biblioteca on-line com arquivo e busca de documentos; criação e aplicação de um software de contagem de votos para aumentar a rapidez e a credibilidade dos processos; e desenvolvimento de um sistema de registro computadorizado de candidatos. Foi implementado um plano piloto de educação cívica com programação de rádio para as áreas rurais que não têm acesso a meios tradicionais de comunicação.

- Honduras:

Mediante o Projeto de Fortalecimento do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), foi registrado um total de onze atividades do processo eleitoral. Foi projetado e elaborado um sistema de consulta eleitoral que possibilita aos funcionários do TSE dispor de informação on-line sobre o censo eleitoral e ter acesso ao nome de todos os eleitores registrados. Na área de cartografia foi elaborado um plano de trabalho para integrar a cartografia eleitoral digital num sistema de informação geográfica que dispõe a digitalização dos departamentos e municípios e a incorporação dos centros de votação e das redes rodoviárias. Foi examinada e analisada a estrutura jurídica hondurenha, inclusive os ordenamentos jurídicos pertinentes para a revisão e análise dos procedimentos de incorporação, exclusão e modificação no Censo Nacional Eleitoral.

- Panamá:

Foi iniciada a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade e Certificação, em conformidade com as normas ISO 9001:2000 do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), inclusive: a elaboração de manuais e a regulamentação de todos os processos; diagnósticos para definir os processos, produtos e serviços a serem considerados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, avaliação da situação atual do funcionamento e análise das deficiências e insuficiências das práticas atuais em comparação com as exigências da norma ISO 9001:2000; um estudo de viabilidade da certificação; planos estratégicos para cada direção; e análises da estrutura organizacional do Tribunal.

- Bolívia:

Foi realizada uma auditoria do cadastro eleitoral, que compreendeu a análise da estrutura jurídica, os procedimentos para a gestão do registro eleitoral, os processos de denúncia, a depuração do registro eleitoral e os mecanismos de segurança. Também se procedeu à análise da atualização de procedimentos do registro bem como do uso de documentos de identificação para o registro de eleitores. A auditoria concentrou-se em determinar o nível de confiabilidade do cadastro eleitoral e os desafios do registro eleitoral.

Estudos Eleitorais

Primeira Jornada Interamericana Eleitoral:

Foi organizada com o Instituto Federal Eleitoral do México e teve a participação de 40 funcionários eleitorais do Hemisfério bem como de especialistas em assuntos eleitorais. Durante uma semana de conferências, trabalho de grupo e estudos de caso, houve um intercâmbio de experiências e conhecimento teórico e técnico em três temas: (1) o aperfeiçoamento dos registros eleitorais; (2) o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais; e (3) o aumento da participação eleitoral por meio de campanhas de educação cívica e da capacitação dos membros das mesas de votação. No decorrer da Jornada, foi lançada a Rede Interamericana de Informações e Práticas Eleitorais, formulada como ferramenta para a promoção da cooperação horizontal entre as autoridades eleitorais do Hemisfério.

- Programa de Observação Técnica na Incorporação de Novas Tecnologias aos Processos Eleitorais:

Foi feita uma análise do uso de tecnologias eleitorais em cinco Estados membros da OEA: Chile, Costa Rica, Jamaica, México e Peru, o que possibilitou um diagnóstico sobre as tecnologias que os Estados membros utilizam nos processos eleitorais.

- Publicação “Melhores práticas em observação eleitoral da OEA: 2004-2007”

A publicação compila as melhores práticas usadas nas 30 Missões de Observação Eleitoral realizadas pela OEA no período 2004-2007.

Cooperação com outros organismos

Em 2008 o DECO deu início a uma relação estratégica com a Comissão Europeia, o PNUD e o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) ao integrar-se ao projeto Global Training Platform, ferramenta para ministrar capacitação em assistência eleitoral a autoridades eleitorais, à comunidade de doadores e a especialistas de todo o mundo. No decorrer do ano também se intensificou a cooperação com as organizações signatárias da Declaração de Princípios de Observação Eleitoral Internacional, inclusive o Centro Carter, o National Democratic Institute, a União Africana e o Electoral Institute of Southern Africa (EISA). Quanto à capacitação para autoridades eleitorais, cumpre salientar o início do trabalho conjunto com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e a IDEA Internacional por meio da Primeira Jornada Eleitoral realizada no México e a assinatura de acordos de cooperação com o Instituto Federal Eleitoral do México, o Tribunal Nacional de Eleições e o Escritório Nacional de Processos Eleitorais do Peru.

Reuniões

- Quinta Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais (Quito, Equador).

Participaram membros de organismos eleitorais de 29 países da Região, inclusive, pela primeira vez, representantes do Caribe. O tema central da Reunião foi “O fortalecimento da confiança do cidadão nos processos eleitorais: o papel das autoridades eleitorais no financiamento político e na participação eleitoral”. Como resultado da Reunião, foi publicada uma memória que especifica os intercâmbios das autoridades eleitorais sobre a incorporação de tecnologias eleitorais, a participação dos eleitores e as ferramentas para regulamentar o financiamento político.

- Conferência Interamericana em Gestão de Qualidade e Certificação para Autoridades Eleitorais (Nuevo León, México).

O DECO e a CEENL organizaram a conferência, que teve a participação de 40 autoridades eleitorais de 25 Estados membros e expositores do Panamá, México e Chile. Os participantes analisaram como a gestão de qualidade afeta a modernização institucional, a transparência e a confiança do cidadão nas autoridades eleitorais e avaliaram o andamento da implementação de sistemas de gestão de qualidade no Hemisfério.

- Terceira Reunião da Associação de Organizações Eleitorais do Caribe (ACEO).

Realizada de 6 a 8 de novembro de 2008, juntamente com a International Foundation for Election Systems. Nessa Reunião foram considerados três temas principais, inclusive a regulamentação do financiamento político, a tecnologia eleitoral e o papel dos vários atores no processo eleitoral.

2.3.2 Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais (DSDME)

A principal função do DSDME é apoiar os esforços do Secretário-Geral e do Secretário de Assuntos Políticos por prevenir desafios, situações e crises político-institucionais que ocorrem ou possam ocorrer na Região bem como prestar assistência aos Estados em que ocorram. Visa-se, desse modo, a integrar a capacidade institucional de análise, prevenção, manejo e solução de crises e conflitos. Como parte dessa tarefa, o DSDME vem implementando uma metodologia de múltiplos cenários

para analisar diferentes situações, com base em indicadores políticos, econômicos e sociais, com o objetivo final de recomendar cursos de ação às autoridades da Secretaria-Geral. O DSDME também presta assessoramento e apoio técnico às Missões de Observação Eleitoral e às Missões Especiais determinadas pelo Conselho Permanente ou pelo Secretário-Geral, em resposta a crises político-institucionais ou a pedidos dos Estados membros.

Sustentabilidade Democrática

O DSDME organizou três mesas-redondas em 2008, com o propósito de acentuar a compreensão e intensificar o conhecimento dos membros do Departamento numa série de temas chave da Região que exercem impacto na sustentabilidade democrática. Essas mesas-redondas contam com a participação de especialistas provenientes de diversos setores (acadêmico, político, jornalístico etc.) e países da Região. As exposições e discussões decorrentes desses eventos oferecem uma idéia mais clara das implicações dos temas escolhidos na governabilidade. A primeira mesa-redonda, “Cenários de integração e conflito em torno dos recursos energéticos”, foi realizada em 15 de fevereiro de 2008. A segunda, “Crise dos alimentos: um novo desafio para a governabilidade democrática na América Latina e no Caribe”, teve lugar em 10 de outubro. Finalmente, em 20 de novembro, foi realizado um workshop sobre “Balanço de 2008 e perspectivas para 2009” sobre a situação política da Região.

O DSDME administra uma rede de especialistas de toda a Região em temas dispostos na Carta Democrática Interamericana, como reforma eleitoral, acesso à justiça, participação do cidadão, reforma constitucional, governabilidade e transparência, entre outros. Os integrantes dessa rede participaram em 2008 de várias missões e programas da Secretaria de Assuntos Políticos. Alguns deles chefiaram Missões de Observação Eleitoral: María Emma Mejía, nas eleições do Paraguai; Enrique Correa, nas eleições do Equador; e Eduardo Stein, no referendo revogatório da Bolívia. Outros especialistas da rede também atuaram como expositores em diferentes fóruns e seminários organizados pela SG/OEA, como o fórum sobre “Conseqüências do processo de descentralização e desafios à governabilidade democrática”, que teve lugar em fevereiro de 2008 em Washington, D.C.

Missões Especiais

No decorrer de 2008 a “Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia” (MAPP/OEA), na etapa de pós-desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), concentrou seu trabalho na verificação do dismantelamento da estrutura armada desse grupo ilegal e no processo de reintegração de mais de 30 mil ex-combatentes, no acompanhamento da situação de ordem pública nas zonas onde atuavam as AUC bem como no monitoramento da aplicação da Lei de Justiça e Paz. Nesse âmbito, a MAPP/OEA acompanhou em 2008 as comunidades vítimas da violência como sujeitos fundamentais do processo e apoiou iniciativas de paz locais. A Missão também contribuiu para a articulação das gestões dos diferentes organismos estatais, assumindo o trabalho de acompanhamento e consolidação da confiança nas comunidades afetadas pela violência.

Em cumprimento a mandato da Secretaria-Geral da OEA, foi instituída a “Missão de Bons Ofícios da OEA entre o Equador e a Colômbia” (MIB/OEA). Os Estados membros determinaram, mediante resolução, “encarregar o Secretário-Geral de exercer seus bons ofícios para a implementação de um mecanismo de observação do cumprimento desta resolução e para o restabelecimento de um clima de confiança entre as duas partes”. Entre os objetivos específicos do mandato da MIB/OEA constam: 1) prestar seus bons ofícios para o restabelecimento de um clima de confiança entre as duas partes e a implementação de um mecanismo de observação do cumprimento dos compromissos assumidos na

resolução da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; 2) propor, promover e coordenar com os Estados participantes o estabelecimento de medidas de confiança concretas; 3) verificar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados participantes em decorrência da resolução da Vigésima Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores e dos que se origem nas medidas de confiança que as partes comprometam-se a implementar. No âmbito da MIB/OEA, o Secretário-Geral e seu representante (Diretor do DSDME) mantiveram, em diferentes momentos, reuniões com os presidentes da Colômbia e do Equador. Foram organizadas duas reuniões com os altos comandos militares e quatro reuniões com os vice-chanceleres de ambos os países. O Secretário-Geral e o Diretor do DSDME mantiveram também conversações com os chanceleres de ambos os países. No mês de setembro o DSDME organizou, em Quito, o fórum “Construindo pontes Equador-Colômbia”, com a colaboração da FLACSO e do PNUD.

Por outro lado, por meio do “Fundo de Paz”, o DSDME prosseguiu o trabalho de mediação política internacional, em especial em relação à controvérsia entre Belize e a Guatemala. Nesse sentido, a SG/OEA, por intermédio do Representante Especial do Secretário-Geral para Belize e Guatemala, promoveu as negociações verificadas no âmbito do “Acordo sobre uma estrutura de negociação e medidas de fortalecimento da confiança”, entre os governos de Belize e Guatemala, assinado em 7 de setembro de 2005. Como resultado dessas negociações, em 8 de dezembro de 2008, na sede da OEA, os chanceleres de Belize e da Guatemala assinaram o Acordo Especial entre a Guatemala e Belize para Submeter a Disputa Territorial, Insular e Marítima da Guatemala à Corte Internacional de Justiça.

O Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência vem realizando verificações e executando atividades de apoio em várias instituições de Belize e Guatemala, inclusive as forças armadas. No decorrer de 2008 foi concluído com êxito o Projeto de Reassentamento da Comunidade de Santa Rosa que consistiu no traslado voluntário de uma comunidade de 17 famílias da Guatemala, localizadas na Zona de Adjacência administrada por Belize, para o território guatemalteco.

No âmbito do Fundo de Paz foi lançado o Fórum Interamericano de Paz, espaço que possibilita o desenvolvimento de uma série de programas destinados a promover uma cultura de paz entre os diferentes setores da sociedade interamericana. Trata-se de programas de natureza diversa, como conferências e seminários sobre a paz e a gestão de conflitos; a elaboração de relatórios especializados e publicações; a criação do Prêmio Interamericano de Paz, a ser conferido em reconhecimento aos que tenham contribuído de maneira desinteressada e significativa para a promoção e a consolidação da paz; o programa Emissários da Paz, da OEA, com a colaboração de eminentes líderes e personalidades comprometidos com essa causa; e a promoção de liderança e outras iniciativas com especial atenção para a solução pacífica de controvérsias e a promoção de uma cultura de respeito, tolerância, inclusão e harmonia.

2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG)

O DMEG apóia os esforços dos Estados membros da OEA por instituir e promover as reformas e processos necessários para fortalecer a capacidade das instituições do Estado de contribuir para o aperfeiçoamento da governabilidade democrática, incentivar uma cidadania mais plena nas esferas política, civil e social e responder adequadamente às demandas do cidadão em prol de sociedades cada vez mais seguras, equitativas, livres e prósperas.

O trabalho do DMEG é coordenado com o de outras áreas da Secretaria-Geral por meio das seções: Apoio às Instituições Legislativas; Transparência e Governabilidade; Descentralização; Capacitação de Funcionários da Administração Pública; e Apoio aos Países do Caribe.

Apoio a Instituições Legislativas

Em virtude da centralidade do Poder Legislativo na democracia representativa (presidencialista e parlamentar), a Seção de Apoio a Instituições Legislativas (SAIL) tem por objetivo geral apoiar os esforços das legislaturas (parlamentos, congressos ou assembleias nacionais) dos Estados membros por fomentar o diálogo e a cooperação interparlamentar e promover a modernização legislativa. A cooperação interparlamentar e a modernização contribuem para o fortalecimento da instituição legislativa, o que, por sua vez, aumenta a capacidade do Poder Legislativo de contribuir para a governabilidade democrática.

Dentre as atividades atuais destacam-se a formulação de um curso on-line sobre e-congresso: “O uso das novas tecnologias da informação e das comunicações (TIC) no Poder Legislativo” (em colaboração com o Escritório do Secretário Executivo da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral); um seminário/workshop sobre a Carta Democrática Interamericana para o Fórum de Presidentes dos Poderes Legislativos da Região Andina e o Congresso da República da Colômbia; apoio e assessoramento à Presidência da Legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires (LCABA) na formulação do seu projeto de modernização e fortalecimento institucional; a criação do Fórum de Presidentes das Legislaturas Provinciais Argentinas, cujo objetivo é servir de instância nacional para o diálogo político interprovincial no mais alto nível legislativo; a implementação do Programa de Apoio ao Fortalecimento Institucional do Congresso da República da Guatemala (PAFIC); e o Projeto Parlamento e Tributação na América Central.

Transparência e Governabilidade

A Seção de Transparência e Governabilidade dedica-se principalmente a integrar esforços por promover maior transparência e integridade na administração pública dos países das Américas. Dentre as iniciativas atualmente em desenvolvimento na Seção, cumpre salientar a preparação do “Guia de mecanismos para a promoção da transparência, da integridade e do controle da corrupção” nos países das Américas, ferramenta de informação de uso prático sobre realizações, recursos, políticas e iniciativas nos países das Américas. Quanto ao controle da corrupção e às garantias do direito de acesso à informação pública, a Seção vem desenvolvendo, em conjunto com o Departamento de Direito Internacional e a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, um trabalho de compilação de informação e preparação de alguns conteúdos, a fim de oferecer apoio técnico aos órgãos políticos da Organização.

Descentralização

Esta Seção presta apoio técnico, na qualidade de Secretaria Técnica, à consolidação da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), instrumento político criado pelos governos da OEA para assegurar apoio institucional e acompanhamento sistemático aos compromissos das Cúpulas. A Rede oferece um espaço de diálogo e concertação intergovernamental para os responsáveis governamentais pelas políticas de descentralização. Recentemente a Seção conduziu um estudo sobre “A descentralização e os desafios da governabilidade democrática”; realizou um fórum hemisférico em Washington, D.C., em fevereiro

de 2008, que apresentou as conclusões e recomendações do estudo; apoiou os países do Caribe na elaboração de uma política e estrutura de cooperação regional sobre governabilidade e democracia local no Caribe; e apoiou a formulação e preparação da Reunião Regional Centro-Americana da RIAD, que será realizada na Costa Rica em fevereiro de 2009.

Capacitação da Administração Pública e Apoio ao Caribe

A Seção apóia o Departamento de Educação e Cultura como Secretaria Técnica do “Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas”. Juntamente com a Seção sobre o Caribe, criada em fins de setembro de 2008, vem colaborando na “Agenda para o Caribe”, uma proposta de natureza transversal preparada pelo Secretário de Assuntos Políticos para implementação na sub-região. Entre outros assuntos, constarão da agenda atividades relacionadas com temas como promoção da democracia participativa, reforma e modernização de partidos políticos, desenvolvimento de processos de consulta e divulgação de informações entre organizações da sociedade civil e outras pessoas ou grupos vinculados a temas de governabilidade e reforma constitucional, com base nos pedidos dos Estados membros.

A partir de novembro, a Seção participou da reunião anual da Associação de Organizações Eleitorais do Caribe e prestou apoio ao Departamento de Observação e Cooperação Eleitoral (DECO) na revitalização dessa associação. Também presta apoio à reforma e modernização dos registros civis e eleitorais de vários países da sub-região, especialmente Santa Lúcia. A Seção supervisionou ainda a preparação de uma proposta de projeto, para consideração dos doadores, intitulada “Financiamento de partidos políticos e de campanhas no Caribe”. Prevê-se a execução desse projeto como atividade conjunta entre o DECO e o DMEG. Finalmente, em apoio à Seção de Descentralização, a Seção participou da Caribbean Local Government Consultation and Conference e do Caribbean Forum of Local Government Ministers, realizados em Montego Bay, Jamaica, em dezembro de 2008, aos quais também prestou colaboração. As duas seções vêm colaborando no desenvolvimento das reuniões preparatórias da Quarta Reunião da RIAD, que terá lugar na Jamaica em fins de 2009.

2.4 SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (SEDI)

A Carta da OEA e o Estatuto e o Regulamento do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e de seus órgãos subsidiários bem como o Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009 orientam o papel da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) na promoção do diálogo e da cooperação entre os Estados membros, com vistas ao desenvolvimento integral. A estrutura orgânica da SEDI é regulamentada pela Ordem Executiva 08-01 Rev. 2, Estrutura da Secretaria-Geral, e compreende o Escritório do Secretário Executivo (OSE) e seis dependências: (i) Departamento de Educação e Cultura (DEC); (ii) Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE); (iii) Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT); (iv) Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DSS); (v) Departamento de Comércio e Turismo (DCT); e (vi) Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH).

Escritório do Secretário Executivo (OSE)

O Escritório do Secretário Executivo (OSE) continuou a apoiar os órgãos políticos no âmbito do CIDI e a prestar apoio técnico e ministrar capacitação mediante projetos e atividades. Com esse propósito o OSE administra diretamente uma série de programas e atividades destinados a promover a incorporação das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) como ferramenta de modernização e transparência do setor público e incentivar a responsabilidade social empresarial bem como a cooperação e o intercâmbio de experiências no âmbito regional mediante redes interamericanas.

Em 2007 o Secretário-Geral atribuiu à SEDI a responsabilidade de prestar a assistência necessária aos Estados na implementação do “Programa Interamericano para o Registro Civil Universal e o Direito à Identidade” e, em 2008, encarregou-a de coordenar esforços com outros organismos internacionais para dar andamento ao “Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes, Incluindo os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias”.

Apoio ao diálogo político

O OSE atua como Secretaria do CIDI e de todos os seus órgãos. Nessa função colaborou com os presidentes do CIDI e da CEPCIDI bem como com as Reuniões Ministeriais, de Comissões Interamericanas e da Junta Diretora da AICD. Também apoiou com relatórios o diálogo no âmbito do CIDI e da CEPCIDI relativo ao fortalecimento do CIDI e de seus órgãos em atendimento à resolução AG/RES. 2390 (XXXVIII-O/08), “Fortalecimento da cooperação solidária: diálogo político, cooperação técnica, estrutura e mecanismos”, que reitera e renova a vigência dos conteúdos e mandatos das resoluções do ano anterior sobre o tema, AG/RES. 2303 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2304 (XXXVII-O/07) e AG/RES. 2305 (XXXVII-O/07). Continuou a prestar apoio, juntamente com o Conselho Permanente, aos grupos de trabalho encarregados da Carta Social das Américas e da negociação do Projeto de Declaração de Medellín: Juventude e Valores Democráticos. Prossegue o empenho na unificação dos processos internos relativos ao apoio que as diferentes dependências da SEDI prestam às Reuniões Ministeriais e de Comissões Interamericanas.

O Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI)

Criado em 1997 para contribuir para o financiamento de programas, projetos e atividades nacionais e multilaterais de cooperação no Hemisfério, continuou a receber apoio do OSE. Em seus dez primeiros anos de existência, o FEMCIDI financiou 961 projetos, num total de US\$94 milhões, que beneficiaram diretamente centenas de comunidades e ofereceram melhores condições de vida a milhares de famílias do Hemisfério. No decorrer de 2008, o Fundo aprovou o financiamento de 100 projetos, no total de US\$7,5 milhões.

O Fundo também iniciou um processo de fortalecimento e formulou novos mecanismos de informação e gestão, dentre os quais cumpre salientar o Banco de Dados de Projetos, que possibilitará maior divulgação e uma gestão interna mais eficiente e transparente.

Prosseguiu a capacitação na preparação de projetos. Foram capacitados cerca de 100 funcionários em 2008, com o que se chega a mais de mil pessoas desde o início do programa em 1998. Também em cooperação com o programa OEA CapaciNet, foi organizado um curso on-line sobre “Formulação, gestão e monitoramento de projetos de desenvolvimento”, que será ministrado por meio do Portal de Educação das Américas em 2009. Com o lançamento desse curso on-line espera-se triplicar a capacitação anual, atender ao público em geral e chegar a lugares mais remotos do Hemisfério.

Uso das TIC para a modernização e a transparência do setor público

Com o objetivo de fortalecer a capacidade das instituições públicas no âmbito nacional e municipal, o OSE vem conduzindo iniciativas destinadas à modernização e transparência do setor público mediante o uso das tecnologias da informação e das comunicações. A Declaração de São Domingos, “Governabilidade e desenvolvimento na sociedade do conhecimento”, aprovada na Assembléia Geral de 2006, orienta essas iniciativas.

Mediante a Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe, RED GEALC, o OSE realizou dois workshops de formação sobre interoperacionalidade e governo eletrônico, promoveu o intercâmbio de dez peritos por meio do fundo de cooperação horizontal e apresentou o estudo “Interoperacionalidade e Intranet governamental”.

O projeto “Centros de serviço de e-governo”, que procura facilitar o acesso dos municípios aos serviços de governo eletrônico mediante um esquema de infra-estrutura centralizada e comum, registrou grandes realizações anteriormente à implementação dos Centros. Elaborou-se um estudo de necessidades, definiu-se o menu de soluções a oferecer e formulou-se a arquitetura tecnológica. No primeiro trimestre de 2009 será definido o plano de negócios e a estrutura de parceiros com que a OEA lançará o primeiro centro de serviços de governo eletrônico.

Dispõe-se também de uma série de projetos que mediante o uso de novas tecnologias são destinados a fortalecer a capacidade dos governos locais. O Programa Municípios Eficientes e Transparentes (MUNet) ministra capacitação a funcionários públicos e implementa soluções de governo on-line (MuNet e-Governo e Centros de Serviços e-Governo) e sistematização de cadastros (MuNet Cadastro II).

Cumpre salientar as realizações da CapaciNet e MuNet e-Governo mediante as quais foram capacitados prefeitos e gerentes de governos locais em soluções de e-governo, prestou-se assistência

técnica na formulação de estratégias locais de e-governo, colocou-se à disposição do público um CD com as experiências da Região em governo eletrônico e promoveu-se a transferência de tecnologia mediante o fornecimento de pacotes de aplicações de e-governo municipal, e-muni, que incluem: MuniPortal (portal municipal), MuniCompra (compras municipais) e MunServi (serviços municipais para o cidadão). A CapaciNet iniciou a elaboração de oito cursos on-line, cuja implementação será iniciada no primeiro semestre de 2009, que possibilitarão capacitar um grande número de funcionários públicos na América Latina e no Caribe, que se somarão aos 1.237 funcionários públicos de 20 países das Américas já capacitados por meio do Fundo de Capacitação.

O MuNet Cadastro organizou em dezembro uma reunião de peritos em cadastro em El Salvador, a fim de elaborar os diversos instrumentos para a modernização do cadastro e do registro na América Latina e no Caribe. Esse conjunto de instrumentos será apresentado no primeiro trimestre de 2009.

Responsabilidade social empresarial (RSE)

Com esse projeto a SEDI busca promover a responsabilidade social empresarial mediante o desenvolvimento de métodos e materiais efetivos que promovam essas práticas na comunidade empresarial da Região e da consolidação de um grande número de aliados comprometidos com a responsabilidade social.

Em conformidade com o mandato aprovado na Terceira Cúpula das Américas e a resolução 2194 (XXXVI-O/06) da Assembléia Geral para a promoção da responsabilidade social, foram conduzidas ações de RSE nas PME do Caribe (Barbados, Jamaica, Santa Lúcia, Guiana e Trinidad e Tobago), em estreita colaboração com o YABT e a CEPAL. Essas ações foram executadas em três etapas: (1) definição da situação da RSE na Região; (2) desenvolvimento de conteúdo e formulação de metodologias; e (3) aumento da capacidade de implementação da RSE nas PME dos setores econômicos mais relevantes dos países participantes.

Trabalho em rede

O Programa de Redes de Colaboração Interamericana promove o diálogo e o intercâmbio de experiências bem-sucedidas e a cooperação entre os Estados membros. Em 2008 foram lançadas três novas redes: (i) Ampliação dos compromissos hemisféricos na educação da primeira infância; (ii) Parcerias de energia sustentável para as Américas – SEPA; e (iii) Cultura e desenvolvimento: uma rede de informação interamericana. Essas redes somam-se às demais que funcionam na SEDI e que centram suas atividades em áreas que vão da redução dos efeitos de desastres a compras governamentais, passando pela Rede Social e pela Parceria Regional para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação Pública.

Ainda com relação às redes, cumpre salientar algumas realizações nessa área. Como parte das atividades de apoio à Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (RED GEALC), transferiu-se a experiência do serviço automatizado de gestão alfandegária, CASE (*Customs Automated Services*), da Jamaica para Antígua e Barbuda. O simples fato de se implementar um serviço alfandegário dessa natureza mediante a transferência de uma experiência de outro país em vez da compra do sistema no mercado propiciou ao Governo de Antígua e Barbuda uma economia de cerca de dois milhões de dólares, além de maior eficiência nessa área, que registrou um aumento de 15% em apenas seis meses de funcionamento. O êxito dessa transferência será

resumido num estudo que a Universidade das Índias Ocidentais e o CARICAD (*Caribbean Center for Administration and Development*) lançarão no primeiro trimestre de 2009.

A Rede Interamericana de Compras Governamentais, da qual a SEDI é Secretaria Técnica, é responsável pela manutenção e atualização do espaço virtual de trabalho. A rede receberá sete milhões de dólares provenientes de diversas fontes para financiar atividades e projetos por ela liderados e definidos. No decorrer da reunião anual de 2008, foi lançado o Observatório de Compras Eletrônicas Governamentais (*e-Gov. Procurement Observatory*), desenvolvido em conjunto com o BID e atualmente em período de revisão por parte de todos os países membros, que possibilitará a avaliação da gestão da Rede pelos Estados. O êxito deve-se à liderança do Presidente e da Comissão Executiva da Rede bem como ao trabalho da Secretaria Técnica e à participação efetiva de seus integrantes por meio do espaço virtual e das reuniões anuais de todos os diretores de compras públicas das Américas, organizadas pela OEA.

Programa de Universalização da Identidade nas Américas (PUICA)

Os mandatos que orientam o trabalho da SEDI nessa área constam da resolução AG/RES. 2362 (XXXVIII-O/08), “Programa Interamericano de Registro Civil Universal e ‘Direito à Identidade’”, que define a importância da consecução da universalização da identidade civil na Região. O Programa descreve um conjunto de objetivos, linhas de ação concretas e estratégias que permitem fortalecer as instituições encarregadas do registro civil e, desse modo, contribuir para o registro de todas as pessoas. A OEA, por sua vez, por intermédio do PUICA, deu prioridade a esse tema e apoiou os esforços dos Estados por reduzir a taxa de sub-registro. Atualmente o PUICA presta assistência técnica a nove países da Região, após ter conseguido financiamento para essa finalidade. Espera-se, ademais, ampliar essa assistência a outros três países em 2009.

No Haiti o apoio ao Escritório Nacional de Identificação (ONI) conseguiu a abertura de 141 escritórios permanentes de registro, computadorizados e com uso de energia solar, o que possibilitou mais de 600 mil novos inscritos. Com os anteriormente inscritos com o apoio do programa, há hoje 4,2 milhões de pessoas devidamente identificadas. Também foram digitalizados mais de dois milhões de registros, com o objetivo de preservá-los e oferecer melhores serviços ao cidadão. Em El Salvador vem-se desenvolvendo a integração do Registro Civil ao sistema hospitalar. Na Guatemala promove-se o fortalecimento da integração de diferentes atores locais para a eliminação do sub-registro. No Peru trabalha-se com escolas, com vistas ao registro de menores. No Paraguai consolida-se o uso da tecnologia para o aperfeiçoamento de serviços. Em Honduras o PUICA apóia atividades para o aumento da taxa de registro. Na Bolívia desenvolvem-se planos para a integração dos serviços do registro civil. Em Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia e Antígua e Barbuda o PUICA colabora na formulação de estratégias de uso da tecnologia da informação nos serviços de registro. Esse projeto será estendido aos demais países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes

Com o objetivo de coordenar as ações executadas nessa área em outros organismos internacionais e internamente na Secretaria-Geral e conferir um sentido único e transversal ao tema migração na Organização, em 2008 a coordenação desse tema foi confiada à SEDI.

Nesse contexto, no segundo semestre do ano foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para implementar um Sistema

Contínuo de Relatórios de Migração do Trabalho na América Latina e no Caribe (SICREMI-ALC). Esse sistema gerará informação contínua, precisa e oportuna sobre os fluxos e tendências da migração dos países membros da OEA, fortalecendo a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas. O sistema é baseado no SOPEMI (na sigla em francês), sistema criado para os Estados membros da OCDE desde 1994. A SEDI também atua como Secretaria Técnica da Comissão Especial sobre Assuntos de Migração e da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP).

2.4.1 Departamento de Educação e Cultura

O Departamento de Educação e Cultura (DEC) apóia as ações dos Estados membros por uma educação de qualidade para todos e pela concretização do papel da cultura no desenvolvimento econômico e na inclusão social. Os mecanismos de apoio são o diálogo político, a cooperação técnica e as parcerias com outros organismos. O DEC atua como Secretaria Técnica das Reuniões de Ministros da Educação e Cultura bem como das Comissões Interamericanas de Educação e de Cultura (CIE e CIC).

Na área da educação foi aprovado o Plano de Trabalho CIE 2008-2009, de que consta o “Compromisso Hemisférico pela Educação da Primeira Infância,” aprovado pela Quinta Reunião de Ministros. Desenvolvem-se nessa área projetos em parceria com ministérios da Região, UNICEF, UNESCO, OEI, Banco Mundial, CARICOM, ACIDI e Fundação Van Leer, que visam à elaboração de políticas públicas efetivas, estudos de casos e a mobilização social pela infância, com especial atenção às comunidades rurais, indígenas e de fronteira. Além disso, no âmbito do programa CapaciNet vem sendo preparado um curso de educação a distância sobre a infância de zero a três anos, destinado a formuladores de políticas e educadores.

Foram consolidados os produtos e serviços do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas, cujo objetivo é fortalecer uma cultura democrática nos Estados membros por meio da educação, apoiando ações que incluem a publicação de duas edições da *Revista Interamericana da Educação para a Democracia* e o desenvolvimento de um curso on-line para docentes de seis países do Caribe sobre o ensino da cidadania democrática. Em resposta à falta de prova empírica sobre os resultados das iniciativas nessa esfera, foi elaborado e implementado um curso sobre a avaliação de políticas e programas de educação cívica, com componentes on-line e presenciais. Foi realizada a segunda reunião do Grupo Assessor do Programa, ampliando a representação para incluir a participação do Conselho da Europa, da OEI e de outros organismos chave que atuam nessa área, além de acadêmicos, ONG e representantes de Ministérios da Educação da Região. O DEC coordenou o projeto de desenvolvimento e avaliação de competências cívicas de seis países latino-americanos, com o apoio do BID.

Foi publicada a versão final do *Panorama Educativo 2007*, que informa sobre o progresso dos países com relação às metas das Cúpulas em educação e os consideráveis desafios restantes, por meio de indicadores comparáveis, em associação com a Secretaria de Educação Pública do México e a UNESCO/OREALC. Numa ação concomitante foram organizados dois workshops técnicos para os países da América Central e do Caribe, com fundos do FEMCIDI; o segundo deles centrou-se em como analisar os dados e apresentar relatórios estatísticos para que sejam atraentes e úteis para os formuladores de políticas de educação.

Em atendimento aos mandatos da Assembléia Geral, da Quarta Cúpula das Américas e do Plano de Trabalho da Comissão Interamericana de Educação (CIE), o Departamento congregou esforços com a

UNESCO e o Governo do México para participar da Conferência Regional da América Latina e do Caribe, "Da alfabetização à aprendizagem permanente", em que foi apresentado o estudo "*Políticas públicas, estratégias e programas de alfabetização e educação de adultos nas nações do Caribe (2003-2008)*".

No decorrer da reunião da CIE, realizada em Quito, Equador, em outubro 2008, para revisar o andamento do Plano de Trabalho, foi lançado um novo projeto sobre a reforma da educação inicial docente por meio de redes de colaboração e da tecnologia educacional. Esse projeto, realizado em colaboração com o Ministério da Educação de Trinidad e Tobago, consta de quatro atividades: a) a realização de um seminário hemisférico para os responsáveis por políticas de formação inicial docente nos Ministérios da Educação dos países membros, realizado em outubro de 2008 com a participação de 33 países das Américas; b) cursos on-line para formadores de futuros docentes para fortalecer a utilização pedagógica das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) mediante projetos colaborativos interinstitucionais; c) um observatório sobre a situação da utilização das TIC na formação inicial docente na América Latina e no Caribe, em colaboração com a RELPE (Rede Latino-Americana de Portais Educacionais); e d) um observatório e um banco de dados de instituições dedicadas à formação inicial docente nas Américas, em colaboração com o Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC).

A Quarta Reunião de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura foi realizada em Barbados em novembro de 2008, tendo como tema central "A economia da cultura". O debate focalizou as indústrias culturais como fonte de crescimento econômico sustentável e de coesão social e ofereceu diretrizes para o Plano de Trabalho 2009-2010 da Comissão Interamericana de Cultura (CIC). Foram aprovados um comunicado e uma resolução reafirmando que na luta contra a pobreza, as indústrias culturais e criativas oferecem um caminho para o crescimento econômico sustentável, especialmente nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nas economias pequenas e vulneráveis do Caribe. Os Ministros da Cultura comprometeram-se a prosseguir e intensificar o diálogo com as autoridades do setor de educação, desenvolvendo atividades conjuntas para fortalecer o papel das artes e da cultura na formação, na capacitação e no fortalecimento da identidade dos jovens do Hemisfério.

O Governo do Canadá, com o apoio do DEC, organizou o evento "Ignite Américas: Fórum de Jovens sobre Políticas das Artes," que reuniu jovens de todo o Hemisfério com líderes dos setores público e privado para examinar e sistematizar experiências concretas em que as artes e a cultura geram receita e promovem mudança social. Esse fórum deu origem à elaboração de diretrizes para ferramentas práticas que apoiem os jovens empreendedores de pequenas indústrias culturais, além de uma rede permanente de jovens líderes nas artes para a mudança social. As recomendações dos jovens delegados foram apresentadas às autoridades culturais presentes na Reunião Preparatória da Quarta Reunião Ministerial de Cultura, realizada em Toronto. Está confirmada a segunda edição do fórum "Ignite" no Brasil, em 2009. O DEC colaborou com o YABT para assegurar que a pesquisa com uma amostra de jovens do Hemisfério, cujos resultados serão apresentados na Quinta Cúpula das Américas em 2009, inclua o tema cultura e artes como caminho para a inclusão e o emprego. O DEC foi designado ponto focal da Organização sobre o tema juventude.

Em 2008 a Comissão Interamericana de Cultura (CIC) aprovou um plano de ação para aumentar a cooperação interamericana em matéria de cultura, em decorrência do qual o Governo dos Estados Unidos, com o apoio técnico do DEC e do Governo da Colômbia, organizou em abril o segundo workshop técnico sub-regional sobre proteção do patrimônio cultural contra o saque e o tráfico

ilícito, para os países andinos. Deu-se início ao projeto “Cultura no desenvolvimento: uma rede interamericana de informação”, mediante o qual as informações culturais serão sistematizadas para serem divulgadas por meio de um portal eletrônico, uma estratégia de comunicação e uma rede de formuladores de políticas e outros atores culturais. Essas atividades promoverão maior intercâmbio de informações e de experiências em políticas culturais e atendem a uma necessidade definida no decorrer da Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura.

As recomendações dos Ministros da Cultura e da Educação foram incorporadas ao texto que vem sendo negociado para a Declaração da Quinta Cúpula das Américas após consultas entre a Secretaria e os Estados membros. Aproveitou-se a reunião do CIDI de maio de 2008 para reunir pela primeira vez as autoridades da CIE e da CIC para examinar propostas de trabalho conjunto que fortaleçam a capacidade criativa dos jovens mediante programas educativos e culturais. Em conformidade com uma reunião de coordenação interinstitucional realizada em Madri em maio de 2008 (OEI, UNESCO, CEPAL, PREAL, BID e OEA), o DEC fez oferecimento de sede para a reunião do próximo ano, para fortalecer a cooperação e evitar a duplicação de esforços e, desse modo, apoiar com maior eficácia os Estados membros em matéria de educação e cultura.

2.4.2 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego

O Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) apóia os esforços dos Estados membros por um desenvolvimento com equidade, por meio da promoção de políticas e programas de redução da pobreza, trabalho decente e geração de emprego.

O DDSE cumpre seus objetivos estratégicos mediante atividades integradas nas seguintes áreas: i) promoção do diálogo interamericano em matéria de desenvolvimento social, trabalho e emprego, por meio do apoio, na qualidade de Secretaria Técnica, aos seguintes foros políticos: Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social e Grupo de Trabalho Conjunto CP/CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas; ii) promoção da cooperação solidária para o desenvolvimento, especialmente a transferência de experiências e conhecimentos destinados ao fortalecimento da capacidade institucional para formular e implementar políticas públicas efetivas; e iii) coordenação de ações com outros organismos internacionais, os setores acadêmico e privado e a sociedade civil.

Os mandatos que orientam as atividades do DDSE decorrem de resoluções da Assembléia Geral, das Cúpulas das Américas e dos foros ministeriais de desenvolvimento social e trabalho. Destacam-se em 2008 as resoluções AG/RES. 2056 (XXXIV-O/04) sobre a Carta Social; AG/RES. 2315 (XXXVII-O/07), referente à participação dos representantes dos trabalhadores nas atividades da OEA, e os compromissos 19, 52, 57 e 58 do Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas, relativos ao fortalecimento dos Ministérios do Trabalho, ao intercâmbio de experiências em erradicação da pobreza, à Carta Social das Américas e à realização da Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social, respectivamente.

Dentre as principais atividades conduzidas como Secretaria Técnica dos diálogos políticos destacam-se a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social; a Reunião dos Grupos de Trabalho da CIMT; a participação dos representantes dos trabalhadores no Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA; e a Conferência Caribenha sobre Cooperação Horizontal em Matéria de Proteção Social.

O DDSE continuou em 2008, pelo terceiro ano consecutivo, a prestar apoio técnico ao Grupo de Trabalho Conjunto CP/CEPCIDI Encarregado de Elaborar a Carta Social das Américas e o respectivo Plano de Ação.

Na qualidade de Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe desde 1996, o DDSE coordenou a reunião 2008 da Comissão Coordenadora da Rede, em que se aprovou um conjunto de ações para dar cumprimento aos acordos aprovados pela Conferência Anual da Rede, em Belo Horizonte, em 2007. O DDSE continuou a administrar o fundo voluntário que a Rede mantém na OEA desde 2001.

Em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento, o DDSE coordena as atividades realizadas no âmbito da Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAL), inclusive quatro workshops hemisféricos sobre temas prioritários para a CIMT, como diálogo social, emprego juvenil, saúde e segurança ocupacional e sistemas públicos de emprego. A RIAL também coordenou 20 missões de assistência técnica entre Ministérios do Trabalho por meio de um fundo especial de cooperação bilateral.

Por sua vez, a Rede Interamericana de Proteção Social coordenou três missões de assistência técnica sobre transferências monetárias acordadas entre o Chile e Jamaica, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago. Foi realizado ainda um workshop de avaliação do andamento do Programa Ponte no Caribe com a participação da Universidade das Índias Ocidentais.

Por instrução do Secretário-Geral, o DDSE atuou em 2008 como coordenador das atividades realizadas no âmbito do Memorando de Entendimento entre a OEA e o Governo do Chile sobre Cooperação Técnica para os Países do Caribe.

Além da coordenação de suas próprias atividades, o DDSE atuou em coordenação com diversas organizações internacionais a fim de multiplicar e complementar as ações executadas. Cumpre salientar a esse respeito o trabalho conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial. No caso da OIT, as relações de colaboração estão compreendidas em dois memorandos de entendimento assinados nos últimos anos e se materializam em numerosas atividades conjuntas destinadas ao fortalecimento da CIMT. Por sua vez, o Banco Mundial preparou, juntamente com o DDSE, um documento informativo para a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social: aumentando a inclusão social mediante as garantias sociais. O DDSE mantém, ademais, estreitas relações de trabalho com o BID, a OPAS e a CEPAL.

Algumas realizações do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego mereceram destaque no decorrer de 2008, dentre elas a consolidação da Rede Interamericana de Administração Trabalhista como o mecanismo de cooperação mais importante dos Ministérios do Trabalho do Hemisfério. Até esta data foram capacitados mais de 400 funcionários provenientes de todos os Estados membros da OEA.

Pela primeira vez na história da Assembléia Geral da OEA, representantes dos trabalhadores participaram de um diálogo com os chanceleres, estabelecendo-se um procedimento que possibilitará uma participação permanente dos trabalhadores nos períodos de sessões da Assembléia e nas Cúpulas das Américas.

Também em coordenação com o DDSE e com a colaboração da CIM e da OIT, foi iniciado um estudo dos mecanismos institucionais mediante os quais os Ministérios do Trabalho incorporam a transversalização de gênero às políticas da área. Espera-se que essa análise permita aos membros da CIMT alcançar uma igualdade maior de gênero, elemento central do trabalho decente e essencial para o fortalecimento da democracia na Região.

No âmbito do diálogo político, é importante ressaltar que a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social marca a incorporação de um novo foro ministerial no âmbito do CIDI. Nessa reunião foi aprovado um plano de trabalho para o período 2008-2010, que ressalta a necessidade de se promover a transferência de experiências em programas inovadores de combate à pobreza e à desigualdade, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento, da coesão e da inclusão social.

No que se refere ao fortalecimento da capacidade institucional dos Estados membros, foi concluída com êxito a primeira fase do Projeto Ponte no Caribe, mediante o qual se transferiu à Jamaica, Trinidad e Tobago e Santa Lúcia a metodologia do Programa Ponte do Chile. Como resultado dessa iniciativa, os três países elaboraram seus próprios programas, os quais foram incorporados às políticas nacionais de erradicação da pobreza extrema. O êxito do programa determinou sua extensão a outros três países do Caribe em 2009.

2.4.3 Departamento de Ciência e Tecnologia

O Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) apóia os esforços dos Estados membros na formulação de políticas nessa área, para promover e acompanhar o desenvolvimento socioeconômico dos países do Hemisfério. Apóia também o aperfeiçoamento de diferentes capacidades e o fortalecimento institucional mediante a promoção da engenharia e da inovação, a fim de melhorar a competitividade das empresas, com atenção especial para o setor produtivo, com vistas à criação de novas fontes de emprego, à redução da pobreza e ao fortalecimento da governabilidade democrática.

Em outubro de 2008 foi realizada a Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, no México, que teve como tema "*Ciência, tecnologia, engenharia e inovação (CTII) como instrumentos para a prosperidade humana*", além de três subtemas: (i) CTII nas políticas públicas de desenvolvimento integral; (ii) CTII como instrumentos para a gestão sustentável dos recursos naturais; e (iii) CTII como instrumentos para elevar a produtividade. A Declaração e o Plano de Ação do México reúnem os mandatos e compromissos dos ministros e altas autoridades em ciência e tecnologia, dentre os quais se destacam o empenho em elevar o investimento público e privado em CTII; o aumento da colaboração entre o setor acadêmico e o setor privado em pesquisa e desenvolvimento; o melhoramento da qualidade da educação universitária em engenharia e a promoção do espírito empresarial; a continuação do apoio ao Sistema Interamericano de Metrologia e a construção de infra-estruturas e serviços tecnológicos de apoio às empresas para melhorar a competitividade com qualidade; e o aumento da cooperação internacional para enfrentar desafios regionais e globais. Também se reconheceu a importância do apoio à iniciativa hemisférica "Engenharia para as Américas (EftA)" como mecanismo para enfrentar no âmbito regional vários desses temas.

Quanto à participação e contribuição das organizações da sociedade civil vinculadas à ciência, tecnologia, engenharia, inovação e educação em ciências no âmbito das atividades da OEA, como parte do processo de Cúpulas e com a finalidade de promover a criação de uma cultura científica e

tecnológica no Hemisfério e contribuir para a popularização da ciência e da tecnologia nas Américas, foi organizada a mesa-redonda “Ciência, tecnologia, engenharia e inovação como instrumentos para a prosperidade”, com o objetivo de preparar a Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, que compreendeu um fórum virtual aberto ao continente, que recolheu as recomendações de diferentes instâncias da sociedade civil.

Dentre as principais atividades destaca-se o apoio prestado à Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT), financiada pelo FEMCIDI e fundamental para que se disponha das estatísticas que reflitam a situação em curso, imprescindíveis para o planejamento de atividades de incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Por outro lado, com financiamento da OEA, foi realizada a Quinta Reunião de Pontos Focais da Rede Interamericana de Academias de Ciências (IANAS), San José, Costa Rica, em julho de 2008, para revisar e reorientar o andamento da implementação das atividades do projeto da IANAS financiado pela OEA, por meio do FEMCIDI e com o apoio do *Inter-Academy Panel*. O DCT organizou o painel “Parcerias academia-indústria para a competitividade”, do “Fórum de competitividade das Américas”, evento realizado em Atlanta, Geórgia, em agosto de 2008 e organizado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos e a CIFAL Atlanta, do qual também participou.

O DCT exerceu a função de Secretaria Executiva da Décima Quarta Assembléia Geral do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), realizada em setembro de 2008 em San Pedro Sula, Honduras, em que se reelegeu presidente o Professor Humberto Siqueira Brandi, Diretor de Metrologia do INMETRO, Brasil. Nessa mesma área, o DCT obteve financiamento do governo alemão, por meio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (PTB), para a implementação do projeto de “Metrologia em gás natural para o Peru e a Bolívia”, que conta com a assistência técnica do Brasil e do México. Esse projeto oferecerá uma infra-estrutura de medição de fluxo e composição química de gás, o que contribui para assegurar uma oferta energética confiável, essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos países dessa região.

A colaboração com a CIFAL Atlanta e a Corporação Andina de Fomento (CAF) foi responsável pela concepção, organização, seleção e entrega do Prêmio Américas de Excelência no Serviço Público nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 19 de setembro de 2008.

Foram assinados, ademais, vários acordos de cooperação, dentre os quais se destacam o Memorando de Entendimento com a *Public Intellectual Property Resources for Agriculture* (PIPRA) para apoiar o trabalho de inovação em biotecnologia, especialmente em transgênicos agrícolas. Atendendo à convocação do Departamento de Desenvolvimento Humano sobre bolsas de estudo para cursos de aperfeiçoamento profissional em 2009, o DCT, juntamente com a Cátedra UNESCO, obteve bolsas para o curso a distância “Ciência, tecnologia e sociedade: contribuições do enfoque de gênero”.

2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS)

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da SEDI colabora com os Estados membros na formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos de cooperação destinados a combinar prioridades ambientais com a redução da pobreza e a consecução de metas de desenvolvimento socioeconômico, mediante o apoio aos esforços dos Estados membros por alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução de riscos de desastres naturais.

Os programas e projetos são executados pelo Departamento no âmbito dos mandatos dispostos no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009, no PIDS 2006-2009 (AG/RES. 2312 XXXVII-O/07), na Declaração de Santa Cruz +10 (AG/RES. 2312 XXXVII-O/07) e na Declaração do Panamá: Energia para o Desenvolvimento Sustentável (2007), entre outros, e em cumprimento a esses mandatos. Essas atividades procuram ainda promover os princípios da Carta Democrática Interamericana, inclusive a participação pública e a governabilidade democrática.

As áreas de ação do DDS incluem a gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços, o desenvolvimento de energia renovável, a conservação da biodiversidade, o direito ambiental, políticas e boa governabilidade e redução de efeitos de desastres. Em 2008 foram despendidos mais de 10 milhões de dólares em fundos externos e a carteira atual de projetos em execução alcança um valor aproximado de 60 milhões de dólares.

O DDS promove a utilização da energia sustentável, inclusive o desenvolvimento e o uso de energias renováveis, energia limpa à base de combustíveis fósseis e de tecnologias e sistemas de energia eficiente. Mediante a Parceria de Energia Sustentável para as Américas (SEPA), com o apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, por intermédio do Departamento de Estado, do Governo do Canadá, mediante a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) e o Departamento das Relações Exteriores (DFAIT), da Parceria de Energia Renovável e Eficiência Energética (REEEP), com sede na Áustria, e da Comissão Européia, o DDS presta assistência técnica aos Estados membros na formulação de políticas e reformas normativas, na capacitação ou fortalecimento de capacidade e na canalização e avaliação de recursos.

Foram realizados em 2008 estudos de viabilidade bioenergética na República Dominicana e El Salvador, como parte da parceria de bioenergia com os Estados Unidos e o Brasil. O DDS apoiou o Governo de Saint Kitts e Nevis na formulação de acordos para o desenvolvimento de projetos comerciais baseados em recursos biocombustíveis e geotermia e lançou uma iniciativa de energia sustentável para a zona do Caribe Oriental. Também com recursos dos Estados Unidos deu-se início a um projeto de assistência técnica na República Dominicana, Haiti, Saint Kitts e Nevis e El Salvador para a promoção da bioenergia. Prosseguiram as atividades do DDS, na qualidade de Secretaria Regional para a América Latina e o Caribe da Parceria Global para a Energia Renovável e Eficiência Energética (REEEP) e da Aliança Global para Universalização da Energia (GVEP). Foi realizada recentemente a Reunião Interamericana de Autoridades Nacionais e Peritos em Energia para o Desenvolvimento Sustentável na sede da Organização, em cumprimento aos compromissos dispostos na Declaração do Panamá. Foram convocadas reuniões sobre energia no Cone Sul (Chile), no Caribe (Bahamas) e na América Central (El Salvador), que constituem o cenário dos compromissos hemisféricos em matéria energética que serão assumidos na Quinta Cúpula das Américas.

No campo da gestão integrada dos recursos hídricos, e em cumprimento ao disposto no PIDS, aprovado em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, prosseguiu o trabalho com os Pontos Focais de Água dos governos dos Estados membros na definição de ações prioritárias destinadas a fortalecer as políticas de gestão integrada nessa área. Nesse sentido, acordaram-se em 2008 as diretrizes técnico-conceituais para a elaboração de um projeto hemisférico voltado para o desenvolvimento de bases técnicas e legais compatíveis com a elaboração de políticas de planejamento e gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH), gerando uma instância de trabalho comum e a harmonização de ações estratégicas entre as instituições gestoras dos recursos hídricos no âmbito interamericano, por intermédio dos Pontos Focais Nacionais de Água (PFN) junto à OEA. No que se refere às águas subterrâneas, o DDS/OEA tem sido fator determinante na especificação e caracterização dos

aquíferos transfronteiriços das Américas no âmbito do Programa UNESCO-OEA ISARM/Américas, definindo com as instituições de 24 Estados membros 62 aquíferos transfronteiriços e apoiando o desenvolvimento das bases conceituais da convenção sobre esse assunto proposta pela UNESCO ao Conselho das Nações Unidas. Também por intermédio desse programa foi concluído e publicado o levantamento dos aspectos legais referentes à gestão das águas subterrâneas nas Américas.

Com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), foi encerrada a etapa de preparação dos projetos sub-regionais Bacia do Prata e Bacia do Rio Amazonas, destinados a fortalecer a estrutura legal e institucional da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, no que diz respeito à variabilidade e mudança climática. O financiamento previsto para a etapa de planejamento dessas iniciativas, já aprovadas pelo Conselho do FMAM, chega a US\$17 milhões. O projeto Aquífero Guaraní concluiu com êxito a preparação do Plano de Ação Estratégica, aprovado pelos quatro países participantes no âmbito do Conselho Superior. O projeto teve reconhecimento mundial quando um dos seus produtos finais, o mapa base georreferenciado da área do aquífero, recebeu um segundo prêmio na Conferência Internacional de Usuários ESRI (*Environmental Systems Research Institute* - Instituto de Investigação em Sistemas Ambientais), realizada em San Diego, Califórnia. Em colaboração com a UNESCO, o DDS participou como co-patrocinador do Fórum Sul-Americano da Água, realizado em Montevidéu, Uruguai, em agosto de 2007, como preparação para o Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Quanto à gestão de redução de riscos de desastres naturais, foi assinado o acordo de cooperação com a EIRD (Estratégia Internacional para a Redução de Desastres), das Nações Unidas, com vistas à aplicação do Quadro de Ação de Hyogo, Plataforma Regional para as Américas. No Panamá, foi concluído o Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Sustâncias e Produtos Químicos e deu-se andamento à preparação do Plano Regional de Ação.

A consolidação da Rede Interamericana de Mitigação de Desastres (RIMD) deu continuidade em 2008, com 12 pontos focais nacionais operacionais confirmados, a duas séries de fóruns de discussão sobre sistemas de alerta preventivo e um fórum de discussão sobre controle de qualidade na construção. Foi assinado um acordo de cooperação com a Universidade del Salvador, na Argentina, para “promover a formação ou a capacitação de formuladores de políticas públicas em matéria de gestão de risco e desenvolvimento, mediante a constituição de um grupo de universidades das Américas, integrado à RIMD, que disponham de programas interdisciplinares de graduação e pós-graduação, destinados a formar profissionais capazes de incorporar a gestão de risco às políticas públicas de desenvolvimento”.

Colaborou-se com os Estados membros na Semana Verde e na promoção da ecoeficiência dos edifícios da OEA. Os países concluíram o banco de dados da Rede de Informação sobre Áreas Protegidas Andes-Amazônia e deram andamento ao trabalho da Rede Interamericana de Informação sobre Biodiversidade (IABIN) mediante a qual foram efetuadas 68 doações de US\$10.000 a museus, universidades, ONG e entidades governamentais para a digitalização de dados sobre polinizadores, ecossistemas, áreas protegidas, espécies invasoras, espécies e espécimes, num esforço que busca desenvolver o primeiro banco de dados sobre biodiversidade no âmbito hemisférico. Os diretores responsáveis pela vida silvestre, flora e fauna, formularam a Iniciativa para Espécies Migratórias do Hemisfério Ocidental (WHMSI). A WHMSI concluiu sete Memorandos de Entendimento, que foram assinados com as principais organizações internacionais que atuam no âmbito da conservação das espécies migratórias. No início de 2009, foram realizados quatro *workshops* na Jamaica, República Dominicana, Haiti e Bahamas, para avaliar os recursos litorâneos, a eficiência ecológica, o manejo integral do litoral e a proteção de recifes de coral.

Na área de direito ambiental, políticas e governabilidade, foi realizada em Brasília, Brasil, a Reunião de Pontos Focais Nacionais do Fórum Interamericano sobre o Direito Ambiental (FIDA), em que o grupo assessor de direito ambiental do DDS reuniu-se para discutir o programa de trabalho. Foram elaborados documentos de política sobre acordos ambientais e direito ambiental. No contexto dos acordos comerciais regionais, os Estados membros receberam apoio na área de comércio e meio ambiente, governabilidade ambiental e fortalecimento institucional. Prosseguiu o programa de pagamentos por serviços ambientais e a OEA, por intermédio do DDS, juntamente com o Instituto de Direito e Economia Ambiental do Paraguai (IDEA), recebeu o Prêmio da Feira de Desenvolvimento 2008: Agricultura Sustentável para o Desenvolvimento, do Banco Mundial, pelos esforços inovadores nessa área naquele país. O projeto premiado, escolhido entre 1.800 propostas, receberá até US\$200.000, que serão destinados a sua execução.

No Caribe, o Departamento iniciou uma série de seminários sobre mudança climática e variabilidade climática e sobre gestão do risco climático em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, no âmbito do Fórum Anual sobre Pequenos Estados. Dispensou-se especial atenção à área de mecanismos inovadores de financiamento da conservação, inclusive a organização de um banco de dados com informação sobre pagamentos por serviços ambientais (PSA) implementados no Hemisfério. Cumpre salientar também a obtenção de recursos do Banco Mundial para a execução de um projeto sobre legislação de emergências, centrado na transparência e na boa gestão.

2.4.5 Departamento de Comércio e Turismo

O Departamento de Comércio e Turismo (DCT) é constituído pela Seção de Comércio, pela Seção de Turismo e pela Seção do Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE).

Na área do comércio, prosseguiu o apoio aos esforços dos Estados membros, especialmente os de economias menores, por enfrentar os desafios vinculados à administração de acordos comerciais e à inclusão dos setores produtivos - especialmente as PME - e dos grupos marginalizados nos benefícios do comércio e dos investimentos, como componentes integrais das estratégias de desenvolvimento. Para o cumprimento desses objetivos, o DCT executa projetos e atividades em coordenação e cooperação com uma rede de organizações internacionais e regionais, ministérios e entidades nacionais, instituições acadêmicas e ONG nas Américas.

O Departamento deu continuidade aos programas de fortalecimento institucional de entidades públicas responsáveis pela formulação e gestão de políticas comerciais. Consolidou-se no Caribe o Programa de Mestrado em Política Comercial para funcionários governamentais e do setor privado na Universidade das Índias Ocidentais (UWI), de que até esta data participaram cerca de 130 alunos. Coordenou-se um encontro regional sobre “Ajuda ao comércio” no Caribe, com o objetivo de definir prioridades e consolidar um plano de ação que possibilite que se beneficie dos recursos disponibilizados por instituições regionais e multilaterais.

Também se deu início à aplicação do intercâmbio de informações, práticas e lições na administração do sistema sanitário e fitossanitário dos países do Caribe. No contexto desse programa, foram definidos temas prioritários a serem implementados mediante grupos de estudo de funcionários do Caribe, que se reunirão no Chile, nas áreas de sistemas de inspeção em fronteira, funcionamento de laboratórios e esquemas de colaboração de autoridades com responsabilidade em sanidade e segurança animal, vegetal e alimentar. Foi realizado no Haiti um programa de fortalecimento institucional sobre temas chave relacionados com o comércio. O programa incluiu *workshops*

especializados em francês sobre o sistema multilateral de comércio, temas de alcance regional e prioridades nacionais em acesso ao mercado e agricultura, serviços, direitos de propriedade intelectual, investimento e solução de controvérsias. Para os países latino-americanos, ofereceu-se, pelo décimo primeiro ano consecutivo, o curso avançado sobre comércio, organizado com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Faculdade de Direito da Universidad George Washington, com o apoio do Reino da Espanha. Até esta data, foram capacitados pelo programa mais de 500 funcionários públicos da Região.

No âmbito do acordo CAFTA-DR, foram atendidos pedidos de capacitação e fortalecimento institucional dos países centro-americanos e da República Dominicana. Também prosseguiu o Programa de Práticas Bem-Sucedidas na Administração de Acordos Comerciais, de convocação regional, que possibilitou aos países práticas administrativas comuns, esquemas de benefício e lições aprendidas nas áreas de serviços, propriedade intelectual e solução de controvérsias investidor-Estado.

Como parte das estratégias de promoção da competitividade, o DCT atendeu aos pedidos dos países, especialmente quanto a ações para aumentar a capacidade de colher benefícios das oportunidades de mercados maiores e fluxos de investimentos decorrentes de acordos comerciais e processos de integração que cada vez mais comprometem os Estados membros. Foi ampliado o programa de simplificação de trâmites de investimento nos países da Organização de Estados do Caribe Oriental (OECS) e no Haiti, inclusive a publicação de uma página na Internet para promover a facilitação de trâmites relacionados com investimentos nos países dessa área. Cumpre salientar a organização de um fórum sobre exportação de serviços no Caribe, no âmbito do Acordo de Cooperação Econômica CARIFORUM-CE (EPA). Deu-se início a um projeto em colaboração com entidades do setor privado, que tem por objetivo promover a definição e o aproveitamento de produtos de alto valor imaterial e potencial para aumentar a receita de exportação do Caribe, mediante a formulação e implementação de estratégias de negócios vinculadas à propriedade intelectual. Prestou-se assistência a vários países latino-americanos, para facilitar a participação das PME em cadeias produtivas geradoras de exportação para mercados internacionais. Deu-se prosseguimento às atividades de fortalecimento das parcerias público-privadas para a capacitação para o trabalho, a fim de promover uma força de trabalho qualificada na América Latina e no Caribe, com capacidade para enfrentar os desafios do ambiente econômico global, incentivando a criação de emprego e contribuindo para o melhoramento da produtividade.

O setor privado desempenha um papel central na geração de emprego e na prosperidade, motivo por que a Secretaria-Geral promove vínculos com esse setor mediante a organização do Fórum do Setor Privado, anteriormente às Assembléias Gerais e às Cúpulas das Américas. Em 2008, o DCT organizou, juntamente com líderes empresariais do Hemisfério e o Governo da Colômbia, o Quarto Fórum do Setor Privado da OEA, "Governabilidade para o desenvolvimento e a competitividade das Américas: o papel das parcerias público-privadas", na cidade de Medellín. As recomendações do fórum foram comunicadas aos governos dos Estados membros da OEA no decorrer do Diálogo dos Chefes de Delegação da Assembléia Geral e do Secretário-Geral da OEA com representantes do setor privado.

A Seção de Turismo prosseguiu em 2008 o trabalho de desenvolvimento da capacidade individual e institucional das pequenas empresas de turismo bem como os esforços relacionados com o "Manual de planejamento para contingências de riscos múltiplos", juntamente com a Agência Caribenha de Resposta a Situações de Emergência (CDERA), a Associação de Hotéis do Caribe (CHA) e a Organização Caribenha de Turismo (CTO).

As pequenas empresas de turismo continuam a ser parte essencial do trabalho, o que motivou um número significativo de programas de treinamento nas áreas de administração de receita e serviços de qualidade ao cliente no Caribe, enquanto na América Latina fortaleceu-se a assistência aos pequenos hotéis e expandiu-se e consolidou-se a rede interamericana para o desenvolvimento desse setor entre os Estados membros. Também se deu seqüência à expansão e atualização do centro virtual de recursos para pequenas empresas turísticas.

Um dos componentes mais importantes do trabalho que se desenvolve nessa seção é a ampliação das parcerias entre os setores público e privado. Com esse objetivo, iniciou-se a implementação dos acordos de cooperação assinados com a Associação Internacional de Negócios por Meio das Artes e da Cultura (*Association of International Business Through Arts & Culture - IBAC*) para a promoção do turismo cultural. Também prosseguiram os esforços por definir parceiros e ações que possibilitem diversificar e ampliar o impacto dos produtos e atividades da Seção de Turismo, mediante a elaboração de acordos de cooperação entre a OEA e outras entidades que atuam nesse setor estratégico, para um grande número de países na Região.

Foram realizadas em 2008 consultas e análises complementares das necessidades do setor turístico do Haiti, que serviram de base para o início de um programa sobre atitude pública e conhecimento, formulado para sensibilizar a população haitiana acerca dos benefícios socioeconômicos do turismo.

Desde 1995 o Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem sido uma das principais fontes de informações sobre comércio no Hemisfério Ocidental. O objetivo do SICE é compilar e divulgar informação sobre comércio e processos de integração econômica nas Américas mediante sua página na Internet (www.sice.oas.org), que constitui valiosa ferramenta para funcionários governamentais encarregados de formular políticas comerciais, negociadores comerciais, empresários e pesquisadores, entre outros, em virtude da confiabilidade, relevância e atualidade da informação.

O SICE presta informações nos quatro idiomas oficiais da OEA. Na página que mantém na Web encontram-se, inclusive, os textos de mais de 80 acordos comerciais assinados pelos Estados membros da OEA. Também se encontram disponíveis informações relativas aos seguintes temas comerciais: tratados bilaterais de investimento assinados pelos países membros; novidades sobre negociações comerciais; antidumping; política de concorrência; solução de controvérsias; comércio eletrônico; direitos de propriedade intelectual; investimento; serviços; barreiras técnicas ao comércio; e comércio e gênero.

O SICE recebeu três milhões de visitantes em 2008, o que equivale a um aumento de 7.700 visitas por dia, e mantém atualmente, sem qualquer ônus, mais de 20.000 documentos disponíveis on-line.

Novas seções e ferramentas continuaram a ser agregadas em 2008. Ampliaram-se as seções sobre esquemas de integração regional e deu-se início às atividades para a criação de uma seção sobre comércio e trabalho.

2.4.6 Departamento de Desenvolvimento Humano

A missão do Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH) é promover e apoiar o desenvolvimento do capital humano nos Estados membros mediante a coordenação, administração e execução de seus programas: o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, o Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e o Portal de Educação das Américas.

O Programa de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos ^{1/} tem por objetivo conceder bolsas de pós-graduação e graduação da maneira mais equitativa e ampla possível, em instituições educacionais reconhecidas no Hemisfério, a custos razoáveis para a OEA. Para a consecução desse objetivo, o DDH conseguiu durante três ciclos acadêmicos: (a) a expansão do Consórcio de Universidades (77 instituições de 16 Estados membros até esta data); (b) a colocação direta de beneficiários (69 em 2007-2008 e 152 em 2008-2009); e (c) a expansão da cooperação com os Estados membros no campo da educação superior. (Em 2008 foram assinados três acordos para programas de estudos de pós-graduação com o co-patrocínio de governos ou instituições).

Os resultados da seleção de beneficiários de bolsas para o ciclo acadêmico 2008-2009 foram anunciados em janeiro de 2008. Foram selecionadas 304 pessoas (279 em estudos de pós-graduação e 25 em estudos de graduação). Até 15 de dezembro de 2008, considerando-se os cancelamentos e recusas de bolsas recebidas, o DDH/OEA havia processado e assinado 246 contratos de bolsas para o ciclo acadêmico 2008-2009 e continuava em processo de negociação da colocação de outros 17 beneficiários. O custo dos benefícios diretos concedidos aos beneficiários de bolsas de 2008-2009 contabilizados até dezembro de 2008, a serem pagos em até três períodos orçamentários, alcançou o total de US\$7.737.151,70. O custo citado divide-se em US\$1.010.655,18 para bolsas destinadas a nacionais de Estados do Caribe de língua inglesa, com o propósito de concluir os dois últimos anos de estudo para obter um primeiro título ou grau universitário, e US\$6.726.496,52 para bolsas de pós-graduação (PRA). Como ocorre em todo ciclo, as cifras finais do ciclo acadêmico 2008/2009 serão conhecidas quando os alunos tenham sido colocados e os respectivos contratos tenham sido assinados, o que deverá ocorrer até fins de março de 2009.

Para o ciclo acadêmico 2009-2010 a Comissão de Seleção de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos ^{2/} selecionou 193 pessoas que receberão bolsa (167 em estudos de pós-graduação e 26 em estudos de graduação para cidadãos de um Estado membro da OEA do Caribe de língua inglesa).

Por sua vez, o Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional (PBDP), que oferece oportunidades a cidadãos dos Estados membros da OEA para ampliar ou atualizar a experiência profissional em áreas de especialização relacionadas com as áreas prioritárias da OEA, concedeu 759 becas. Os cursos de desenvolvimento profissional de que participaram os candidatos selecionados foram realizados nos seguintes Estados membros e Observadores Permanentes: Peru, Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Chile, Venezuela, Equador, Paraguai, Guatemala, Colômbia, Brasil, México, Trinidad e Tobago, Costa Rica, Panamá, Bolívia, Espanha, Suíça e Coreia. Essas bolsas foram financiadas pelo PBDP e pelas instituições doadoras nos Estados membros e Observadores Permanentes. Também em 2008 o Real Governo Tailandês ofereceu cinco bolsas completas e o Instituto de Altos Estudos Universitários, da Universidad de León, na Espanha, ofereceu duas bolsas completas, por meio do PBDP da OEA, para cidadãos dos Estados membros.

-
1. A discriminação das bolsas concedidas para estudos de pós-graduação e graduação e para estudos de desenvolvimento profissional figura como anexo deste relatório.
 2. A Comissão de Seleção de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos (CSBEAT) é encarregada de atribuir as bolsas acadêmicas do Programa de Bolsas da OEA, em conformidade com o ordenamento jurídico da Organização. A CSBEAT é constituída por sete membros de reconhecida competência no âmbito acadêmico ou em questões hemisféricas, nomeados pelo Secretário-Geral, levando em conta uma ampla representação regional.

O PBDP implementou medidas pertinentes e elaborou ou revisou os documentos do Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional, de acordo com o Manual de Procedimentos aprovado em 2007. Algumas dessas medidas e revisões incluem esclarecimentos nos formulários para apresentar propostas de cursos e para aplicar às Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional, aumentando o número de instituições convidadas a submeter propostas de cursos e proporcionando uma melhor avaliação do Programa.

Foram comemorados em 2008 os 60 anos do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe de apoio ao financiamento de estudos e pesquisa de latino-americanos e caribenhos em universidades dos Estados Unidos. Apesar da crise econômica de 2008, o Fundo Rowe superou essa situação e conseguiu todos os seus objetivos para 2009. Dentre as realizações do Fundo Rowe em 2008 podemos destacar o aumento, em 51%, em comparação com o ano anterior, do número de empréstimos concedidos pela Comissão do Fundo a estudantes e empregados.

Em janeiro de 2008 o Fundo Rowe colaborou na realização do evento *Washington International Education Council*, de que participaram representantes de universidades, programas de intercâmbio, embaixadas, organismos internacionais e agências do Governo dos Estados Unidos. Em maio foi realizado o seminário internacional “Parcerias e estratégias multilaterais de desenvolvimento de programas de empréstimo para educação”, com a participação de onze países do Hemisfério e vários organismos internacionais.

O Fundo Rowe incluiu na sua campanha de promoção informações sobre diversos financiamentos para os indivíduos interessados em realizar estudos. Com esse objetivo foi publicado um artigo, “Um enfoque integral para financiar os estudos nos Estados Unidos”, no Guia Internacional do Estudante, com tiragem aproximada de 20.000 exemplares, para distribuição em 17 países da América Latina. Foi preparado um folheto para distribuição, com informações importantes de instituições do Hemisfério (por país), que ajudam a financiar estudos avançados e pesquisa no exterior.

Cumprido salientar que o montante total de empréstimos que deixaram de ser pagos, sendo, por conseguinte, considerados incobráveis reduziu-se em aproximadamente 56%.

Quanto ao trabalho do Portal de Educação das Américas (PEA), como instrumento destinado a multiplicar, consolidar e ampliar o acesso a diferentes oportunidades de desenvolvimento profissional mediante a utilização das tecnologias da informação e das comunicações (TIC), de uma perspectiva transversal, interdisciplinar e multissetorial, cumpre salientar a expansão da base de colaboradores fora e dentro da Organização. Com esse objetivo foram criadas parcerias adicionais com organismos internacionais e Estados membros: (a) consultoria ao Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas (UNOPS-UNDP) na formulação e implementação de um projeto de e-learning para um curso virtual sobre formação de instrutores em responsabilidade social empresarial (RSE), cujo objetivo principal é preparar instrutores em conceitos, pesquisas, estratégias, instrumentos e experiências em RSE, pertinentes e relevantes para a região latino-americana; (b) desenvolvimento e oferta de um curso em agroecoturismo, “Elementos básicos para a implementação de um projeto de turismo inovador”, para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que tem por meta oferecer aos participantes uma base teórica e prática sobre o planejamento, coordenação e implementação de projetos agroecoturísticos, que possibilite o estabelecimento de um critério de tomada de decisões com os instrumentos metodológicos necessários à solução de problemas relacionados com o desenvolvimento dessas empresas; (c) assinatura de convênio com a Escola de Administração Pública da Colômbia (ESAP) para oferecer, por intermédio do PEA e sua Aula

Virtual, vários cursos de propriedade da ESAP, que foram e vêm sendo adaptados para a realidade regional: Alta Direção do Estado e Gestão Pública.

No âmbito da Secretaria prestou-se assessoramento e orientação para: (i) a incorporação de uma ferramenta virtual para o processo de Cúpulas, cuja fase piloto iniciou-se no decorrer de 2008 e se estenderá até a próxima Cúpula em 2009, em Trinidad e Tobago; e (ii) a implementação e manutenção de diferentes espaços restritos a algumas áreas da Organização.

O PEA também iniciou outros projetos, em que continua a se empenhar, que colaborarão para melhorar seu trabalho e impacto no Hemisfério, inclusive a oferta conjunta de cursos com outras instituições da Região, a divulgação de conteúdos relevantes mediante a revista digital Educ@ção, a cooperação com outras áreas e departamentos da OEA na utilização do Portal e da Aula Virtual em projetos conjuntos e a utilização e abertura de espaços de trabalho restritos, que promovam a comunicação e garantam a participação de todos os interessados nas diferentes ações regionais num contexto de restrição orçamentária como o atual.

Reuniões no âmbito do CIDI em que a SEDI atua como Secretaria

Setor	Nome da reunião ou workshop	Lugar	Data (2008)
AICD	Reunião da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD)	Washington, D.C.	12 maio
AICD	Reunião informal da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD)	Washington, D.C.	16 dezembro
Bolsas	Reunião da Comissão do Fundo de Capital para Bolsas de Estudo	Washington, D.C.	17 novembro
CENPES	Reuniões das Comissões Executivas Não-Permanentes (CENPES)	Washington, D.C.	Fevereiro
CEPCIDI	Reuniões do Grupo de Trabalho da CEPCIDI Encarregado de Preparar a Reunião Técnica Especial de Autoridades Nacionais e Peritos em Cooperação	Washington, D.C.	Janeiro/dezembro
CEPCIDI	Vigésima Sétima Reunião Extraordinária da CEPCIDI	Washington, D.C.	15 dezembro
CEPCIDI	Reunião Técnica Especial de Autoridades Nacionais e Peritos em Cooperação	Cancún, México	16-17 outubro
CEPCIDI	Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI Encarregado da Negociação do Projeto de Declaração de Medellín: Juventude e Valores Democráticos	Washington, D.C.	27 março-30 maio
CEPCIDI	Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas	Washington, D.C.	Janeiro/dezembro
CEPCIDI	Reuniões Ordinárias da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) (Reunião 140-148)	Washington, D.C.	Janeiro/dezembro

CEPCIDI	Reuniões da Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento da CEPCIDI	Washington, D.C.	Janeiro/dezembro
CEPCIDI	Reuniões do Grupo de Trabalho da CEPCIDI para o Fortalecimento do CIDI	Washington, D.C.	Setembro/dezembro
CIDI	Décima Terceira Reunião Ordinária do CIDI	Washington, D.C.	14-15 maio
Ciência e Tecnologia	Segunda Reunião Preparatória da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia	Washington, D.C.	22-23 setembro
Ciência e Tecnologia	Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia	Cidade do México, México	27-28 outubro
Ciência e Tecnologia	Primeira Reunião Preparatória da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia	Washington, D.C.	29-30 julho
Ciência e Tecnologia	Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT)	México, D.F.	11-12 fevereiro
Cultura	Reunião de Planejamento das Autoridades da CIC	Washington, D.C.	15-16 maio
Cultura	Reunião Preparatória da Quarta Reunião de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura	Toronto, Canadá	18-19 setembro
Cultura	Quarta Reunião de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura	Bridgetown, Barbados	20-21 novembro
Cultura	Reunião de Planejamento das Autoridades da CIC	Washington, D.C.	28-29 janeiro
Desenvolvimento Social	Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social	Reñaca, Chile	9-10 julho
Educação	Nona Reunião de Autoridades e da Comissão Executiva da CIE	Washington, D.C.	12-13 maio
Educação	Oitava Reunião de Autoridades e da Comissão Executiva da CIE	Washington, D.C.	13-14 março
Educação	Reunião da Comissão Interamericana de Educação	Quito, Equador	14-15 outubro
Trabalho	Reunião de Coordenação de Representantes dos Trabalhadores e Diálogo com os Ministros das Relações Exteriores no Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA	Medellín, Colômbia	1º junho
Trabalho	Primeira Reunião dos Grupos de Trabalho no âmbito da Décima Quinta CIMT-2008	Montevidéu, Uruguai	16-17 abril

Workshops, seminários e atividades realizados pela SEDI em 2008

Setor	Nome da reunião ou workshop	Lugar	Data (2008)
Ciência e Tecnologia	Mesa-Redonda com a Sociedade Civil em Preparação para a Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia	Washington, D.C.	28 julho
Ciência e Tecnologia	Painel 'Parcerias Academia-Indústria para a Competitividade' no Fórum de Competitividade das Américas	Atlanta, Geórgia	18-19 agosto
Ciência e Tecnologia	Décima Quarta Assembléia Geral do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM)	San Pedro, Sula, Honduras	28 setembro-3 outubro
Comércio	Certificado sobre a "Administração de normas de propriedade intelectual em acordos comerciais - Módulo sobre patentes e dados de teste". OEA-ACDI, Instituto Equatoriano da Propriedade Intelectual (IEPI) e MICIP	Quito, Equador	7-11 janeiro
Comércio	Seminários-Workshops sobre Técnicas e Procedimentos em Investigações Antidumping. São Domingos, República Dominicana. OEA/FEMCIDI	São Domingos, República Dominicana	21-24 janeiro
Comércio	Seminário sobre comércio eletrônico e exportações de PME no contexto do CAFTA-DR. OEA/FEMCIDI, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio da República Dominicana	São Domingos, República Dominicana	28-29 janeiro
Comércio	Seminários de promoção da participação de pequenos produtores em cadeias produtivas: como beneficiar-se dos acordos comerciais. OEA/FEMCIDI – Vice-Ministério da MPME de Honduras	Tegucigalpa, Honduras	18-22 fevereiro
Comércio	Seminário-workshop sobre metrologia e barreiras técnicas ao comércio. OEA-FEMCIDI, Secretaria da Indústria e Comércio de Honduras, Conselho Hondurenho de Ciência e Tecnologia, Centro Nacional de Metrologia do México	Tegucigalpa, Honduras	20-22 fevereiro
Comércio	Seminário e workshop especializado em controvérsias investidor-Estado. Quito, Equador. OEA/FEMCIDI e UNCTAD	Quito, Equador	21-22 fevereiro
Comércio	Exportação e promoção da prestação de serviços a partir do exterior. OEA/FEMCIDI, Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai	Assunção, Paraguai	4-5 março

Comércio	Primeiro Fórum de Exportação de Serviços do Caribe no âmbito do Acordo de Cooperação Econômica CARIFORUM–CE (EPA). OEA, China, ACDI e <i>Shridath Ramphal Centre for International Trade Law, Policy and Services (SRC)</i> da Universidade das Índias Ocidentais	Bridgetown, Barbados	10-11 março
Comércio	Seminário e workshop especializado em controvérsias investidor-Estado. OEA/FEMCIDI. Ministério da Fazenda e Ministério das Relações Exteriores do Uruguai	Montevideu, Uruguai	12-13 março
Comércio	Workshops para PME: Como beneficiar-se da participação em cadeias produtivas e no mercado de exportação. OEA/FEMCIDI, MINCETUR do Peru	Peru: Lima, Puno, Cajamarca	24-31 março
Comércio	Workshop para PME sobre exportações agroindustriais para os Estados Unidos no contexto do CAFTA-DR. OEA/FEMCIDI	Manágua, Nicarágua	27 março
Comércio	Seminário sobre Oportunidades no Caribe para PME da Nicarágua. OEA/FEMCIDI	Manágua, Nicarágua	31 março
Comércio	Estudo de impacto-desafios em política comercial para os países da OECO. OEA, ACDI	Washington, D.C.	Março/abril
Comércio	Fórum do Setor Privado da OEA "Governabilidade para o desenvolvimento e a competitividade das Américas: o papel das parcerias público-privadas"	Medellín, Colômbia	29-30 maio
Comércio	Curso sobre Comércio Internacional: a integração do Haiti ao Sistema Multilateral e Regional. OEA, ACDI, <i>Bureau de Coordination et de Suivi de Haïti</i>	Port-au-Prince, Haiti	3-28 junho
Comércio	Encontro regional "Ajuda ao comércio" no Caribe. DCT da OEA com o Centro Internacional de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD Genebra)	Kingston, Jamaica	16-17 junho
Comércio	Programa de Mestrado Profissional em Política Comercial Internacional (MITP) para o Caribe na Universidade das Índias Ocidentais (UWI). OEA, UWI, ACDI e USAID	UWI, Barbados	Desde 2004
Comércio	Estudo de Impacto – Uma visão geral sobre o comércio e o investimento em serviços na CARIFORUM. OEA-ACDI	Washington, D.C.	Maio/julho
Comércio	OECO – Janela de investimentos - Uma página da Internet para a promoção de investimentos nos países da OECO OECS. 2008. OEA, ACDI	Países OECO	2008

Comércio	Curso avançado para funcionários governamentais: Uma agenda comercial para as Américas: o Programa de Doha de Desenvolvimento e os Acordos Comerciais no Hemisfério. OEA, OMC, <i>GWU Law School</i> , Espanha e ACDI	Washington, D.C.	7-18 julho
Comércio	Fórum Global sobre Assistência Técnica e Capacitação em Direitos de Propriedade Intelectual (IPRTA). OEA/IMPI/Escritório Europeu de Patentes (EPO)	Cidade do México	9-11 julho
Comércio	Projeto Exportação de Propriedade Intelectual (IP) do Caribe: Definição de produtos do Caribe com alto valor imaterial. OEA, ACDI, ONG <i>Light Years IP, Caribbean Association of Industry and Commerce (CAIC), Caribbean Export</i>	Barbados, Jamaica, Belize, Grenada	Agosto 2008/março 2009
Comércio	Seminário sobre Acordos de Investimento e Solução de Controvérsias Investidor-Estado para Países do Pacífico Latino-Americano (ARCO). OEA, ACDI, UNCTAD, BID, Ministério do Comércio da Colômbia	Bogotá, Colômbia	10-11 setembro
Comércio	Missão ao Haiti, Intercâmbio de melhores práticas em matéria de atração e promoção de investimentos. Visita à CFI de Nova York e New Jersey. OEA, ACDI	Nova York	9-12 outubro
Comércio	Workshop para países da OECO sobre “Administração do sistema sanitário e fitossanitário: a experiência do Chile”. OEA, Secretarias da CARICOM e OECO e Ministério das Relações Exteriores do Chile	Castries, Santa Lúcia	27-28 outubro
Comércio	Reunião de peritos “Competitividade nas Américas: agenda latino-americana de parcerias público-privadas para a capacitação para o trabalho”	San José, Costa Rica	31 outubro
Comércio	Terceira Reunião da Comissão de Capacitação e Cooperação no âmbito do CAFTA-DR	São Domingos, República Dominicana	4-6 novembro
Comércio	Curso “Administração de Controvérsias em Investimentos”. OEA, UNCTAD, ACDI e Governo da Espanha	San José, Costa Rica	17-26 novembro
Comércio	Workshop sobre Intercâmbio de Experiências de Implementação e Administração de Disposições sobre Propriedade Intelectual em Acordos Comerciais. OEA/OMPI/IEPI-ACDI	Quito, Equador	9-12 dezembro
Cultura	Protegendo o Patrimônio Cultural contra Saque e Tráfico: Região Andina	Medellín, Colômbia	15-18 abril
Cultura	Fórum de Jovens sobre Políticas das Artes "Ignite Américas"	Toronto, Canadá	17-21 setembro

Desenvolvimento Social	Workshop Internacional de Consulta Técnica sobre Políticas de Desenvolvimento Social na América Latina e no Caribe	Assunção-Paraguai	4-6 junho
Desenvolvimento Social	Workshop de Avaliação do Programa Ponte no Caribe	Port-of-Spain-Trinidad e Tobago	9-10 setembro
Desenvolvimento Social	Reunião de Altas Autoridades de Cooperação em Estratégias de Proteção Social no Caribe	Port-of-Spain-Trinidad e Tobago	11-12 setembro
Desenvolvimento Social	Reunião da Comissão Coordenadora da Rede Social da América Latina e do Caribe	Washington, D.C.	23 outubro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião da Comissão Executiva do Projeto "Construindo a Rede Interamericana de Informação sobre Biodiversidade (IABIN)"	Cidade do Panamá, Panamá	29-31 janeiro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião do SAICM (Enfoque Estratégico para o Manejo de Químicos)	Cidade do Panamá, Panamá	11-16 fevereiro
Desenvolvimento Sustentável	Sustentabilidade da Cadeia Produtiva da Soja no Uruguai e na Região	Montevideu, Uruguai	27 fevereiro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião Interamericana de Autoridades Nacionais e Peritos em Energia para o Desenvolvimento Sustentável	Washington, D.C.	3 março
Desenvolvimento Sustentável	Workshop sobre biodiversidade informática centrada em temas marinhos para a região do Caribe	Ocho Rios, Jamaica	10-14 março
Desenvolvimento Sustentável	Sustentabilidade da cadeia produtiva da soja na Região	Buenos Aires, Argentina	13 março
Desenvolvimento Sustentável	Curso sobre comércio e meio ambiente para funcionários	São Domingos, República Dominicana	31 março-4 abril
Desenvolvimento Sustentável	Reunião de Pontos Focais Nacionais do Fórum Interamericano sobre o Direito Ambiental (FIDA)	Brasília, Brasil	7-9 maio
Desenvolvimento Sustentável	Workshop sobre tendências na implementação de pagamentos por serviços ambientais (PSA) nas Américas	São Paulo, Brasil	4 junho
Desenvolvimento Sustentável	Primeira Reunião da Comissão Regional de Coordenação para a Implementação do SAICM	Trinidad e Tobago	11-13 junho
Desenvolvimento Sustentável	Terceiro Workshop Internacional sobre Informação das Áreas Protegidas Naturais na Região Amazônica e Andina	Quito, Equador	12-15 maio
Desenvolvimento Sustentável	Workshop Regional do Cone Sul sobre Energia Sustentável	Santiago, Chile	11 julho
Desenvolvimento Sustentável	Eventos regionais sobre energia sustentável	Nassau, Bahamas	23-24 julho
Desenvolvimento Sustentável	Curso sobre comércio e meio ambiente para funcionários governamentais	Cidade da Guatemala, Guatemala	4-5 agosto

Desenvolvimento Sustentável	Terceira Reunião Preparatória Regional da América Latina e do Caribe da Parceria para a REEEP	Cidade do México, México	4 setembro
Desenvolvimento Sustentável	Painel de peritos sobre a mudança climática apresentado no Conselho Permanente	Washington, D.C.	10 setembro
Desenvolvimento Sustentável	Inauguração do Projeto de Energia Sustentável no Caribe	Castries, Santa Lúcia	9 outubro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião sobre a visão da IABIN	Washington, D.C.	30 outubro
Desenvolvimento Sustentável	Fórum Virtual sobre Sustentabilidade Ambiental	On-line	17-26 novembro
Desenvolvimento Sustentável	Conferência para pensar e viver uma vida simples	Washington, D.C.	25 novembro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião Interinstitucional sobre o Manejo de Químicos	Washington, D.C.	3 dezembro
Desenvolvimento Sustentável	Sexto Workshop de Coordenação UNESCO/OEA ISARM/ Américas	São Domingos, República Dominicana	3-6 dezembro
Desenvolvimento Sustentável	Fórum sobre Energia Sustentável para a América Central e do Norte	San Salvador, El Salvador	11 dezembro
Desenvolvimento Sustentável	Reunião para o lançamento do projeto sobre pagamentos ambientais para uma agricultura sustentável	Assunção, Paraguai	12 dezembro
Desenvolvimento Sustentável	Workshop nacional de divulgação da avaliação regional do impacto da cadeia produtiva da soja	Paysandu, Uruguai	22 dezembro
Educação	Curso a Distância no Caribe - Primeira Reunião da Equipe de Elaboração de Currículos	Barbados	23-25 janeiro
Educação	Curso a Distância no Caribe - Reunião de validação	Barbados	13-15 agosto
Educação	Segunda Cúpula Interamericana sobre Solução de Conflitos	Cleveland, Ohio	Março
Educação	Seminário de Avaliação - Democracia	Guatemala	1º-3 dezembro
Educação	Reunião da Junta Diretora	Guatemala	4-5 dezembro
Educação	Segundo Curso Interamericano de Qualidade e Não Escolarização	Santiago, Chile	23-25 janeiro
Educação	Primeira Reunião de Planejamento do Segundo Simpósio sobre Transições	Washington, D.C.	12 março
Educação	Encontro Nacional pela Primeira Infância	Cidade da Guatemala	8-12 abril
Educação	Congresso Internacional de Educação Pré-Escolar	San Luis Potosi, México	21-23 maio
Educação	Segunda Reunião Preparatória do Simpósio	Santiago, Chile	16-19 junho

	sobre Transições		
Educação	Jornada, Projeto sobre Tendências Políticas de Transição em Comunidades Indígenas	Lima, Peru	30 julho-2 agosto
Educação	Jornada, Projeto sobre Redes de Comunicação e Defesa de Direitos	Lima, Peru	4-6 agosto
Educação	Assessoramento em Educação Inicial, Sistema de Integração Centro-Americana CECC-SICA	San José, Costa Rica	21-23 setembro
Educação	Oitavo Encontro de Saúde, Nutrição, Talento e Educação Inicial	Monterrey, México	23-24 outubro
Educação	Assessoria Técnica de Equipes da América Central	Cidade da Guatemala	4-6 novembro
Educação	Workshop técnico com sete países da América Central (FEMCIDI)	San Salvador, El Salvador	Setembro
Educação	Workshop do Caribe sobre Análises de Dados e Apresentação de Relatórios (FEMCIDI)	Nassau, Bahamas	9-10 dezembro
Educação	Alfabetização Regional / Educação de Adultos (UNESCO/OAS/INEA)	México	10-13 setembro
Educação	ITEN Seminário de Educação Docente para o Século XXI	Trinidad e Tobago	29-31 outubro
Trabalho	Workshop da RIAL sobre Diálogo Social e Coesão Social	Montevideu, Uruguai	15 abril
Trabalho	Workshop da RIAL sobre "Emprego para jovens"	Rio de Janeiro, Brasil	20-21 maio
Trabalho	Workshop da RIAL sobre "Saúde e segurança ocupacional"	Cuzco, Peru	21-22 outubro
Trabalho	Mesa-redonda "Juventude, trabalho decente e prosperidade humana nas Américas"	Washington, D.C.	5 novembro
Trabalho	Seminário sobre emprego juvenil na América do Norte	Cidade do México, D.F	4-5 dezembro
Trabalho	Workshop da RIAL sobre "Serviços Públicos de Emprego"	Cidade do Panamá- Panamá	10-11 dezembro

2.5 SECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

A Secretaria de Segurança Multidimensional foi criada em 2006 e atualizada pela Ordem Executiva 05-13 Rev.2. É constituída pelo Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional; pelos Departamentos de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional e de Segurança Pública; pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas; e pela Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, ambas em nível de departamento.

Escritório Executivo do Secretário de Segurança Multidimensional

O Escritório do Secretário de Segurança Multidimensional prestou assessoramento ao Secretário-Geral em temas relacionados com a segurança multidimensional. Incentivou e promoveu a adoção de uma visão integrada dos desafios da segurança multidimensional no Hemisfério mediante o desenvolvimento de atividades de coordenação relacionadas com missões de cooperação entre os Estados membros para enfrentar as ameaças à segurança nacional e dos cidadãos, em cumprimento a diretrizes decorrentes da Assembléia Geral. Manteve uma efetiva coordenação com os diferentes Estados membros em apoio às atividades de implementação da Declaração sobre Segurança nas Américas e suas funções de apoio aos órgãos políticos, no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica. Coordenou a mobilização de recursos externos, colaborando com os esforços dos países mediante programas e projetos de fortalecimento institucional e de capacitação de recursos humanos, inclusive sete projetos novos aprovados em 2008.

Incentivou as atividades destinadas a cumprir de maneira eficiente as diretrizes de aproximação da Junta Interamericana de Defesa e do Colégio Interamericano de Defesa como entidades da Secretaria-Geral. Também apoiou as atividades de suas dependências, que têm origem na Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente (CSH).

Cooperação com outras organizações públicas e privadas, nacionais, regionais e internacionais

Planejou e coordenou atividades relacionadas com missões de segurança e paz no Hemisfério. Em especial, representou e articulou esforços de cooperação com as seguintes instituições: Polícia de Investigações do Chile, Ministério de Segurança Nacional de Trinidad e Tobago, Diretoria-Geral de Temas Globais da Secretaria de Relações Externas do México, *Defense Attache-Advisor of Trinidad and Tobago*, *Inter-American Dialogue*, Terceiro Fórum sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança da Comissão de Segurança Hemisférica, *Center for Hemispheric Defense Studies*, Chefia de Gabinete de Segurança Institucional do Brasil, Secretaria de Relações Externas do México, INTERPOL e Fórum Interamericano de Paz. Manteve reuniões com o Representante de Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas, o representante da INTERPOL junto às Nações Unidas, a delegação de mujeres líderes do Haiti, o Secretário Executivo da *Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO)*, o Diretor Executivo da Comissão contra o Terrorismo das Nações Unidas e (ONU-TEC) representantes do Banco Mundial e do SICA.

O Escritório Executivo fez exposições em alguns eventos de que participou e, em alguns casos, apoiou os seguintes:

- Reuniões de trabalho sobre situações de violência no Brasil, 11 a 21 de janeiro;
- Reuniões com a Procuradoria-Geral da República (PGR), México, 30 de janeiro a 4 de fevereiro;
- Programa de Capacitação para Juízes e Promotores em Julgamentos Simulados de Lavagem de Dinheiro, México, 11 a 13 de fevereiro;
- Segunda Conferência da CIFTA;
- Simpósio Internacional de Segurança e Políticas Públicas sobre Drogas, Brasil, 25 a 27 de fevereiro;
- Quinquagésimo Primeiro Período de Sessões da Comissão dos Entorpecentes, Áustria, 10 a 14 de março;
- Reuniões sobre a criminalidade organizada transnacional, remoção de minas e apoio ao Observatório Interamericano de Drogas, com Ministérios do Interior, Relações Externas e Cooperação e a AECI (Espanha), 17 de março;
- Indicadores de segurança e justiça nos países em desenvolvimento, Universidade de Harvard, EUA;
- Reunião Preparatória de Trabalho Intergovernamental (MAM), Argentina, 24 a 28 de março;
- Primeiro Fórum Inter-Regional de Cidades UE-LAC, Políticas Públicas em Tratamento de Drogas, República Dominicana, 2 a 5 de abril;
- Quinta Reunião do Conselho de Segurança Nacional e Execução da Lei, Trinidad e Tobago, 3 e 4 de abril;
- Primeira Reunião da Comunidade de Políticas das Américas (AMERIPOL), Chile, 25 a 27 de abril;
- Terceira Reunião Bienal dos Estados sobre Armas Pequenas e Armamentos Leves, Nações Unidas, 14 a 18 de julho;
- Escola de Gendarmaria, Argentina, 28 de julho;
- Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul, Brasil, 4 e 5 de agosto;
- Reuniões no Ministério da Defesa e no Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE), 21 e 22 de agosto;
- Segunda Reunião de Autoridades Carcerárias, Chile, 26 a 28 de agosto;
- Oitava Conferência de Ministros da Defesa das Américas, Canadá, 2 a 6 de setembro;
- Curso sobre Segurança Aérea, Argentina, 2 a 6 de setembro;
- Primeira Conferência de Ministros sobre Segurança Pública das Américas, México, 7 e 8 de outubro;
- Novos paradigmas, novas soluções, Centros de Integração Juvenil, México, 29 a 31 de outubro;
- Vigésima Quinta Reunião do Grupo de Peritos sobre o Controle da Lavagem de Dinheiro da CICAD, México, 30 e 31 de outubro;
- Quadragésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da CICAD, Chile, 19 a 21 de novembro;
- Workshop Regional das Nações Unidas sobre a Implementação da resolução 1540 do Conselho de Segurança, Brasil, 25 e 26 de novembro;
- Trigésimo Período de Sessões da Conferência dos Estados Partes na OPCW (Organização para a Proibição de Armas Químicas), Países Baixos, 2 a 5 de dezembro;
- Treinamento especializado na prevenção e combate da lavagem de dinheiro, criminalidade organizada e financiamento do terrorismo do CICTE, Brasil, 8 a 11 de dezembro;
- Reunião sobre Apoio Policial ao Haiti, realizada no Ministério da Defesa, Chile, 15 de dezembro.

Em coordenação com o Departamento de Relações Externas, o Escritório Executivo da Secretaria realizou exposições para delegações que visitaram a OEA, como Chile, Colômbia, Equador e Uruguai; Departamento de Defesa dos Estados Unidos, diplomatas do Departamento de Relações

Exteriores e Comércio do Canadá, Colégio de Guerra do México, Colégio das Forças Canadenses, Colégio de Guerra da Colômbia, Colégio de Guerra Naval do México e de Porto Alegre, Brasil, Forças Armadas da República Dominicana, Instituto de Cooperação em Segurança do Hemisfério Ocidental, Turma 48 do Colégio Interamericano de Defesa, Colégio de Guerra da Colômbia e militares do Hemisfério.

Cooperação com países Observadores Permanentes

Por intermédio do Escritório Executivo, o Secretário manteve reuniões com altos funcionários dos governos da Espanha e Rússia para reforçar os vínculos de cooperação relacionados com segurança multidimensional dos países do Hemisfério bem como com o Diretor do Centro Regional de Armas Pequenas e Armamentos Leves (RECSA), do Quênia, o Diretor para a América Latina da Comissão Européia e a Universidade de Oslo, Noruega.

2.5.1 Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional

O Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional (DCPPSM) foi criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 4, de 2007, e é responsável pelas atividades técnicas e administrativas da Secretaria bem como pela alocação de recursos para todos os programas, de acordo com a Ordem Executiva 08-01 Rev. 2, de 2008. O Diretor do Departamento assessorou o Secretário-Geral e o Secretário de Segurança Multidimensional em todos os assuntos relacionados com os temas de segurança e defesa nas Américas e no que diz respeito à coordenação das dependências da SSM em temas transversais de segurança e defesa e a programas sobre políticas hemisféricas para fortalecer a segurança na Região.

Comissão de Segurança Hemisférica

Como Secretaria Técnica da Comissão de Segurança Hemisférica, o DCPPSM foi responsável pelo planejamento e coordenação das reuniões da Comissão e elaborou relatórios e documentos técnicos vinculados aos temas considerados em apoio às autoridades da Comissão, inclusive o Terceiro Fórum sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança [AG/RES. 2270 (XXXVII-O/07)], realizado em 14 de março de 2008.

Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais

Como Secretaria Técnica da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, encarregou-se do planejamento e coordenação das reuniões da Convenção e elaborou relatórios e documentos técnicos vinculados aos temas considerados em apoio às autoridades da Convenção, inclusive a Segunda Reunião dos Estados Partes na Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais em preparação para a Primeira Conferência dos Estados Parte a ser realizada em 2009, que teve lugar em 14 de abril de 2008.

Junta Interamericana de Defesa

Manteve relações de cooperação com a Junta Interamericana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa, com vistas ao cumprimento do mandato da CP/RES.900 (1532/06) de instituir a Junta Interamericana de Defesa (JID) como “entidade” da Organização com base no artigo 53 da Carta da

OEA e executou atividades em apoio à incorporação dos processos administrativos da JID aos da Secretaria-Geral. Também fortaleceu as relações de cooperação com a JID e o Colégio Interamericano de Defesa, destinadas ao cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral relacionados com a aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança bem como ao desenvolvimento do sistema de informação eletrônica dos relatórios apresentados pelos Estados membros, em conformidade com as resoluções da Assembléia Geral sobre segurança hemisférica.

Coordenação de programas e projetos

Em coordenação com o Secretário de Segurança Multidimensional e com o Departamento de Planejamento e Acompanhamento, coordenou a avaliação da pertinência dos programas e projetos da Secretaria a serem executados com fundos específicos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão de Avaliação de Projetos. Prestou assistência ao Secretário de Segurança Multidimensional na coordenação do desenvolvimento das atividades de acompanhamento dos mandatos decorrentes da Assembléia Geral e dos aprovados nas diversas reuniões do CICTE, CICAD e DPS. Em especial, coordenou a avaliação de projetos da Secretaria financiados pela Espanha e pelo Canadá.

Seção de Apoio Administrativo

Realizou o diagnóstico dos processos administrativos das dependências da SSM, a fim de elaborar o plano de implementação da seção, de acordo com a Ordem Executiva 08-01 Rev.2, cuja responsabilidade engloba a prestação de serviços financeiros, orçamentários, informáticos, logísticos e de gestão de recursos humanos para a SSM.

Apoio técnico a programas e projetos e administração de recursos e pessoal da SSM

Em consulta com as dependências da SSM, preparou o projeto de orçamento-programa do Fundo Ordinário e formulou projeções de recursos externos para 2010. Coordenou a apresentação de todas as propostas de projetos para aprovação do Secretário-Geral. Também colaborou com o Secretário da SSM na produção, integração e execução de diferentes reuniões técnicas das dependências bem como na administração de recursos e pessoal de todos os departamentos da SSM.

Fortalecimento da cooperação internacional

Em coordenação com o Secretário de Segurança Multidimensional, promoveu mecanismos e espaços para o desenvolvimento de atividades destinadas a fortalecer a cooperação internacional para o combate às ameaças à segurança nacional e dos cidadãos no Hemisfério. Manteve estreita colaboração com órgãos internacionais, regionais e sub-regionais, como o Escritório contra a Droga e o Crime das Nações Unidas (UNODC), o Departamento para Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas (DAD), a Comissão dos Entorpecentes das Nações Unidas, o Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz, de Estocolmo (SIPRI), a INTERPOL, a Agência de Implementação em Matéria de Criminalidade e Segurança (IMPACS), entre outros, bem como com organizações não-governamentais e o sector privado, na área de segurança.

2.5.2 Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) foi criada pela Assembléia Geral em 1986. Apóia-se nos princípios e objetivos enunciados no Programa

Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1986, bem como na Estratégia Antidrogas no Hemisfério, de 1996. De acordo com os Estatutos da Comissão e a Ordem Executiva 08-01, Rev. 2, dispõe de uma Secretaria Executiva em nível de departamento.

O programa de combate às drogas da CICAD é dividido em seis áreas de ação: Redução da Demanda; Desenvolvimento Educacional e Pesquisa; Redução da Oferta e Desenvolvimento Alternativo; Combate à Lavagem de Dinheiro; Fortalecimento Institucional; Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM); e Observatório Interamericano de Drogas.

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

Em 2008 o MAM apresentou o relatório hemisférico “Avaliação do Progresso do Controle de Drogas 2005-2006”, quarta edição de uma série de relatórios sobre as realizações conjuntas dos Estados membros no combate às drogas, de uma perspectiva regional. O Grupo de Peritos Governamentais também deu início à avaliação da implementação das recomendações decorrentes da Quarta Rodada do MAM. Essas avaliações serão publicadas em 2009.

Observatório Interamericano de Drogas (OID)

Concluindo vários anos de trabalho de campo e assistência técnica, o Observatório Interamericano de Drogas (OID) publicou um estudo comparativo do consumo de drogas na população de 15 a 64 anos em seis países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Peru e Uruguai), elaborado em colaboração com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC). Esse estudo, intitulado “Elementos para a orientação das políticas públicas sobre drogas na sub-região”, ajudará as autoridades nacionais a compreender os padrões de consumo de drogas nos respectivos países no âmbito regional e mundial e, por outro lado, a adotar as medidas e políticas de controle adequadas. Um dos estudos epidemiológicos que o OID pretende realizar visa ao consumo de drogas na população universitária dos países da Comunidade Andina, com ênfase nas drogas sintéticas. O estudo será conduzido pela CICAD, com financiamento da União Européia, como resultado de uma licitação pública internacional adjudicada ao OID.

Como parte de um projeto conjunto com o Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (NIDA), dos Estados Unidos, o OID concedeu 20 bolsas de estudo para a preparação de teses de pós-graduação. A CICAD ganhou um concurso internacional para a realização de um estudo epidemiológico sobre consumo de drogas, financiado pela União Européia.

Redução da Demanda

A fim de melhorar a qualidade e a disponibilidade do tratamento da dependência de drogas no âmbito local, a Seção de Redução da Demanda realizou o Primeiro Fórum de Representantes Municipais da América Latina, Caribe (24 cidades) e Europa (19), em março, em São Domingos. Esse programa, financiado pela Comissão Européia no período 2007-2009, possibilita à CICAD promover o desenvolvimento de normas e intercâmbios técnicos sobre boas práticas no tratamento da dependência de drogas, inclusive as alternativas à prisão de infratores com consumo problemático.

A Seção também registrou realizações significativas ao estabelecer normas profissionais para o pessoal dedicado ao tratamento da dependência de drogas na América Central, em especial para os

que atendem aos dependentes nos centros juvenis de detenção e nos centros de ONG. Formulado e experimentado em El Salvador, esse programa foi estendido à Guatemala em 2008. Até o momento foram capacitados 400 assistentes terapêuticos. Planeja-se implementar o projeto na Costa Rica, Honduras e Nicarágua em 2009. Em El Salvador o governo assumiu o compromisso e já começou a elaborar o processo de certificação dos profissionais que concluíram a capacitação.

Baseado no trabalho do Grupo de Peritos em Redução da Demanda, a CICAD aprovou as “*Diretrizes hemisféricas da CICAD em prevenção do consumo de drogas e álcool no local de trabalho*”.

Fortalecimento Institucional

O novo programa de fortalecimento institucional, Saúde e Vida nas Américas (SAVIA), dá seqüência a diversos programas anteriores e destina-se a fortalecer, na área do tratamento e prevenção da dependência de drogas, a capacidade institucional na esfera local da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Uruguai. Graças ao financiamento do Governo da Espanha, o programa subvenciona diretamente os municípios em projetos específicos de tratamento e prevenção.

Desenvolvimento Educacional e Pesquisa

A Seção de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa prestou assistência técnica a mais de 50 universidades da América Latina na incorporação do tema drogas aos currículos das escolas de enfermagem, educação, saúde pública e medicina. Também apoiou programas regionais de capacitação na área de redução da demanda.

Combate à Lavagem de Dinheiro

Em resposta a pedidos dos Estados membros, a Seção de Combate à Lavagem de Dinheiro desenvolveu um programa de assistência técnica e melhores práticas para colaborar com os governos na gestão e administração de bens apreendidos e confiscados de narcotraficantes e praticantes de lavagem de dinheiro. No início o projeto foi executado em conjunto com os governos da Argentina, Chile e Uruguai e a CICAD destacou no Escritório da OEA em Montevidéo um coordenador de projeto em tempo integral. A unidade renovou o conteúdo do programa de julgamentos simulados sobre lavagem de dinheiro, executado em conjunto com o Escritório contra a Droga e o Crime (Colômbia), de maneira a oferecer aos operadores de justiça – com a assistência de consultores espanhóis e chilenos – a oportunidade de conduzir um caso judicial de lavagem de dinheiro.

Redução da Oferta

As drogas sintéticas, como a metanfetamina e o *ecstasy*, representam uma ameaça crescente para os países do Hemisfério em virtude da relativa facilidade de produção e das conseqüências nocivas do uso dessas drogas. Um programa de capacitação iniciado pela Seção de Redução da Oferta em colaboração com a Real Polícia Montada do Canadá possibilitou que se sensibilizasse e informasse os países sobre esse novo problema. Desse modo, autoridades policiais, promotores, químicos e outros profissionais com responsabilidade no controle de drogas adquiriram conhecimentos e habilidades especiais e necessárias para implementar controles efetivos da produção e distribuição de drogas sintéticas. Por outro lado, a Seção treinou mais de 900 policiais em outros temas de grande importância para a repressão do fenômeno, como inteligência operacional e estratégica em operações de combate às drogas; segurança nos portos; distribuição ilícita pela Internet de drogas controladas

internacionalmente; e manejo e disposição de produtos químicos utilizados na elaboração de drogas ilícitas.

Desenvolvimento Alternativo, Integral e Sustentável

A CICAD concentrou-se em apoiar a obtenção de produtos alternativos em áreas de cultivos ilícitos. O Grupo de Peritos da CICAD elaborou um manual sobre melhores práticas para fortalecer as associações de produtores de cultivos alternativos. Entre outras iniciativas, foi executado um projeto piloto sobre o uso da metodologia de escolas agrícolas em trabalhos de extensão com os agricultores de cacau no Peru e uma pesquisa científica sobre os riscos potenciais da fumigação aérea utilizada na erradicação dos cultivos de coca na Colômbia para a saúde humana e o meio ambiente.

Fortalecimento da CICAD e parcerias estratégicas

O trabalho da CICAD foi enriquecido mediante as diversas parcerias estabelecidas com outros organismos especializados, como o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), a Comissão Européia, o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência (OEDT), a Comunidad Andina de Nações, a Comissão Permanente da América Central para a Erradicação da Produção, Tráfico, Consumo e Uso Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (CCP), a INTERPOL, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Real Polícia Montada do Canadá, a Alfândega Francesa, o Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD), o Grupo de Ação Financeira do Caribe (GAFIC) e o Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas dos Estados Unidos (NIDA), entre outras. São parceiros da CICAD em ações concernentes à sociedade civil a Aliança Empresarial para o Comércio Seguro (BASC), a Fundação Internacional dos Lions Clubes, a Fundação Mundial do Cacau, a Microsoft e a Fundação para as Américas. Esses parceiros, juntamente com os Estados membros e algumas municipalidades européias e latino-americanas, possibilitaram um substancial aumento de contribuições à CICAD tanto em dinheiro quanto em espécie.

2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo

Em 2008 a Secretaria realizou 115 diferentes atividades, como capacitação e assistência técnica, de que se beneficiaram mais de 2.700 participantes, por meio de nove programas em cinco áreas: controles fronteiriços, proteção da infra-estrutura crítica, assistência legislativa contra o terrorismo e financiamento do terrorismo, gestão de crises de novas ameaças terroristas e cooperação internacional.

Controles fronteiriços

A expansão de parcerias, uma das grandes realizações do **Programa de Segurança da Aviação**, propiciou a capacitação de 363 funcionários quanto às normas internacionais da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), por meio de 26 cursos e oito bolsas de estudo para cursos da própria OACI. Por intermédio da Administração de Segurança do Transporte dos Estados Unidos (TSA) e da OACI, dispensou-se maior atenção à avaliação das necessidades de capacitação e da respectiva coordenação. Os novos projetos incluem peritos do Canadá, Espanha e Israel.

O **Programa de Segurança Marítima e Portuária** continua a ser o maior e mais complexo da Secretaria; mantém parcerias com o setor privado; com o Serviço da Guarda Costeira dos Estados

Unidos; com o Ministério dos Transportes do Canadá e com outros dois departamentos da OEA: CICAD e CIP. Mediante a execução de três projetos, a Secretaria ministrou capacitação sobre o Código Internacional para a Proteção de Barcos e Instalações Portuárias (ISPS) da Organização Marítima Internacional (OMI) para 1.251 funcionários. Sete países beneficiaram-se do projeto de avaliação das necessidades de capacitação e treinamento subsequente: Jamaica, Guiana, Bahamas, Guatemala, Honduras, Trinidad e Tobago e São Vicente e Granadinas. Foram realizados três exercícios de gestão de crises na Colômbia, Peru e Trinidad e Tobago e iniciados os preparativos para o que terá lugar no Chile em 2009. A Secretaria promove uma metodologia de “capacitação de instrutores” com o objetivo de desenvolver uma rede hemisférica de peritos. A nova série de *Workshops Sub-Regionais sobre Melhores Práticas em Segurança Portuária e o Código ISPS* foi iniciada com um primeiro workshop no Brasil, em junho, para participantes dos países andinos, seguido em novembro por um segundo workshop realizado na Guatemala para a América Central, México e República Dominicana. A Secretaria encontra-se no processo de organizar workshops sub-regionais para a apresentação e eventual implementação do Manual da APEC sobre Práticas e Exercícios em Segurança Portuária, o que contribuirá para a importante medida de padronizar os procedimentos nessa área em 50 países da América e da Ásia.

Na esfera do **Programa de Imigração e Alfândegas**, a Secretaria concluiu em 2008 as atividades dispostas em dois memorandos de entendimento. O Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP) realizou *uma avaliação e sessões de capacitação de acompanhamento* em Barbados. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) conduziu avaliações para o CICTE no Suriname e Santa Lúcia, com o objetivo de melhorar a eficácia dos sistemas de gestão fronteiriça e dos processos de migração. Concluiu-se, desse modo, a avaliação de um total de dez países no Caribe. O programa capacitou 70 participantes, computadas as avaliações adicionais feitas em 2008 por prestadores de serviço independentes da Secretaria na Dominica e nas Bahamas.

Por meio do projeto de *Workshops Sub-Regionais sobre Melhores Práticas em Segurança de Documentos de Viagem*, do **Programa de Segurança de Documentos e Prevenção de Fraude**, a Secretaria promoveu as normas internacionais da OACI sobre documentos de viagem de leitura mecânica e o banco de dados da INTERPOL sobre documentos de viagem roubados e extraviados. Um primeiro workshop foi realizado em El Salvador para os países da América Central, México e República Dominicana e um segundo evento teve lugar na Colômbia para os países andinos. Num segundo projeto, a Secretaria organizou dois *workshops sobre a detecção de documentos fraudulentos e falsificadores* com peritos do Laboratório Forense de Documentos do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS/ICE). O primeiro evento foi organizado no Brasil para 44 policiais federais e um segundo foi destinado a 33 funcionários de alfândegas, imigração, encarregados de passaportes e policiais do México. O objetivo dos workshops foi aumentar a capacidade de detectar documentos de viagem fraudulentos e, desse modo, melhorar os controles fronteiriços e a comunicação institucional entre funcionários de controles fronteiriços e alfândegas. Um total de 144 funcionários foi capacitado mediante esse programa.

Assistência legislativa e financiamento do terrorismo

O programa de assistência legislativa e o programa de combate ao financiamento do terrorismo foram executados em conjunto em 2008, proporcionando capacitação a 651 procuradores, juízes, legisladores e pessoal da polícia. Em maio, a Secretaria organizou, juntamente com o Escritório contra a Droga e o Crime das Nações Unidas (UNODC), uma *Conferência Ministerial* no Panamá

para a América Central, México, República Dominicana, Colômbia e Peru sobre “A cooperação internacional contra o terrorismo e a criminalidade transnacional”. A Secretaria e o UNODC também conduziram duas *missões de assistência técnica legislativa* na Guatemala; *um curso especializado de capacitação legislativa* para procuradores, juízes e policiais em El Salvador e dois *workshops especializados em lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo* no Brasil e Argentina. Em outubro, a Secretaria organizou juntamente com o UNODC e a Secretaria da *Commonwealth* um workshop sub-regional para os países do Caribe sobre o financiamento do terrorismo, que representou uma grande contribuição aos esforços de legislação do Caribe.

Proteção da infra-estrutura crítica

O **Programa de Segurança Cibernética** para o período 2008-2010 deu andamento à implementação da Estratégia Integral de Segurança Cibernética da OEA, de 2004, e capacitou 165 pessoas. A Secretaria concluiu o primeiro ciclo de capacitação para a criação de Equipes de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (CSIRT) mediante três workshops sub-regionais: América Central, México, República Dominicana (abril); países andinos (maio); e países do Caribe (dezembro). Com a assistência técnica do Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS), a Secretaria lançou um projeto piloto com cinco países, em janeiro, para testar uma rede eletrônica de CSIRT com apoio do servidor seguro da OEA. O projeto culminou num workshop de dois dias na OEA em novembro, em que peritos de 16 países acordaram unir-se para usar e promover a rede hemisférica de CSIRT.

O **Programa de Segurança do Turismo** entrou em nova fase em 2008 em atendimento às recomendações de uma Reunião de Peritos e a aprovação do Oitavo Período Ordinário de Sessões do CICTE para a expansão do programa a todo o Hemisfério. O primeiro contrato celebrado referiu-se a uma capacitação em Trinidad e Tobago em 2009. Foram realizadas consultas em Acapulco, Cancún e Cozumel, México, como parte da preparação para a implementação de capacitação em 2009. A Secretaria participou pela primeira vez do Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas sobre Proteção de Objetivos Vulneráveis, que escolheu o projeto do CICTE no México como uma de duas oportunidades para testar os princípios do Grupo para o desenvolvimento de parcerias entre os setores público e privado. Foram iniciadas as consultas com o Departamento de Comércio e Turismo da OEA e parceiros internacionais para a elaboração de um currículo acadêmico sobre segurança do turismo.

Cooperação e parcerias internacionais

Os parceiros internacionais da Secretaria vêm-se valendo cada vez mais de sua experiência como expositor e de sua participação como especialista em conferências, o que oferece excelentes oportunidades para promover a cooperação internacional sobre políticas e programas. A Direção Executiva do Comitê contra o Terrorismo (CTED) da ONU referiu-se à Secretaria do CICTE como o melhor modelo regional de cooperação internacional nessa área: solicita assiduamente a cooperação da Secretaria para o cumprimento de seus mandatos e participa das atividades por ela organizadas. A Secretaria representou a OEA como organização internacional em seminários e reuniões da ONU relacionados com a Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo aprovada pela Assembléia Geral em 2006 e revisada em Nova York em 4 de setembro de 2008. Com o UNICRI a Secretaria estabeleceu uma rede hemisférica de Pontos Nacionais Focais para Segurança em Grandes Eventos. A INTERPOL e a OACI convidam regularmente a Secretaria para participar de reuniões e conferências. Em setembro, a Secretaria presidiu uma sessão da Organização para a Segurança e

Cooperação na Europa (OSCE) sobre infra-estrutura crítica e segurança de grandes eventos – duas áreas em que o CICTE e a OEA têm sido líderes. O pessoal da Secretaria participa freqüentemente das reuniões do Comitê de Peritos Europeus em Terrorismo (CODEXTER) do Conselho da Europa. A Secretaria foi convidada pelo Comando Sul dos Estados Unidos para participar do exercício marítimo PANAMAX sobre um cenário de terrorismo, organizado juntamente com o Governo do Panamá, que envolveu 7.000 participantes e 22 países. A Secretaria continua a acentuar a cooperação internacional com outras entidades, inclusive a APEC, a Secretaria da Commonwealth e a CARICOM.

2.5.4 Departamento de Segurança Pública

O Departamento de Segurança Pública realizou atividades de assessoramento, cooperação técnica e capacitação mediante a Seção sobre a Criminalidade Organizada Transnacional, a Seção de Políticas de Segurança Pública e o Escritório de Ação Humanitária contra Minas.

Seção sobre a Delinqüência Organizada Transnacional

- **Criminalidade Organizada Transnacional**

No âmbito do Plano de Ação Hemisférico contra a Delinqüência Organizada Transnacional, o Departamento organizou workshops-seminários em El Salvador, Guatemala e Honduras para capacitar juízes, promotores e policiais na área de técnicas especiais de investigação. Também envidou esforços por incentivar na esfera regional a implementação da lei modelo sobre proteção de testemunhas, preparado em conjunto com o UNODC e a OEA, e prestou serviços de secretaria à Presidência do Grupo Técnico contra a Criminalidade Organizada Transnacional.

- **Armas de Fogo**

O Departamento, juntamente com o Governo do México, organizou a Segunda Conferência dos Estados Partes na CIFTA, realizada na Cidade do México em 20 e 21 de fevereiro de 2008. Como resultado dessa conferência, os Estados aprovaram o Compromisso de Tlatelolco, que determinou ações concretas em quatro áreas principais para fortalecer a implementação da CIFTA no âmbito nacional e regional: a implementação legislativa, a cooperação e o intercâmbio de informações; a implementação e assistência técnica; e o acompanhamento.

Juntamente com a Presidência *pro tempore*, o Departamento organizou a Nona Reunião da Comissão Consultiva da CIFTA (Washington, 9 de maio de 2008), em que os Estados aprovaram legislação modelo sobre medidas legislativas para estabelecer delitos penais referentes à fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e materiais correlatos bem como ao fortalecimento dos controles nos pontos de exportação.

A Secretaria Técnica participou de seminários e workshops: “Violência armada e desenvolvimento” (Antígua, Guatemala, 28 a 30 de abril de 2008); “Criando sinergias entre organizações regionais para implementar o Programa de Ação da ONU” (Bruxelas, 28 a 30 de maio de 2008); “Terceira Reunião Bienal de Estados para Considerar o Programa de Ação da ONU sobre Armas de Fogo” (Nova York, 14 a 18 de julho de 2008); e “Reunião Consultiva

sobre o Desenvolvimento de Normas para o Controle de Armas de Fogo” (Genebra, Suíça, 24 e 25 de novembro de 2008).

- Tráfico de Pessoas

O Departamento organizou em 2008 treze seminários de capacitação destinados a funcionários governamentais, à sociedade civil e a organismos internacionais sobre conscientização e aspectos relacionados com a prevenção, a criminalização e a proteção de vítimas do tráfico de pessoas.

O seminário “Capacitação - conscientização sobre o tráfico de pessoas no Caribe” (Santa Lúcia, fevereiro de 2008), capacitou parlamentares e membros das forças de segurança do Caribe de língua inglesa quanto aos mecanismos para identificar e proteger vítimas do tráfico de pessoas. Como parte do “Programa de Treinamento em Prevenção e Proteção de Vítimas do Tráfico de Pessoas para Pessoal das Forças de Paz de Nações Unidas”, o Departamento organizou cinco workshops acerca dos códigos internacionais de conduta do respeito aos direitos humanos, aspectos de gênero e identificação de vítimas do tráfico. Prestou assistência a pessoal militar e das forças de segurança prestes a integrar missões de paz (Uruguai, março de 2008; Guatemala, maio de 2008, participaram El Salvador, Honduras e República Dominicana; Peru, junho de 2008, participaram Equador e Bolívia; Chile, novembro 2008; Argentina, dezembro de 2008, participou o Paraguai).

Como parte do “Programa de Treinamento sobre Tráfico de Pessoas para Pessoal Consular”, organizou sete workshops destinados a pessoal consular e diplomático e a entidades de governos afins, a fim de identificar co-nacionais vítimas de tráfico de pessoas e prestar-lhes assistência (Bolívia, junho de 2008; Equador e Paraguai, julho de 2008; Nicarágua e Honduras, agosto de 2008; Guatemala, setembro de 2008, e República Dominicana, outubro de 2008).

O Departamento participou de diversos eventos sobre o combate ao tráfico de pessoas nas Américas, suas realizações e desafios: Combatendo o tráfico de menores de idade (Espanha, janeiro de 2008); Fórum Mundial contra o Tráfico (Áustria, fevereiro de 2008); Segundo Congresso de Polícias para Pessoas Perdidas (Equador, abril de 2008); Melhoramento das Condições das Vítimas de Tráfico de Pessoas (Embaixada do Canadá, Washington, D.C.); Terceira Conferência Anual contra o Tráfico de Pessoas (Flórida, Estados Unidos, maio de 2008); Reunião Preparatória contra a Exploração Mundial Infantil (Argentina, agosto de 2008); e Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental (*Catholic Relief Services*, novembro de 2008).

Seção de Políticas de Segurança Pública

Foi convocada em abril de 2008 a Primeira Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas (MISPA I), realizada em outubro de 2008 na Cidade do México. Para essa reunião, o Departamento preparou um diagnóstico regional, “Segurança Pública: Situação e Políticas nas Américas”, que serviu de base ao Secretário-Geral da OEA para a apresentação do documento “A Segurança Pública nas Américas: obstáculos e desafios”. Paralelamente, organizou reuniões com organizações acadêmicas e da sociedade civil com a finalidade de determinar uma estratégia regional destinada a reduzir os níveis vigentes de crime e violência.

A MISPA I aprovou a Declaração Política “Compromisso pela Segurança nas Américas”, centrada nos mecanismos de ação para atuar em cinco áreas prioritárias: gestão da segurança pública,

prevenção da criminalidade, da violência e da insegurança, gestão policial, participação cívica e comunitária e cooperação internacional.

- Programa Interamericano de Capacitação Policial

Juntamente com a Polícia de Investigações do Chile (PDI), foi realizado o curso de “Responsabilização e Modernização Policial” (maio de 2008), em Santiago, Chile. O objetivo do curso foi conhecer e relatar experiências referentes à implementação de políticas de “responsabilização policial” no contexto de modernização das forças de segurança pública. O curso contou com a participação de 24 participantes de 17 Estados da Região.

- Quadrilhas

No âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica, foi realizada uma sessão especial para análise do fenômeno das quadrilhas criminais (AG/RES. 2299). O Departamento apresentou o estudo sobre “Definição e classificação de quadrilhas”, base para a elaboração de políticas de prevenção e controle do cumprimento da lei.

A pedido do Governo de Antígua e Barbuda, foi organizada uma missão da Secretaria-Geral para realizar um diagnóstico e propor recomendações, que serviu de base para uma segunda missão e para a elaboração de um programa para os países do Caribe.

- Sistemas Penitenciários e Carcerários

A Segunda Reunião de Autoridades Responsáveis pelas Políticas Penitenciárias e Carcerárias dos Estados membros da OEA teve lugar em Valdivia, Chile, (26 a 28 de agosto de 2008 - AG/RES 2266).

As recomendações e conclusões dessa reunião consideraram os instrumentos internacionais sobre direitos aplicáveis às pessoas privadas de liberdade; reconheceram a importância do documento elaborado pela CIDH, “Princípios e boas práticas sobre a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas”; e recomendaram a adoção de medidas, diretrizes e políticas relacionadas com: reinserção social, condições de privação de liberdade (alternativas à prisão), supervigilância, transparência e monitoramento, cooperação internacional, situação de saúde, assistência jurídica, comunicação com o exterior e capacitação do pessoal penitenciário, entre outros.

O Departamento participou de seminários e eventos internacionais: workshop “Iniciativas para a prevenção do crime e da violência na América Central: colaboração interinstitucional” (Banco Mundial e Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência - IACPV, Washington, 25 de abril de 2008); workshop de treinamento sobre reformas do sistema de segurança – SSR - (Ottawa, Canadá, 26 a 28 de fevereiro), seminário sobre prevenção das condutas de risco entre a juventude ibero-americana – Décima Oitava Cúpula Ibero-Americana (na Cidade do México, México, 16 e 17 de outubro de 2008); reunião anual da Aliança contra a Violência (*Violence Prevention Alliance*) (Washington D.C., 3 e 4 de dezembro de 2008).

Escritório de Ação Humanitária contra Minas

O Escritório de Ação Humanitária contra Minas administra o Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA) e presta assistência aos governos da Colômbia, Nicarágua, Equador e Peru na execução e administração dos respectivos planos nacionais de ação contra minas. O AICMA oferece equipes especializadas; apoio logístico, administrativo e operacional; treinamento de pessoal nacional; assessoramento técnico; monitoramento internacional; assistência a sobreviventes de acidentes de minas antipessoal; e informação sobre o risco das minas às populações afetadas.

Em 2008, na Nicarágua, o Escritório certificou a remoção de 6.317 minas, o que resultou na limpeza de mais de 200 mil metros quadrados de terras cultiváveis, e prestou assistência na reabilitação física e psicológica de 495 sobreviventes de minas. A Nicarágua cumpriu 97% do Plano Nacional de Remoção de Minas e prevê sua conclusão em 2009. Na Colômbia foram removidas 493 minas e explosivos, em cumprimento à Convenção de Ottawa, conseguindo-se desse modo a limpeza de 14 dos 35 campos minados sob controle do governo. Em 2008, o AICMA apoiou pela primeira vez a limpeza de zonas minadas por grupos ilegais nos departamentos de Antioquia e Bolívar, no total 75.037 metros quadrados, e a retirada de 100 minas e 261 artefatos explosivos semeados. Juntamente com organizações não-governamentais, o Escritório apoiou um projeto de reinserção socioeconômica para 35 sobreviventes de acidentes com minas. Na fronteira entre o Peru e o Equador foram removidas 750 minas e artefatos ao se proceder à limpeza de mais de nove mil metros quadrados de mata densa. O AICMA também apoiou 21 sobreviventes de minas no Peru, ao mesmo tempo em que prestou assistência ao governo peruano na elaboração de um projeto que possibilite identificar e acolher todos os sobreviventes de minas antipessoal no país.

....

2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SAF)

n

A SAF foi criada pela Ordem Executiva 08/01 Rev. 2 (26 de novembro de 2008) e é constituída pelo Escritório do Secretário, pelos Departamentos de Serviços Orçamentários e Financeiros; Recursos Humanos; Serviços de Informação e Tecnologia; e Planejamento e Acompanhamento; e pelos Escritórios de Serviços de Compras e Serviços Gerais. O propósito da SAF é oferecer liderança e assessoramento a todas as atividades administrativas da Secretaria-Geral (SG/OEA), de acordo com os princípios internacionais dispostos sobre gerenciamento profissional, o que inclui a administração orçamentária e financeira de todas as atividades e contas da SG/OEA; assessoramento na administração e preparação de relatórios sobre a formulação e execução de programas; administração das instalações da SG/OEA; aquisição e contratação de bens e serviços; e administração do pessoal.

Escritório do Secretário

No período a que se refere este relatório, o Escritório do Secretário continuou a apoiar os órgãos políticos da Organização, principalmente a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), servindo de vínculo principal entre a CAAP e a Secretaria-Geral.

O Escritório do Secretário também estabeleceu coordenação com as diferentes áreas da Secretaria-Geral, em apoio aos seus programas, da perspectiva financeira e administrativa, liderando uma série de reformas destinadas a modernizá-la e a torná-la mais transparente.

O progresso de vários desses aspectos foi informado periodicamente aos Estados membros e à Direção Executiva por meio do novo “*Relatório trimestral sobre a administração de recursos na OEA*”. Esse documento informa sobre a execução das atividades da SAF e atende às recomendações da Junta de Auditores Externos da OEA.

2.6.1 Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF)

O DSPF prosseguiu em 2008 os esforços por cumprir suas metas imediatas e de longo prazo: 1) melhorar a qualidade, a utilidade e a transparência da informação financeira; 2) implementar políticas financeiras mediante a prestação de serviços financeiros que se adaptem às necessidades dos clientes; e 3) motivar o pessoal do Departamento por meio da criação de sinergias e da promoção da inovação no âmbito interno.

Apresentam-se a seguir algumas medidas importantes do DSPF em 2008

- a) Consolidação da política de recuperação de custos indiretos (ICR na sigla em inglês) e outros assuntos administrativos por meio da CAM.
- Maior transparência, maiores níveis de coleta de ICR, contribuição para o orçamento-programa do Fundo Ordinário e redução do risco ligado à taxa de juros, que foi decrescente em 2008.
- Melhoramento da comunicação com as Secretarias com respeito à gestão financeira de projetos.

- Aumento do esforço conjunto entre as Secretarias com respeito à arrecadação e utilização da recuperação de custos indiretos.
- Aprimoramento do trabalho em equipe entre as Secretarias a respeito de temas administrativos de interesse comum.

b) Portal Financeiro no OASCONNECT

O Portal Financeiro do DSPF, lançado preliminarmente em 2007, transformou-se num instrumento importante para transmitir a diversos usuários informações sobre as atividades, serviços e relatórios financeiros emitidos pelo Departamento, de maneira dinâmica, imediata e fácil de usar.

c) Manual Financeiro para Missões de Observação Eleitoral

O Manual Financeiro para Missões de Observação Eleitoral dispõe as funções e responsabilidades dos funcionários da área de finanças designados para Missões de Observação Eleitoral. Isso propicia uma redução de custos de processamento de informação financeira e o funcionamento fluido da atividade.

O Manual Financeiro para Missões de Observação Eleitoral faz parte da agenda de modernização e transformação da SG/OEA e do Compromisso no Nível de Serviço (SLA em inglês) que se oferece às áreas funcionais e aos doadores. O SLA estabelece uma expectativa comum sobre o nível esperado de serviços, responsabilidades e cumprimento financeiro, quanto ao desenvolvimento de programas e projetos. Uma aproximação sistemática e racionalizada permitirá que a SG/OEA focalize o esforço de avaliar resultados, execução e risco, reduzindo a gestão diária das transações rotineiras.

Resultados orçamentários da SG/OEA

- No decorrer de 2008 alguns eventos significativos ocorreram no âmbito orçamentário.
- Foi apresentado o projeto de orçamento-programa 2008, no total de US\$90,125 milhões, que inclui os ajustes obrigatórios de salários e aumentos por perda de poder aquisitivo nos gastos operacionais da Secretaria-Geral. Em termos reais, esse teto orçamentário é equivalente ao de US\$87,5 milhões, disposto pela Assembléia Geral na resolução AG/RES. 2353 (XXXVII-O/07).
- Em conformidade com o determinado pela resolução AG/RES. 2437 (XXXVIII-O/08), a Assembléia Geral foi convocada em sessão extraordinária em 2008 para considerar o teto do orçamento-programa 2009 e o respectivo financiamento.
- No Trigesimo Sexto Período Extraordinário de Sessões, realizado em 30 de setembro de 2008, a Assembléia Geral aprovou o esquema de financiamento do orçamento-programa referente ao período fiscal janeiro-dezembro 2009, no total de US\$90,125 milhões. A proposta do Secretário-Geral incluía um aumento das contribuições a título de cotas dos Estados membros, da ordem de 3%, o que em termos práticos significa um aumento de apenas US\$1,1 milhão sobre o nível alocado no período fiscal anterior. A resolução AG/RES. 1 (XXXVI – E/08) aprovou 3% de aumento nas contribuições a título de cota e também autorizou a Secretaria-Geral a utilizar

US\$6,8 milhões em recursos existentes no Subfundo de Reserva para complementar o financiamento do orçamento-programa 2009.

2.6.2 Departamento de Recursos Humanos (DRH)

O DRH deu continuidade em 2008 às ações de transformação e modernização em cumprimento aos seguintes objetivos: 1) implementar novos mecanismos de emprego; 2) modernizar as normas do pessoal; 3) integrar os principais processos de recursos humanos ao OASES; 4) criar novos instrumentos de recursos humanos; e 5) promover uma cultura de responsabilidade.

Destacam-se especialmente as realizações abaixo.

a) Implementação de novos mecanismos de emprego

A fim de agilizar e padronizar o processo de contratação de recursos humanos foi preparada uma proposta de simplificação de mecanismos de contratação que terá como resultado:

- a correta contratação de recursos humanos;
- o registro completo e confiável de todos os funcionários que trabalham para a SG/OEA;
- o procedimento de contratação padrão para todos os mecanismos;
- a redução de carga administrativa: eficiente uso de recursos;
- o pagamento de benefícios a funcionários locais em conformidade com as normas internacionais.

b) Modificação das Normas Gerais e do Regulamento do Pessoal

Com o propósito de atender às necessidades atuais da Organização, juntamente com o Departamento de Assuntos Jurídicos, foram preparadas diversas propostas de mudança nas Normas Gerais e no Regulamento do Pessoal com relação a: (i) mecanismos de contratação de recursos humanos; (ii) classificação de cargos; (iii) apelações; e (iv) avaliação de desempenho. Essas propostas visam a uma administração mais eficiente dos recursos humanos na Organização.

c) Integração dos principais processos de recursos humanos no OASES

- Participação efetiva no projeto de transformação STAMP (Projeto de Transformação e Modernização da SAF). Após a criação, em fevereiro de 2008, da hierarquia organizacional do sistema OASES, a equipe do STAMP também se empenhou em implementar a ferramenta de controle de cargos no interior do próprio sistema. Essa medida, juntamente com projetos futuros, possibilitará que se disponha de um sistema completo e automatizado de controle de cargos para o melhor planejamento e orçamento de recursos.
- Manuais de procedimento. Na tentativa de se manter a padronização e a otimização de processos, foram elaborados 30 manuais de procedimentos sobre temas relacionados com a administração de recursos humanos na Secretaria-Geral (SG) para uso interno do DRH. Esses manuais oferecerão informação padrão aos funcionários do Departamento, para a realização do trabalho diário e prestação de serviços eficientes aos funcionários.

- d) Criação de instrumentos de recursos humanos e aperfeiçoamento dos instrumentos em vigor
- Automatização de vistos. No início de 2008 foi implementado um novo sistema eletrônico de vistos, que reduziu em 50% o tempo de processamento para a renovação dos vistos G-4.
 - Sistema de avaliação de desempenho. Prosseguiu no decorrer do ano o processo de implementação do novo sistema de avaliação de desempenho. Acordou-se com a Comissão do Pessoal o funcionamento do sistema e, juntamente com o Departamento de Assuntos Jurídicos (DAL), sua criação, em conformidade com as normas do pessoal, a fim de conferir-lhe maior solidez e apoio administrativo.
 - Revisão das descrições de função do pessoal. Por meio de uma especialista externa em normas e padrões de classificação de cargos das Nações Unidas, foram revisados 49 cargos da SG/OEA. Como resultado, 33 cargos foram reclassificados e 16 permaneceram no mesmo nível.
 - Comunicação interna. A Seção de Recursos Humanos da Intranet enriqueceu-se em 2008, inclusive com seções sobre benefícios específicos e vistos, para facilitar aos funcionários o acesso à informação. Além disso, eventos organizados pelos diferentes departamentos da SG/OEA foram publicados na Intranet, o que lhes conferiu mais visibilidade e fez aumentar a participação dos funcionários nesses eventos.
 - Programa de estágio. O número de participantes aumentou em 19% em comparação com o ano anterior. O ano de 2008 marcou a institucionalização no programa do “Modelo de Conselho Permanente” (MOEA/PC) e a criação de um pacote eletrônico informativo de boas-vindas para os estagiários. A partir de julho foi instituída uma política que limita o número de estagiários por área em 10% do total do pessoal, com o objetivo de selecionar os candidatos mais qualificados e maximizar sua contribuição à Organização.
- e) Promoção de uma cultura de responsabilidade e de reconhecimento ao pessoal: principais atividades
- Treinamentos. 23 funcionários de diferentes áreas da Secretaria participaram de um curso piloto, voltado para os diretores da Organização, cujo conteúdo visa a intensificar habilidades gerenciais e de liderança.
 - Reconhecimento ao pessoal. Na cerimônia de manifestação de reconhecimento ao pessoal, foram agraciados funcionários por tempo de serviço, os que se apresentaram em 2007 e os que se destacaram em suas funções. A Associação do Pessoal entregou os prêmios Leo S. Rowe e Terry Woods.
 - Além do reconhecimento por excelência de desempenho e do treinamento piloto de habilidades gerenciais e de liderança, foram realizadas vários cafés da manhã entre membros do pessoal e o Secretário-Geral, em que os funcionários tiveram a oportunidade de formular sugestões para o melhoramento da SG, desse modo abrindo-se um canal de comunicação entre as partes.
 - Proteção constante do pessoal. A Unidade de Saúde continuou a trabalhar da perspectiva de promoção da saúde e prevenção da doença na Secretaria-Geral, mediante os seguintes programas: campanhas de vacinação contra gripe e injeção contra alergias, programas de prevenção do

câncer e a Feira da Saúde, que ofereceu diversos serviços médicos e a que compareceram funcionários em atividade, aposentados, membros das Missões e Delegações e seus familiares; o aumento da participação foi de 15% em comparação com o ano anterior.

2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (DOITS)

Principais realizações do DOITS em 2008

- Racionalização, atualização e modernização tecnológica de toda a infra-estrutura de que a Organização dispõe em informática e comunicações; consolidação física de servidores e bancos de dados; modernização tecnológica do OASES; e desenvolvimento de 12 novas aplicações até a implementação de um novo sistema de correio de voz (voice mail).
- Consolidação do desenvolvimento e implementação da Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para a Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação, que é administrada, monitorada e mantida por esse Departamento. Esse projeto dispõe de financiamento do Fundo Espanha e foi desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Assuntos Jurídicos da OEA.
- Análise, formulação e implementação da primeira fase do sistema de informação para a gestão de casos individuais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em cumprimento às diretrizes recebidas na Assembléia Geral realizada no Panamá. Esse projeto dispõe de financiamento do Fundo Espanha e vem sendo desenvolvido juntamente com essa Comissão.
- Início do funcionamento da primeira sala multimídia da Organização, com possibilidades múltiplas de trabalho, inclusive o uso de diferentes tecnologias para a realização de videoconferências, que vem sendo utilizada por diversas áreas.
- Criação da Seção de Segurança Informática, como resposta à crescente necessidade de combater de maneira preventiva a atividade criminosa cada vez mais presente na informática no âmbito mundial.
- Criação da Seção de Garantia de Qualidade de Software em atendimento à crescente e sustentada demanda da Organização no que se refere a novos produtos informáticos.
- Desenvolvimento, em conjunto com o Departamento de Conferências da Organização, de um novo sistema para a administração/monitoramento e gestão das sessões que se realizem no Salão Simón Bolívar, na tentativa de implementar o conceito paper less, inclusive o uso de novas tecnologias da informação.

2.6.4 Departamento de Planejamento e Acompanhamento

O Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação foi criado mediante a Ordem Executiva 05-15 e incorporado à nova estrutura organizacional determinada pela Ordem Executiva 05-13, com o propósito de coordenar os processos de planejamento, controle e avaliação da SG e das secretarias, departamentos e escritórios a ela subordinadas, desenvolver e administrar os instrumentos que

possibilitem uma gestão articulada desses processos e negociar a programação e o controle orçamentário em coordenação com a SAF.

Em dezembro de 2008, o Departamento, com a denominação de Departamento de Planejamento e Acompanhamento, foi incorporado à SAF. Atualmente compõe-se de duas seções: Apoio à Gestão de Projetos e Apoio ao Planejamento e ao Acompanhamento.

Por reiterados mandatos da Assembléia Geral quanto à avaliação e controle de resultados, o Departamento oferece apoio na criação de sistemas adequados de planejamento, controle e avaliação que possibilitem aos Estados membros acompanhar a programação e o controle orçamentário e no desenvolvimento de uma matriz de avaliação de programas e projetos que atenda aos mandatos dispostos pelos órgãos políticos e às vantagens comparativas da Organização.

Nesse sentido houve recomendações expressas da Junta de Auditores Externos e de outras instituições vinculadas ao Sistema Interamericano.

Atividades realizadas em 2008

As atividades principais consistiram em: a) atuar como Secretaria Técnica da Comissão de Avaliação de Projetos; b) prestar assistência a todas as áreas da SG na formulação e acompanhamento de projetos ; c) desenvolver instrumentos para o monitoramento e avaliação de projetos; d) oferecer assistência na formulação do orçamento-programa 2009 e do plano operacional 2010; e) apoiar o acompanhamento dos resultados alcançados em 2008; e f) desenvolver um sistema de planejamento e acompanhamento operacional no âmbito de um painel de informação gerencial.

O Departamento encarrega-se da gestão do Fundo Espanha-OEA, para o que mantém relações permanentes com diferentes dependências do Ministério de Assuntos Externos e Cooperação, por intermédio da Missão Permanente da Espanha junto à OEA.

Também coordenou a formulação do Plano ACDI-OEA e para essa finalidade vem mantendo relações regulares com a ACDI por intermédio da Missão Permanente do Canadá.

Foram realizadas aproximadamente dez reuniões semanais (500 anuais) com profissionais e técnicos das diferentes áreas da SG, com vistas à assistência na formulação e acompanhamento de projetos.

Foram realizadas também cerca de 150 reuniões com profissionais e técnicos das diferentes áreas da SG, visando à assistência na formulação do plano operacional 2010 e no acompanhamento do plano operacional 2008.

Cumpre salientar a realização de quatro workshops de capacitação em gestão de projetos para pessoal da SG.

Realizações mais significativas

- a) Fortalecimento da capacidade de prestação de contas da SG mediante o desenvolvimento de um painel de informação gerencial com módulos interiores de planejamento e acompanhamento operacional.

- b) Melhoria progressiva da qualidade dos projetos formulados pelas áreas que constituem a SG.
- c) Primeiro relatório de acompanhamento dos projetos aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos

2.6.5 Escritório de Serviços de Compras

Área de Ativos Fixos

- Com o propósito de modernizar e integrar o banco de dados da SG/OEA, o novo módulo de ativos fixos no OASES foi instalado de maneira independente e o pessoal chave de todas as áreas da SAF recebeu treinamento da Oracle University. A migração de dados históricos está programada para janeiro de 2009.
- Foi preparado o projeto do manual para inventários de acordo com as normas orçamentárias e financeiras.
- Resumo das atividades mais importantes

Custo de bens novos	US\$957.709
Bens novos recebidos e registrados no novo sistema do Oracle	1.242
Bens eliminados do banco de dados	8.021
Entregas diversas	9.440
Bens inventariados fisicamente (todos os edifícios da sede)	1.600
Bens atualizados por inventários físicos e por mudanças	4.006

Seção de Compras

- a) Sistema Gerencial Oracle (OASES)
 - Foram aprovadas ações num valor superior a US\$120 milhões no processamento de 37.600 requisições que geraram 39.377 ordens de compra.
 - Foram atendidos mais de 2.250 pedidos do sistema de atendimento ao cliente.
 - Em coordenação com o DHRS, o OPS certificou aproximadamente 50 usuários no sistema OASES.
 - Foi adjudicado à empresa OfficeMax o contrato de fornecimento de material de escritório, com economia estimada superior a US\$10 mil por ano.
- b) Atividades de contratos, seguros, licitações
 - Foram realizadas 25 licitações formais e outras sete para outros organismos. O montante total de adjudicação de licitações foi superior a US\$4,6 milhões.

- Em fins de 2008 foi publicado o “Guia para licitações formais e o processo de avaliação”, que modificou o regulamento de compras para elevar de US\$30 mil para US\$50 mil o limite a partir do qual as aquisições requerem licitações formais.
- c) Assistência às Missões de Observação Eleitoral
- Pessoal desse escritório realizou visitas preliminares em apoio à Secretaria de Assuntos Políticos nas atividades relacionadas com a área de compras das Missões de Observação Eleitoral executadas em vários Estados membros.

Seção de Viagens

- Coordenou a compra de 4.149 passagens por meio da empresa *Omega Travel*, num montante aproximado de mais de US\$4 milhões. Para essas viagens, também se procedeu ao processamento de aproximadamente 700 vistos.
- Articulou a implementação em 2008 da *American Express* como entidade central financeira para o processamento do pagamento das compras de passagens, o que possibilitou um processo sem interrupção das transações, um melhor controle e uma ferramenta adicional para a apresentação de relatórios.

2.6.6 Escritório de Serviços Gerais

De acordo com a Ordem Executiva 08-01 Rev. 2, de 26 de novembro de 2008, o Escritório de Serviços Gerais (SAF/OGS) “por intermédio do Secretário de Administração e Finanças, atua como o escritório assessor da Secretaria-Geral e dos órgãos políticos com respeito a todos os assuntos administrativos relacionados com os planos, políticas, procedimentos e normas da administração e manutenção de edifícios, a coordenação dos serviços de mensageria, correio e transporte bem como com a prestação de serviços de segurança a todo o pessoal, visitantes, delegados, edifícios e arquivos da Secretaria-Geral”. O Escritório é também responsável pela administração e supervisão do arrendamento de espaços de escritório a instituições qualificadas, pela administração de estacionamentos nas sedes principais e pela organização de sistemas de duplicação de documentos.

Em 2008, a SAF/OGS concentrou esforços na manutenção dos edifícios e na criação do programa denominado *Green Building*, para melhor administração da energia, conservação da água e reciclagem. Também implementou projetos relacionados com o arrendamento de escritórios do Edifício da Secretaria-Geral (GSB), a segurança física dos funcionários, a duplicação de documentos, o transporte de correio e documentos oficiais, a frota de veículos e os estacionamentos.

Operações de manutenção dos edifícios

A SAF/OGS investiu US\$3,467 milhões nas operações de manutenção dos edifícios, inclusive a residência oficial. Essas tarefas atendem principalmente à manutenção de rotina, aos serviços básicos, à limpeza noturna, à manutenção dos jardins e espaços externos, aos serviços contratados de manutenção e reforma bem como à compra de produtos, materiais e artigos em geral.

A SAF/OGS também realizou pagamentos no total de US\$2,050 milhões para amortizar a hipoteca do GSB.

Para melhor administração dos espaços, a SAF/OGS contratou os serviços da empresa *Facility Engineers and Associates* (FEA), a fim de preparar um inventário exato dos espaços destinados a cada área bem como o custo de reposição de cada edifício (CRV). Esse contrato encontra-se na última etapa de verificação. A SAF/OGS também contratou a FEA para auditar e assessorar a Secretaria-Geral na obtenção da certificação em *Leadership in Energy Efficiency and Environmental Design*, (*Green Building Certification*), para o Edifício GSB. A implementação das recomendações recebidas possibilitará maior economia de energia e água bem como o estabelecimento de políticas e programas que reduzam o impacto ambiental mediante a compra de materiais sustentáveis e o melhoramento de programas *green*, como reciclagem.

Aluguel de escritórios e depósitos

A SAF/OGS arrecadou US\$1,846 milhão com o aluguel de 50.467 pés quadrados de escritórios, locais comerciais e depósitos no GSB. Os inquilinos atuais são o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), o Instituto Albert Sabin, a Fundação de Desenvolvimento *Gateway*, a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da OEA e a Associação Nacional de Cafeicultores da Colômbia (loja de café Juan Valdéz).

Segurança

A SAF/OGS investiu em segurança US\$802 mil. Essa soma compreende guardas, manutenção e compra de equipamentos para melhorar a vigilância dos edifícios.

Como parte de suas atividades, a Seção de Segurança manteve o pessoal da Organização informado sobre aspectos de prevenção e realizou simulacros de emergência. Coordenou com o Serviço Secreto e a Polícia Metropolitana as visitas de Chefes de Estado e eventos especiais.

Modernização e manutenção de equipamentos de fotocópia

A SAF/OGS deu seguimento à política de modernização e substituição de equipamentos, na qual foram investidos US\$63 mil.

Essa política de renovação permite que se disponha de tecnologia de ponta que maximiza a produtividade e minimiza o tempo de consertos e custos operacionais. Os custos dos serviços de fotocópia alcançaram o valor de US\$118 mil, inclusive custos de manutenção, papel e outros artigos.

Correio, mensageria e transporte

A Seção de Correio, Mensageria e Transporte enviou 97 mil pacotes, num custo aproximado de US\$162 mil. Internamente foram distribuídos mais de 300 mil itens de correio.

A SAF/OGS investiu mais de US\$56 mil na manutenção da frota de veículos, valor que compreende consertos, gasolina, lavagem e aluguel (*leasing*).

Estacionamentos

A SAF/OGS continuou a administrar os estacionamentos, pagos pelos próprios usuários, sem custo direto para a Secretaria-Geral.

A receita, que superou US\$693 mil, tem como fonte os pagamentos mensais dos usuários mais juros. As despesas foram aproximadamente US\$747 mil, o que gerou um déficit de US\$54 mil no período. As principais despesas foram o custo do pessoal administrativo e de serviços, o aluguel de espaços adicionais num estacionamento privado, o estudo topográfico e de drenagem fluvial do estacionamento do Edifício Principal (MNB), a compra de *Smarttrips* e *Metrochecks* e melhoramentos em geral.

Resultados obtidos

Na área de aluguel, com o objetivo de aumentar o espaço disponível para essa finalidade, vários escritórios foram transferidos e espaços destinados anteriormente a depósitos e arquivos, transformados em escritórios. A Seção de Segurança e a Seção de Viagens, por exemplo, foram transferidas para o quarto andar, a fim de se alugar mais espaço à Cooperativa de Crédito dos Funcionários da OEA. Com o mesmo objetivo, um depósito no segundo andar foi transformado em escritório, para aluguel à FUPAD. Outros depósitos também foram acondicionados para, desse modo, aumentar o total arrecadado com aluguel.

Houve um grande empenho na redução do custo operacional da manutenção dos edifícios. Atualmente o custo operacional da Secretaria-Geral é de US\$9,23 por pé quadrado, inclusive contratos de manutenção, instalações, jardins, limpeza noturna e despesas administrativas. De acordo com pesquisas nacionais, essa cifra encontra-se 12% abaixo da média nacional.

Outras políticas, que compreendem a prática de se desligar o ar condicionado ou a calefação após as 18h nos dias úteis e nos fins de semana, para reduzir o consumo de energia elétrica, geraram grande economia em 2008, dentre as quais se destacam:

- a redução do consumo de eletricidade em aproximadamente 587 mil quilowatts por hora, comparado com o mesmo período de 2007 (janeiro-dezembro), gerando uma economia estimada em mais de US\$82 mil;
- a diminuição do consumo de água em mais de 900 mil galões, comparado com o mesmo período de 2007 (janeiro-dezembro), gerando uma economia aproximada de US\$9 mil;
- a redução, de 2002 a 2008, do uso de papel em cerca de 20%, o que gerou uma economia acumulada de aproximadamente US\$79 mil.

2.7 SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) assessora, no âmbito de sua competência, a Assembléia Geral, a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, o Conselho Permanente, a Reunião de Ministros da Justiça, a Secretaria-Geral e os demais órgãos, organismos e entidades da OEA. Presta assessoramento em matéria de direito internacional e desenvolvimento e codificação do direito interamericano; apóia os mecanismos de acompanhamento de algumas convenções interamericanas; atua como depositário e fonte de informação dos tratados interamericanos e acordos da OEA e seus órgãos; divulga informações sobre os instrumentos jurídicos da OEA e os programas nessa área; desenvolve, promove e implementa o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional; e presta outros serviços relacionados com a cooperação jurídica interamericana. A Secretaria de Assuntos Jurídicos é constituída pelo Escritório Executivo do Secretário e pelas seguintes dependências: Departamento de Direito Internacional; Departamento de Cooperação Jurídica (Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica); Departamento de Programas Jurídicos Especiais; e a Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente, em nível de Departamento.

Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório Executivo do Secretário de Assuntos Jurídicos encarregou-se da direção, planejamento e coordenação dos programas, atividades e ações da área. Em especial, nas funções de apoio às instâncias encarregadas do desenvolvimento do direito interamericano, participou do assessoramento à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente bem como dos períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana, do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente, do Curso de Direito Internacional e das jornadas e também da Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação, no âmbito das Reuniões de Ministros da Justiça das Américas.

Em 2008, o Secretário de Assuntos Jurídicos falou sobre a atividade jurídica da Organização nos seguintes eventos: Seminário sobre “A eficácia da OEA: razões de sua existência” (CARI, Buenos Aires); Seminário sobre os novos caminhos da cooperação jurídica internacional, organizado pelo Ministério da Justiça do Brasil, em Brasília); e Quadragésima Quarta Conferência da Federação Interamericana de Advogados (Peru). Foi professor convidado nos Cursos Euromediterrâneos de Direito Internacional (Castellón, Espanha) bem como nas jornadas que a Secretaria-Geral organiza anualmente (nessa oportunidade em Campo Grande, Brasil). O Secretário de Assuntos Jurídicos também escreveu o artigo sobre a OEA para a *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, editada pela *Oxford University Press*.

O Escritório Executivo do Secretário também supervisiona diretamente o Programa de Facilitadores Judiciais para o fortalecimento da democracia nas Américas. Esse programa vem-se desenvolvendo em três países, Nicarágua, Paraguai e Panamá. Foram iniciadas gestões para que seja estendido a outros países.

Prosseguiu na Nicarágua a execução do Programa de Apoio à Consolidação do Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais (SNFJ) em 73 municípios do país. Os facilitadores atuaram em 69.163 casos, inclusive os orientados pelos facilitadores judiciais, assessoramentos e gestões junto à população. No decorrer do ano foi superada a marca de 20.000 mediações. Em virtude desse trabalho, reduziram-se os conflitos, segundo se estima, em 30%, nas comunidades ou bairros em que há facilitadores. Uma pesquisa de âmbito nacional mostrou resultados positivos do serviço. Do total de entrevistados em todo o país, 18% tem conhecimento do trabalho dos facilitadores. Em coordenação com o Poder Judiciário e em parceria com a Corte Centro-Americana de Justiça e a Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua (a universidade oficial do Estado), prestou-se apoio ao curso “Promoção do Serviço Nacional de Facilitadores Judiciais”, com direito a diploma, em que se graduaram 350 operadores de justiça.

Também no Paraguai foi criado o sistema de facilitadores judiciais. Havia em dezembro de 2008 205 facilitadores, dos quais 26% são mulheres. Nessa data o serviço estendia-se a quatro departamentos do país (Concepción, Alto Paraguay, Guairá e Cazaapá) em duas circunscrições judiciais. Foi realizado o Seminário Internacional sobre Acesso à Justiça com a presença de magistrados de tribunais da Nicarágua, Panamá, Brasil e Paraguai, além de juízes locais e facilitadores nicaragüenses, que se mantiveram no país divulgando sua experiência.

No Panamá o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos acordou um programa de colaboração com o Presidente do Poder Judiciário, com vistas à criação do serviço no país, e em novembro de 2008 a Corte Suprema de Justiça aprovou o acordo normativo pertinente. Juntamente com o programa foram criados os departamentos e a estratégia mediante a qual se implantará o serviço.

2.7.1 Departamento de Direito Internacional (DDI)

O DDI prestou em 2008 serviços jurídicos no campo do direito internacional à Assembléia Geral e à CAJP e seus grupos de trabalho, mediante a elaboração de projetos de resolução e a organização de sessões especiais e reuniões de peritos nos seguintes temas, entre outros: Tribunal Penal Internacional, trabalhadores migrantes, pessoas com deficiência (Comissão), povos indígenas, Direito Internacional Humanitário, Protocolo de San Salvador, Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, refugiados, acesso à informação pública e os princípios constantes da Carta da OEA. Também elaborou relatórios finais e prestou assessoramento às delegações.

Na área do Direito Internacional Privado, o Departamento colaborou com os Estados na redação de três instrumentos sobre proteção ao consumidor (um projeto de convenção interamericana sobre direito aplicável em transações do consumidor, um projeto de lei modelo sobre restituição monetária ao consumidor e um projeto de convenção interamericana sobre jurisdição na área do consumo) e três instrumentos sobre garantias financeiras monetárias (formulários de registro interamericano, regulamento uniforme de registro interamericano e normas de interconectividade de registro).

O DDI prestou apoio técnico e administrativo aos dois períodos ordinários de sessões da Comissão Jurídica Interamericana (CJI) na qualidade de Secretaria. Preparou agendas anotadas, colaborou na redação de projetos de resolução, editou os relatórios apresentados pelos membros da CJI, elaborou atas resumidas e encarregou-se da preparação do relatório anual. No decorrer do período de recesso

da CJI, o DDI apoiou o trabalho dos relatores e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções.

No papel de Secretaria Técnica da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, o DDI coordenou a realização da Segunda Reunião da Comissão, que teve lugar no Brasil, e supervisionou o acompanhamento dos relatórios e de outros documentos apresentados pelos Estados Partes.

Em cumprimento ao Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional AG/RES. 1471 (XXVII-O/97), o DDI participou da organização de quatro eventos:

- Segundo Curso sobre Direito Internacional Humanitário, realizado em 24 de janeiro de 2008 na sede da OEA
- Primeiro Curso sobre Direitos Humanos dos Migrantes, realizado em 6 de março de 2008 na sede da OEA;
- Trigésimo Quinto Curso de Direito Internacional, realizado de 4 a 29 de agosto de 2008 no Rio de Janeiro, Brasil, cujo tema central foi “Novos desdobramentos do Direito Internacional nas Américas”; e
- Jornadas de Direito Internacional, realizadas em Campo Grande, Brasil, de 17 a 20 de novembro de 2008.

Na área de publicações, o DDI editou, publicou e distribuiu os seguintes volumes:

- Curso introdutório sobre Direito Internacional Humanitário, realizado em janeiro de 2007. O volume é oferecido gratuitamente na versão em espanhol e pode ser consultado no endereço do Departamento de Direito Internacional:
http://www.oas.org/dil/esp/publicaciones_curso_introductorio_direito_int_humanitario_2007_portadaampliada.htm;
- Trigésimo Quarto Curso de Direito Internacional, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2007; e
- Jornadas de Direito Internacional realizadas em Manágua, Nicarágua, em novembro de 2007.

No último ano, o DDI continuou a atualizar o conteúdo e a supervisionar a concepção, a administração e o controle de sua página eletrônica bem como da página da Comissão Jurídica Interamericana. A loja virtual do DDI dispõe de um catálogo de 26 publicações.

O DDI também tem como função ser depositário dos tratados multilaterais interamericanos e dos acordos bilaterais celebrados pelos órgãos da OEA. Em 2008 o DDI participou de 12 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão e de 15 processos de notificação sobre situações de emergência e recebeu um total de 20 designações de autoridades centrais. Com relação ao Tratado de Livre Comércio República Dominicana-América Central-Estados Unidos, a Costa Rica informou ter cumprido os procedimentos para a entrada em vigor desse instrumento a partir de 1º de janeiro de 2009. Também foram preparados credenciamentos e prestadas informações atualizadas e completas

sobre esses tratados. Com relação aos acordos bilaterais, foram registrados 325 instrumentos de cooperação em diversas áreas, ora sendo digitalizados em formato PDF. Na página eletrônica do DDI, podem ser consultadas as informações atualizadas sobre tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação.

Os advogados do DDI participaram de diferentes fóruns tanto no Hemisfério quanto na Europa e na Ásia, com o objetivo de informar sobre as atividades executadas no âmbito da OEA e sobre os temas mais importantes da agenda jurídica da Organização.

2.7.2 Departamento de Cooperação Jurídica (DCJ)

Reuniões de Ministros da Justiça ou Outros Ministros, Procuradores ou Promotores Gerais das Américas (REMJA)

Foram prestados serviços de assessoramento e secretaria técnica na preparação e no acompanhamento e implementação das recomendações decorrentes das seguintes reuniões:

- Sétima Reunião de Ministros da Justiça ou Outros Ministros, Procuradores ou Promotores Gerais das Américas (REMJA), realizada na sede da Organização, de 28 a 30 de abril de 2008. (Ver o relatório final em <http://www.oas.org/juridico/spanish/reunione.html>.)
- Workshops de capacitação posteriores à Quinta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético: workshop regional destinado aos Estados do Caribe, realizado em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, de 13 a 15 de maio de 2008. Workshop regional destinado aos Estados latino-americanos, realizado em Bogotá, Colômbia, de 3 a 5 de setembro de 2008. (http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp_talleres_tec.htm)

Prosseguiu a consolidação da Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informação para a Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (nos componentes público, privado e do sistema de comunicação seguro), que pode ser consultada em <http://www.oas.org/juridico/mla/sp/index.html>

Cooperação no âmbito da Convenção Interamericana contra a Corrupção e seu Mecanismo de Acompanhamento (MESICIC)

O DCJ continuou a desempenhar as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICIC). A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos desse Mecanismo, realizou com êxito a Décima Terceira Reunião Ordinária na sede da OEA, de 18 a 27 de junho de 2008. Nessa oportunidade foram aprovados os seis relatórios referentes ao quarto grupo de países considerados no âmbito da Segunda Rodada de Análise (Canadá, Estados Unidos, Guiana, Jamaica, São Vicente e Granadinas e Guatemala).

A Comissão de Peritos também realizou a Décima Quarta Reunião Ordinária, de 3 a 12 de dezembro de 2008, na sede da OEA. No decorrer dessa reunião foram aprovados os relatórios do quinto grupo de Estados analisados (Grenada, Suriname, Brasil e Belize) bem como o Relatório Hemisférico referente à Segunda Rodada de Análise. Esses relatórios acham-se publicados na página do

Departamento de Cooperação Jurídica da Secretaria de Assuntos Jurídicos, no endereço http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic_II_inf.htm.

Na mencionada reunião, a Comissão também tomou todas as decisões que possibilitaram dar início à Terceira Rodada de Análise, que podem ser consultadas em http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic_com_expertos.htm

O DCJ deu continuidade às tarefas de apoio ao programa de desenvolvimento de planos de ação nacionais para a implementação das recomendações da Comissão de Peritos do MESICIC nos Estados membros do Mecanismo, graças ao apoio financeiro dos governos dos Estados Unidos, Canadá e Espanha. A esse respeito, foram realizados workshops em Honduras (31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2008), Peru (14 e 15 de fevereiro de 2008), Equador (6 e 7 de maio de 2008) e Uruguai (15 e 16 de maio de 2008), que promoveram a consideração e a definição dos respectivos planos nacionais de ação. Encontram-se em diferentes fases de andamento projetos similares com respeito a El Salvador, Panamá, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Belize, Costa Rica, Suriname, Jamaica, Bahamas e Guatemala. Também foi solicitado e obtido financiamento para uma iniciativa que busca apoiar a implementação da Convenção nos países do Caribe Oriental.

Nesse mesmo campo, consolidou-se o Portal Anticorrupção das Américas, com informação sobre o progresso alcançado nessa área no âmbito tanto da OEA quanto dos Estados membros, que pode ser consultado em <http://www.oas.org/juridico/spanish/Lucha.html>.

O DCJ continua a cooperar estreitamente com outras instituições internacionais, como as Nações Unidas, o Conselho da Europa e a OCDE, bem como com instâncias sub-regionais.

2.7.3 Departamento de Programas Jurídicos Especiais

Esse Departamento encontra-se em processo de implementação, motivo por que suas atividades foram executadas interinamente por outros departamentos da SAJ. Em especial, o Escritório Executivo do Secretário supervisiona provisoriamente o funcionamento da Secretaria Técnica para o desenvolvimento do “Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência” bem como a constituição de uma rede de autoridades em matéria de proteção ao consumidor.

2.7.4 Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (*em nível de Departamento*)

A Direção-Geral, de acordo com o Estatuto do IIN, presta serviços administrativos ao Congresso Pan-Americano e ao Conselho Diretor e colabora no cumprimento de suas resoluções. É encarregada de executar o Plano Estratégico e o Programa do Instituto. As atividades executadas por esse organismo especializado são especificadas no capítulo a ele dedicado neste relatório.

2.8 SECRETARIA DE RELAÇÕES EXTERNAS

A missão da Secretaria de Relações Externas (SRE), criada em 2008, é divulgar o papel da Organização como entidade promotora da governabilidade democrática, do desenvolvimento sustentável, da segurança multidimensional e do respeito aos direitos humanos no Hemisfério. Compete também à SRE contribuir para o fortalecimento da imagem institucional da OEA. Para o desempenho dessas funções, dividiu suas tarefas em três departamentos: Assuntos Internacionais, Comunicações e Imagem Institucional e Assuntos Culturais.

2.8.1 Departamento de Assuntos Internacionais (DAI)

O Departamento de Assuntos Internacionais empenhou-se em 2008 em promover as relações institucionais da OEA com os Estados membros e Observadores Permanentes, as instituições do Sistema Interamericano e global, a sociedade civil e o país sede bem como em desenvolver programas de divulgação das atividades da OEA, como a Cátedra das Américas, as mesas-redondas de política, a Assembléia Geral Modelo e as sessões de informação.

Observadores Permanentes

O DAI é responsável pela gestão das atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes. Mediante reuniões informativas, apresentação de projetos, promoção de eventos especiais e intercâmbio de notas, documentos e informação, o DAI promove a ativa participação e colaboração dos Observadores Permanentes nas atividades e programas de cooperação conduzidos pela Secretaria-Geral.

Em 2008 o DAI apresentou ao Conselho Permanente os pedidos de concessão da condição de Observador Permanente junto à OEA de Benin, Islândia e Vanuatu. Atualmente são 63 os Observadores Permanentes: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Benin, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, China, Chipre, Coreia, Croácia, Dinamarca, Egito, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné Equatorial, Hungria, Iêmen, Índia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Cazaquistão, Letônia, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Federação Russa, Santa Sé, Sérvia, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Vanuatu e União Européia.

A Organização recebeu em 2008 significativas contribuições em dinheiro e em espécie dos Observadores Permanentes, num total de US\$25,8 milhões (25% acima do recebido no ano anterior), das quais uma parte considerável foi negociada pelo DAI juntamente com as áreas técnicas da Organização (ver anexo I). O DAI também coordenou a realização de várias reuniões e eventos, além de cerimônias em que os representantes dos Países Observadores formalizaram contribuições aos diferentes programas executados pela OEA.

As áreas que mais se beneficiaram das contribuições em dinheiro em 2008 foram: a Secretaria de Assuntos Políticos (33,98%), a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (14,18%), a Secretaria de Segurança Multidimensional (10,41%), a Secretaria de Assuntos Jurídicos (10,21%) e a

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (8,64%). A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e o Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA), entre outras dependências da Organização, também receberam contribuições para o fortalecimento de seus programas na Região (ver anexo II).

No período a que se refere este relatório o Departamento coordenou visitas do Secretário-Geral a alguns dos principais países observadores doadores, onde se reuniu com as mais altas autoridades que orientam a política externa e a cooperação internacional. Dentre elas, merecem destaque as visitas à Espanha e à França.

Do mesmo modo, o DAI visitou as chancelarias dos países observadores para promover programas prioritários para a OEA, expor o andamento de suas iniciativas e promover um intercâmbio de informações sobre assuntos de interesse comum, com destaque para as visitas à França, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça. Foram mantidas reuniões com os diretores das seções encarregadas da América Latina e do Caribe nas chancelarias e com os diretores das agências de cooperação ou os encarregados das relações com a América Latina e o Caribe. Esse trabalho redundou no fortalecimento das relações com os países observadores, o que se traduz em apoios consideráveis aos programas e projetos executados pela Organização.

Por último, a OEA recebeu várias visitas de alto nível: ministros, diretores das chancelarias para as Américas, autoridades dos ministérios de cooperação e desenvolvimento, embaixadores e outros representantes governamentais dos países observadores.

Os resultados positivos dos intercâmbios mantidos refletiram-se na significativa contribuição da Alemanha aos programas de cooperação da OEA, na duplicação da contribuição da Áustria, Luxemburgo, Itália e Reino Unido com relação a 2007 bem como num aumento considerável no nível de contribuição da Dinamarca, Espanha, Suécia e União Européia e no fortalecimento das relações de cooperação com a China, Coreia, França e Noruega.

Sociedade civil nas atividades da OEA

Com o propósito de fortalecer as relações com a sociedade civil e sua participação nas atividades da OEA, o DAI iniciou um processo de revisão da estratégia institucional de relacionamento com essas organizações mediante um diagnóstico de situação e um intercâmbio com representantes da sociedade civil, áreas técnicas da OEA e Estados membros, o que redundará numa nova estratégia institucional a ser aprovada pela Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC) em 2009. Também foram desenvolvidos projetos de cooperação, de modo a obter recursos para a participação da sociedade civil. Dois projetos obtiveram financiamento, um da ACIDI, Canadá, e outro dos Estados Unidos.

O Departamento ofereceu nesse período apoio técnico a seis sessões da CISC, mediante a preparação de relatórios e a atualização, análise e apresentação de pedidos de registro de 23 organizações da sociedade civil, levando em conta as "Diretrizes para a participação de organizações da sociedade civil nas atividades da OEA".

Coube ao DAI acompanhar no Conselho Permanente os pedidos de participação de organizações não-governamentais no Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. O DAI organizou na Assembléia dois diálogos, um deles de caráter informal, entre representantes de mais de 180 organizações da sociedade civil, o Secretário-Geral e os Ministros das Relações

Exteriores dos Estados membros. Em ambas as ocasiões os representantes da sociedade civil apresentaram recomendações com relação ao tema central da Assembléia e trocaram opiniões sobre os principais assuntos que ocupam a agenda hemisférica.

O DAI também apoiou a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões e conferências especializadas realizadas no âmbito do Conselho Permanente e do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI). Cumpre salientar a participação da sociedade civil nas reuniões da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos sobre o fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos bem como na Segunda Reunião da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, na Primeira Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas e na Mesa-Redonda da Sociedade Civil da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia, entre outras.

Com referência à Quinta Cúpula das Américas e em cooperação com a Secretaria de Cúpulas, o DAI formulou e implementou uma estratégia de consultas com a sociedade civil em que se considerou a realização de cinco fóruns, dos quais, no momento do encerramento deste relatório, havia coordenado e executado dois (de três), de caráter sub-regional, no Caribe e na América Central (inclusive México e República Dominicana). Também preparou o Fórum Hemisférico que servirá de base para o Diálogo com os Plenipotenciários dos Estados membros que se realizará na Quinta Cúpulas das Américas.

O primeiro dos fóruns mencionados, destinado à sociedade civil do Caribe, teve lugar em Trinidad e Tobago, em 30 e 31 de outubro de 2008, com mais de 180 participantes provenientes de mais de 20 Estados membros da OEA, inclusive os 14 Estados de língua inglesa do Caribe. O segundo fórum sub-regional, realizado em El Salvador em 8 e 9 de dezembro de 2008, teve a participação de mais de 80 representantes das organizações da sociedade civil.

O objetivo desses fóruns foi incentivar entre as organizações da sociedade civil a discussão sobre os temas dispostos no Projeto de Declaração de Compromisso de Port of Spain apresentados pelo Governo de Trinidad e Tobago e compilar as recomendações que serão submetidas à consideração das negociações do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC).

Finalmente, manteve-se atualizada a página eletrônica, com informações oportunas sobre os diversos fóruns, as reuniões ministeriais, o registro de 259 organizações da sociedade civil e a participação em reuniões temáticas com redes de ONG.

Relações com o país sede

Em 2008, o DAI coordenou contatos institucionais com o Congresso dos Estados Unidos e com a cidade sede bem como acompanhou as eleições presidenciais e para o congresso dos Estados Unidos, a fim de promover as relações interamericanas e apoiar o trabalho da OEA. O Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto mantiveram produtivas reuniões individuais com membros do Congresso dos Estados Unidos. O Secretário-Geral enviou cartas de apoio às iniciativas comerciais andinas a líderes congressionais e fez uma exposição formal sobre temas andinos na Subcomissão do Hemisfério Ocidental da Câmara de Deputados. O Secretário-Geral Adjunto manteve uma reunião especial sobre o Haiti com diversos membros do Congresso interessados no assunto. As relações com os principais funcionários do Congresso foram intensificadas, o que redundou no aumento da

participação do pessoal em eventos da OEA. As atividades da OEA foram amplamente divulgadas por meio de comunicações enviadas a mais de 150 destacados funcionários do Congresso.

Foi preparado um documento de estratégia para orientar o trabalho da OEA com o Congresso dos Estados Unidos. Esse documento foi posteriormente atualizado mediante análises de questões legislativas com informações pertinentes a respeito dos membros do Congresso e seu interesse na Região.

Foram preparados relatórios sobre as eleições nos Estados Unidos e suas implicações para a OEA. Foram realizados cafés da manhã com o embaixador, com vistas à discussão de relatórios sobre relações hemisféricas da *Brookings Institution* e do *Council on Foreign Relations*. Cumpre salientar a preparação de um planejamento estratégico para a modernização do complexo histórico da sede da OEA e os contatos mantidos com autoridades locais.

Foram realizadas 108 sessões de informação em 2008, a cargo do pessoal do Departamento, dos especialistas técnicos da OEA e de embaixadores dos Estados membros, com 3.327 profissionais de alto nível dos Estados Unidos e da Região, estudantes universitários, academias militares e alunos de nível médio e fundamental do Hemisfério. Todos eles receberam nessas sessões informações sobre o trabalho da OEA e as prioridades hemisféricas.

Relações institucionais

Foi intensificado o contato da OEA com as instituições afins, com o objetivo de promover o conhecimento da Organização como o principal foro político regional das Américas e de propiciar oportunidades de colaboração institucional.

No decorrer de 2008 o trabalho de relações institucionais compreendeu a preparação de material básico sobre várias instituições parceiras da OEA, com vistas a reuniões entre funcionários da Organização e das organizações abaixo relacionadas.

- a) Secretaria da *Commonwealth*
- b) Associação de Estados do Caribe
- c) Conselho da Europa
- d) Banco Interamericano de Desenvolvimento
- e) UNICEF
- f) Cúpula UE-LAC
- g) Nações Unidas
- h) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas
- i) Situação da Rodada de Desenvolvimento de Doha da OMC
- j) Organização Internacional do Trabalho
- k) Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
- l) União Africana

Foi realizada em 22 de outubro de 2008 uma reunião com dez Chefes de Relações Externas de instituições associadas em Washington, D.C., no Edifício Principal da OEA, inclusive representantes do Banco Mundial, CEPAL, OPAS, OIT, Cruz Vermelha, OIM, Nações Unidas, FMI, PNUD e Programa Mundial de Alimentos. O objetivo da reunião foi discutir os principais temas da agenda hemisférica bem como a atual e a futura colaboração entre a OEA e essas instituições.

Várias reuniões foram realizadas no decorrer do ano com contrapartes institucionais, como a OIT, BID, Banco Mundial, UNICEF, Cruz Vermelha, CEPAL e União Africana, que mantiveram proveitosos encontros com membros dos departamentos pertinentes da OEA. As instituições trocaram informações como resultado desses intercâmbios programáticos e da maior cooperação.

A OEA esteve presente nos períodos de sessões anuais da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, na Sessão Especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sobre a crise dos alimentos, em reuniões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e OPAS e na Conferência Anual da CAF.

Em coordenação com o Escritório do Secretário-Geral Adjunto e com a Força-Tarefa Interna da OEA para Colaboração com a União Africana, o Departamento preparou o Relatório Anual do Secretário-Geral sobre a Colaboração da OEA com a União Africana, em cumprimento à resolução AG/RES. 2419 (XXXVIII-O/08). O DAI também revisou a proposta de memorando de entendimento entre a SG/OEA e a Comissão da União Africana e coordenou as observações e comentários dos vários setores da OEA sobre esse projeto de memorando de entendimento.

Juntamente com a Secretaria de Assuntos Políticos, o DAI iniciou os preparativos das “Consultas sobre o papel da UE na consolidação da democracia”, conduzidas pelo Projeto IDEA (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral). A conferência de consultas para a região da América Latina será realizada no primeiro semestre de 2009.

Foi preparado um banco de dados dos acordos de cooperação assinados entre a OEA e outras instituições, desde a fundação da Organização (1949 – julho de 2008). Esse banco de dados acha-se em processo de melhoramento e expansão.

Cátedra das Américas

Foram realizadas em 2008 seis sessões da Cátedra das Américas, com a participação de prestigiosos oradores. Os temas que ocuparam essas cátedras foram a governabilidade, a imigração, a proteção dos direitos dos povos indígenas, a crise dos alimentos, a sustentabilidade energética e a crise financeira. Os oradores foram Eduardo Stein, Ex-Vice-Presidente da República da Guatemala; Bill Richardson, Governador do Novo México; James Anaya, Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais dos Indígenas, da Organização das Nações Unidas e titular da Cátedra James J. Lenoir de Direito e Políticas de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Arizona; Josette Sheeran, Diretora Executiva do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas; Roberto Rodrigues, Ex-Ministro da Agricultura do Brasil e Co-Presidente da Comissão Interamericana de Etanol; e Robert Zoellick, Presidente do Banco Mundial.

As sessões da Cátedra foram transmitidas ao vivo ou gravadas, pela EDUSAT, Venevisión, Voz das Américas e HITN, entre outras. Houve um grande empenho em 2008 em melhorar a divulgação da Cátedra, mediante a criação de um extenso banco de dados de universidades do Hemisfério e o envio de mais de 350 comunicações com informações relevantes sobre o programa a 121 universidades na América do Norte, 47 na América Central e Caribe e 189 na América do Sul. Prosseguiu a divulgação da Cátedra nos Estados membros, por intermédio dos Escritórios da Secretaria-Geral, da televisão, do rádio e dos ministérios da educação e cultura da Região.

Com o apoio da Universidade San Martín de Porres (USMP), foi publicada a segunda edição do Livro da Cátedra das Américas, *Consolidando a democracia*, em que figuram as palestras da segunda fase do programa, realizadas no período a que se refere este relatório, março de 2006 a julho de 2007. Esses livros foram distribuídos às Missões Permanentes e aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Em 2008 a Cátedra continuou a contar com o apoio da Universidade de San Martín de Porres, mediante a prorrogação do acordo entre a Secretaria-Geral e essa Universidade por um período adicional de 12 meses (até janeiro de 2009), com o compromisso da USMP de contribuir com US\$180.000 em 2008. O Governo da Espanha contribuiu com US\$13.792, recursos que foram utilizados na realização da Cátedra sobre a questão indígena.

Mesas-redondas de política da OEA

Foram realizadas cinco mesas-redondas de política, que versaram sobre os desafios enfrentados nas Américas e o papel dos Estados Unidos, indicadores e percepções da democracia em 2008, a autonomia legal das populações pobres, oportunidades e desafios do Hemisfério Ocidental do ponto de vista do Congresso dos Estados Unidos e trabalho decente e prosperidade humana. Várias dessas mesas-redondas foram coordenadas com instituições afins, como a Organização Internacional do Trabalho e as Nações Unidas, e com o apoio de outras unidades da OEA, e basearam-se na apresentação de importantes livros e relatórios publicados tanto no país sede quanto no âmbito regional.

Programa da Assembléia Geral Modelo da OEA (MOEA) para estudantes do Hemisfério

Desde 1980 o Programa MOEA vem promovendo os valores democráticos entre a juventude do Hemisfério mediante exercícios de simulação da Assembléia Geral e do Conselho Permanente da OEA. Em 2008 foram acrescentadas ao programa duas novas modalidades: a primeira, a realização de uma Assembléia Modelo previamente à Assembléia Geral da OEA no mesmo país em que se realiza a própria Assembléia, com o objetivo de sensibilizar a juventude e o público em geral antes do evento. Para essa finalidade, realizou-se em Medellín no mês de maio a Primeira MOEA Nacional para Universidades, organizada com a Universidade EAFIT, o apoio da UNINORTE de Barranquilla e o patrocínio da chancelaria colombiana. A segunda modalidade consiste na realização de simulações do Conselho Permanente para estagiários da OEA (MOEA/CP) juntamente com o Departamento de Recursos Humanos da SG/OEA, que foram oficialmente incorporados ao programa de estágios da Organização. Foram realizadas duas simulações: uma no primeiro e outra no segundo semestre, com a participação total de 129 estagiários.

Prosseguiu a realização anual da “Washington MOAS” para universidades do Hemisfério (em inglês) nos primeiros dias de abril, juntamente com o Instituto Interamericano de Diplomacia (IAID). Também no mês de julho foi realizada a Vigésima Sexta MOEA para Universidades do Hemisfério, em Santiago, Chile (em espanhol), juntamente com a Universidade Católica do Chile e a Corporação Participa. Estiveram presentes a essas assembléias modelo alunos e professores de universidades da Argentina, Brasil, Chile, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela. Ainda em dezembro realizou-se a Vigésima Sexta MOEA para escolas de nível médio (em inglês), que ocorre anualmente na sede da OEA, com a participação de alunos de 20 escolas (inclusive um de Porto Rico e um da Venezuela).

No decorrer de 2008, 940 alunos e 130 professores familiarizaram-se com os valores democráticos bem como com a missão e o papel da OEA no Hemisfério, ao mesmo tempo em que desenvolveram habilidades de negociação, liderança, diplomacia e comunicação. Foram mantidas conversações com os representantes da OEA em Barbados e em Honduras sobre a possibilidade da realização de uma MOEA no Caribe (com o patrocínio da Universidade das Índias Ocidentais) e outra na América Central (com o patrocínio da Universidade de San Pedro Sula (USPS) e do governo hondurenho).

No mês de julho foi publicada e colocada à venda a primeira edição do tutorial “Curso MOEA” em formato eletrônico (CD), tanto em inglês quanto em espanhol, para a preparação dos alunos que participem da MOEA. Também prosseguiu a promoção do Programa MOEA entre os grupos de alunos que visitam a sede da OEA, como parte do programa de sessões de informação, e também entre os centros de educação da área de Washington, D.C. Essa divulgação motivou a participação de novos centros de educação nas MOEA.

2.8.2 Departamento De Comunicações E Imagem Institucional (DCII)

O DCII iniciou o desenvolvimento de uma ampla estratégia de comunicação bem como de uma estratégia de marca da OEA, a fim de fortalecer a imagem global da Secretaria. A estratégia de comunicação, “*Falando a uma só voz*”, visa a firmar a imagem da Organização, modernizar os instrumentos de comunicação e ampliar seu alcance, expondo os quatro pilares temáticos centrais que a sustentam: democracia, direitos humanos, segurança multidimensional e desenvolvimento integral. A estratégia de marca, por sua vez, desenvolvida em parceria com o *Art Center College of Design*, de Pasadena, Califórnia, contribuirá para que a Organização seja reconhecida por todos os interessados no Hemisfério e no mundo como foro político único de liderança política internacional. Ambas as estratégias incorporam os instrumentos de comunicação disponíveis na Organização, como a página eletrônica, os recursos de multimídia e a Revista *Américas*.

Em 2008, a Revista *Américas* comemorou seu sexagésimo aniversário e redefiniu sua linha editorial, salientando os quatro pilares temáticos, sem deixar de lado os ideais originais tradicionais de promoção da identidade cultural dos diferentes países da Região. No decorrer desse ano foram publicadas quatro edições da Revista *Américas Magazine*, com conteúdo idêntico em espanhol e inglês.

A Seção de Multimídia é dividida em duas áreas: Rádio (áudio) e Televisão (vídeo -*webcast*). A área de televisão produziu e coordenou transmissões ao vivo das reuniões do Conselho Permanente e de outras atividades dos órgãos políticos da Organização. Também promoveu a divulgação de segmentos de vídeos em canais de televisão de toda a Região, com vistas a dar maior visibilidade ao trabalho da OEA de maneira institucional. Em 2008, a área de televisão produziu 43 segmentos de vídeo, a maioria deles de alta definição com qualidade de difusão que possibilita que os canais de TV os veiculem nos segmentos de notícias, e transmitiu 159 eventos ao vivo por *webcast*. Também produziu um documentário sobre o *Programa de novos enfoques de programação (NPA)* para a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) bem como vários outros projetos de CD/DVD para as diferentes áreas da Organização. O material produzido incluiu o acompanhamento de visitas de presidentes e primeiros-ministros à OEA bem como eventos importantes como as sessões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e da Cátedra das Américas, além das mesas-redondas de política da OEA. A área de televisão coordenou transmissões ao vivo, gravadas ou em pacotes, em alta definição, para canais de televisão dos Estados membros, inclusive a CNN, AP-TV, Reuters, C-Span e Telesur.

Em 2008, a área de rádio comemorou 50 anos de radiodifusão internacional em diversos formatos ao longo das décadas. Nesse ano transmitiu por satélite e pela Internet um total de 497 programas diários em espanhol para a América e em inglês para o Caribe. Vários eventos na sede, como as visitas acima mencionadas, foram transmitidos ao vivo por diversas estações de rádio dos países membros. Conexões ao vivo com entrevistas com Chefes de Estado, funcionários de alto nível da OEA e outros dignitários também foram incluídas na programação de rádio da Organização, em cooperação com diversas estações de rádio da América Latina e do Caribe. A unidade vem passando por um processo de modernização que inclui a digitalização dos programas bem como a colocação dos conteúdos mais prontamente on-line.

Em 2008 a Seção de Website recebeu recursos para sua reestruturação, a fim de melhor promover a imagem institucional da OEA. A iniciativa é patrocinada pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) em parceria com o DOITS. Com o novo produto a ser lançado no primeiro trimestre de 2009, visa-se a um website mais dinâmico e de fácil navegação, que exponha de maneira mais clara os quatro pilares temáticos centrais e que contenha controles e gestão de estilo e normas para conteúdo de Internet bem como melhores padrões de segurança e mecanismos de busca.

2.8.3 Departamento de Assuntos Culturais (DAC)

O DAC vem apoiando as funções que a Organização desempenha no sentido de divulgar as diversas expressões culturais das Américas, salientando, por meio da arte, os principais temas da agenda política e social interamericana. Os eventos culturais da OEA conseguiram uma cobertura sem precedentes na imprensa, que fortaleceu a presença da Organização em Washington, DC; como exemplo, pode-se mencionar que em 2008 houve um total de 17 artigos ou referências a atividades culturais da OEA no Washington Post.

O DAC realizou em 2008 exposições de arte, concertos, ciclos de cinema e atividades especiais, principalmente por intermédio do Museu de Arte das Américas (AMA) da OEA. O DAC também deu início à preparação de um programa de orquestras para jovens em risco no Caribe.

Museu de Arte das Américas (AMA)

A programação 2008 constou de exposições temporárias, programas públicos relacionados com exposições, conferências, visitas educativas ao Museu e ciclos de cinema, entre outros. Do total de 18.626 visitantes do AMA em 2008, 5.446 participaram de workshops, visitas guiadas eventos especiais e do Cine Américas.

O AMA mobilizou financiamento externo tanto público quanto privado com o apoio do Departamento de Assuntos Internacionais, conseguindo aumentar em mais de meio milhão de dólares seu orçamento habitual

O programa de aquisições enriqueceu a coleção permanente do Museu com a doação do mural *Las Tres Marías* do artista chileno Rodrigo Cabezas. A doação foi possível graças ao apoio da Galeria de Arte La Sala, de Santiago, Rabobank, Radisson, Patrimônio Cultural do Chile e do Ministério da Agricultura do Chile, entre outros. O AMA também incorporou – por meio de doações - 17 novas obras, inclusive dez fotografias em grande formato do artista mexicano Pedro Meyer e uma escultura do artista colombiano Ronny Vayda Adler.

No que se refere aos empréstimos, o AMA cedeu obras de sua coleção permanente ao Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a *exposição “Frontera Extendida: Artistas latinoamericanos y caribeños en Miami*, realizada de fevereiro a maio na sede do BID em Washington, D.C.

Programação musical e programa de orquestras juvenis no Caribe

O DAC patrocinou um concerto da Camerata Interamericana na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e o concerto do sexagésimo aniversário da OEA em abril. No âmbito do programa de orquestras juvenis do Caribe, o DAC coordenou um concerto da *École de Musique St Trinité* do Haiti (parceiro estratégico do programa) no AMA, em setembro.

O DAC formulou um programa piloto de orquestras para jovens em risco que em princípio seria executado no Haiti, Jamaica e Santa Lúcia. O programa, cuja primeira etapa terá um custo de US\$370,000, foi aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos da SG/OEA e pré-aprovado para financiamento parcial pelo FEMCIDI. No final do ano, a Missão Observadora Permanente da China junto à OEA fez uma contribuição inicial de US\$20.000 ao programa.

Planejamento estratégico do DAC

Em virtude da comemoração do centenário do Edifício Principal da OEA, em 2010, o DAC deu início à preparação de uma programação cultural que inclui o lançamento de um plano de fortalecimento institucional do AMA, cuja primeira etapa seria a constituição de uma diretoria de alto nível e o desenvolvimento de um agressivo plano de definição de recursos e ampliação da coleção permanente. Esse plano atenderia à necessidade de se converter o AMA num espaço de qualidade que atenda às novas exigências do desenvolvimento cultural na América Latina e no Caribe.

Também se iniciou um diálogo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *National Gallery of Art* com vistas à análise da possibilidade de associação ao projeto do *National Museum of the American Latino*, liderado por um grupo de membros do Congresso dos Estados Unidos. Simultaneamente, examinaram-se opções de melhoramento e mudanças na infra-estrutura do AMA com arquitetos especializados e peritos em administração cultural.

Principais atividades do AMA:

- a) Exposições na sede principal do Museu
 - *Festival de Juguetes* (México), dezembro 2007-março 2008, em colaboração com o Museu Papalote do México e o Instituto Cultural Mexicano
 - *Pinturas de Oswaldo Guayasamín* (Equador), abril-maio, em colaboração com o *Center for Latin American and Iberian Studies* da *Vanderbilt University* e o *Center for Latin American Studies* da *Georgetown University*
 - *Facetas* (coleção permanente do AMA), junho-agosto
 - *La arquitectura de Oscar Niemeyer* (Brasil), setembro-outubro
 - *Los Desaparecidos* (regional), novembro-janeiro, em colaboração com o *North Dakota Museum of Art*
- b) Exposições Terrace Level (fotografia)
 - *Sujetos de Poder y Devoción* (regional), fevereiro-junho

- Esther Hidalgo (Estados Unidos), julho-agosto
 - Pedro Meyer, *Herejías* (México), setembro-outubro
 - Hernán Díaz (Colômbia), outubro-novembro
- c) Exibições/eventos culturais no Edifício Principal
- Evento especial con Antonio Skármeta, escritor chileno, fevereiro
 - Exposição de pintura *Lejos de Casa: La Experiencia Migratoria en América Latina y el Caribe* (regional), em colaboração com o Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento, junho
- d) Cine Américas
- Ciclo México: *Cilantro y Perejil, Imaginum, Frida-Naturaleza Viva, Magos y Gigantes*, fevereiro-março
 - Ciclo Equador: *El Chulla Romero y Flores, El Cojo Navarrete*, abril
 - Octogésimo aniversário do Conselho Interamericano da Mulher: *Iron Jawed Angels*, março
 - Ciclo Argentina: *Yo no sé qué me han hecho tus Ojos, H.I.J.O.S. el Alma en Dos, Caja Cerrada, Pulqui, un instante en la Patria de la Felicidad*, maio
 - Ciclo China: *Perhaps Love, Beautiful Homeland, Merchants on the Ancient Silk Road, Traveling the Roof of the World, Riding Alone for Thousands of Miles e Kekexili*, junho-julho
 - Ciclo Colômbia: *Ilona llega con la lluvia, María Llena eres de Gracia, Edipo Alcalde e Buscando a Gabo & Manuel Zapata Olivella: Abridor de Caminos*, outubro-novembro
 - Ciclo “Giving Peace a Chance”, sobre a paz: *Mi Mejor Enemigo, The Band’s Visit, Encounter Point, Joyeux Noël*, dezembro

**III. ENTIDADES, ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMAS E
DESCENTRALIZADAS**

3.1 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juizes: Cecilia Medina Quiroga (Chile), Presidenta; Diego García Sayán (Peru), Vice-Presidente; Sergio García Ramírez (México); Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); Leonardo A. Franco (Argentina); Margarette May Macaulay (Jamaica) e Rhadys Abreu Blondet (República Dominicana). O Secretário da Corte foi Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

Atividades da Corte

a) Casos contenciosos e medidas provisórias submetidas à consideração da Corte

A Corte considerou em 2008 nove casos contenciosos e emitiu 18 sentenças. Em cinco delas, pronunciou-se sobre exceções preliminares, mérito, reparações e custas, conjuntamente; em cinco, acerca do mérito e respectivas reparações; e em oito, quanto à interpretação de sentenças. Desse modo, a Corte resolveu integralmente dez casos contenciosos, em que se adotou decisão final sobre exceções preliminares, mérito e reparações, e não há nenhum pronunciamento pendente sobre as medidas restritivas sugeridas na demanda. Há atualmente no Tribunal 110 casos contenciosos em tramitação, dos quais 93 se encontram em etapa de supervisão de cumprimento de sentença; nove, em etapa de tramitação inicial; sete, em etapa de exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas; e um, em etapa de reparações e custas.

Em 2008 foi submetido à consideração da Corte um pedido de parecer consultivo e não foi emitido pronunciamento algum nesse sentido.

No que se refere a medidas provisórias, foram submetidos à consideração da Corte dois pedidos, que foram aprovados. Ademais, cinco medidas provisórias foram suspensas de forma total e quatro de forma parcial. Há hoje no Tribunal 41 medidas provisórias em vigor.

b) Períodos de sessões

No decorrer do Septuagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Corte, de 28 de janeiro a 8 de fevereiro de 2008, a Corte realizou quatro audiências públicas relativas a casos contenciosos: *Caso Heliodoro Portugal* contra o Panamá, *Caso Aritz Barbera e outros* (“Primeiro Tribunal do Contencioso Administrativo”) contra a Venezuela, *Caso Valle Jaramillo e outros* contra a Colômbia e *Caso Castañeda Gutman* contra o México. Foram realizadas sete audiências privadas sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos *Cantoral Benavides* contra o Peru, *Loayza Tamayo* contra o Peru, *Caballero Delgado e Santana* contra a Colômbia, *Ricardo Canese* contra o Paraguai, *Instituto de Reeducação do Menor* contra o Paraguai, *Comunidade Indígena Sawhoyamaxa* contra o Paraguai e *Comunidade Indígena Yakye Axa* contra o Paraguai e uma diligência de prova para melhor resolver no caso *Yvon Neptune*. Foram realizadas também cinco audiências públicas sobre medidas provisórias: *Caso Caballero Delgado e Santana* a respeito da Colômbia, assunto *Álvarez e outros* a respeito da Colômbia, assunto da *Comunidade de Paz de San José de Apartadó* a respeito da Colômbia e assunto *Pilar Noriega e outros* a respeito do México; bem como uma audiência privada sobre medidas provisórias no assunto das

Comunidades do Jiguamiandó e do Curbaradó a respeito da Colômbia. A Corte emitiu, ademais, duas sentenças de interpretação nos casos *Massacre da Rochela* contra a Colômbia e *Cantoral Huamani e García Santa Cruz* contra o Peru. Foram emitidas ainda onze resoluções sobre medidas provisórias: assunto da *Emissora de Televisão “Globovisión”* a respeito da Venezuela, assunto *Mery Naranjo* a respeito da Colômbia, assunto *Millacura Llaipén e outros* a respeito da Argentina, assunto do *Internato Judicial Capital El Rodeo I e El Rodeo II* a respeito da Venezuela e caso do *Penal Miguel Castro Castro* a respeito do Peru, em duas oportunidades. Por último, a Corte emitiu 13 resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos: *Servellón García e outros* contra Honduras, *López Álvarez* contra Honduras, *Cantoral Benavides* contra o Peru, *Comunidade Indígena Yakye Axa* contra o Paraguai, *Comunidade Indígena Sawhoyamaxa* contra o Paraguai, *Caballero Delgado e Santana* contra a Colômbia, *Ricardo Canese* contra o Paraguai, *Instituto de Reeducação do Menor* contra o Paraguai, *Huilca Tecse* contra o Peru, *Baldeón García* contra o Peru, *Acosta Calderón* contra o Equador, *Gutiérrez Soler* contra a Colômbia e *Loayza Tamayo* contra o Peru.

No Trigésimo Terceiro Período Extraordinário de Sessões, que teve lugar em Tegucigalpa, Honduras, de 28 de abril a 1º de maio de 2008, a Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos contenciosos: *Bayarri* contra a Argentina e *Tiu Tojín* contra a Guatemala.

No Septuagésimo Nono Período Ordinário de Sessões, de 2 a 9 de maio de 2008, a Corte realizou uma audiência pública no caso *Gabriela Perozo e outros* contra a Venezuela e quatro audiências privadas nos seguintes casos contenciosos: *Baena Ricardo e outros* contra o Panamá, *Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni* contra a Nicarágua, *Fermín Ramírez* contra a Guatemala e *Raxcacó Reyes* contra a Guatemala. Também emitiu três sentenças nos casos contenciosos *Kimel* contra a Argentina, *Salvador Chiriboga* contra o Equador e *Yvon Neptune* contra o Haiti bem como uma sentença de interpretação no caso *Escué Zapata* contra a Colômbia. Emitiu ainda quatro resoluções sobre medidas provisórias: assunto da *Penitenciária Urso Branco* a respeito do Brasil, Caso dos *Irmãos Gómez Paquiyauri* a respeito do Peru, caso do *Massacre de Mapiripán* a respeito da Colômbia e Caso *Raxcacó Reyes* a respeito da Guatemala. Por último, emitiu seis resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos: *Claude Reyes e outros* contra o Chile, *Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni* contra a Nicarágua, *Irmãos Gómez Paquiyauri* contra o Peru, *Ximenes Lopes* contra o Brasil, *Fermín Ramírez* contra a Guatemala e *Raxcacó Reyes* contra a Guatemala.

No decorrer do Trigésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões, em São José, Costa Rica, em 2 de agosto de 2008, a Corte emitiu uma sentença de interpretação no caso do *Penal Miguel Castro Castro* contra o Peru.

No Octogésimo Período Ordinário de Sessões, de 4 a 8 de agosto de 2008, a Corte realizou uma audiência pública no caso *Luisiana Ríos e outros* contra a Venezuela, emitiu duas sentenças nos casos contenciosos *Apitz Barbera e outros* (“Primeiro Tribunal do Contencioso Administrativo”) contra a Venezuela e *Castañeda Gutman* contra o México bem como uma sentença de interpretação no Caso *Alban Cornejo e outros*. A Corte emitiu também duas resoluções de medidas provisórias: assunto *Carlos Nieto Palma e outro* a respeito da Venezuela e *Leonel Rivero e outros* (anteriormente *Pilar Noriega García e outros*) a respeito do México. Por último, emitiu dez resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Ricardo Canese* contra o Paraguai, *Goiburú e outros* contra o Paraguai, *Servellón García e outros* contra Honduras, *Massacre Plan de Sánchez* contra a Guatemala, *Tribunal Constitucional* contra o Peru,

Durand e Ugarte contra o Peru, *Barrios Altos* contra o Peru, *Cesti Hurtado* contra o Peru, *Yatama* contra a Nicarágua e *Las Palmeras* contra a Colômbia.

No Trigésimo Quinto Período Extraordinário de Sessões, em Montevideu, Uruguai, de 11 a 15 de agosto de 2008, a Corte realizou duas audiências públicas nos seguintes casos contenciosos: *Tristán Donoso* contra o Panamá e *Ticona Estrada* contra a Bolívia bem como duas audiências privadas sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos *Claude Reyes e outros* contra o Chile e *Bulacio* contra a Argentina. Realizou também duas audiências públicas sobre medidas provisórias nos assuntos: *Penitenciárias de Araraquara* a respeito do Brasil e *Complexo do Tatuapé-Fundação Casa* (antiga *FEDEM*) contra o Brasil. A Corte emitiu ainda uma sentença no caso *Heliodoro Portugal* contra o Panamá e uma sentença de interpretação no Caso do *Povo Indígena Saramaka* contra o Suriname.

No Trigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões, em São José, Costa Rica, de 29 a 30 de outubro de 2008, a Corte emitiu uma sentença no Caso *Bayarri* contra a Argentina e duas resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos *Vargas Areco* contra o Paraguai e *Baena Ricardo e outros* contra o Panamá.

No Octogésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 24 a 29 de novembro de 2008, a Corte emitiu três sentenças nos casos contenciosos *Tiu Tojín* contra a Guatemala, *Ticona Estrada* contra a Bolívia e *Valle Jaramillo e outros* contra a Colômbia bem como duas sentenças de interpretação nos casos *García Prieto e outros* contra El Salvador e *Chaparro Álvarez e Lapo Iñiguez* contra o Equador. Emitiu também seis resoluções de medidas provisórias: assunto *Lysias Fleury* a respeito do Haiti, assunto *Leonel Rivero e outros* a respeito do México, assunto dos Jornais “*El Nacional*” e “*Así es la Noticia*” a respeito da Venezuela, assunto *Complexo do Tatuapé-Fundação Casa* a respeito do Brasil, assunto *Penitenciárias de Araraquara* a respeito do Brasil e *Kawas Fernández* a respeito de Honduras. Por último, a Corte emitiu duas resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos casos *Claude Reyes e outros* contra o Chile e *Bulacio* contra a Argentina.

No decorrer do Trigésimo Sétimo Período Extraordinário de Sessões, que teve lugar no México, Distrito Federal, de 1º a 5 de dezembro de 2008, a Corte realizou duas audiências públicas nos casos contenciosos *Kawas Fernández* contra Honduras e *Escher e outros* contra o Brasil bem como duas audiências públicas a respeito de medidas provisórias nos assuntos *Povo Indígena Kankuamo* a respeito da Colômbia e *Penitenciárias de Mendoza* a respeito da Argentina. A Corte emitiu ainda uma resolução sobre medidas provisórias no caso *Tyrone DaCosta Cadogan* a respeito de Barbados.

3.2 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada pela resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile, em 1959. A CIDH foi formalmente instalada em 1960, quando o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. O Regulamento da Comissão, aprovado em 1980, foi modificado em várias oportunidades, a última delas em 2006. A CIDH é um dos dois órgãos do Sistema Interamericano responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos. É constituída por sete membros, eleitos pela Assembléia Geral, que exercem suas funções em caráter individual por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos uma só vez. A direção da Comissão para o ano de 2008 foi eleita no decorrer do Centésimo Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões realizado de 3 a 14 de março de 2008, com a seguinte composição: Paolo Carozza, Presidente; Luz Patricia Mejía, Primeira Vice-Presidenta, e Felipe González, Segundo Vice-Presidente; e Florentín Meléndez, Víctor Abramovich, Clare K. Roberts e Paulo Sérgio Pinheiro, comissários. Os comissários Luz Patricia Mejía e Felipe González foram eleitos membros da CIDH a partir de 1º de janeiro de 2008. O Doutor Santiago A. Canton é o Secretário Executivo da CIDH e a Doutora Elizabeth Abi-Mershed, a Secretária Executiva Adjunta.

Visitas e atividades realizadas

Em 2008, membros da Comissão, na qualidade de relatores dos países ou temáticos, visitaram a trabalho a Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Jamaica, Paraguai e Uruguai.

Atualmente tramitam na CIDH 1.377 petições e casos. Foram recebidas em 2008 cerca de 1.300 petições novas, que foram processadas com vistas à aceitação ou rejeição. Também nesse período foram recebidos aproximadamente 300 pedidos de medidas cautelares, sendo que aproximadamente 30 delas foram concedidas.

O Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, juntamente com a relatora do país, visitaram a Bolívia, de 9 a 13 de junho de 2008, com o objetivo de recolher informações sobre a situação de famílias do povo indígena guarani, conhecidas como comunidades cativas, que continuam a viver em situação de servidão análoga à da escravatura na zona do Chaco Boliviano. A Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas visitou a Colômbia, de 17 a 21 de novembro de 2008, ocasião em que se reuniu com a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) e recebeu informações sobre mortes e deslocamentos forçados que afetaram os povos indígenas.

A Relatoria Especial para os Direitos da Infância realizou três visitas de trabalho com o objetivo de recolher informação para a elaboração de um relatório relativo à justiça juvenil nas Américas. A primeira foi realizada em 19 de agosto a Montevideú; a segunda, de 20 a 22 de agosto, a Buenos Aires; e a terceira, de 15 a 19 de setembro, a Bogotá.

A Relatoria Especial sobre os Direitos da Mulher realizou reuniões de peritas em Buenos Aires e Caracas, em 2 de julho e 25 de setembro, respectivamente, com o objetivo de coletar informações sobre a situação da mulher na esfera da participação política na Região. A Relatoria também

participou de diversas atividades promocionais, inclusive o Simpósio Nacional A violência sexual, um problema de saúde pública e justiça social, que teve lugar em 31 de março de 2008 em La Paz.

A Relatoria Especial sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade fez uma visita de observação ao Chile, de 21 a 25 de agosto de 2008, quando inspecionou diferentes centros de detenção bem como centros de internação de menores de idade. Visitou também, para fins de observação, o Hospital Neuropsiquiátrico de Assunção, em 11 de setembro de 2008, a fim de verificar o cumprimento das medidas cautelares concedidas pela CIDH em 29 de julho de 2008 (MC 277-07).

A Relatoria Especial sobre os Direitos dos Afro-Descendentes e Contra a Discriminação Racial reuniu-se, em 9 de abril de 2008, com membros do Congresso dos Estados Unidos, para discutir a situação dos afro-descendentes na Região. Também participou de várias conferências regionais e internacionais.

A Relatoria Especial sobre Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias reuniu-se nos Estados Unidos, no decorrer de 2008, com membros da sociedade civil e com imigrantes que haviam sido detidos, a fim de recolher informações relativas a sua situação.

A Unidade de Defensores de Direitos Humanos, em virtude da comemoração do décimo aniversário da Declaração de Defensores, organizou uma reunião com defensoras e defensores, de que participou a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores, bem como um encontro com os Estados membros da OEA no Centésimo Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da CIDH.

Formas de cooperação desenvolvidas em 2008

Em 2008 a CIDH assinou um acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para intensificar a relação de cooperação mútua na promoção e no fortalecimento do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Assinou também um memorando de entendimento com o UNICEF para um trabalho conjunto na elaboração de um relatório sobre segurança do cidadão e direitos humanos e um relatório sobre justiça penal juvenil e direitos humanos. Nessa esfera, foi realizada em novembro de 2008 uma reunião regional de peritos sobre esses assuntos em Assunção, Paraguai.

A CIDH assinou um acordo de cooperação institucional com a Faculdade de Direito Norman Manley da Universidade das Índias Ocidentais da Jamaica, com a finalidade de promover o conhecimento do sistema interamericano de direitos humanos no Caribe.

Em 2008 a Comissão apresentou nove casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos e continuou a manter com esse órgão diálogos periódicos sobre o sistema e os respectivos regulamentos e procedimentos. Também em 29 de dezembro de 2008, a CIDH apresentou um pedido de parecer consultivo à Corte a respeito da utilização do castigo corporal como método de disciplina para crianças e adolescentes.

Em setembro de 2008, o Presidente da CIDH e membros da Secretaria Executiva visitaram a Corte Europeia de Direitos Humanos para um intercâmbio de experiências, desafios e boas práticas bem

como para estreitar vínculos que possibilitem uma cooperação maior entre os dois sistemas. Também participaram de um evento acadêmico sobre o sistema europeu e o interamericano de direitos humanos, na cidade de Utrecht, Países Baixos.

Também com o sistema africano mantiveram-se intercâmbios acadêmicos e diálogos sobre possíveis formas de cooperação. Entre eles, em outubro, vários membros da CIDH participaram de uma série de painéis acadêmicos sobre sistemas regionais organizados pela American University e pela Fundação MacArthur. Em novembro de 2008, a Secretaria Executiva da CIDH participou de um simpósio sobre o sistema africano de direitos humanos, em Abuja, Nigéria, bem como de um curso sobre vítimas, em Joanesburgo, África do Sul.

No ano a que se refere este relatório, a Secretaria Executiva da CIDH participou de diversas reuniões convocadas pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre sistemas regionais. A CIDH também manteve, por ocasião dos períodos ordinários de sessões, reuniões com representantes dos mecanismos especiais de direitos humanos das Nações Unidas sobre os defensores de direitos humanos, negócios e direitos dos povos indígenas.

Por último, em 9 de dezembro, foi emitida uma declaração conjunta sobre difamação de religiões e legislação antiterrorista e antiextremista pelo Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, pelo Representante da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação, pela Relatora Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação.

Períodos de sessões realizados

- Centésimo Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões - 3 a 14 de março de 2008
A CIDH aprovou relatórios sobre casos e petições individuais e realizou 33 reuniões de trabalho e 36 audiências públicas. Também aprovou nesse período de sessões o Relatório Anual de 2007. O relatório foi encaminhado ao Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que teve lugar em Bogotá, Colômbia, de 1º a 3 de junho de 2008.
- Centésimo Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões - 17 a 25 de julho de 2008
A CIDH não realizou audiências públicas ou reuniões de trabalho nessa ocasião, por tratar-se de um período de sessões de caráter interno. A Comissão aprovou um total de 39 relatórios de casos e petições. Aprovou também o documento “Diretrizes para a elaboração de indicadores de progresso sobre direitos econômicos, sociais e culturais”. Aprovou ainda a reforma dos artigos 15 e 12.1.a, do Regulamento, referentes às relatorias e grupos de trabalho e às atribuições do Secretário Executivo da Comissão, respectivamente. Nessa mesma oportunidade, elegeu Catalina Marino Botero Relatora Especial para a Liberdade de Expressão.
- Centésimo Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões - de 15 a 31 de outubro de 2008
No decorrer das sessões, foram aprovados relatórios sobre casos e petições individuais e realizadas 57 audiências e 34 reuniões de trabalho. A CIDH também se reuniu com representantes dos mecanismos especiais das Nações Unidas.

3.3 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal da Secretaria-Geral em virtude de decisões administrativas, quando aleguem descumprimento das condições dispostas nas respectivas nomeações e contratos, ou infrações das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral e demais disposições aplicáveis, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. O Tribunal Administrativo é constituído por seis juízes eleitos pela Assembléia Geral da OEA a título pessoal, que atualmente são: Alma Montenegro de Fletcher (Panamá), Lionel Alain Dupuis (Canadá), Andre M. Surena (Estados Unidos), Hector Enrique Arce Zaconeta (Bolívia), Homero Máximo Bibiloni (Argentina) e Suzie d'Auvergne (Santa Lúcia).

O Tribunal Administrativo realizou o Sexagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões na Cidade do Panamá, por iniciativa da Juíza Alma Montenegro, de 9 a 11 de abril de 2008, no Salão dos Próceres da Chancelaria Panamenha. A sessão de abertura contou com a presença do Embaixador Ricardo J. Durán, Vice-Ministro das Relações Exteriores do Panamá.

No citado período de sessões o Tribunal Administrativo julgou um recurso pendente e considerou quatro consultas encaminhadas à Secretaria do Tribunal.

Por outro lado, o Secretário do Tribunal Administrativo apresentou, a pedido dos juízes, o projeto preliminar de reforma do Estatuto e do Regulamento. O Secretário, além de salientar as mudanças sugeridas, expôs em pormenores as razões que justificam uma reforma regulamentar, ressaltando a necessidade de se buscar um novo instrumento normativo que beneficie tanto a Organização quanto seus funcionários, ao dispor um procedimento mais flexível, expedito e simples do que o atual.

Os juízes concluíram a sessão de trabalho encarregando a Secretaria do Tribunal Administrativo da preparação de um “Relatório sobre a necessidade da formulação de um procedimento de designação de perito no âmbito de um recurso e a conseqüente proposta de reforma do artigo 38 do Regulamento do Tribunal Administrativo” e da revisão do projeto de reforma do Estatuto e do Regulamento do Tribunal, levando em conta as observações formuladas pelos juízes.

Como parte da sessão de encerramento os membros do Tribunal Administrativo e da Secretaria atenderam ao convite da Corte Suprema de Justiça do Panamá, onde foram recebidos pelo Presidente, Juiz James Mitchell Dale, e pela Vice-Presidenta, Juíza Esmeralda Arosemena de Troitiño.

Por ocasião da apresentação do relatório de atividades do Tribunal Administrativo à Comissão Geral do Conselho Permanente, na sessão de 23 de abril de 2008, algumas delegações aproveitaram a oportunidade para não somente destacar o conteúdo do relatório, mas também para salientar, entre outros aspectos, a firme determinação do Tribunal de propiciar um diálogo permanente de cooperação com os demais órgãos, organismos e entidades da Organização. Destacaram também a valiosa iniciativa do Tribunal de manter reuniões conjuntas periódicas com tribunais administrativos de outras organizações internacionais.

De maio a dezembro de 2008, o Tribunal Administrativo julgou três recursos de auditoria de cargos e tomou a devida nota de onze consultas formuladas por funcionários da Secretaria-Geral.

Cumprir salientar a assistência auxiliar que o Tribunal Administrativo presta aos interessados em geral ao receber e responder a consultas, seja por telefone ou correio eletrônico, seja por correio comum. Essas consultas vinculam-se, em alguns casos, ao funcionamento do Tribunal e tratam, na maioria das vezes, de assuntos procedimentais ou de jurisprudência, entre outros. Todas as consultas recebidas bem como as respectivas respostas elaboradas pela Secretaria do Tribunal foram devidamente registradas a fim de se projetar, a médio prazo, os temas jurídicos de maior interesse e determinar as preocupações mais frequentes relacionadas com as normas que regem o procedimento; tudo isso com a finalidade de dar andamento ao cumprimento das metas fixadas e oferecer cada vez mais soluções rápidas às partes interessadas.

3.4 ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (EIG) são regidas pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG), nas Normas Orçamentárias e Financeiras – Capítulo IX – Assessoramento, auditoria e fiscalização financeira – e na Ordem Executiva 95-05. Essas disposições estabelecem a função de auditoria interna, que apóia o Secretário-Geral e os órgãos dirigentes no controle do cumprimento das responsabilidades dos diferentes níveis de administração, com relação aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do EIG é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e transações financeiras tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. O Escritório do Inspetor-Geral também se encarrega de assegurar que as políticas, regulamentos e práticas estabelecidas sejam observados e acatados de maneira correta, eficaz e econômica.

Auditorias

No período compreendido entre 1º de janeiro e 31 dezembro de 2008, o Escritório do Inspetor-Geral realizou 12 auditorias e examinou 24 projetos para avaliar o funcionamento e assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA e para realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. As atividades de auditoria incluíram processos operacionais executados na sede e em sete Escritórios e duas Unidades da SG/OEA nos Estados membros. Na execução de suas atividades o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas com maior potencial para aumentar a eficiência, a eficácia e a economia na Secretaria-Geral. O Escritório do Inspetor-General atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas tarefas e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede quanto nos Escritórios da SG/OEA nos Estados membros.

Nesse período foram realizadas as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA. O EIG revisou os processos do Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros, os pagamentos duplicados e os processos das Missões de Observação Eleitoral e projetos selecionados. Também foram analisadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral em Belize, Panamá, Paraguai, Uruguai, Grenada, Trinidad e Tobago e Equador bem como de duas Unidades, na Argentina e no Brasil, para determinar se as atividades por eles executadas cumpriram os regulamentos e procedimentos da OEA.

O Escritório do Inspetor-Geral avaliou 24 projetos executados tanto na sede como nos Estados membros, para assegurar a conformidade com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos auditados foram os seguintes: (1) Desenvolvimento das Exportações em Apoio à Estratégia de Exportação de Grenada; (2) Preparação dos Diretores de Escolas em Algumas Funções e Práticas Específicas que a Direção Eficiente Pode Utilizar para Ajudar os Alunos; (3) Escritório da Secretaria-Geral na Zona de Adjacência entre Belize e Guatemala; (4) Satélite Regional para Ministrar Educação a Distância para o Treinamento, Educação e Desenvolvimento Humano de Professores nas Áreas Rurais (EDUSAT); (5) Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas de Uso da Terra em Belize, América Central, nos Pastos Degradados nos Trópicos como Modelo para a Mesoamérica; (6) Melhoramento da Função de Inspeção do Trabalho em Alguns Países do Caribe;

(7) Prospectiva de Ciência e Tecnologia e Inovação de Cartografia para o Caribe; (8) Desenvolvimento da Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN-Panamá); (9) Estudo e Aproveitamento da Biodiversidade Panamenha; (10) Conservação do Patrimônio Documental: problemas e metodologia usada; (11) Sistema Aquífero Guarani (Uruguai); (12) Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN-Uruguai); (13) Segundo Encontro de Porta-Vozes de Governo das Américas; (14) Avaliação Regional do Impacto de Sustentabilidade da Cadeia Produtiva da Soja; (15) Modernização do Registro Civil (MORECIV); (16) Manejo Sustentável de Terras no Ecossistema Transfronteiriço do Gran Chaco Americano; (17) BID - Iniciativa Capacetes Brancos; (18) Implementação do Programa de Ação Estratégica para o Desenvolvimento da Bacia Binacional do Rio Bermejo (acompanhamento); (19) Elaboração de Políticas e Estratégias de Prevenção da Evasão Escolar; (20) Cooperação Técnica para o Programa de Estruturação Institucional de Consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos; (21) Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani; (22) Popularização da Ciência e da Tecnologia na América Latina e no Caribe; (23) Ação Integral contra as Minas Antipessoal no Equador (AICMA/EC); e (24) Desenvolvimento Rural na Sub-Bacia Binacional do Rio Macará.

Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou a avaliar respostas e a dar seguimento às ações corretivas para assegurar que as recomendações por ele emitidas sejam implementadas de maneira efetiva bem como a prestar assessoramento e assistência, por meio de análises, avaliações, pesquisas e recomendações. Participou, como observador, de várias comissões da Secretaria-Geral para facilitar e promover comunicações abertas com a própria Secretaria. Em 2008 vários diretores de departamentos realizaram consultas com a Inspetora-Geral com relação a questões operacionais que possam representar potenciais riscos para a Organização, à implementação de recomendações e a outros assuntos operacionais vinculados aos controles internos. O EIG também examinou projetos de procedimentos operacionais e propostas e mudanças desses procedimentos; investigou toda a informação recebida pela linha telefônica de combate à corrupção e tomou medidas pertinentes aos assuntos que representavam um risco intrínseco para os controles internos da Secretaria-Geral.

3.5 JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 (III-O/73) da Assembléia Geral (III-O/73), aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (SG/OEA).

A reunião anual da Junta foi realizada de 14 a 18 de abril de 2008, com a finalidade de preparar o relatório da auditoria externa das contas e demonstrativos financeiros comparativos da SG/OEA, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 9 de maio de 2008, a Junta apresentou observações sobre o documento *Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: auditoria anual de contas e demonstrativos financeiros, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006* (OEA/Ser.S JAE/doc.38/08). O relatório foi dividido em quatro sessões: a) Relatório da Junta de Auditores Externos; b) Demonstrativos financeiros da SG/OEA; c) Demonstrativos financeiros de organismos e entidades relacionados com a OEA; d) Fundo de Aposentadoria e Pensões da OEA.

Com base nos pareceres sem ressalvas emitidos pela Ernst & Young, LLP, a empresa de auditores independentes de 2008, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta reuniu-se com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria bem como as recomendações por ela formuladas, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são, em resumo, as abaixo enumeradas.

Ao Conselho Permanente:

- examinar se há coerência entre o mecanismo de fixação de cotas da OEA e o mecanismo de determinação de gastos da Organização, como os custos de pessoal, mantendo a paridade com as Nações Unidas;
- continuar a implementar um processo de planejamento: fixar objetivos e prioridades estratégicas, designar recursos e colaborar na preparação de estimativas confiáveis dos custos de mandatos, anteriormente a sua aprovação, e apoiar um sistema de responsabilização com vistas à obtenção de resultados;
- adotar o Regulamento Orçamentário e Financeiro das Normas Contábeis Internacionais do Setor Público (IPSAS), uma vez que a SG/OEA tenha enviado o plano de ação para a transição.

À Secretaria-Geral:

- elaborar uma estratégia de longo prazo para a Organização, caso a situação crônica de insuficiência orçamentária não melhore;
- continuar a elaborar relatórios financeiros que, na medida do possível, estabeleçam um vínculo entre o uso de recursos e o cumprimento de metas e objetivos estratégicos do modo mais útil para os Estados membros, a administração e os doadores;

- adequar claramente as prioridades aos recursos disponíveis, o que pode redundar na redução, atraso ou eliminação de alguns programas e atividades;
- elaborar um plano de ação para a transição para o Regulamento Orçamentário e Financeiro das Normas Contábeis Internacionais do Setor Público bem como iniciar atividades de divulgação com os usuários internos e externos dos demonstrativos financeiros, a fim de que compreendam as importantes mudanças que deverão ser introduzidas nas informações desses demonstrativos;
- realizar uma avaliação da atual dotação de pessoal com a finalidade de assegurar que se insista o suficiente na contratação e manutenção de pessoal a longo prazo;
- estabelecer um plano de bens imóveis e ativos fixos para maximizar o potencial dos edifícios históricos da OEA;
- continuar a examinar o orçamento destinado a capacitação;
- assegurar que cada Escritório nos Estados membros disponha de um nível de dotação de pessoal razoável, com base na carga de trabalho, e que se estabeleça uma metodologia apropriada para o acompanhamento dos controles internos nesses escritórios;
- avaliar os controles relacionados com antecipações contábeis e introduzir as mudanças necessárias nas políticas e procedimentos, com vistas a garantir um nível de controle adequado;
- exigir que todos os empregados sejam avaliados mediante o uso do novo sistema de avaliação de desempenho;
- melhorar a conciliação dos registros de ativos fixos e contas de inventário;
- desenvolver um processo para a adequada proteção da informação pessoal privada.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais recebidas, a OEA levou em conta as iniciativas da Secretaria-Geral para pôr em prática as recomendações decorrentes do Relatório da Junta do ano anterior bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2007:

- Fundo Ordinário, FEMCIDI, fundos específicos e de serviços da OEA
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Fundação para as Américas
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Fundo da Junta Interamericana de Defesa
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

3.6 JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Junta Interamericana de Defesa, entidade da OEA desde março de 2006, conforme o disposto no artigo 53 da Carta, rege suas atividades de acordo com o que determinam seu Estatuto e seu Regulamento, aprovados respectivamente em 2006 e 2007. Tem por objetivo prestar à OEA e aos Estados membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em temas relacionados com assuntos militares e de defesa da Região, a fim de contribuir para o cumprimento da Carta da OEA. Para esse efeito, a JID goza de autonomia técnica e exerce suas atividades inspirada nos princípios de supervisão civil e subordinação das instituições militares à autoridade civil legalmente constituída, em observância ao disposto no artigo 4 da Carta Democrática Interamericana. A JID é constituída por um Conselho de Delegados, uma Secretaria e o Colégio Interamericano de Defesa. Na execução de suas atividades, a Junta leva em conta os mandatos da Assembléia Geral da OEA, da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA e do Conselho Permanente, em observância ao disposto no artigo 1º de seu Estatuto.

As funções específicas da Junta Interamericana de Defesa compreendem o assessoramento, a oferta de cursos acadêmicos avançados em assuntos militares e de defesa, a promoção da cooperação e da inter-relação entre funcionários civis e militares, o assessoramento técnico com respeito à ação integral contras minas; as atividades de auxílio e assistência humanitária em casos de desastre e busca e resgate; a gestão, a segurança e a destruição de estoques de armas; a elaboração de estudos de doutrina e política de defesa e a elaboração de medidas de transparência e fortalecimento da confiança e da segurança. Compreendem também a manutenção de um inventário atualizado das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e, finalmente, a promoção de cooperação e interação com outros organismos regionais e mundiais de natureza similar.

No decorrer de 2008, prosseguiram os trabalhos de remoção de minas na Nicarágua, Colômbia, Peru e Equador. A JID supervisionou, in situ, o Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia e elaborou um projeto para a realização de um curso sobre padronização de procedimentos de remoção de minas. Na área do desarmamento, foi atualizada a Diretriz para a Destruição de Munições, resumindo a experiência adquirida na Nicarágua. No que se refere ao Colégio, foi cumprido o programa completo do mestrado e do Quadragésimo Sétimo Curso, com 50 alunos provenientes de 14 países. Foram também realizados seis seminários e workshops sobre temas relacionados com situações de emergência, respostas a desastres, operações de paz, segurança hemisférica, gestão de crises e solução de conflitos, direitos humanos e relações cívico-militares bem como acentuaram-se os sólidos vínculos formais com prestigiosas instituições acadêmicas. Quanto à Secretaria, e independentemente do exposto, foram realizadas as tarefas administrativas e logísticas necessárias ao funcionamento da Junta, análises de diversos documentos e digitalização de arquivos.

No período a que se refere este relatório, integrantes da Subsecretaria de Assessoramento da JID participaram da Conferência sobre Procedimentos para Operações de Paz, realizada no Texas, no âmbito da Conferência de Exércitos Americanos, integrando um grupo de trabalho. Em coordenação com a UNESCO, a Universidade das Nações Unidas, o Instituto Nacional de Estudos Territoriais da Nicarágua, o Serviço Hidrográfico e Oceanográfico do Chile e a Puerto Rico Seismic Network, foi realizado um seminário sobre tsunamis e ações destinadas à prevenção e redução dos efeitos dos

danos causados por esses fenômenos. A Junta organizou a Conferência sobre Medidas de Confiança, expondo o Caso Argentina-Chile, e preparou uma série de conferências para promover a divulgação e o uso do Sistema de Gestão e Treinamento para Emergências, do Chile. Participou de um encontro com a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento para analisar mecanismos de cooperação em ajuda humanitária e desastres naturais. Participou também de um workshop promovido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos sobre segurança cooperativa. Foi organizada na JID uma exposição da Agência de Defesa para a Redução de Ameaças para promover o assessoramento aos Estados sobre segurança e gestão de estoques. A JID tomou parte no Seminário Técnico de Armazenamento e Depósito de Munição, realizado no Uruguai, nas sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, na Reunião Preparatória da Sexagésima Oitava Conferência dos Chefes das Forças Aéreas Americanas e no Simpósio Marítimo contra o Narcotráfico na Colômbia. No âmbito do rodízio anual do CID, oficiais da Subsecretaria de Assessoramento falaram sobre as atividades da JID no Ministério da Defesa, na Academia de Estudos Políticos e Estratégicos e na Pontifícia Universidade Católica do Chile e nos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa do Peru.

A Presidência da JID compareceu aos seguintes eventos: Conferência de Segurança dos Países Andinos, em Key West; Conferência de Segurança da América Central, em El Salvador; Conferência Anual da Universidade de Defesa Nacional, em Miami; Reunião de Comandantes de Exércitos do MERCOSUL, no Chile; Conferência Centro-Americana e do Caribe, na República Dominicana; Conferência de Defesa do Cone Sul, em Brasília; Multilateral Planners Conference, na Dinamarca; Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, na Colômbia; Conferência de Segurança dos Países do Caribe, em Porto Rico; Sexagésima Oitava Reunião de Comandantes das Forças Aéreas, no Texas; Oitava Conferência de Ministros da Defesa das Américas, no Canadá; Conferência Naval Interamericana, no Equador; e Sexta Exposição e Conferência Internacional Marítima e Naval para a América Latina, no Chile.

Foram realizadas no decorrer do ano numerosas reuniões de trabalho das Comissões de Regulamento, Metas e Objetivos, Orçamento, Colégio Interamericano de Defesa e situação dos Estados menores; o Segundo Encontro Doutrinário de Remoção de Minas sobre o tema “Apoio a emergências humanitárias”; uma reunião com a AICMA para verificar a situação geral da equipe das missões de remoção de minas; e um levantamento de necessidades.

3.7 COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99), para fazer frente aos problemas relacionados com desastres naturais e servir de foro principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) nessa área, em coordenação com as organizações nacionais competentes. A CIRDN é constituída pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Junta Interamericana de Defesa (JID), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Reconhecendo a conveniência de se abrigar todos esses organismos chave do Sistema Interamericano sob um só teto, a fim de conseguir melhor coordenação, a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99), que deu origem à Comissão, reconheceu e salientou a necessidade de as organizações fortalecerem a cooperação com todos os organismos intergovernamentais sub-regionais como a CDERA, o CEPREDENAC e a CAPRADE. Também afirmou a necessidade da prestação de maior apoio à inclusão de assuntos sensíveis ao gênero em intervenções relacionadas com a redução do risco de desastres, mediante a cooperação com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), maior colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (ONU/OCHA) e o fortalecimento da participação do setor privado na consideração de temas relacionados com os impactos dos desastres naturais, por meio de intervenções da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD).

O Relatório do Departamento de Desenvolvimento Sustentável apresenta em detalhes os esforços por fortalecer a cooperação entre todos os organismos intergovernamentais sub-regionais envolvidos na redução dos efeitos dos desastres no Hemisfério, inclusive a participação no trabalho da Rede Interamericana de Mitigação de Desastres (RIMD) e mediante a presença em reuniões convocadas com o patrocínio do Quadro de Ação de Hyogo. A Assembléia Geral de 2007 reconhece a RIMD como o “mecanismo hemisférico permanente para fortalecer a colaboração prática entre os organismos intergovernamentais na área de redução de desastres, em particular ao compartilhar informação técnica e melhores práticas”.³

Dando seqüência às recomendações decorrentes da primeira reunião da CIRDN realizada em setembro de 2007, prosseguem os esforços do Departamento de Desenvolvimento Sustentável e da RIMD com vistas a:

- criar um portal para prestar aos organismos do governo, às organizações não-governamentais, às empresas privadas e à sociedade civil informações atualizadas sobre os diversos programas, projetos e políticas do Sistema Interamericano, como elemento estratégico da gestão de riscos de desastres no Hemisfério;
- integrar a redução da vulnerabilidade aos desastres naturais em cada esfera e em todos os setores dos Estados membros da OEA;

3. “Redução de desastres naturais, gestão de riscos e assistência em casos de desastres naturais e outros desastres”, AG/RES. 2314 (XXXVII-O/07).

- dar prioridade à necessidade de maior investimento em redução da vulnerabilidade, em vez de atribuir importância à reabilitação e à construção;
- unir o planejamento completo da utilização da terra a considerações sobre os desastres naturais, a fim de reduzir a vulnerabilidade das comunidades pobres nas Américas; e
- promover a adoção de um enfoque baseado no gênero na redução do risco dos desastres naturais.

3.8 COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana é um dos órgãos mediante os quais a OEA realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte maneira: servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Continente.

A Comissão Jurídica Interamericana realizou em 2008 dois períodos ordinários de sessões em sua sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

O primeiro deles ocorreu de 3 a 14 de março e o segundo de 4 a 15 de agosto. No decorrer de ambas as reuniões, constaram da agenda da Comissão Jurídica os seguintes temas: Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado – CIDIP-VII; acesso à informação e à proteção de dados pessoais; administração da justiça nas Américas: ética judicial e acesso à justiça; Tribunal Penal Internacional; luta contra a discriminação e a intolerância nas Américas; Tribunal Interamericano de Justiça; cooperação jurídico-institucional com a República do Haiti; criação de um “Boletim Oficial Regional da América Latina”; situação jurídica dos trabalhadores migrantes e suas famílias no Direito Internacional; acompanhamento da aplicação da Carta Democrática Interamericana; conquista do direito à identidade; e implementação do Direito Internacional Humanitário nos Estados membros da OEA.

A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e aprovou resoluções relativas a esses temas. Cumpre salientar em especial a aprovação de um conjunto de princípios interdependentes que dispõem sobre o acesso à informação bem como de um parecer relacionado com a Diretiva de Retorno aprovada pelo Parlamento da União Européia.

A constituição da Comissão Jurídica Interamericana em 2008 foi a seguinte: Jean-Paul Hubert (Canadá, Presidente), Jaime Aparicio (Bolívia, Vice-Presidente), Ricardo Seitenfus (Brasil), Galo Leoro Franco (Equador), Ana Elizabeth Villalta (El Salvador), Antonio Pérez (Estados Unidos), Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Jorge Palacios (México), Mauricio Herdocia (Nicarágua), Freddy Castillo (Venezuela) e Guillermo Fernández de Soto (Colômbia). O Trigésimo Oitavo Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Colômbia, junho de 2008) registrou a reeleição do Doutor Jean-Paul Hubert (Canadá) e a eleição para membros da Comissão Jurídica dos Doutores David Stewart (EUA) e Fabian Novak (Peru). Os mandatos desses membros iniciaram-se em 1º de janeiro de 2009, por um período de quatro anos. Os membros que deixaram a Comissão Jurídica Interamericana em 31 de dezembro de 2008 foram os Doutores Galo Leoro Franco e Antonio Fidel Pérez.

Os serviços de Secretaria e apoio técnico à Comissão Jurídica foram prestados pelos funcionários do Departamento de Direito Internacional da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Finalmente, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Departamento de Direito Internacional, organizou o Trigésimo Quinto Curso de Direito Internacional, de 30 de julho a 24 de agosto de 2007, que teve a participação de 30 professores de diferentes países da América, Europa e África, 22 bolsistas da OEA escolhidos dentre mais de 100 candidatos e oito alunos que pagaram

suas próprias despesas. O tema central do curso foi “Novos desdobramentos do Direito Internacional nas Américas”.

3.9 FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Criada em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora, constituída por 25 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. O Presidente da Fundação é o Embaixador Alexander F. Watson e os Vice-Presidentes, Carlos Marino, da Colômbia, e Philippe Armand, do Haiti. O Diretor Executivo é John Sanbrailo e a Diretora Executiva Adjunta, Amy Coughenour-Betancourt. Todos os membros da Junta trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem em dinheiro e bens para os programas da Fundação.

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de parcerias inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos grandes objetivos da Fundação é fortalecer a sociedade civil e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como de governos nacionais como o do Canadá. Também administra contribuições de entidades governamentais da Região.

O ano de 2008 destacou-se pelas numerosas atividades realizadas sob a direção do Secretário-Geral, José Miguel Insulza, e do Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin. Essas atividades mobilizaram financiamento para programas de desenvolvimento que beneficiaram mais de quatro milhões de pessoas mediante projetos de geração de emprego, capacitação técnica, fomento agrícola, desenvolvimento comunitário e social, fortalecimento de grupos da sociedade civil, proteção de direitos humanos e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias.

De acordo com as diretrizes da OEA, a FUPAD ampliou seu programa no Haiti, contribuindo com mais de US\$13 milhões, que beneficiaram mais de um milhão de haitianos por meio de projetos de desenvolvimento socioeconômico e ajuda às vítimas dos danos provocados por três furacões e uma tempestade tropical que atingiram o país. Também forneceu alimentos para enfrentar a crise decorrente de um aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade (a pedido do grupo da OEA denominado “Força-Tarefa para o Haiti”) e apoiou o combate ao tráfico de pessoas e à violação de direitos humanos e a promoção de maior cooperação entre grupos haitianos e dominicanos na fronteira.

A FUPAD também prosseguiu a implementação do Programa de Desenvolvimento Comunitário Participativo (PRODEP e PRODEPAP) com financiamento do Banco Mundial e do governo haitiano, que ajudou mais de 360 comunidades em 14 distritos, inclusive as áreas de conflito de Cité Soleil e Bel Air, em Port-au-Prince. Esse programa fortalece a participação democrática mediante projetos de infra-estrutura local, selecionados e priorizados pelas comunidades e, por conseguinte, promove maior solidariedade e capital social.

Em parceria com o Programa Mundial de Alimentos e a Fundação *Yélé Haiti*, de Wycléf Jean, a FUPAD lançou uma campanha de gestão de fundos denominada “Juntos pelo Haiti”, que mobilizou

mais de US\$500.000 para projetos de fornecimento de alimentos, emprego e desenvolvimento agrícola. Foram enviadas, ademais, mais de 400 toneladas de arroz fortificado, no valor de US\$1 milhão, com o apoio da OEA e do Comando Sul dos Estados Unidos, que custearam o envio e a logística local. Prestou ajuda aos atingidos pelos furacões Gustav, Hanna e Ike e pela tempestade tropical Fay, com o patrocínio de vários doadores corporativos como a Câmara de Comércio Haitiano-Americana. Também o Escritório de Assistência Externa em Casos de Desastres da USAID (OFDA) doou recursos adicionais à FUPAD para projetos comunitários de recuperação dos danos causados pelos furacões.

A Fundação liderou no Haiti um programa de proteção de direitos humanos para fortalecer a capacidade local de monitoramento, ajuda direta e prevenção de abusos nessa área, prestando assistência a mais de 700 vítimas e promovendo maior confiança e estabilidade social, colaborando com mais de 150 organizações comunitárias para combater o tráfico de mulheres e crianças e a violência comunitária e proporcionando serviços de aconselhamento. Com financiamento do Governo do Canadá vem sendo recuperada a prisão de Cap Haitien e construído um complexo administrativo na cidade fronteiriça de Belladeres, para ampliar a segurança e a presença governamental na fronteira. Do mesmo modo, prosseguiu a intensificação de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira do Haiti e República Dominicana, como meio de oferecer maior cooperação e diálogo entre as organizações não-governamentais e entidades públicas e privadas dos dois países.

A fim de atender à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continuou a ampliar seus programas na Colômbia, em apoio aos deslocados, aos afro-descendentes e aos camponeses que abandonaram os cultivos ilícitos, beneficiando mais de 670.000 pessoas. Em colaboração com organizações locais, o programa oferece assistência em serviços básicos, geração de renda e fortalecimento institucional. Até fins de 2008, o programa havia financiado 200 projetos e beneficiado um total de 350.700 pessoas, em mais de 100 municípios em todo o país. A FUPAD prestou ainda assistência a grupos vulneráveis colombianos nas zonas fronteiriças com o Equador, Venezuela e Panamá. No âmbito do programa ADAM e em colaboração com o governo colombiano, 52 projetos produtivos foram implementados, prestando assistência a organizações e cooperativas de camponeses, para cultivar e comercializar novos produtos agrícolas, beneficiando mais de oito mil famílias. O programa de Zonas de Amortecimento de Parques Naturais trabalhou com 3.000 famílias de camponeses e grupos indígenas nos parques do Alto Fragua e da Sierra Nevada de Santa Marta para melhorar o uso dos recursos naturais nessas áreas.

Na Bolívia, a FUPAD vem implementando um programa de acesso a terras no departamento de Santa Cruz. Além de prestar assistência jurídica a quatro comunidades no processo de titulação de terras, a FUPAD oferece a essas comunidades capacitação em solução pacífica de conflitos e desenvolvimento comunitário. Além disso, 350 famílias beneficiam-se de iniciativas produtivas que melhoram sua renda e qualidade de vida.

A Fundação também continua a apoiar projetos de responsabilidade social corporativa em vários países da Região, que promovem maiores contribuições privadas para projetos de desenvolvimento integral e ajuda a vítimas de desastres naturais. Em 2008, por meio do Programa de Doações à Espécie, a FUPAD enviou equipamentos médicos, ferramentas e materiais de emergência à Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Honduras, Jamaica, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai, num total de US\$3,7 milhões.

A FUPAD implementou com êxito a segunda fase do projeto Parceria para o Manejo de Desastres, patrocinado pelo OFDA/USAID, e serviu de mecanismo da OEA com vistas à mobilização de maior financiamento do setor privado para atender aos desastres naturais no Hemisfério. A Fundação trabalhou com a Rede Interamericana de Mitigação de Desastres da OEA. Do mesmo modo, em apoio à Carta Democrática Interamericana, ampliou os esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a Região, estabelecendo vínculos com doadores privados e governamentais para intensificar os valores e práticas democráticas nas Américas.

A Fundação continuou a trabalhar em conjunto com organizações de imigrantes salvadorenos residentes nos Estados Unidos por meio do “Mãos Unidas por El Salvador”, um programa de responsabilidade social empresarial do Banco Agrícola, que oferece melhores oportunidades de educação a alunos do sistema de educação pública. A Fundação trabalhou com 22 grupos de salvadorenos nas áreas metropolitanas de Los Angeles e Washington, D.C., para co-financiar igual número de projetos de educação em El Salvador, que beneficiaram mais de 15 mil alunos com novas salas, centros de computação, laboratórios de ciência, bibliotecas e outros melhoramentos.

Com a participação do Secretário-Geral José Miguel Insulza, a Junta Diretora da Fundação realizou uma reunião em Bogotá, Colômbia, em abril de 2008. Entre outras atividades, reuniu-se com o Presidente Álvaro Uribe Vélez e viajou à cidade de Quibdó, Chocó, com o propósito de avaliar os projetos da Fundação que beneficiam a comunidade afro-descendente. No mês de setembro, a referida Junta reuniu-se na sede da OEA com a participação do Secretário-Geral Adjunto, Embaixador Albert Ramdin, para avaliar os programas da FUPAD e aprovar os planos operacionais e orçamentos para o ano fiscal de 2009. Por outro lado, o Diretor Executivo e a Diretora Executiva Adjunta participaram de várias reuniões de diferentes comissões da OEA, como a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais.

A FUPAD preparou um novo Plano Estratégico para o período 2008-2012, que orientará o apoio maior que prestará à OEA e ao Sistema Interamericano, fortalecendo o papel da sociedade civil e do setor privado para promover o desenvolvimento integral da Região. A Fundação continua a incentivar a responsabilidade social corporativa como mecanismo para ampliar o financiamento de projetos de desenvolvimento integral e atendimento a um maior número de vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. A Fundação vem, ademais, preparando para 2012 a comemoração de seus 50 anos de fundação como entidade privada fundamental do Sistema Interamericano.

3.10 COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A CITEEL, criada pela Assembléia Geral em 1994, goza de autonomia técnica no desempenho de suas funções, observados os limites estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em seu Estatuto e nos mandatos da Assembléia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

São conhecidas as numerosas mudanças nas telecomunicações e no entorno geral das TIC, com grandes repercussões para a Comissão Interamericana de Telecomunicações, dentre as quais destacamos:

- o reconhecimento de que as TIC são um instrumento eficaz para incentivar o crescimento econômico e promover a paz, a segurança e a estabilidade bem como para propiciar a democracia, a coesão social e a boa governança nos planos regional, nacional e internacional;
- a convergência das plataformas tecnológicas para as telecomunicações e seu impacto na estrutura jurídica e normativa do setor;
- o crescimento da Internet e de outras plataformas baseadas no protocolo de Internet (IP) e serviços conexos;
- o desenvolvimento rápido e permanente da rede de comunicações sem fio e móveis e o surgimento de novas tecnologias;
- a permanente liberalização do mercado, em especial nos países em desenvolvimento, inclusive a abertura dos mercados à concorrência;
- o contínuo desafio vinculado à capacitação, sobretudo para os países em desenvolvimento, em virtude da rápida inovação tecnológica;
- a necessidade de se fazer o melhor uso possível dos escassos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Nesse contexto e com base nos mandatos recebidos da Assembléia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas, a CITEEL deve continuar a ser uma organização intergovernamental de vanguarda, em que os Estados membros e os membros associados trabalhem juntos para incentivar o crescimento e o desenvolvimento sustentável das redes de telecomunicações e de informação e promover o acesso universal, para que todos, em todos os lugares, possam participar da economia e da sociedade mundiais da informação e usufruir seus benefícios.

Dada a rápida inovação tecnológica, a CITEEL enfrenta o desafio permanente da criação de pessoal capacitado em telecomunicações. Para essa finalidade foram oferecidos, em 2008, 24 cursos (17 a distância e sete presenciais) sobre política, regulamentação, gestão e tecnologia de telecomunicações; foram concedidas mais de 190 bolsas de estudo a participantes de 27 países da Região. A CITEEL dispõe atualmente de 19 centros regionais de capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência da União Internacional de Telecomunicações (UIT) para as Américas.

No âmbito das tecnologias de telecomunicações e seu funcionamento, foram atualizados estudos sobre: aspectos da tecnologia das comunicações por linha de potência (PLC) para a utilização das linhas de distribuição elétricas para a transmissão de informações; proteção da infra-estrutura crítica de telecomunicações levando em conta que a vulnerabilidade das infra-estruturas tende a aumentar à medida que a interdependência entre elas aumenta; aplicação e uso da contabilidade regulatória para

que o regulador possa verificar a eficiência na prestação do serviço e casos práticos de televisão sobre Protocolo Internet; mecanismo alternativo de distribuição de vídeo, que inclui conteúdos armazenados, programação direta e vídeo sob demanda sobre uma conexão de Internet. Também foi aprovado um plano internacional de preparação para situações de emergência (IEPS) e outro sobre serviço de telecomunicações de emergência (ETS) e sua esfera de interconexão para implementações nacionais; o Livro Amarelo sobre procedimentos de avaliação da conformidade para produtos de telecomunicações nas Américas; um guia preliminar sobre diretrizes e práticas para a regulamentação das interconexões e uma recomendação sobre a implementação do Protocolo de Internet versão 6 (IPv6).

No que diz respeito a considerações de política e regulamentação, cumpre salientar a participação na Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações (AMNT), em que foi aprovada uma série de decisões sobre o futuro das TIC, em especial sobre a mudança climática, distribuição de IPv6, acessibilidade das TIC em favor das pessoas com deficiência e a realização de provas de conformidade e compatibilidade. A OEA/CITEL apresentou nessa reunião 40 propostas interamericanas (IAP) relacionadas com diversos temas críticos para a Região.

O papel desempenhado pelas organizações regionais de telecomunicações como a CITEL na preparação de reuniões internacionais é fundamental para não duplicar esforços, assegurar a coerência na Região e obter melhores resultados. Levando em conta os excelentes resultados alcançados na preparação de reuniões passadas, prossegue a coordenação inter-regional mediante a participação mútua nas reuniões que sobre esses temas realizam as organizações regionais da África, Ásia-Pacífico, Europa, Federação Russa da Comunidade Regional da Área de Comunicações e Grupo Árabe.

É cada vez maior o reconhecimento da importância das tecnologias sem fio, do valor econômico do limitado espectro de frequências e da necessidade da consideração de medidas que possibilitem o interfuncionamento dos sistemas e o rápido desenvolvimento tecnológico. No âmbito das radiocomunicações, prosseguem os trabalhos de definição do estágio atual do uso de frequências radioelétricas, com a finalidade de elaborar resoluções e recomendações para a harmonização do uso do espectro para os serviços de radiocomunicações terrestres fixos e móveis e, em especial, para a determinação de frequências disponíveis para situações de emergência e o uso das bandas 54-72 MHz / 76-88 MHz / 174-216 MHz atualmente atribuídas ao serviço de radiodifusão.

No que se refere às radiocomunicações, cumpre salientar também a preparação de mecanismos para resolver casos de interferência prejudicial entre sistemas de satélite e de diretrizes para facilitar a instalação de Sistemas Integrados nas Américas; a atualização do Guia de Implementação de Televisão Terrestre Digital (TTD), que possibilita o intercâmbio das experiências dos países que já envidaram esforços significativos nessa área; o início da preparação da Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2011 (CMR), em que se revisará o tratado internacional “Regulamento de Radiocomunicações”, que rege a utilização do espectro de frequências radioelétricas e das órbitas dos satélites; a permanente atualização de dados das prioridades dos membros, entre os quais figuram a situação normativa atual dos sistemas de satélite na Região; a situação dos operadores móveis na Região; a situação da concessão de licenças genéricas ou em bloco; e a atribuição do espectro.

Entre as 18 reuniões realizadas pela CITEL, salientamos em especial as seguintes sobre temas específicos:

- Workshop sobre análise do roaming regional, com vistas à realização de um diagnóstico sobre o tema na Região e à elaboração de recomendações sobre melhores práticas, realizado em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Terceiro workshop sobre ferramentas administrativas Estado-operadores de proteção ao usuário que possibilitem minimizar o impacto das fraudes, com o objetivo de focalizar o problema do ponto de vista dos usuários e suas necessidades, expondo a dimensão da perda em virtude das fraudes no setor e os principais tipos de fraude;
- seminário Relato das experiências ou modelos regionais sobre a implementação da portabilidade numérica nas Américas, para colaborar com os membros que estejam no processo de implementar esse serviço;
- Fórum Conjunto UIT/CITEL: Possibilitando um ambiente de negócios na região das Américas, realizado com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), para promover um debate sobre o melhoramento da cooperação mútua para o aperfeiçoamento das telecomunicações/TIC na região das Américas e a criação de um ambiente de políticas e normativo que promova o desenvolvimento dessa indústria e a expansão dos serviços às áreas rurais, marginalizadas e distantes;
- Seminário do serviço fixo por satélite (SFS), em que foram considerados os tipos de serviço e suas aplicações; as regulamentações e os desafios das interferências experimentados pelos usuários do sistema; e o fórum tecnológico da CITEL sobre Novas tecnologias e seu impacto na sociedade da informação”, organizado em coordenação com a Associação Hispano-Americana de Centros de Pesquisa e Empresas de Telecomunicações (AHCJET) e a UIT, em que foram analisados os trabalhos que vêm realizando as entidades para incentivar o conhecimento e a utilização das novas tecnologias com vistas ao cumprimento dos Objetivos do Milênio.

Prossiguiu a divulgação do boletim eletrônico mensal info@CITEL, que até dezembro de 2008 publicou 410 artigos e 377 notícias dos países. Também se fortaleceu a coordenação e a cooperação com outros organismos, mediante a manutenção de 18 acordos de cooperação em temas de interesse comum para aumentar a eficiência das partes.

A CITEL continuará no futuro a empenhar-se na maior conscientização pública quanto à sua missão e suas atividades bem como no melhoramento do acesso à informação em temas prioritários para os Estados membros.

3.11 CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral como entidade intergovernamental com autonomia técnica e operacional. Tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça da Região.

Em 2008 o Centro de Estudos da Justiça das Américas, CEJA, abordou com nova ênfase uma mudança de ciclo provocada nos últimos anos nas reformas no continente. Essa mudança significa novas aproximações quanto às reformas consolidadas na maioria dos países, com tarefas pendentes em novas demandas aos Ministérios Públicos, ou realizações mais agressivas em domínios de gestão que influenciam institutos críticos dos processos, como o tempo de duração da prisão preventiva. Insiste-se, desse modo, na geração de instrumentos e ferramentas, como indicadores e normas, que melhorem a gestão dos processos.

Intensificou-se, por outro lado, uma estratégia de apoio e informação em países que iniciam suas reformas, de maneira que não cometam, na implementação, os erros detectados nos primeiros.

Por sua vez, o CEJA reafirmou o compromisso de continuar a abordar uma reforma regional dos sistemas civis, da perspectiva das políticas públicas, mediante a formulação e produção de modelos de boas práticas e discussões locais.

Finalmente, o CEJA continuou a acompanhar os principais processos de discussão jurídica e judicial nas Américas, consciente de que a reconstrução da capacidade institucional no âmbito da justiça influencia especialmente a responsabilização e a democracia. Desse modo, organizou-se juntamente com o PNUD o seminário “Reforma da Justiça e do Estado de Direito”, com o objetivo de apoiar consensos básicos para uma reforma integral nessas áreas.

Segue-se um resumo das ações executadas com o impacto dos resultados delas decorrentes.

Reforma da justiça nas Américas.

Promoção geral de reformas judiciais na Região

a) Seminários interamericanos

- Segundo Seminário Interamericano sobre Reforma da Justiça Civil

Assistiram ao evento 120 pessoas de diversos países da Região, inclusive autoridades e membros de instituições do setor da justiça, especialmente as responsáveis pela gestão judicial da América Latina, provenientes de 21 países.

A publicação sobre o seminário teve uma tiragem de 2.000 exemplares, distribuídos a mais de 600 pessoas na Região. O livro foi apresentado em 5 de agosto numa mesa de discussão organizada em Santiago, Chile, com a *Americas Society* e o *Council of the Americas*, com 50 participantes.

- Sexto Seminário Internacional sobre Gestão Judicial “Realizações e novos desafios na gestão judicial”

Compareceram ao evento 120 pessoas de diversos países da Região, inclusive altas autoridades judiciais. Diversos meios de comunicação divulgaram o seminário.

- Seminário Internacional "Desafios da prisão preventiva na reforma processual penal: avaliação e perspectiva"

Participaram do evento 110 pessoas de 10 países da Região. No dia seguinte ao seminário foi realizado um workshop fechado de 25 peritos no assunto, de alguns países da Região, a fim de discutir os passos específicos a serem seguidos e as oportunidades de intervir no problema do uso excessivo da prisão preventiva. Participaram representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México e Peru.

b) Estudos

- Boas práticas para a investigação, acusação e punição dos crimes de homicídio e corrupção em países das Américas

Projeto aprovado e financiado para continuar a ser executado em 2009, com base na experiência de quatro países da América Latina.

- Apoio ao sistema judicial do Haiti

Divulgado nos meios de comunicação locais.

Ocasionou o pedido de coordenação de um workshop para o conhecimento do funcionamento de um sistema de justiça penal acusatório no Chile, por parte de uma delegação haitiana, em janeiro de 2009. Atividade a ser coordenada pelo CEJA.

- Programa Fortalecimento da Justiça no Panamá

Espera-se a elaboração de proposta de implementação e um seminário de divulgação e validação em março de 2009.

c) Outras atividades

- Convênios de cooperação interinstitucional

Convênio Macro de Cooperação Acadêmica entre o Tribunal Superior de Justiça de P. Córdoba e o CEJA, assinado em 30 de outubro de 2008 na Argentina.

Convênio de Cooperação entre a Corte Suprema, Corp. Administrativa do Poder Judiciário, Faculdade de Direito UDP e CEJA, assinado em 30 de setembro de 2008 em Santiago, Chile.

Acordo de Cooperação entre a *Transparency International* e o CEJA, assinado em 3 de abril de 2008, em Santiago, Chile.

- Estágios gratuitos

Foi de grande utilidade a contribuição dos estagiários para a realização de cada um dos estudos acima mencionados. www.cejamericas.org

- Estágios remunerados

Rosa Reynoso, advogada da Corte Suprema da República Dominicana, de janeiro a julho, colaborou no Relatório da Justiça das Américas e outros estudos do CEJA.

No decorrer de 2008, Pierre-Gilles Belanger, estagiário sênior do CEJA e representante do Departamento de Justiça do Canadá, prestou serviços à instituição, apoiando a execução de ações no Haiti, como o seminário realizado no mês de outubro.

Apoio específico às reformas na justiça penal

a) Projetos de inovação

- Apoio aos processos de inovação processual penal

Estudo denominado “A reforma processual penal no Equador: experiências de inovação”, realizado nesse país. Informa sobre iniciativas em Quito, Cuenca, Guayaquil e Azores para melhorar o sistema de justiça penal. O material constitui o quinto volume do Projeto de Acompanhamento das Reformas Processuais Penais na América Latina, do CEJA

Foram impressos 2.000 exemplares, dos quais mais de 1.000 foram distribuídos entre o público local e regional. O estudo foi também publicado na página do CEJA, www.cejamericas.org.

- Projeto Província de Buenos Aires

Foram realizados vários eventos de capacitação nesse tema em 2008, a cargo dos especialistas do projeto, dentre os quais cumpre salientar os abaixo relacionados.

Workshop de reforço da capacitação sobre o procedimento de flagrante no Departamento Judicial de Bahía Blanca, organizado em 28 de abril de 2008 na mencionada cidade, com 31 participantes (funcionários e magistrados).

Workshop de reforço da capacitação sobre o procedimento de flagrante no Departamento Judicial de Morón, organizado em 6 de maio de 2008 na mencionada cidade, com 35 participantes (funcionários e magistrados de Morón).

Curso sobre o Novo Procedimento de Flagrante: oralidade na etapa de garantias. La Plata, 26 de novembro de 2008. Destinatários: juízes de garantias, defensores e promotores dos Departamentos Judiciais de Azul, San Nicolás e La Plata. Número “estimado” de participantes: 25.

Curso sobre o Novo Procedimento de Flagrante: oralidade na etapa de garantias. La Plata, 27 de junho de 2008. Destinatários: juízes de garantias, defensores e promotores dos Departamentos Judiciais de Quilmes e Dolores. Número “estimado” de participantes: 45.

b) Estudos

- Desafios da prisão preventiva na Reforma Processual Penal

Os relatórios locais e o relatório comparativo foram apresentados no âmbito do seminário internacional "Desafios da prisão preventiva na reforma processual penal: avaliação e perspectiva", em 13 de novembro de 2008, em Bogotá, Colômbia.

Os documentos serão publicados em princípios de 2009.

- Acompanhamento das reformas processuais penais: estudos, publicação e divulgação

O estudo do Peru foi apresentado em dezembro em Lima e Trujillo, juntamente com a Corte Suprema, mediante mesas de discussão com as demais instituições participantes. Em ambas as ocasiões contou-se com mais de 50 participantes. Houve, além disso, várias reuniões com equipes técnicas das instituições de justiça e peritos do CEJA.

- Relatório sobre o Sistema de Justiça Penal mexicano

Aguarda-se a publicação em princípios de 2009.

c) Capacitação

- Quinto Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal

O programa teve grande acolhida na Região. Apresentaram-se 213 pessoas de 17 países da Região, das quais foram selecionados 58 participantes.

Participaram alunos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai.

- Segundo Encontro Interamericano: Rede do Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal

O seminário foi nessa oportunidade denominado “Desafios da reforma processual penal e segurança pública” e nele discutiram-se matérias vinculadas à implementação de iniciativas inovadoras nos processos de reformas regionais. Especificamente foram apresentadas experiências de segurança do cidadão, a fim de provocar debates sobre o tema e fortalecer o trabalho em conjunto dos participantes. Os peritos convidados na ocasião para expor o assunto foram Alberto Binder e Andrés Baytelman.

- Curso de Capacitação Virtual Desafios do Ministério Público Fiscal na América Latina

Contou com 65 alunos de 11 países da Região e foi realizado de 30 de junho a 5 de setembro.

- Curso sobre Estratégias e Conteúdos da Modernização Judicial na América Latina

Participaram 42 alunos de diferentes países da Região.

- Seminário “Novas tendências nos sistemas de justiça: justiça voltada para a solução de conflitos”

Página eletrônica com os objetivos, justificação, programa e demais detalhes do evento.

<http://www.cejamericas.org>

O seminário contou com 250 participantes.

- Primeiro Seminário Internacional de Estratégias Inteligentes para a Redução do Delito: “Análise do delito e acusação penal inteligente”

Página eletrônica com os objetivos, justificação, programa e demais detalhes do evento.

<http://www.cejamericas.org> O seminário contou com 237 participantes.

Visitas / Workshops sobre a justiça penal no Chile

- Foram registradas em 2008 as visitas abaixo relacionadas.
- Visita da Delegação da Unidade Transitória da Defesa Pública Penal do Equador
- Visita da Delegação do Conselho da Magistratura da Cidade Autônoma de Buenos Aires
- Visita da Delegação da República Dominicana
- Visita da Defensoria Nacional do Peru
- Visita de representantes da Conferência de Haia de Direito Internacional ao CEJA
- Visita da Delegação do Panamá
- Visita da Federação Argentina da Magistratura e Unidos pela Justiça
- Visita da Delegação Peruana

Apoio específico às reformas na justiça civil

a) Estudos

- Cobranças de dívidas e procedimentos de execução na Europa
O estudo foi publicado na página eletrônica do CEJA para acesso dos usuários.
- Bases para uma reforma da justiça civil. Data: Todo o ano de 2008.
Documento de orientação que vem sendo elaborado para ser apresentado no início de 2009.
- Reuniões de peritos sobre a reforma da justiça civil

Fortalecimento dos sistemas de informação e gestão na administração de justiça

b) Informação judicial

- Índice de acessibilidade à informação judicial na Internet. Quarta versão, 2008
Impacto ou resultados obtidos

Os países avaliados definem se apresentam, no âmbito individual e comparativo, melhoras ou retrocessos no acesso à informação pela Internet. O índice oferece uma visão global no plano hemisférico.

O estudo foi apresentado por Cristián Riego, Diretor Executivo do CEJA, na quinta-feira, 27 de novembro, em Santiago, Chile, na mesa-redonda sobre “Desafios para a transparência e acesso à informação pública no Poder Judiciário”, atividade organizada juntamente com a Fundação para o Devido Processo Legal (DPLF) e a Fundação Pró- Acesso.

Também foi apresentado por Jaime Arellano, Presidente do Conselho Diretor do CEJA, no Seminário Regional Andino “Transparência judicial: boas práticas da sociedade civil e do Poder Judiciário”. La Paz, Bolívia, 20 e 21 de novembro de 2008.

c) Desenvolvimento de sistemas de gestão

- Livro Branco sobre o uso da tecnologia em justiça

A publicação “Perspectivas de uso e impactos das TIC na administração da justiça na América Latina” pode ser encontrada em www.cejamericas.org.

- Projeto Indicadores Judiciais para a Ibero-América

“Plano Ibero-Americano de Estatística Judicial” (PLIEJ). Apresentado em Brasília em março de 2008 no âmbito da Décima Quarta Cúpula Judicial Ibero-Americana. O conteúdo acha-se em <http://www.cejamericas.org/doc/proyectos/planiberoamericanoestjudicial.pdf>.

d) Divulgação

- Conferência regional “Gestão por resultados na administração da justiça”

Foi elaborado um CD com as exposições apresentadas.

Participaram do seminário 120 pessoas, entre representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai.

IV ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

4.1 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA e o principal foro gerador de políticas hemisféricas para a promoção dos direitos da mulher e da igualdade e equidade de gênero. Seu objetivo é promover a incorporação da perspectiva de gênero aos projetos, programas e políticas da Organização e incentivar os governos a desenvolver políticas públicas e programas com perspectiva de gênero, a fim de que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades em todas as esferas da sociedade. A CIM tem sede em Washington, D.C. O Comitê Diretor para o período 2008-2010 é constituído pela Ministra Diretora, Serviço Nacional da Mulher do Chile, Laura Albornoz Pollmann, Presidenta; pela Presidenta Executiva do Instituto Nacional da Mulher da Costa Rica, Jeannette Carrillo Madrigal, Vice-Presidenta; e pelas Delegadas Titulares de Antígua e Barbuda, Bahamas, Colômbia, México e Estados Unidos. A Secretária Executiva da CIM é a Senhora Carmen Lomellin.

No período de janeiro a dezembro de 2008, as ações da CIM voltaram-se para o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas, da Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas e da Assembléia Geral da OEA. Suas atividades e programas destinaram-se fundamentalmente à consecução da igualdade e da equidade de gênero e ao respeito irrestrito dos direitos humanos da mulher.

Direitos humanos da mulher – Eliminação da violência contra a mulher

- a) Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” (MESECVI)

A Secretaria Permanente da CIM deu prosseguimento à implementação do MESECVI mediante duas importantes atividades:

a *Segunda Conferência dos Estados Partes*, que concluiu a primeira rodada de avaliação multilateral, aprovou os relatórios dos países e o Relatório Hemisférico com as recomendações aos Estados para uma melhor implementação da Convenção e também as decisões, conclusões e acordos da Segunda Conferência dos Estados Partes;

a *Quarta Reunião de Peritas*, iniciada com o *Seminário sobre estratégias de monitoramento da implementação das recomendações da Comissão de Peritas (os) (CEVI) aos governos*. Os participantes apresentaram sugestões para a criação de estratégias destinadas a supervisionar a implementação das recomendações do Relatório Hemisférico. A CEVI lançou oficialmente o referido relatório, aprovou os indicadores para o acompanhamento da implementação das recomendações e também a Declaração sobre Femicídio. As Autoridades Nacionais Competentes acham-se na etapa de conclusão das respostas aos indicadores.

- b) Tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual

Prosseguiu o trabalho com o Departamento de Segurança Pública para assegurar a inclusão da perspectiva de gênero nos projetos e atividades destinados a combater o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças.

Mediante o Ponto Focal contra o Tráfico foi realizada uma exposição sobre *Engendering Sex Trafficking* no seminário “*Conscientização sobre o tráfico de pessoas 2008*” (27 a 29 de

fevereiro), que destacou a importância da inclusão da perspectiva de gênero no combate ao tráfico, seu extenso trabalho nessa área e recomendações sobre a valorização das mulheres e meninas.

c) Projeto multicêntrico sobre drogas, mulher e violência na América Latina

A CICAD convidou a CIM, o Departamento de Segurança Pública e outros órgãos a formar um grupo de trabalho para participar de uma reunião (Washington, D.C., fevereiro de 2008), que considerou o enfoque a ser dado à iniciativa *Drogas, mulheres e violência nas Américas – um estudo piloto multicêntrico*, a fim de que incluía a pesquisa do tema nos 34 Estados membros. Trata-se de um esforço conjunto da CICAD e do Centro de Dependência e Saúde Mental do Canadá, apoiado tecnicamente pela CIM.

d) Aspectos de gênero do HIV/AIDS

Esse tema foi considerado prioritário pela Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas (2006). Essa pandemia é abordada de uma perspectiva de gênero e direitos humanos na *Declaração de San Salvador: gênero, violência e HIV*, aprovada na Sétima Assembléia Extraordinária da CIM (2007).

e) Projetos sobre HIV e violência contra a mulher

Integração de políticas e programas sobre HIV e violência contra a mulher de uma perspectiva de direitos humanos na América Central, de que participam El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá, com financiamento de AECI. Foram realizados trabalhos na Guatemala e Honduras, inclusive a definição da informação básica e dos atores chave e a análise da situação do HIV e da violência contra a mulher.

Fortalecimento da capacidade de integrar serviços para HIV e violência contra a mulher no Caribe – um projeto piloto, que desenvolverá experiências em Dominica e Barbados com o apoio da China, Coreia e França. Constam das atividades um estudo sobre conhecimentos, atitudes e práticas dos prestadores de serviços em HIV e violência contra a mulher em Barbados, um estudo preliminar sobre masculinidades, violência de gênero e HIV nas Bahamas e a implementação de um curso, *Valorização da mulher, HIV e violência*, para prestadores de serviços de dez países caribenhos.

Estudo da CARICOM sobre os homens e as masculinidades

A fim de analisar os impactos dos valores masculinos na violência de gênero e definir e implementar estratégias que possibilitem modificar esses esquemas, foi realizada a pesquisa *Homens, masculinidades, violência de gênero e HIV*.

Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA)

a) Gênero e trabalho

Juntamente com o Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) foi elaborado o projeto *Fortalecimento dos direitos da mulher e promoção da igualdade de gênero, Fase I - Rumo à igualdade de gênero num contexto de trabalho decente*, para promover a incorporação do

gênero às políticas e programas de trabalho, no âmbito do Plano de Ação da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) e da iniciativa SEPIA I, com vistas à implementação das “Diretrizes estratégicas para a consecução da igualdade por meio do trabalho decente”, aprovadas pelos Ministros do Trabalho (2007).

b) Gênero, desastres naturais e mudança climática

Foram preparados dois estudos. O primeiro examina as vulnerabilidades da mulher frente aos desastres naturais, a redução dos efeitos desses desastres e a resposta que a eles deve ser dada. Também apresenta diretrizes para uma estratégia hemisférica. O segundo é uma pesquisa preliminar que analisa o vínculo entre esses dois temas e destina-se a formular recomendações sobre os melhores métodos e mecanismos para incorporar o gênero às políticas públicas sobre mudança climática.

c) Gênero e migração

No âmbito do acompanhamento do Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes, Incluindo os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias, foi realizada uma exposição na reunião anual da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente (março de 2008) sobre os esforços a ele vinculados, inclusive a elaboração de um estudo de caso; a criação de um portal em gênero e migração; e intercâmbios com o Departamento de Direito Internacional para a preparação de um curso como parte dos cursos especializados ministrados pelo Conselho Permanente. Na esfera da Comissão Especial sobre Assuntos de Migração, a Secretaria Executiva da CIM apresentou numa sessão ordinária dessa Comissão (janeiro de 2008) um documento sobre a migração e os aspectos de gênero a serem levados em consideração em seus trabalhos, que já foram incorporados.

d) Incorporação da perspectiva de gênero na OEA

Em conformidade com o PIA, foi preparada a proposta *Incorporação da análise de gênero e da equidade e igualdade de gênero como temas transversais e como objetivos a todos os programas da OEA*, no âmbito do Plano de Trabalho de Cooperação da OEA/CIDA 2008-2011. Espera-se capacitar funcionários da OEA e insistir em indicadores de capacitação e desenvolvimento para programas e temas específicos bem como na preparação de cursos virtuais e de um sistema de informação.

Trigésima Quarta Assembléia de Delegadas da CIM e Terceira Reunião de Ministras ou Autoridades do Mais Alto Nível Responsáveis pelas Políticas da Mulher nos Estados membros (REMIM-III)

Foi realizada em Santiago, Chile, a Trigésima Quarta Assembléia de Delegadas (10 a 12 de novembro de 2008) e a REMIM-III (13 de novembro de 2008). A Assembléia aprovou a Declaração de Santiago “Fortalecimento dos Mecanismos Nacionais da Mulher para a Transversalização da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas”, além de nove resoluções disponíveis em <http://www.oas.org/cim>, e elegeu as novas autoridades da CIM (2008-2010): Presidenta, Laura Albornoz Pollmann, Delegada Titular do Chile junto à CIM; Vice-Presidenta, Jeannette Carrillo Madrigal, Delegada Titular da Costa Rica; e Antígua e Barbuda, Bahamas, Colômbia, México e Estados Unidos como membros do Comitê Diretor. A REMIM-III aprovou as recomendações das ministras para serem submetidas à consideração do GRIC, com vistas aos trabalhos de preparação do

projeto de Declaração de Compromisso da Quinta Cúpula, apresentadas pela Secretaria Executiva da CIM na Quinta Reunião do GRIC (Washington, D.C., 17 a 19 de novembro de 2008).

Como parte dos preparativos da Quinta Cúpula e em coordenação com a Secretaria de Cúpulas, deu-se início à organização de um fórum virtual para promover o diálogo da sociedade civil. As recomendações que dele decorram serão submetidas à consideração do GRIC.

4.2 INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (III)

O Instituto Indigenista Interamericano (III) foi criado em 1940 pela Convenção Internacional de Pátzcuaro e tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover atividades de pesquisa e capacitação de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas

Ações realizadas

- Biblioteca - Foram catalogadas 97% das publicações periódicas. Espera-se que em fins de março de 2009 a catalogação esteja totalmente concluída.
- Arquivo Histórico - Prossegue a digitalização de documentos e a reclassificação dos expedientes por tema e por país.
- Pesquisas – Com a colaboração do Instituto Nacional de Antropologia e História, do México, as matrizes de 78 rpm, com as gravações originais de música indígena realizadas pela Professora Henrietta Yurchenco (falecida em 2008) nos anos 1940, foram submetidas a um processo de limpeza e conservação e transferidas para o formato CD para que possam ser ouvidas sem danificar as matrizes originais.
- Página na Internet - Prosseguiu em 2008 a mesma tendência de crescimento do número de visitas dos anos anteriores. Foram acrescentados à página dois números da revista América Indígena.
- Serviço Social - Para realizar os trabalhos da Biblioteca e do Arquivo Histórico, em parte do período a que se refere este relatório, dispôs-se do apoio de uma aluna da Universidade do Mar, campus Huatulco, Oaxaca, México.
- Publicações - Até 31 de dezembro de 2008 foram publicados na página dois números da revista América Indígena, sem custo para o usuário.

O futuro do Instituto Indigenista Interamericano

Considerando a resolução AG/RES. 2370 (XXXVIII-O/08), do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, “Futuro do Instituto Indigenista Interamericano” (aprovada na quarta sessão plenária, realizada em 3 de junho de 2008), que entre outros pontos específicos diz:

Que reconhecendo as dificuldades financeiras do Instituto, o Conselho Diretor do Instituto avalie a procedência do fechamento do mesmo;

Que, se ficar acordado o fechamento do Instituto, deverão ser cobertos os gastos derivados do mesmo.

Que se tomem as medidas necessárias para a recuperação, manutenção e divulgação do acervo histórico, bibliográfico, hemerográfico e videográfico do Instituto, para possibilitar seu acesso

mais amplo, de tal maneira que sirva como insumo para as pesquisas relacionadas com os povos indígenas,

E, à espera dos acordos do Conselho Diretor do Instituto Indigenista Interamericano a respeito da resolução citada, por ser a única autoridade que pode tomar decisões com implicações dessa importância, a atual administração do Instituto preparou os seguintes documentos:

- comprovação dos exercícios orçamentários de abril de 2002 a dezembro de 2008;
- inventários de bens móveis e equipamentos;
- inventário de arquivos;
- relatório de dívidas a título de imposto predial e de serviço de água potável;
- relatório sobre o acordo de comodato do edifício em que se encontram as instalações do Instituto;
- cálculo do custo de liquidação do pessoal,

que se encontram à disposição imediata dos países membros do Instituto.

Pagamento de cotas dos países membros

Até 31 de dezembro de 2008, Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela estavam em dia com o pagamento de cotas. Foi recebido em 2008 a título de cotas o total de US\$226.094,47. Dessa receita, cumpre salientar o pagamento de US\$87.761, efetuado pelo Brasil, correspondente às cotas de 2002 a 2008.

Em abril de 2007 o Equador denunciou a Convenção de Pátzcuaro, de 1940. Não obstante os esforços envidados para que o governo desse país efetuasse o pagamento da dívida de 20 anos de cotas ao Instituto Indigenista Interamericano, não se obteve resposta favorável.

Os Estados Unidos continuam a dever US\$600.000, referentes às cotas de 1996 a 2000. Até 31 de dezembro de 2008 o total de dívidas a título de cotas atrasadas, de todos os países membros, era de US\$1.027.283,08.

4.3 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o organismo especializado em agricultura e desenvolvimento rural das Américas, tem por objetivo prestar cooperação técnica inovadora aos seus 34 Estados membros com vistas à consecução da segurança alimentar, da prosperidade rural e da competitividade agrícola nesses países.

O Instituto apoiou o Governo de Trinidad e Tobago, os países membros e a Secretaria de Cúpulas da OEA na preparação da Quinta Cúpula de Chefes de Estado e de Governo das Américas e deu prosseguimento à organização da Quinta Reunião Ministerial de Agricultura, que será realizada na Jamaica em outubro de 2009.

Em julho de 2008 foi realizada a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo do IICA, em que foram aprovadas 17 resoluções sobre diversos temas, como política institucional e cooperação técnica, orçamento e finanças, gestão institucional e assuntos próprios dos órgãos de governo.

Por outro lado, como ação estratégica para o desenvolvimento agrícola dos países, o IICA colocou em funcionamento o Centro de Liderança em Agricultura e Vida Rural, que possibilitou aos representantes dos setores público e privado e a mais de 80 jovens do continente americano reunir-se na sede central do Instituto para refletir e discutir sobre a situação e as perspectivas do agro no âmbito mundial. Também foram realizadas reuniões destinadas a promover a liderança na agricultura na Região Andina e, no âmbito interno, na Guatemala, Costa Rica e República Dominicana.

Um dos desafios mundiais de 2008 foi como enfrentar a crise do preço dos alimentos, que levou o IICA a fortalecer ações no campo da segurança alimentar por meio da convocação de reuniões internacionais de peritos nessa área, e da participação nessas reuniões, bem como da definição de metodologias de avaliação dos impactos da volatilidade dos preços e do acompanhamento contínuo da evolução dos mercados e das políticas de segurança alimentar nos países.

Para fortalecer a capacidade empresarial, o IICA manteve o programa “Plataformas para a exportação”, mediante o qual foi possível melhorar a competitividade e a capacidade de exportar e comercializar de produtores e empresários do Panamá, Honduras, República Dominicana, Guiana, Trinidad e Tobago, Paraguai e Equador.

No Equador, Colômbia, Panamá e países centro-americanos o Instituto deu continuidade aos processos de formulação e aplicação de instrumentos de política para a agroindústria e a microempresa. Mais de 15 organizações de pequenos empresários e 25 organizações que reúnem 3.000 famílias da Colômbia, Peru e México melhoraram a capacidade de comercializar, o que lhes possibilitou manter seus produtos no mercado. Em outros lugares do Hemisfério, como a zona norte da Costa Rica e as províncias de Lima e Junín no Peru, o IICA colaborou na aplicação de estratégias destinadas à ativação dos conglomerados agroindustriais.

Na área da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos, destaca-se a continuação da implementação da “Iniciativa para as Américas”, que possibilitou uma participação ampla dos países na Comissão de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (CMSF) da OMC. Destaca-se também a

aplicação do instrumento “DVE”, graças ao qual foi possível definir as necessidades dos serviços sanitários dos países membros do IICA e ações para atendê-las. Além disso, em conjunto com o USDA, conseguiu-se capacitar um mínimo de 500 pessoas de 32 países nos processos normativos internacionais relativos à sanidade animal e vegetal e à inocuidade dos alimentos bem como distribuir às escolas de ensino fundamental material educativo que permite que os consumidores tomem consciência da importância das boas práticas no manejo higiênico dos alimentos.

Quanto à promoção do fortalecimento das comunidades rurais, as ações do IICA focalizaram a colaboração na formulação da Estratégia Regional Ambiental da América Central e da Estratégia de Desenvolvimento Rural do Equador e a avaliação do programa PRODERT em Honduras. Também se prestou orientação técnica à pesquisa agrícola na Venezuela e cooperação destinada à capacitação para o desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial no Brasil, Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Honduras e Chile. Para esses efeitos várias metodologias foram formuladas e publicadas, a fim de aplicar o enfoque territorial em projetos e ações de desenvolvimento rural.

O IICA participou ativamente de diversas reuniões internacionais relacionadas com recursos naturais e gestão ambiental, entre elas a da Comissão Florestal para a América Latina e o Caribe realizada no Equador. Também realizou diversas missões técnicas no México, Costa Rica, Bahamas, El Salvador, Panamá, Argentina, Uruguai, Brasil e Venezuela, que possibilitaram a formulação de projetos e a definição de áreas de trabalho com diversas instituições. Além disso, o Instituto conduziu uma ampla campanha de sensibilização no manejo de recursos naturais e em gestão ambiental.

Na área da promoção da tecnologia e da inovação, o IICA fortaleceu o diálogo hemisférico para a elaboração de políticas em inovação tecnológica e de uma agenda regional nesse campo no âmbito do FORAGRO e do FONTAGRO, o que foi possível graças à assinatura de um novo convênio com o BID. Fortaleceram-se, ademais, os programas de cooperação para a pesquisa e a inovação tecnológica agropecuária (PROCI).

O IICA elaborou o “Relatório 2008 sobre a situação e o desempenho da agricultura na América Latina e no Caribe da perspectiva tecnológica”. Outros resultados relevantes foram a atualização, em conjunto com o IFPRI, dos indicadores sobre ciência e tecnologia de vários países do Hemisfério; a realização de um estudo sobre os mecanismos de proteção de bens públicos relacionados com os PROCI e o FONTAGRO; e a conclusão, com o apoio do GFAR, da avaliação internacional do papel do conhecimento, da ciência e da tecnologia agrícolas no desenvolvimento bem como de um estudo sobre inovações tecnológicas para sistemas produtivos baseados na agricultura familiar.

Em continuação à definição, em 2007, das necessidades em biotecnologia e biossegurança, foram discutidos e conceituados diversos projetos, como o de diversificação da oferta alimentar para populações vulneráveis da Região Andina e de estratégias para a adoção da biotecnologia nas regiões andina, central e sul. O IICA também organizou um encontro para discutir a situação da biotecnologia no Hemisfério e as implicações dos acordos celebrados em foros internacionais, como o Protocolo de Cartagena e o *Codex Alimentarius*.

No âmbito do Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis, foi iniciada na Jamaica a execução de projetos nesses campos. Em Belize e Santa Lúcia ministrou-se capacitação e realizaram-se diferentes seminários internacionais nessas áreas. Cumpre salientar a assinatura entre o IICA e a OLADE de um convênio destinado a formular e colocar em execução o Programa Regional de Biocombustíveis.

Por outro lado, o Instituto, na qualidade de Secretaria Executiva da Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica, organizou o primeiro encontro internacional dessa rede e incentivou seu fortalecimento, após a criação da Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica. Além disso, em diversos países, entre eles a Costa Rica, Peru, Argentina, Paraguai e Chile, foram implementados vários projetos e assinados acordos nessa área.

Quanto a ações de âmbito hemisférico, cumpre salientar que o IICA deu andamento à implementação de estratégias de gestão do conhecimento, destinadas a fortalecer as ações de cooperação técnica, o que possibilitou, inclusive, o incentivo ao desenvolvimento de diversas comunidades e a intensificação do diálogo e do intercâmbio de informações nos países e entre eles, graças aos sistemas e serviços de informação do Instituto, entre eles o INFOAGRO-Agronegócios, o INFOAGRO-Comércio, o INFOTEC e o SIDALC. Do mesmo modo, ministrou-se capacitação a mais de 50 profissionais de diversos países em gestão de informação agrícola. Dentre as ações realizadas para essa finalidade, destacam-se as coordenadas com o Centro Técnico para a Cooperação Agrícola e Rural (CTA), relativas ao fortalecimento da liderança em gestão de informação na região do Caribe e à realização de cursos de capacitação a distância ministrados mediante o ambiente virtual de aprendizagem e-Vida do IICA.

No âmbito regional, alguns resultados são dignos de registro: a) a criação e a implementação da Aliança Andina para o Diálogo e a Revalorização da Agricultura e Vida Rural, juntamente com parceiros institucionais dessa região; b) a promoção na região do Caribe do uso da agromatriz e outras ferramentas úteis para o reposicionamento da agricultura; c) o apoio na implementação de medidas de política sanitária e fitossanitária no âmbito da Política Agrícola Centro-Americana (PACA); d) a continuidade de projetos como a Red-SICTA e o PROMECAFE na região central; e) o apoio técnico e administrativo do FONTAGRO na região norte; f) o apoio prestado pelo IICA na região sul como Secretaria do CAS; e g) a colocação à disposição dos países desta última região da capacidade do IICA de definir, formular e executar projetos com a União Européia, o FONTAGRO e o PROCISUR.

Em 2008 o IICA manteve relações com várias organizações dos setores público e privado, instituições acadêmicas e organismos internacionais. Dentre eles, cumpre salientar o BID, o CATIE, o Programa Mundial de Alimentos, a empresa Google Inc., o *Caribbean Council of Higher Education in Agriculture* e várias universidades estadunidenses (*Cornell University*, *University of Califórnia* e *University of Nebraska*, entre outras), com os quais foram executados diferentes projetos destinados ao desenvolvimento agrícola e rural do Hemisfério.

4.4 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Instituto é um organismo especializado que contribui para a articulação das políticas públicas para a infância nas Américas e a promoção de legislação de proteção e desenvolvimento de uma consciência crítica frente aos problemas que afetam a infância e a adolescência no Hemisfério.

As principais atividades do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente em 2008 foram desempenhadas em cumprimento ao Plano de Ação 2007-2011, aprovado pelo Conselho Diretor em 2007.

Nesse ano foram organizados uma reunião ordinária e dois eventos no âmbito do Conselho Diretor: o Fórum Interamericano de Crianças e Adolescentes, “Meu direito a participar” (22 a 24 de abril), e o Encontro Interamericano sobre “Intercâmbio de experiências e programas no atendimento a crianças e adolescentes” (24 e 25 de abril), Querétaro, México.

A Octogésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho foi realizada em 15 e 16 de outubro de 2008 em Ottawa e contou com a presença de delegados de 26 Estados membros bem como de representantes de vários Observadores Permanentes. Nessa reunião foram aprovados os projetos de agenda e regulamento do Vigésimo Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, que terá lugar no segundo semestre de 2009, e eleitas as novas autoridades do Conselho Diretor para o período 2008-2010: Mario Vísquez Jiménez, da Costa Rica, Presidente, e Kirsys Fernández de Valenzuela, da República Dominicana, Vice-Presidenta. No período 2006-2008, a presidência foi exercida por Sara Oviedo, do Equador.

No decorrer desse ano visitaram a sede do IIN em Montevidéu, Uruguai, para manter reuniões de trabalho com os funcionários da Direção-Geral, delegados do *International Institute for Child Rights and Development* (IICRD), da Universidade de Vitória, Canadá, da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado e da Rede ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). Na sede foram realizados diferentes encontros com autoridades sobre assuntos da infância bem como a apresentação de publicações e outros trabalhos do IIN, com a presença do Chefe de Gabinete do Escritório do Secretário-Geral e do Secretário de Assuntos Jurídicos.

Na sede da Secretaria-Geral da OEA, em Washington, D.C., foi apresentado ao Conselho Permanente o Relatório Anual do IIN 2007, submetido à consideração do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral; a Diretora-Geral do IIN participou da sessão da Comissão Especial sobre Assuntos de Migração do Conselho Permanente para falar sobre “Migração de crianças e adolescentes sob o enfoque de direitos”.

O IIN participou, em caráter de observador, do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, em Medellín, Colômbia, em que foi aprovada a resolução AG/RES. 2432 (XXXVIII-O/08), “Prevenção e erradicação da exploração sexual comercial e do tráfico ilícito de crianças e adolescentes”.

Funcionários da Direção-Geral do IIN também participaram das seguintes reuniões:

- Décima Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência (San Salvador).
- Terceiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).
- Movimento Global pela Criança (GMfC)– Capítulo América Latina (Panamá).
- Grupo de Trabalho Niñ@Sur (Brasília).

O IIN celebrou acordos de cooperação com a ECPAT Internacional, a *Save the Children* -Suécia e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) .

Foram apresentados projetos de cooperação à Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI).

Figuram abaixo outras ações de acompanhamento do Plano de Ação, por área técnica do IIN.

Área de Promoção e Proteção de Direitos

- Participação no Encontro Internacional “Socialização Política: infância e juventude, tendências e contratendências”, organizado pela *Childwatch*, o Centro Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano – CINDE – e a Universidade de Manizales, Colômbia, em 13, 14 e 15 de novembro de 2008;
- Formulação de uma proposta de trabalho e gestões destinadas à organização da Reunião sobre Participação Infantil, programada para o Equador em fevereiro de 2009, em cumprimento à resolução CD/RES. 07 (83-R/08);
- Várias ações para o desenvolvimento do tema participação infantil.

Área Jurídica

- Banco de Dados Jurídico (BADAJ): atualizado e colocado on-line;
- Orientação técnica institucional: com base em suas atribuições, o IIN emite parecer a respeito de possíveis diretrizes integrais sobre a legislação e as políticas públicas e sua prática em benefício das crianças e adolescentes;
- Lei Modelo sobre Subtração Internacional de Crianças no âmbito do Programa sobre Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.

Área de Comunicação e Informação

- Atualização e monitoramento da página eletrônica do IIN.
- Reorganização da Biblioteca Professor Doutor Luis Morquio.
- Cursos de capacitação com implementação virtual: Curso de Atualização sobre Direitos da Criança; Curso para Advogados de Autoridades Centrais e Funcionários Relacionados com a Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes; Workshop sobre Participação da Criança e do Adolescente.

4.5 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece aos Estados membros cooperação técnica, capacitação em centros de pesquisa, divulgação internacional de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos de cartografia, geografia, história e geofísica.

Laboratório Pan-Americano para a Observação de Desastres Naturais

Dentre os resultados obtidos com o projeto do IPGH “Detecção e acompanhamento de incêndios florestais no México e América Central”, a cargo do Serviço Meteorológico Nacional do México, destaca-se a iniciativa de desenvolver na sede do Instituto um “Laboratório Pan-Americano para a Observação de Desastres Naturais”. O propósito principal, pelo menos na fase inicial, é proceder, com base num enfoque multidisciplinar, à análise dos riscos e situações relacionadas com desastres específicos que não se encontram necessariamente na agenda regional de prioridades, a fim de chamar a atenção de acadêmicos, especialistas, entidades vinculadas ao seu atendimento e instituições de apoio bilateral e multilateral. O IPGH promoverá inicialmente a articulação de uma rede pan-americana de especialistas, atividades de capacitação e um centro de documentação virtual de apoio a atividades científicas.

O Conselho Diretor do IPGH aprovou a criação do Laboratório na Quadragésima Primeira Reunião (El Salvador, 2008), mediante a resolução 5.

Agenda Pan-Americana do IPGH 2010-2020

Com o objetivo de conduzir o planejamento científico relacionado com a Décima Nona Assembléia Geral, a realizar-se em Quito, Equador, de 26 a 30 de outubro de 2009, e de cumprir o disposto na resolução 5 do Quadragésimo Conselho Diretor (Colômbia, 2007), foi constituído em 2008 um comitê *pro tempore* para a elaboração da “Agenda Pan-Americana do IPGH”. Uma vez organizadas as atividades, foi realizada a Primeira Jornada de Trabalho, em 25 de junho, na Cidade do México. As áreas propostas para a constituição da agenda são as seguintes:

- consolidar o Instituto como **foro regional pan-americano** para o aperfeiçoamento da informação geográfica, com vistas ao desenvolvimento integral dos Estados membros, mediante o fortalecimento da infra-estrutura necessária e das redes científicas e de vínculos institucionais;
- definir ações que articulem e especifiquem competências institucionais que contribuam para a **integração regional** em campos específicos como mudança climática, ordenamento do território e desastres naturais;
- propiciar a organização de bancos de dados espaciais, inclusive informações decorrentes da observação sistemática da terra a partir do espaço, com o propósito de apoiar a tomada de decisões e, em especial, tornar mais eficiente o sistema de alerta preventivo e o melhoramento do atendimento em situações de desastre;

- contribuir para a racionalidade no uso sustentável dos recursos naturais, apoiar a geração de informação de qualidade necessária para a análise de processos relacionados com campos específicos como degradação dos solos, dano à biodiversidade, ocupação de território litorâneo, contaminação, incêndios florestais, determinação e ocupação de zonas de risco (inclusive áreas adjacentes internacionais) e esgotamento dos recursos naturais, em especial os minerais;
- promover variantes inovadoras para o estudo da evolução pan-americana, em áreas como história ambiental, historiografia, processos de integração regional, divulgação e conservação do patrimônio cultural, preservação dos arquivos históricos e comemoração institucional dos grandes acontecimentos regionais;
- contribuir para a definição de indicadores de desenvolvimento sustentável pertinentes e mecanismos para o intercâmbio de bancos de dados relacionados ao problema, inclusive propostas de indicadores que possibilitem a comparação entre países e o desenvolvimento de projetos regionais.

Trata-se de uma proposta que em 2009 será submetida à consideração das seções nacionais e, em geral, da comunidade vinculada ao IPGH. Nesse contexto, dá-se andamento à idéia de promover junto à OEA a realização de uma reunião de altas autoridades dos Estados membros para obter apoio do mais alto nível para a agenda.

A Quadragésima Primeira Reunião do Conselho Diretor do IPGH (El Salvador, 2008) aprovou mediante a resolução 3 as bases para a “Agenda Pan-Americana do IPGH 2010-2020”.

Programa de Assistência e Cooperação Técnica 2008

Como parte do orçamento do Fundo Ordinário de 2008, foi aprovado na Quadragésima Reunião do Conselho Diretor (Colômbia, 2007) um programa de assistência técnica constituído por 29 projetos, no valor de US\$174.490. O projeto foi realizado com êxito, com execução de 93,16% dos recursos. Seguem-se alguns resultados:

- a Comissão de Cartografia manteve o apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas de dados espaciais da Região, mediante projetos como o SIRGAS, o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, a produção do novo mapa da América em formato eletrônico, de acordo com as especificações do mapa global, e a capacitação mediante cursos realizados com o IGAC/CIAF (Colômbia), o Programa GeoSur e a AECI (Espanha);
- a Comissão de Geografia realizou trabalhos na área da geografia e história natural comparada, das tecnologias de informação geográfica e sua inclusão no ensino da geografia (Chile) e da prospectiva geográfica no caso da detecção e acompanhamento dos incêndios florestais no México e na América Central. Também se apoiou o curso internacional do CEPEIGE, “Ordenamento territorial de patrimônios nacionais e culturais”, e o trabalho do Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência entre Belize e Guatemala;
- a Comissão de Geofísica conduziu, em 2008, atividades de capacitação na área dos desastres naturais, como os cursos “Formação de gerentes para a implementação na Região da Associação Internacional sobre Espaço e Grandes Catástrofes”, os estudos sobre “seguimento da gravidade nos Andes do Sur” e o monitoramento da “composição química dos gases geotérmicos nos

vulcões”. Com a coordenação da Comissão de Geografia, foi realizado em El Salvador o Simpósio Internacional “Riscos e prevenção de desastres em eventos vulcânicos”;

- a Comissão de História, por sua vez, apoiou a realização do Nono Congresso Centro-Americano de História e continuou a colaborar com trabalhos como o estudo “História regional e integração no Cone Sul da América” e o “Estudo das relações interamericanas no século XXI”, além de dar continuidade às atividades e publicações do Comitê de Historiografia, concentradas na construção de visões de tempo e espaço continental.

Em 2008 também se procedeu à convocação para projetos de cooperação técnica 2009 mediante a qual foi aprovada a assistência a um total de 42 projetos apresentados por 11 seções nacionais que beneficiam a maioria dos Estados membros do IPGH, com uma destinação orçamentária de US\$181.600. Esse esforço tem por finalidade apoiar iniciativas pan-americanas nas seguintes áreas: (1) infra-estruturas de dados espaciais; (2) ordenamento territorial; (3) nova história global aplicada à América; e (4) resposta a situações de emergência provocadas por desastres naturais.

Programa de publicações ocasionais e periódicas 2008

Como parte do orçamento do Fundo Ordinário de 2008, a Quadragésima Reunião do Conselho Diretor (Colômbia, 2007) aprovou um programa de publicações constituído por publicações periódicas e ocasionais, num valor equivalente a 7% do Fundo Ordinário. Em 2008 foram publicados 15 títulos. Por ocasião do octogésimo aniversário do IPGH foi apresentado o livro *América: contato e independência*. A obra reúne contribuições independentes de destacados historiadores de numerosas regiões e sub-regiões americanas. A impressão da publicação teve o apoio do Instituto Geográfico Nacional da Espanha. A obra, por seu tema, tem também como finalidade contribuir para as efemérides do bicentenário de fundação de um conjunto destacado de nações americanas. Também foram editadas publicações comemorativas das revistas periódicas do IPGH: Revista Geográfica, Revista de História da América e Revista Cartográfica.

Mediante o trabalho de intercâmbio que se mantém com a Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) do México, aumentou-se o acervo que compõe o Fundo Bibliográfico “José Toribio Medina” do IPGH, administrado pela própria ENAH, hoje com 228.168 títulos.

Reuniões e assuntos estatutários

Foram realizadas em 2008 as seguintes reuniões estatutárias:

- Sexagésima Nona Reunião de Autoridades (Cidade do México, 26 e 27 de junho)
- Primeira Jornada Preparatória da Agenda Pan-Americana 2010-2020 (Cidade do México, 25 de junho)
- Septuagésima Reunião de Autoridades (San Salvador, 18 de novembro)
- Quadragésima Primeira Reunião do Conselho Diretor (San Salvador, El Salvador, 19 a 21 de novembro)

Em 24 de junho de 2008 foi comemorado o octogésimo aniversário do Instituto. Um seleto grupo de 200 convidados, inclusive representantes da OEA, do Governo do México, acadêmicos e intelectuais, acompanhou as autoridades do IPGH e as delegações dos Estados membros que se fizeram presentes para a comemoração, além dos agraciados com os prêmios e reconhecimentos concedidos pela instituição.

4.6 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.

Planejamento de ações nacionais na área da saúde

Desde 2005 a OPAS vem executando uma política de cooperação centrada nos países (CCP) para adaptar suas atividades às prioridades e necessidades de cada Estado membro. De acordo com a CCP, a cooperação técnica da OPS é orientada por uma estratégia elaborada com cada Estado. Estabelece-se um ponto estratégico de médio prazo (4 a 6 anos) e descrevem-se as responsabilidades e funções da Organização para apoiar o desenvolvimento sanitário nacional. A estratégia é o plano da OPAS de apoio às iniciativas nacionais de planejamento e à promoção da continuidade de programas, planos e políticas de saúde pública em cada país.

Até fins de 2007 a OPAS havia elaborado estratégias de cooperação com 27 Estados membros e cada uma delas lançava as bases do plano de trabalho bienal da respectiva Representação da Organização.

Alguns exemplos de cooperação técnica da OPAS em planejamento no âmbito nacional são: Argentina, planejamento estratégico para a infecção por VIH e infecções de transmissão sexual, 2008-2011; Bahamas, formulação do plano estratégico para serviços de saúde pública, 2007-2015; Belize, programa nacional de ação sanitária, 2007-2011; Bolívia, plano de desenvolvimento socioeconômico: “Bolívia: digna, soberana e produtiva”; Brasil, o programa mais amplo de metas e investimentos: “Mais Saúde”; República Dominicana, plano decenal de saúde 2006-2015; Colômbia, estratégias sanitárias departamentais: atendimento básico de saúde, atendimento integrado de doenças prevalentes da infância e segurança alimentar e nutricional; Equador, seção de saúde da nova constituição do país. Juntamente com os ministérios da saúde do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, elaboração de proposta de transformação do setor sanitário. Sete países e territórios do Caribe Oriental, Anguila, Barbados, Dominica, Grenada, Montserrat, Santa Lúcia e Saint Kitts e Nevis, aprovaram planos estratégicos para o desenvolvimento nacional, executados com o apoio da OPAS, União Européia, Departamento do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e Banco Mundial.

Planejamento de ações pan-americanas em matéria de saúde

O valor que o pan-americanismo atribui à saúde pode ser visto nos resultados de planos regionais e iniciativas sub-regionais de saúde pública e do programa de cooperação técnica entre países da OPAS. Em 2007-2008, a OPAS apoiou e promoveu o planejamento estratégico em todas essas áreas e na iniciativa pan-americana emblemática da Organização, a Semana de Vacinação nas Américas.

Durante a Sexta Semana Anual de Vacinação nas Américas (19-26 abril de 2008) foram vacinadas mais de 56 milhões de pessoas em 44 países, a mais ambiciosa de todas as semanas desde o início em 2003. O planejamento foi parte central e a OPAS prestou apoio a cada país participante, orientando-

os quanto à definição de metas, estratégias e populações prioritárias; coordenação de atividades nacionais e em zonas fronteiriças; definição dos indicadores a serem usados; avaliação e divulgação de resultados; cálculo do orçamento necessário para a aquisição de vacinas, equipamento de cadeia de frio e outros materiais; realização de capacitação, financiamento de despesas operacionais e execução da supervisão, acompanhamento e avaliação. A OPAS também ofereceu orientação em campanhas de comunicação e mobilização social.

A OPAS supervisionou atividades de planejamento e acompanhamento dos principais foros políticos e técnicos da Região como a Cúpula das Américas, a Cúpula Ibero-Americana, a Conferência de Primeiras-Damas, Esposas e Representantes dos Chefes de Estado e de Governo das Américas e mais de uma dezena de grupos e comissões patrocinadas pela OEA e também participou dessas atividades.

Planejamento da ação da OPAS em saúde

O Plano Estratégico da OPAS para o período 2008-2012 baseia-se na estrutura de gestão destinada a conseguir resultados aprovados pela OMS e outros organismos das Nações Unidas, como parte do processo de reforma da Organização. O plano define 16 objetivos estratégicos, uma estratégia pormenorizada de execução, resultados previstos no âmbito regional e resultados previstos para cada escritório nacional e indicadores de avaliação de progresso.

Para se chegar à viabilidade, especificam-se os recursos necessários e as fontes desses recursos. Incorporam-se sugestões dos Estados membros bem como adaptações de alguns indicadores e metas a fim de harmonizar o plano com a nova versão do Plano Estratégico a Médio Prazo da OMS, 2008-2013.

**V. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
FORA DA SEDE EM**

ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE EM 2008

Janeiro

Guatemala, Guatemala, 13 a 15	Transmissão do cargo presidencial
La Paz e Santa Cruz, Bolívia, 24 a 26	Visita oficial, convidado pelo Presidente Evo Morales. Os temas relacionados a essa visita foram observações eleitorais, cooperação e desenvolvimento.
Tegucigalpa, Honduras, 30 e 31	Conferência para a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção

Fevereiro

Bogotá, Colômbia, 13	Visita oficial, convidado pelo Presidente Álvaro Uribe Vélez
Paris, França, 14	Visita oficial, convidado pelo Presidente Nicolas Sarkozy
Genebra, Suíça, 15	Orador no Fórum Mundial para o Progresso
Cidade do México, México, 17 a 19	Abertura da Segunda Conferência dos Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos
Castries, Santa Lúcia, 21 a 23	Visita oficial, convidado pelo Primeiro-Ministro Stephenson King
Saint George, Grenada, 24 a 26	Visita oficial, convidado pelo Primeiro-Ministro Tillman Thomas

Março

São Domingos, República Dominicana, 6 e 7	Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio
Quito e fronteira equatoriana com a Colômbia, Equador, 9 e 10	Visita da Missão da OEA à área de incursão
Bogotá e fronteira colombiana com o Equador, Colômbia, 11 e 12	Visita da Missão da OEA à área de incursão

Abril

Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 2 e 3	Visita de supervisão do início dos trabalhos da Quinta Cúpula das Américas e visita oficial ao Primeiro-Ministro, Patrick Manning
Miami, EUA, 4	Fórum de Liderança e Governo das Américas e reunião com Bill Gates, Presidente da Microsoft
Boston, EUA, 5	Orador principal na Décima Primeira Conferência sobre Inovação e Crescimento na América Latina, organizada pelo MIT
Miami, EUA, 6 a 8	Participante da Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Andina de Fomento
Cancún, México, 12 a 16	Orador e participante das reuniões ARCOS Ásia-Pacífico e Fórum Econômico Mundial
Bogotá, Colômbia, 16 e 17	Missão de bons ofícios e Reunião da Junta Diretora da

	FUPAD
Quito, Equador, 18 e 19	Continuação da visita – Missão de bons ofícios
Port-au-Prince, Haiti, 24 e 25	Missão Especial da OEA no Haiti. O Secretário-Geral foi o Chefe da Missão

Maio

Nova York, NY, 14	Orador principal no Fórum pela Democracia, organizado pelo Fundo Nacional pela Democracia
Lima, Peru, 15 e 16	Convidado da Quinta Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe-União Européia
Atlanta, Geórgia, 23	Centro Carter: Reunião Binacional do Grupo Equador-Colômbia e reunião de trabalho com o Ex-Presidente Jimmy Carter
Medellín, Colômbia, 28 a 31	Orador na abertura do Fórum do Setor Privado das Américas

Junho

Medellín, Colômbia, 1º a 3	Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos
Cidade do Panamá, Panamá, 4 e 5	Inauguração da Secretaria de Pessoas com Deficiência e assinatura do convênio para a criação do Programa de Facilitadores Judiciais
Ottawa e Montreal, Canadá, 10 e 11	Visita oficial ao Primeiro-Ministro Stephen Harper, Chanceler, e reunião com os Vice-Chanceleres da Colômbia e do Equador Orador no Fórum Econômico Internacional das Américas – Montreal
Glasgow, Reino Unido, 19 e 20	Orador na Assembléia Mundial da Civicus
Saint John, Antígua e Barbuda, 29 e 30	Visita oficial, convidado pelo Primeiro-Ministro Baldwin Spencer

Julho

Salamanca, Espanha, 3 a 5	Orador no Sétimo Encontro de Salamanca sobre as Democracias do Século XXI
Santiago, Chile, 8 a 10	Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social das Américas
Quito, Equador, e Bogotá, Colômbia, 29 a 31	Missão de bons ofícios entre a Colômbia e o Equador

Agosto

Cidade de Belize, Belize, 8 e 9	Visita ao Primeiro-Ministro Dean Borrow e análise dos trabalhos da Missão da OEA na zona de adjacência entre Belize e Guatemala
Cidade do Panamá, Panamá, 13	Reunião de trabalho da missão de bons ofícios entre o Equador e a Colômbia
Assunção, Paraguai, 14 e 15	Cerimônia de posse do Presidente da República Fernando Lugo

São Domingos, República Dominicana, 16	Cerimônia de posse do Presidente da República Leonel Fernández
Denver, Colorado, 25 a 28	Convenção do Partido Democrata (USA)

Setembro

Minneapolis, Minnesota, 1º e 2	Convenção do Partido Republicano (EUA)
Banff, Canadá, 3 e 4	Reunião de Ministros de Defesa das Américas
Cochabamba, Bolívia, 18 a 22	Missão de bons ofícios entre o Estado boliviano e prefeitos das regiões de oposição
Santiago, Chile, Chile, 15	Reunião extraordinária de Chefes de Estado e de Governo dos países da UNASUL
Nova York, NY	Assembléia Geral das Nações Unidas

Outubro

Cidade do México, México, 7 e 8	Reunião de Ministros de Segurança das Américas e reunião com o Presidente da República Felipe Calderón
San Salvador, El Salvador, 29 e 30	Décima Oitava Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Novembro

Dubai, Emirados Árabes, 7 a 9	Fórum Econômico Mundial: agenda global sobre corrupção
Santiago, Chile, 10 a 12	Reunião da Comissão Interamericana de Mulheres
La Romana, República Dominicana, 22 e 23	Seminário: A nova ordem financeira global para a Região, organizado pela CEPAL

Dezembro

Paris, França, 3 e 4	Fórum: a América Latina e a Diplomacia de Cúpulas, organizado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana
Rio de Janeiro, Brasil, 5 e 6	Seminário: Agenda para a Democracia Parte 1, organizado pela Secretaria de Assuntos Políticos da OEA
Cidade do Panamá, Panamá, 9 a 11	Cúpula de Ministros das Relações Exteriores e de Comércio

ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE EM 2008

Janeiro

Paramaribo, Suriname, 25 a 27	Lançamento, Capítulo Suriname do YABT Orador principal, Instituto de Relações Internacionais, Universidade do Suriname
Georgetown, Guiana, 27 e 28	Lançamento, Capítulo Guiana do YABT Reunião com o Presidente Jagdeo e altas autoridades governamentais

Fevereiro

Port-au-Prince, Haiti, 14 a 18	Missão ao Haiti com representantes do Conselho Permanente e FUPAD/Fórum do Parlamento Haitiano sobre a fronteira Haiti/República Dominicana
Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 24 e 25	Visita oficial, Primeiro-Ministro Patrick Manning
Saint Augustine, Trinidad e Tobago, 25 a 27	Décima Conferência Internacional do IPGH
Tobago, Trinidad e Tobago, 27 a 29	Quadragesima Primeira Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas

Março

Ottawa, Canadá, 12 a 14	Reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Canadá e funcionários da ACDI Debate em mesa-redonda, Fundação Canadense para as Américas
Nova York, 23 a 25	Reuniões na sede das Nações Unidas

Abril

Buenos Aires, Argentina, 1º a 4	Reunião, Plataforma LAC da Comissão Diretora da OEA para a Prevenção de Conflitos Armados ou Violentos Reunião com o Vice-Ministro Victorio Taccetti e senadores das Comissões de Relações Exteriores e Defesa
São Domingos, República Dominicana, 6 e 7	Visita oficial, Presidente Leonel Fernandez Reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Carlos Morales Troncoso

Maiο

Miami, Flórida, 1º a 3	Discurso de boas-vindas, Fórum Hemisférico da Sociedade Civil
Saint John, Antígua e Barbuda, 7 a 9	Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores e Relações Comunitárias da CARICOM (COFCOR)
Medellín, Colômbia, 27 a 4 de junho	Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral

Junho

Paramaribo, Suriname, 5 a 9	Seminário Parlamentar Regional – Justiça e Segurança Internacional
-----------------------------	--

Saint George, Grenada, 12 a 14	Visita preparatória da Missão de Observação Eleitoral
Kingston, Canadá, 18	Discurso, Conferência sobre Segurança Internacional

Julho

Saint John, Antígua e Barbuda, 1º a 3	Reunião dos Chefes de Governo da CARICOM
Saint George, Grenada, 3 a 10	Missão de Observação Eleitoral (Chefe da Missão)
San Pedro Sula, Honduras, 16 a 19	Visita preparatória da Assembléia Geral Reunião, Ministro das Relações Exteriores Edmundo Orellana Mercado
Nassau, Bahamas, 21 a 23	Discurso, Fórum Regional de Energia Sustentável do Caribe Reunião, altas autoridades governamentais
Tampa, Flórida, 25 e 26	Orador principal, Conselho Mundial de Negócios da Baía de Tampa

Agosto

Miami, Flórida, 4 a 6	Discurso, Reunião do Comando Sul no Haiti
San Salvador, El Salvador, 24 a 27	Visita oficial, Presidente Elias Antonio Saca Gonzales e outras autoridades governamentais Reunião, Secretário-Geral do SICA Palestra, Academia Diplomática Visita, CICAD – Programa Centro-Americano de Treinamento e Certificação para o Abuso de Drogas e a Prevenção da Violência
São Domingos, República Dominicana, 27 e 28	Reunião, Presidente Leonel Fernandez Workshop FUPAD Haiti – Projeto da Fronteira com a República Dominicana

Setembro

Port-au-Prince, Haiti, 11 e 12	Visita oficial após o furacão Reunião com o Presidente René Préval, o Primeiro-Ministro Michelle Pierre-Louis e outras autoridades governamentais
Bridgetown, Barbados, 17 e 18	Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
Saint Kitts, Saint Kitts e Nevis, 18 a 20	Convite oficial, comemoração da independência
Ottawa, Canadá, 21 e 22	Discurso, Fundação Canadense para as Américas (FOCAL)

Outubro

Tegucigalpa, Honduras, 2 e 3	Visita oficial, Presidente José Manuel Zelaya Rosales, Ministro das Relações Exteriores Ángel Edmundo Orellana Mercado Discurso de encerramento, Conferência do SICA – As causas estruturais da violência na América Central
Bridgetown, Barbados, 15 e 16	Convite oficial, Assinatura do Acordo de Parceria Econômica CARICOM-UE
Saint John, Antígua e Barbuda, 16 e 17	Quarta Reunião do GRIC
Cidade do México, México, 27 e 28	Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia

São Domingos, República Dominicana, 29	Orador principal, Assembléia Consultiva sobre Parlamentares e o Estado de Direito Orador principal, Seminário da OEA sobre Tráfico de Pessoas
Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 29 e 30	Reunião com o Primeiro-Ministro Patrick Manning Reunião com a Ministra das Relações Exteriores, Paula Gopee Scoon Discurso, Fórum da Sociedade Civil

Novembro

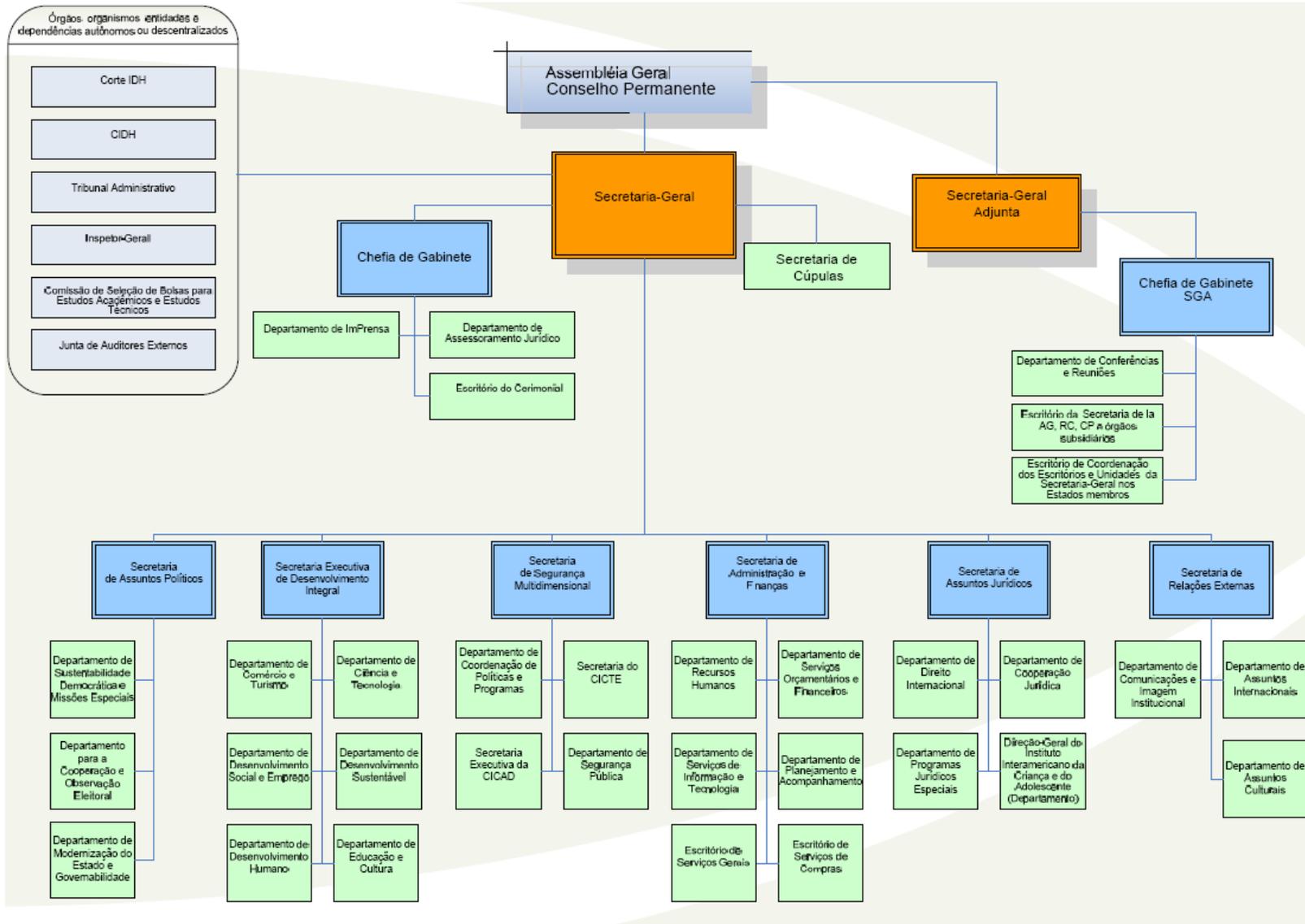
Kingston, Jamaica, 5 a 8	Lançamento, Iniciativa de Ensino Superior, OEA-Universidades do Haiti-Universidade das Índias Ocidentais Lançamento, Associação Alumni da OEA na Jamaica Discurso, Terceira Reunião da Associação de Organizações Eleitorais do Caribe
Londres, Reino Unido, 9 a 11	Discurso: Chatham House: O comércio em prol da América Latina Reuniões com a Secretaria da <i>Commonwealth</i>
Rotterdam, Países Baixos, 11 a 14	Discurso, Primeiro Fórum Global do Clube de Madri sobre Liderança em Sociedades Comuns
Bridgetown, Barbados, 20 a 22	Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura
Paramaribo, Suriname, 25 a 30	Palestra, Simpósio sobre as Relações América Latina-Caribe num Contexto Global em Evolução

Dezembro

Miami, Flórida, 1º e 2	Orador principal, Trigésima Segunda Conferência de Miami sobre o Caribe e a América Central
------------------------	---

VI. ANEXO

A. ORGANIGRAMA



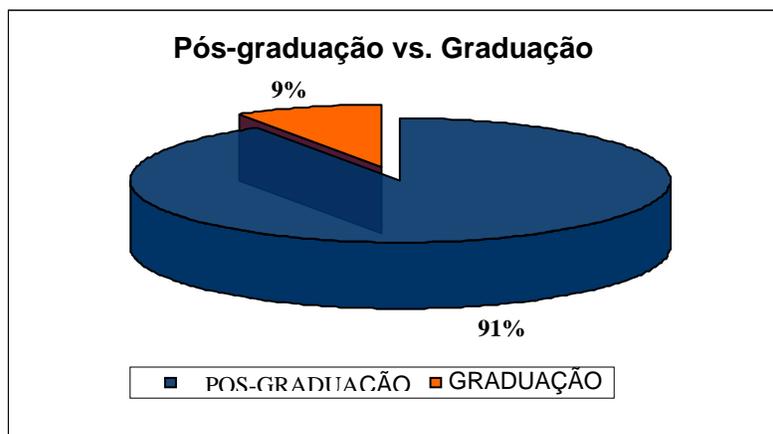
B. PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDO ACADÊMICAS E DE TREINAMENTO

Estatísticas do ciclo 2008-2009 Até 15 de dezembro de 2008

NOTA. As estatísticas do ciclo 2008-2009 refletem o número de candidatos selecionados para as bolsas acadêmicas da OEA. Uma vez que o processo de colocação continua em andamento, o número final de bolsistas mudará no futuro.

a) Número de bolsas

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Total de candidatos selecionados	279	25
Desistências e cancelamentos	40	1
Total de bolsistas	239	24



b) Distribuição por gênero

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Feminino	151	16
Masculino	88	8

c) Distribuição por modalidade de colocação

	PÓS-GRADUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Autocolocadas	42	15
Colocadas pela OEA	197	9

Bolsistas de pós-graduação

	Colocação concluída	Colocação em andamento
Autocolocados	40	2
Unidades de colocação do DDH	151	13
LASPAU	31	2
Total de casos concluídos		222
Total de casos pendentes		17

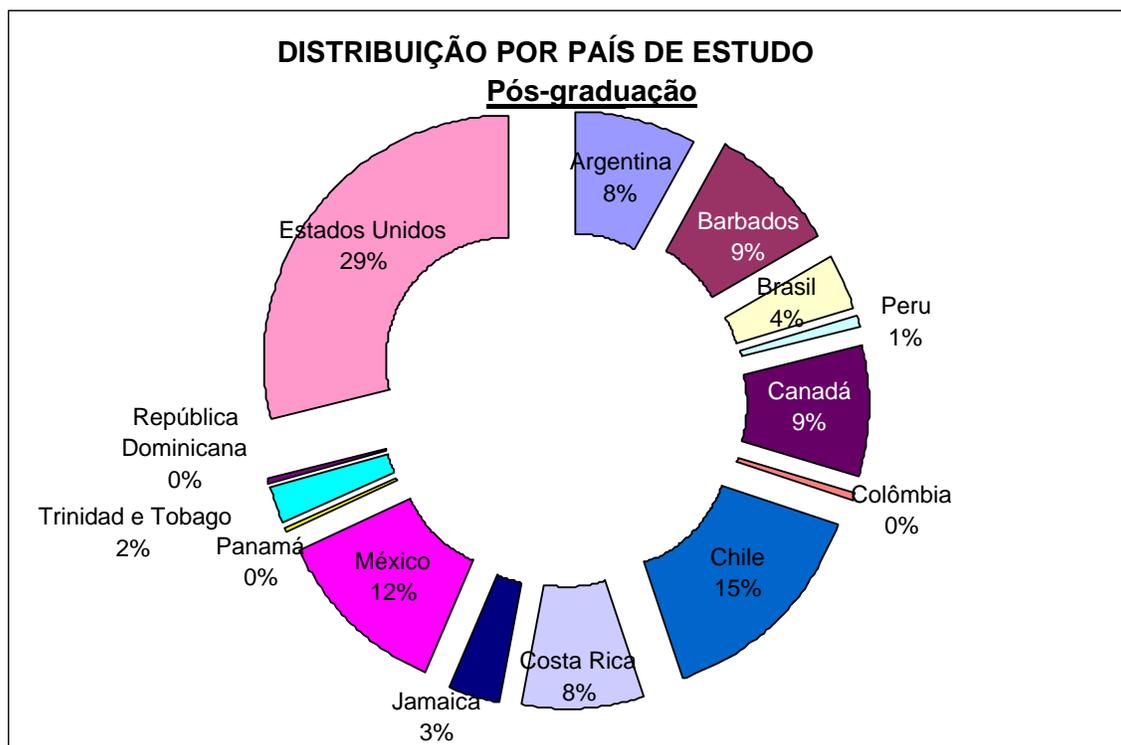
Bolsistas de graduação

	Colocação concluída	Colocação em andamento
Autocolocados	15	0
Unidades de colocação do DDH	8	0
LASPAU	1	0
Total de casos concluídos		24
Total de casos pendentes		0

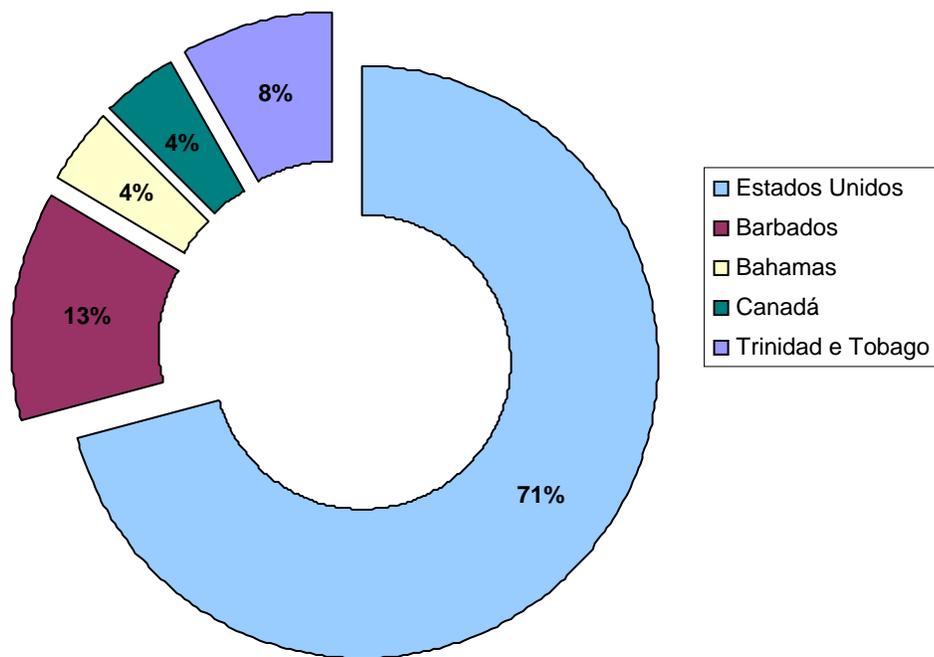
Todos os 24 (vinte e quatro) casos de estudos de graduação foram colocados com êxito e receberam o contrato.

d) Distribuição por país de estudo

Para esses quadros foram considerados somente os alunos que receberam e aceitaram os contratos (pós-graduação: 207; graduação: 24)



DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS DE ESTUDO
Graduação



Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional concedidas em 2008					
#	País	Presencial	Distância	Presencia/Distância	Total
1	Antígua e Barbuda	4	0	1	5
2	Argentina	33	15	4	52
3	Bahamas	2	0	1	3
4	Barbados	5	2	1	8
5	Belize	4	1	0	5
6	Bolívia	12	30	1	43
7	Brasil	13	4	0	17
8	Canadá	2	2	0	4
9	Chile	19	29	2	50
10	Colômbia	15	44	4	63
11	Costa Rica	5	28	0	33
12	Dominica	0	0	0	0
13	El Salvador	17	27	1	45
14	Equador	11	45	1	57
15	Estados Unidos da América	2	0	0	2
16	Grenada	1	0	0	1
17	Guatemala	9	12	0	21
18	Guiana	0	0	0	0
19	Haiti	4	3	0	7
20	Honduras	9	37	1	47
21	Jamaica	4	0	1	5
22	México	15	18	3	36
23	Nicarágua	8	1	1	10
24	Panamá	8	14	0	22
25	Paraguai	12	18	1	31
26	Peru	32	29	3	64
27	República Dominicana	9	1	0	10
28	Saint Kitts e Nevis	2	0	0	2
29	Santa Lúcia	5	0	1	6
30	São Vicente e Granadinas	2	0	2	4
31	Suriname	5	0	0	5
32	Trinidad e Tobago	0	0	0	0
33	Uruguai	19	40	4	63
34	Venezuela	12	26	0	38
	TOTAL	300	426	33	759

C. ESTADOS FINANCIEROS

Quadro 1

Demonstrativo combinado de ativos, passivos e saldos de fundos
(Preliminar e não auditado)
 Em 31 de dezembro de 2008
 (em milhares)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Específicos	Serviço ^(A)	Combinado		
					2008	2007	
Ativos							
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	\$ 15,445	\$ 12,883	\$ 94,539	\$ 8,593	131,460	130,297	
Ativos diferidos relacionados a dotações de anos futuros ^(B)	6,135	-	-	-	6,135	6,642	
Contas a receber - Fundo de Reembolso de Impostos	4,118	-	-	-	4,118	3,789	
Adiantamentos a empregados e outras contas a receber	161	-	-	20	181	515	
Investimento em fundo de ativos fixos	55,540	-	-	-	55,540	57,234	
Total de ativos	\$ 81,399	\$ 12,883	\$ 94,539	\$ 8,613	\$ 197,434	\$ 198,477	
Passivos e saldos de fundos							
Compromissos a liquidar	\$ 5,613	\$ 1,693	\$ 12,178	\$ 1,888	\$ 21,372	\$ 18,321	
Cotas / oferecimentos arrecadados antecipadamente	132	-	-	-	132	5,315	
Dotações a debitar em anos futuros ^(B)	6,135	-	-	-	6,135	6,642	
Contas a pagar ao Fundo Ordinário	-	-	-	4,118	4,118	3,789	
Contas a pagar e outros passivos	288	58	1,552	225	2,123	7,418	
Terminações	587	-	-	1,764	2,351	1,761	
Notas a pagar à vista	23,140	-	-	-	23,140	23,530	
Total dos passivos	35,895	1,751	13,730	7,995	59,371	66,776	
Saldos de fundo							
Reserva para bolsas de estudo	203	-	-	-	203	4,095	
Financiamento para o orçamento do Fundo Ordinário 2008	6,752	-	-	-	6,752	5,352	
Subfundo de Reserva	6,149	-	-	-	6,149	6,551	
Saldos de fundos	-	11,132	80,809	618	92,559	81,999	
Total dos saldos de fundos	13,104	11,132	80,809	618	105,663	97,997	
Patrimônio em ativos fixos	32,400	-	-	-	32,400	33,704	
Total de passivos e saldos de fundos	\$ 81,399	\$ 12,883	\$ 94,539	\$ 8,613	\$ 197,434	\$ 198,477	

(A) Inclui o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) Valor corrente das anualidades da OEA (pagamentos vitalícios aos Ex-Secretários Gerais e Ex-Secretários Gerais Adjuntos).

Quadro 2

Demonstrativo combinado de variações nos saldos de fundos

(Preliminar e não auditado)

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2008

(em milhares)

					Combinado	
	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundos de Serviço ^(A)	2008	2007
Aumentos						
Arrecadação de cotas / oferecimentos	\$ 85,212	\$ 6,237	\$ -	\$ -	\$ 91,449	\$ 85,108
Menos: créditos pagamento imediato	(431)	-	-	-	(431)	(233)
Contribuições	-	-	73,069	16	73,085	62,908
Contribuições para reembolso de impostos	-	-	-	4,121	4,121	3,127
Transferências	-	-	1,378	5,036	23 ^(B)	92
Receita de juros	653	369	2,579	73	3,674	5,240
Contribuições para apoio administrativo e técnico	2,179	-	-	5,937	83 ^(B)	1,856
Aluguéis	500	-	-	1,346	1,846	1,789
Assinaturas da Revista Américas	267	-	-	-	267	294
Outras receitas e reembolsos	920	510	722	3,565	4,983 ^(B)	4,963
Total de aumentos	89,300	7,116	77,748	20,094	179,100	165,144
Reduções						
Despesas e compromissos	91,059	7,573	59,713 ^(C)	14,037 ^(C)	160,516 ^(B)	148,665
Despesas com reembolso de impostos	-	-	-	4,782	4,782	6,780
Transferências e reembolsos	732	-	3,099	1,200	1,739 ^(B)	876
Reembolsos aos doadores	-	-	4,223	-	4,223	5,122
Dotações suplementares	-	-	-	-	-	160
Revista Américas	167	-	-	-	167	309
Total de reduções	91,958	7,573	67,035 ##	20,019	171,427	161,912
Aumento (redução) líquido durante o ano	(2,658)	(457)	10,713	75	7,673	3,232
Saldo de fundos no início do ano	15,762	11,589	70,096	543	97,990	94,765
Saldo de fundos no final do ano	\$ 13,104	\$ 11,132	\$ 80,809	\$ 618	\$ 105,663	\$ 97,997

(A) Inclui o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) Os montantes consolidados excluem as transações entre fundos.

(C) A execução líquida compreende despesa mais compromissos de 2008 menos obrigações com saldos provenientes de anos anteriores.

**DETALHAMENTO DE DESPESAS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO ORDINÁRIO
POR CAPÍTULO**

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2007

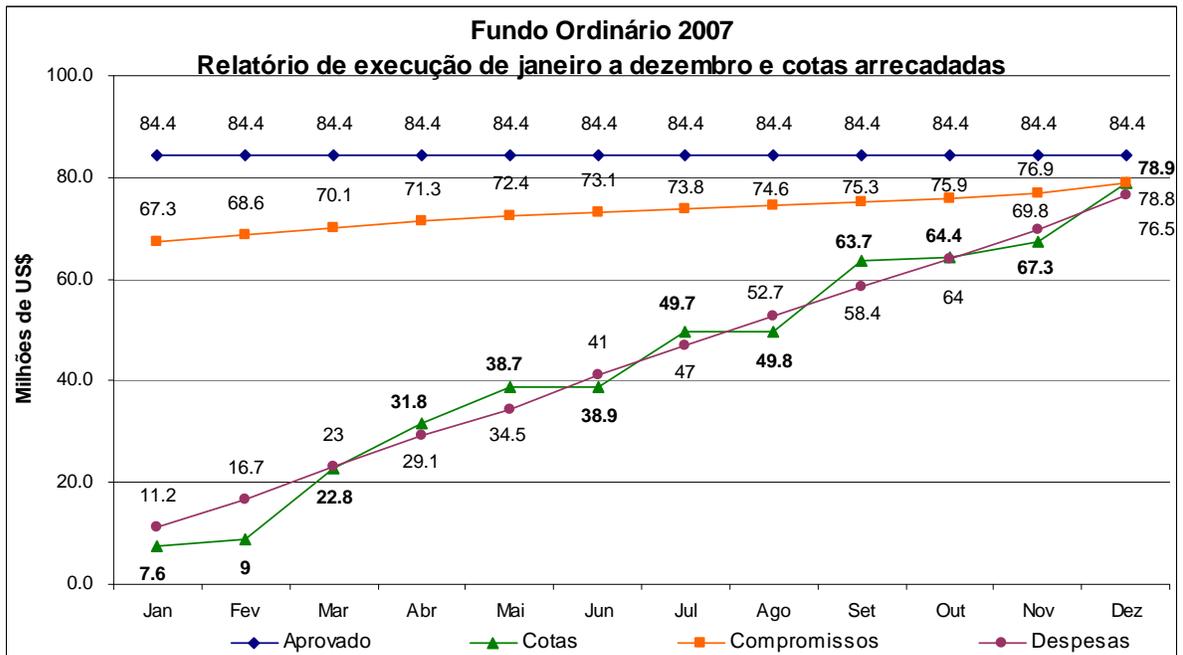
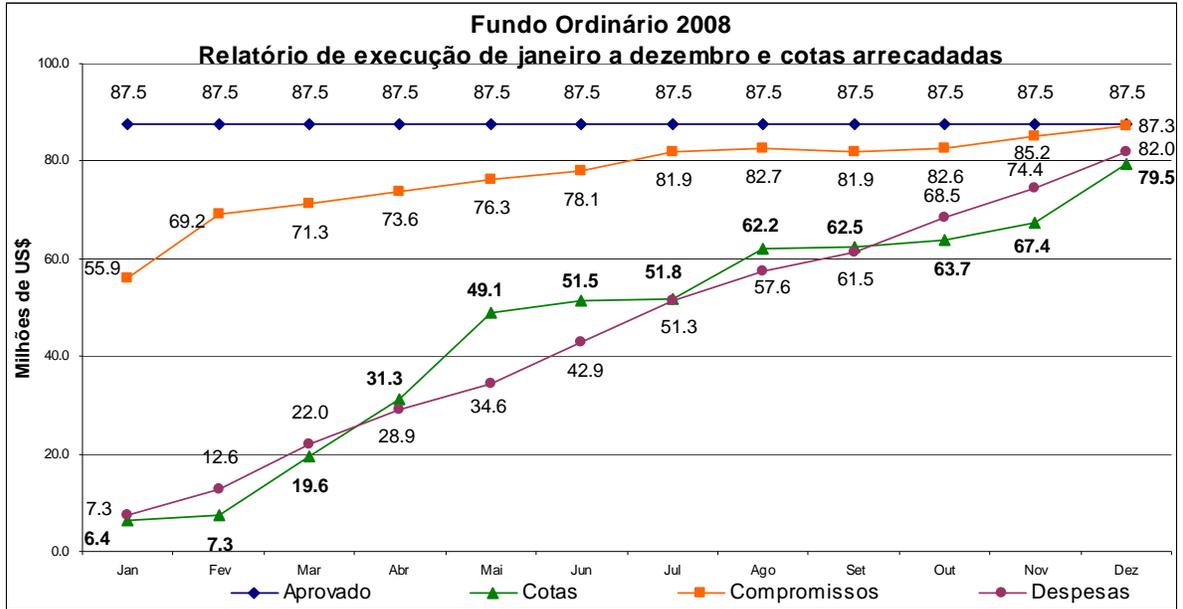
(US\$1.000)

	2008*	2007
Secretário-Geral	\$ 5,421.93	\$ 8,004.08
Secretário-Geral Adjunto	18,273.89	19,285.22
Entidades e dependências autônomas ou descentralizadas	8,257.39	10,748.23
Secretaria de Assuntos Jurídicos	3,684.08	2,326.66
Secretaria de Segurança Multidimensional	4,295.82	3,708.58
Secretaria de Assuntos Políticos	3,732.25	4,171.41
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral	16,157.24	8,361.40
Secretaria de Relações Externas	3,200.52	-
Secretaria de Administração e Finanças	11,819.80	10,376.53
Infra-estrutura básica e custos comuns	12,412.78	11,766.52
Bolsas de estudo**	3,803.30	5,207.61
TOTAL	\$ 91,059.00	\$ 83,956.24

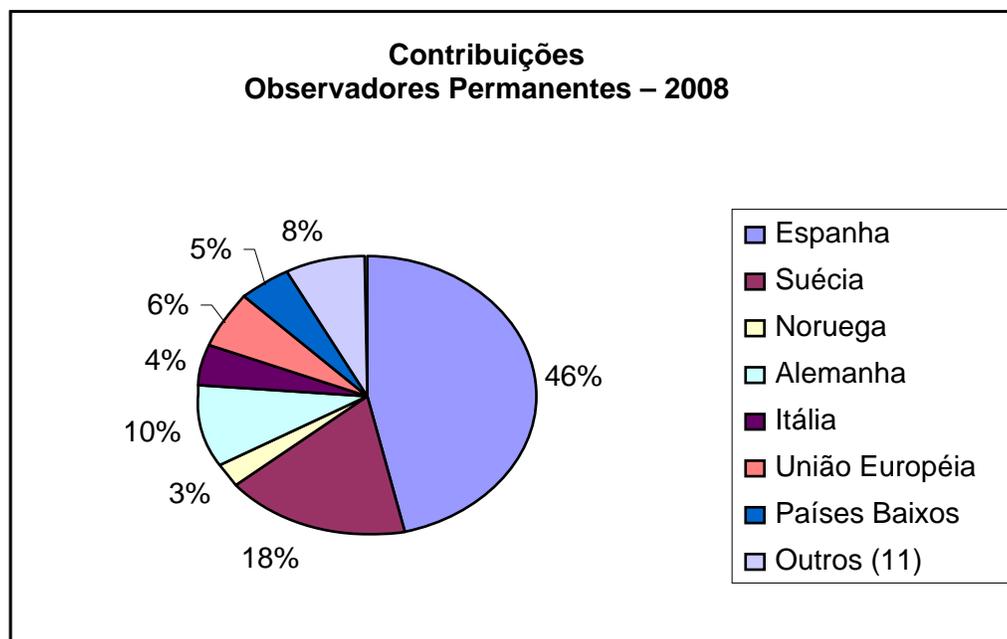
* No decorrer de 2008 a estrutura da Secretaria-Geral foi modificada pela Ordem Executiva nº 08-01 rev. 2.

** Autorizado para execução multianual (dotação 2006 e 2007).

ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO



D. OBSERVADORES PERMANENTES



<u>PAÍS</u>	<u>PORCENTAGEM</u>	<u>MONTANTE (US\$)</u>
Áustria	0,96%	247.703,00
China	1,09%	282.000,00
Dinamarca	1,21%	313.557,00
União Européia	6,36%	1.642.860,40
França	0,77%	197.596,44
Alemanha	9,67%	2.496.823,91
Irlanda	1,85%	477.525,00
Itália	4,31%	1.112.651,36
Japão	0,01%	2.689,00
Coréia	0,39%	100.000,00
Luxemburgo	0,27%	70.979,00
Noruega	2,84%	733.659,28
Espanha	46,30%	11.958.583,07
Suécia	17,60%	4.545.430,00
Suíça	0,02%	6.000,00
Países Baixos	5,13%	1.325.597,32
Turquia	0,14%	35.000,00
Reino Unido	1,07%	277.164,00
TOTAL	100,00%	25.825.818,78

CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO OBSERVADORES PERMANENTES 2008

PAÍS	ÁREA/PROJETO	MONTANTE	TOTAL
SUÉCIA	CIDH – Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão	77,965	4,545,430
	SAP – Modernização da Agenda Legislativa - Guatemala	314,264	
	SAP – Apoio ao Sistema Eleitoral de Honduras	244,918	
	SAJ – Apoio ao Estabelecimento do Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais em 73 municipalidades da Nicarágua	1,163,260	
	SAP – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia	1,925,379	
	IIN – <i>Save the Children</i>	4,000	
	SAP – Fortalecimento da Autoridade Eleitoral Suprema em Honduras	428,232	
	SEDI – Registro da Sociedade Civil em Honduras	387,410	
NORUEGA	SSM – Remoção de minas – Nicarágua	406,550	733,659.28
	SSM- Remoção de minas – Equador – Peru	300,000	
	SAP – Missão de Observação Eleitoral – Bolívia	22,147	
	A programar	4,962	
PAÍSES BAIXOS	SAP – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia	1,234,528	1,325,597.32
	DCR – Conferência do CEJA	6,866	
	CIM – Participação e igualdade de gênero na Nicarágua	84,203	
UNIÃO EUROPÉIA	CIDH – Promoção da igualdade racial e étnica	408,848	1,642,860.40
	SSM – CICAD – Fortalecimento do tratamento de drogas, reabilitação e redução do risco: cidades européias e latino-americanas e do Caribe em parceria	492,809.40	
	SSM – Remoção de minas – Equador – Peru	228,729	
	SEDI – Setor de energia sustentável no Caribe	512,474	
ESPANHA	CIM – Integração de políticas e programas contra o HIV e violência contra a mulher na América Central	180,535.07	11,958,583.07
	SRE – Assembléia Geral Modelo da OEA	263,000	
	SAP – SAPEM	511,840	
	DPCE – Fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria-Geral da OEA	300,000	

SSM – CICAD – Saúde e bem-estar nas Américas	493,068
SAP – Fundo de Paz	100,000
SAP – Missão de Observação Eleitoral – Bolívia	275,000
SAP – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia	1,477,100
SAP – Fortalecimento do Processo Eleitoral e Sistemas de Registro do Tribunal Eleitoral do Panamá	268,428
SEDI – Fortalecimento dos sistemas de registro civil e ferramentas práticas de desenvolvimento	400,295
CIDH – Fortalecimento da ação judicial da Corte Interamericana de Direitos Humanos	547,138
CIDH – Sistemas de administração de informação de casos individuais perante a CIDH	451,755
CIM – Programa de estratégias hemisféricas para promover a participação política da mulher e o fortalecimento do sistema eleitoral com base numa perspectiva de gênero	114,000
SAP – Reforma dos sistemas de financiamento político no Caribe	100,000
SAP – Fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos eleitorais no Hemisfério	446,176
SEDI – Fortalecimento do Registro Civil e da Promoção da Identidade Universal Civil na Guatemala, Panamá e Peru	439,176
SAJ – Criação de centros de mediação social para a obtenção do Governo do Equador	250,000
IIN – Programa de Promoção e Defesa de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes nas Américas	300,000
SAJ - Expansão do Programa Interamericano de Facilitadores Judiciais no Paraguai	530,000
CIDH – Promoção da adaptação de maneiras progressivas de apoiar os direitos humanos de trabalhadores migrantes e de suas famílias	150,000
CIDH – Promoção de melhores práticas para a proteção de pessoas privadas de liberdade nas Américas	200,000
CIDH – Corte itinerante	316,473
IIN – Rede de informação para a cooperação jurídica sobre os direitos das crianças e das famílias	185,228

	A programar	3,659,371	
ITÁLIA	SAJ – Programa para facilitar o acesso aos serviços judiciais – Paraguai	65,006	1,112,651.36
	SSM – Remoção de minas – Nicarágua-Ecuador	40,376	
	SSM – Remoção de minas – Nicarágua – Risco de minas	17,770.71	
	SSM – Remoção de minas – Nicarágua – Reabilitação de vítimas	172,422.93	
	SSM – Remoção de minas – Colômbia – Risco de minas e reabilitação de vítimas	23,694.28	
	SSM – Remoção de minas – Equador - Peru – Risco de minas	46,203.84	
	SSM – Remoção de minas – Equador - Peru – Equipamento	23,072.79	
	CIDH – Promoção e proteção dos direitos humanos	118,471	
	SSM – Remoção de minas – Nicarágua	73,590	
	CEJA – Melhores práticas para investigar, processar e punir homicídio e corrupção nas Américas	78,325.63	
	SSM – Remoção de minas – Colômbia	36,795	
	SEDI – Reconstrução da informação de registro civil em Huancavelica, Peru – Material e equipamento	89,860	
	SSM – Remoção de minas – Equador – Peru	36,795	
	SSM – Remoção de minas – Colômbia -Ecuador	85,508.38	
	SSM – Remoção de minas – Colômbia – Reabilitação de vítimas	63,575	
	SSM – Remoção de minas – Nicarágua – América Central – Reabilitação de vítimas	77,609.80	
	CIDH – Promoção e proteção dos direitos humanos no Caribe	63,575	
IRLANDA	CIDH – Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão	78,640	477,525.00
	CIDH – Apoio à CIDH na Colômbia	223,670	
	SAP – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia	175,215	
LUXEMBURGO	CIDH – Projeto de promoção dos direitos humanos no Caribe	70,979	70,979
DINAMARCA	CIDH – Apoio à Comissão Interamericana de Direitos Humanos	313,557	313,557

FRANÇA	CIDH – Projetos no Haiti	60,000	197,596.44
	CIM – Curso sobre concessão de poderes, HIV e violência contra a mulher no Caribe	23,000	
	CIDH – Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão	15,000	
	SAJ – Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas	12,384	
	SSM – CICTE	10,000	
	SRE – Cátedra das Américas	5,000	
	FONDEM – Apoio ao Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência	10,000	
	SSM – Apoio à CICAD	62,212.44	
CHINA	SRE – Cátedra das Américas	20,000	282,000.00
	SRE – Assembléia Geral Modelo da OEA	23,000	
	CIM – Página na Web para o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher	15,000	
	SEDI – Educação juvenil em comunidades rurais, indígenas e de fronteira	50,000	
	SAP – Fundo de Paz	14,000	
	SEDI – Publicação sobre “Desenvolvimento sustentável no Caribe: temas contemporâneos, desafios e oportunidades”	50,000	
	SEDI – Registro civil em Huancavelica, Peru	10,000	
	SRE – Equipamento para a Secretaria-Geral	80,000	
	SRE – Programa de inclusão social dos jovens e prevenção da violência no Caribe por meio de treinamento orquestral	20,000	
JAPÃO	SSM – CICAD – Escola de Enfermagem na América Latina	2,689	2,689
REINO UNIDO	SAP – Fundo de Paz	198,910	277,164
	SAP – Fundo de Paz – Belize-Guatemala	78,254	
TURQUIA	SRE – Revista Américas	5,000	35,000

	SAP – Fundo de Paz	30,000	
CORÉIA	CIM – Fortalecimento do acesso à justiça nas Américas	25,000	100,000
	SRE – Assembléia Geral Modelo da OEA	21,000	
	SAP – Missão de Observação Eleitoral – Paraguai	30,000	
	CIM – Curso sobre concessão de poderes, HIV e violência contra a mulher no Caribe	24,000	
ÁUSTRIA	SEDI – Reuniões regionais de acompanhamento do manejo de água doce na América Latina	62,700	247,703
	SEDI – Aeroporto internacional em São Vicente e Granadinas	185,003	
SUIÇA	SAP – Missão de Observação Eleitoral – Paraguai	6,000	6,000
ALEMANHA	SAP – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia	567,023	2,496,823.91
	SEDI – Programa de redução da vulnerabilidade e alerta de inundações em pequenos vales da América Central	800,000	
	SEDI – Aplicação de critérios de qualidade aos setores de meio ambiente e alimentação	672,648.76	
	SAJ – Apoio às atividades da OEA para promover os direitos de grupos indígenas nas Américas	126,725	
	SAP – Quinta Reunião Interamericana dos Órgãos Eleitorais – Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Órgãos Eleitorais	33,426.35	
	SAP – Terceira Reunião da Associação das Organizações Eleitorais do Caribe – Fortalecimento da Capacidade Institucional dos Órgãos Eleitorais	113,344.60	
	SAP – Conferência Interamericana de Temas Eleitorais 2008 – Fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos eleitorais	133,656.20	
	SAP – Cultura de Paz – Zona de Adjacência Belize-Guatemala	50,000	
TOTAL			25,825,818.78